



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de São José do Rio Preto

Fernanda Mansilia Paulino

A pobre gente: as crônicas de João do Rio no jornal e no livro

São José do Rio Preto
2014

Fernanda Mansilia Paulino

A pobre gente: as crônicas de João do Rio no jornal e no livro

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração – Literaturas em Língua Portuguesa, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Lucia Granja

São José do Rio Preto
2014

Fernanda Mansilia Paulino

A pobre gente: as crônicas de João do Rio no jornal e no livro

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração – Literaturas em Língua Portuguesa, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto.

Comissão Examinadora

Prof^a. Dr^a. Lucia Granja
UNESP – São José do Rio Preto
Orientadora

Prof. Dr. Orlando Nunes Amorim
UNESP – São José do Rio Preto

Prof. Dr. Nelson Schapochnik
USP – São Paulo

São José do Rio Preto
27 de janeiro de 2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Profa. Dra. Lucia Granja pela confiança que teve em meu trabalho e por todos os ensinamentos e conselhos prestados ao longo da pesquisa; à **Hemeroteca Digital Brasileira** por disponibilizar as imagens analisadas; aos familiares e amigos pelo apoio em todos os momentos.

RESUMO

A *Gazeta de Notícias* foi uma importante divulgadora das mudanças operadas pela polêmica reforma urbana do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. Desde o início, o jornal se mostrou favorável e otimista quanto às medidas dos Poderes Executivo e Legislativo em prol da modernização e “civilização” da cidade. Em 1904, o cronista Paulo Barreto, sob o pseudônimo “João do Rio”, publicou, entre os meses de maio e junho, *A pobre gente*, uma série composta por seis longas crônicas, nas quais expunha, aos leitores, o mundo da miséria existente na cidade da *belle-époque*. Em suas *crônicas-reportagem*, João do Rio deu voz às pessoas que viviam à margem da sociedade, estabelecendo um interessante diálogo entre seus escritos e as demais rubricas da *Gazeta* em que a “pobre gente” foi também a principal personagem. Em 1908, quatro das seis crônicas divulgadas na série passaram do jornal ao livro *A alma encantadora das ruas* e a análise desse processo evidencia a importância da relação entre o texto e as características materiais do seu veículo. Assim, podemos concluir que as *reportagens* de João do Rio dialogam com o discurso da *Gazeta* sobre a “pobre gente”, reforçando-o. Mas, em um segundo momento, mostraremos um segundo nível de relação entre os textos de João do Rio e o jornal, considerando a mudança de *status* das reportagens – que passam a ser chamadas de *crônicas* quando republicadas na forma material livro –, por meio do discurso da própria *Gazeta* sobre o livro *A alma encantadora das ruas*, composto pelas antes *reportagens* publicadas por esse mesmo jornal. Faremos isso pela ótica da Fortuna Crítica de João do Rio, de alguns textos de Barthes, Bakhtin e Genette sobre a análise da narrativa e de seus paratextos e, principalmente, por meio da História Cultural, e nesse domínio, dos escritos de Roger Chartier acerca da importância dos suportes e de suas características materiais como agregadores de sentido aos textos.

Palavras-chave: crônica; crônica-reportagem; João do Rio; jornalismo e literatura; materialidade do texto.

ABSTRACT

The *Gazeta de Notícias* was an important discloser of the changes brought by the polemic urban reform of Rio de Janeiro in the turn of the 19th to the 20th century. Since the beginning, the newspaper showed itself favorable and optimistic about the measures of the Executive and Legislative Powers in favor of the modernization and ‘civilization’ of the city. In 1904, the chronicler Paulo Barreto, under the pseudonym of ‘João do Rio’, published, between the months of May and June, *A pobre gente*, a series of six long chronicles, in which he exposed, to the readers, the world of misery existing in the city of the *belle-époque*. In his chronicle-reportage, João do Rio gave voice to the people that lived on the edge of society, establishing an interesting dialogue between his writings and the other headings of the *Gazeta* in which ‘the poor people’ was also the main character. In 1908, four of the six chronicles made public in the series passed from the newspaper to the book *The Enchanting Soul of the Streets*, and the analysis of this process highlights the importance of the relation between the text and the material characteristics of its media. Thus, we can conclude that the reportages of João do Rio dialogue with the discourse of the *Gazeta* about the poor people, reinforcing it. But, in a second moment, we will show a second level of relationship between the texts of João do Rio and the newspaper, considering the change of *status* of the reportages – that start being called *chronicles* when republished in the form of book –, through *Gazeta*’s own discourse about the book *The Enchanting Soul of the Streets*, composed by the later *reportages* published by that same newspaper. We will do it through the eyes of the critical fortune of João do Rio, of some texts by Barthes, Bakhtin and Genette about the analysis of the narrative and its paratexts and, mainly, through the cultural history, and in this field, the writings of Roger Chartier regarding the importance of the medias and their material characteristics as meaning aggregators to the texts.

Key words: chronicle, chronicle-reportage, João do Rio, journalism and literature, materiality of the text.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Desenho vencedor do concurso para a escolha da fachada do Teatro Municipal (<i>Gazeta de Notícias</i> , primeiro de abril de 1904, p. 1).	18
Figura 2: Propaganda da oficina de tipografia da <i>Gazeta de Notícias</i> (<i>Gazeta de Notícias</i> , 15 de junho de 1904, p. 5).	20
Figura 3: Ilustração da rotativa Marinoni (<i>Gazeta de Notícias</i> , 11 e 12 de junho de 1880, p. 2).	20
Figura 4: Cena do famoso "crime da rua Luiz de Camões" (<i>Gazeta de Notícias</i> , 4 de janeiro de 1904, p. 1).	24
Figura 5: Fotografias da Avenida Central, tiradas no dia de sua inauguração (<i>Gazeta de Notícias</i> , 15 de novembro de 1905, p. 2).	26
Figura 6: Trecho da publicação "Modas" (<i>Gazeta de Notícias</i> , 19 de novembro de 1905, p. 2).	29
Figura 7: Lista das obras oferecidas pela <i>Gazeta</i> aos assinantes (<i>Gazeta de Notícias</i> , 31 de dezembro de 1904, p. 6).	44
Figura 8: Charge de comemoração ao aniversário da <i>Gazeta</i> (<i>Gazeta de Notícias</i> , 2 de agosto de 1904, p. 1).	48
Figura 9: romances "Crimes de Amor" e "A Ira", dividindo o mesmo "Folhetim" (<i>Gazeta de Notícias</i> , 23 de maio de 1904, p. 3).	49
Figura 10: Crônica no rodapé do jornal (<i>Gazeta de Notícias</i> , 2 de outubro de 1881, p. 1).	53
Figura 11: Charge anônima publicada pela <i>Gazeta de Notícias</i> (<i>Gazeta de Notícias</i> , 30 de janeiro de 1904, p. 1).	55
Figura 12: Charge "Nas Ruas" (<i>Gazeta de Notícias</i> , 14 de janeiro de 1904, p. 1).	56
Figura 13: Pequenas notícias da primeira página (<i>Gazeta de Notícias</i> , 14 de abril de 1904, p. 1).	66
Figura 14: Coluna "Ocorrências" (<i>Gazeta de Notícias</i> , "Ocorrências", dia primeiro de janeiro de 1904, p. 4).	67
Figura 15: Exemplo de narrativa longa, muito próxima ao <i>fait-divers</i> (<i>Gazeta de Notícias</i> , "A tiros", 5 de janeiro de 1904, p. 2).	68
Figura 16: Coluna "Fatos diversos" (<i>Gazeta de Notícias</i> , 15 de junho de 1910, p. 4).	69
Figura 17: Título do <i>fait-divers</i> a respeito do grande incêndio (<i>Gazeta de Notícias</i> , "Fogo", 29 de maio de 1904, p. 1-2).	71

Figura 18: Acima do título da primeira crônica da série, o traço que a separa das demais publicações do jornal (<i>Gazeta de Notícias</i> , “A miséria cínica”, 27 de maio de 1904, p. 1-2).	79
Figura 19: Manchete que traz o anúncio da crônica de abertura de <i>A pobre gente</i> (<i>Gazeta de Notícias</i> , 27 de maio de 1904, p. 1).	80
Figura 20: Anúncios da crônica “Os trabalhadores da estiva” (<i>Gazeta de Notícias</i> , dias 14, 15, 16, 17 e 18 de junho de 1904, p. 1).	85
Figura 21: “Entre os mendigos – A miséria cínica”. (<i>Gazeta de Notícias</i> , 27 de maio de 1904, p. 1-2).	87
Figura 22: “A exploração das crianças”. (<i>Gazeta de Notícias</i> , 6 de junho de 1904, p. 1).	87
Figura 23: Publicação informativa a respeito do hospital da Santa Casa da Misericórdia (<i>Gazeta de Notícias</i> , 22 de fevereiro, 1904, p. 1).	92
Figura 24: Informação a respeito de uma doação anônima à “ <i>Gazeta de Notícias</i> ” (<i>Gazeta de Notícias</i> , “Reclamações”, 2 de fevereiro de 1909, p. 5).	98
Figura 25: Anúncios de preservativo e remédio para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (<i>Gazeta de Notícias</i> , dias 27 de abril de 1900 (p.6) e 14 de janeiro de 1904 (p. 6), respectivamente).	104
Figura 26: "Catálogo Geral da Livraria Garnier". Recolhido da Bibliotheque Sainte-Geneviève, s/d.	123
Figura 28: “Paulo Barreto em Portugal e o seu novo livro” (<i>Gazeta de Notícias</i> , “Paulo Barreto em Portugal e o seu novo livro”, 28 de janeiro de 1909, p. 2).	127
Figura 29: Publicação especial a respeito da excursão de João do Rio por Portugal (<i>Gazeta de Notícias</i> , “Paulo Barreto em Portugal”, 31 de janeiro de 1909).	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Transcrição da lista das obras oferecidas pela <i>Gazeta</i> aos assinantes (<i>Gazeta de Notícias</i> , 31 de dezembro de 1904, p. 6).	44
Tabela 2: Datas das publicações das crônicas de "A pobre gente" na <i>Gazeta de Notícias</i>	84
Tabela 3: Quadro das partes e crônicas do livro <i>A alma encantadora das ruas</i> (1908).....	130
Tabela 4: Trechos equivalentes das versões “Sono calmo” e “No sono da miséria”.	138
Tabela 5: À esquerda, trechos de “No sono da miséria”; à direita, trechos de “Sono calmo”.	141

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A <i>BELLE-ÉPOQUE</i> BRASILEIRA: REMODELAÇÃO URBANA E MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO	13
3	<i>GAZETA DE NOTÍCIAS</i> : INFORMAÇÃO E ENTRETENIMENTO NA ORDEM DO DIA.	42
4	AS CRÔNICAS NO JORNAL E NO LIVRO	78
4.1	Diálogo entre o jornal e as crônicas-reportagem	84
4.2	Da reportagem à crônica.....	121
5	CONCLUSÃO.....	143
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
	CRÉDITO DAS ILUSTRAÇÕES.....	151
	ANEXO A – Transcrições, a partir do periódico <i>Gazeta de Notícias</i> , das crônicas-reportagem da série <i>A pobre gente</i> , de João do Rio.	153
	ANEXO B – Transcrições das quatro crônicas que foram ao livro <i>A alma encantadora das ruas</i>	174
	ANEXO C – Imagens da <i>Gazeta de Notícias</i>	189

1 INTRODUÇÃO

A instauração da República, os investimentos dados à educação e a diminuição das distâncias proporcionada pelo telégrafo são alguns exemplos do contexto nacional propiciador da modernização da imprensa no Brasil. Naquele tempo, a *Gazeta de Notícias* foi um dos jornais que mais se destacou no que diz respeito à modernização das técnicas de impressão e edição, seguindo as tendências europeias, principalmente francesas, para a escolha dos tipos de publicações que fariam parte do dia-a-dia de suas páginas.

Na virada do século XIX para o XX, a cidade do Rio de Janeiro passava pelo processo de modernização estética que visava a sua proximidade a um ideal abstrato de civilização, pautado em modelos europeus. Em virtude, muitas vezes, da polêmica que as medidas tomadas pelos Poderes Executivo e Legislativo causavam, sempre em nome do “progresso”, a remodelação da cidade foi tema de muitos textos divulgados pela *Gazeta de Notícias*, os quais, em sua maioria, eram positivos quanto às ações do governo para o alcance desse objetivo. Dentre as publicações que apoiavam essas iniciativas, estava a coluna “A cidade” (1904), assinada por “X”, um dos pseudônimos de Paulo Barreto.

Em 1903, João Paulo Alberto Coelho Barreto (1881-1921), mais conhecido pelo pseudônimo João do Rio, que já havia publicado artigos nos jornais *A Tribuna*, *A Cidade do Rio*, *O Paiz*, *O Dia* e *O Correio Mercantil*, estreou na *Gazeta de Notícias*, assinando os pseudônimos “P.B” e “X” antes de “João do Rio”. Em 1904, entre os meses de maio e junho, ele publicou, no mesmo periódico, a série de crônicas-reportagem, *A pobre gente*, composta por: “A miséria cínica”, “As mulheres mendigas”, “As maçonarias de exploração”, “A exploração das crianças” “No sono da miséria” e “Os trabalhadores da estiva”. Nesses escritos, o narrador, João do Rio, ao contrário de “X”, percorria ruas, becos e hospedarias em busca dos personagens miseráveis presentes na cidade da *belle-époque*, colocando-os em primeiro plano, mas sem deixar de julgar o que via e escutava de suas histórias. Mendigos, prostitutas, crianças exploradas e trabalhadores braçais foram interrogados pelo repórter na série, a qual mantinha, com o periódico, um diálogo estreito por via das diversas rubricas nas quais esses personagens eram os protagonistas.

No momento da publicação de *A alma encantadora das ruas* (1908), o diálogo entre o jornal e os escritos de João do Rio, no livro, continuou, mas, dessa vez, as reportagens passaram, nos discursos do jornal sobre a aguardada obra, à categoria de “crônica”, mudança que nos serviu de base para a formulação de hipóteses acerca do motivo da passagem dos

textos escolhidos ao livro e da escolha de “As mulheres mendigas”, “A exploração das crianças”, “No sono da miséria” e “Os trabalhadores da estiva”, dentre os seis títulos publicados em série, para compor *A alma encantadora das ruas*.

Veremos também que, por meio de alguns recursos estéticos, os textos da série *A pobre gente* fazem uma releitura do universo do jornal e que a passagem do jornal ao livro revela intenções distintas em relação ao conjunto de escritos do autor, indicadas na própria materialidade dos dois veículos. A fusão da “reportagem” com a “crônica” nos levará a adotar, em muitos momentos deste trabalho, a nomenclatura “crônicas-reportagem” quando nos referirmos ao conjunto de textos de João do Rio que compõem o corpus de nosso estudo.

Para atingir esses objetivos, dividimos nosso trabalho em três partes. Na primeira, “*A belle-époque* brasileira: remodelação urbana e modernização da imprensa do Rio de Janeiro”, apresentamos um panorama do contexto sociocultural do Rio de Janeiro no início do século XX e as inovações ocorridas na imprensa da época, pelo viés, principalmente, das publicações da *Gazeta de Notícias*. Em “*Gazeta de Notícias*, informação e entretenimento na ordem do dia”, mostramos a inclinação do periódico para a publicação de textos literários e de variedades, que teve sempre em vista o entretenimento do leitor. Dentre as suas publicações, destacamos a crônica, a reportagem e os *faits-divers*, narrativas de teor sensacionalista que apresentam características que podem ser encontradas nas crônicas-reportagem da série *A pobre gente*.

Por fim, a última parte de nosso trabalho tem por objetivo demonstrar o diálogo entre a série de João do Rio e algumas rubricas do jornal, evidenciando os dois lados dos textos de João do Rio: o da reportagem, quando o narrador mostra-se em ação, indo à busca de seus “exemplares” para a elaboração de seus argumentos a respeito da miséria, e o da crônica, que faz a releitura do universo do jornal, por meio de uma construção estética que, assim como os *faits-divers*, primam por suscitar no leitor as mesmas sensações experimentadas pelo repórter-narrador. Em um segundo momento, apresentaremos as nossas reflexões a respeito da passagem dos textos escolhidos ao livro, mostrando a relação entre o texto e forma material que o veicula a fim de formularmos hipóteses sobre o motivo da ida das crônicas escolhidas ao livro, colocando em evidência o projeto editorial de *A alma encantadora das ruas*.

Fizemos as nossas pesquisas e análises utilizando um referencial teórico advindo da História Cultural e Teoria da Narrativa, assim como de estudos da relação entre Literatura e Jornalismo; valemo-nos, também, da bibliografia crítica sobre as crônicas de João do Rio e da primeira edição de *A alma encantadora das ruas*; por fim, tivemos acesso ao jornal, fonte primária, reproduzindo-a, principalmente, a partir do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

As transcrições e reproduções de imagens que não foram inseridas no corpo do texto encontram-se nos anexos deste trabalho.

2 **A BELLE-ÉPOQUE BRASILEIRA: REMODELAÇÃO URBANA E MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO**

Fundada em 1874 sob o comando de José Ferreira de Araújo (SODRÉ, 1999, p. 224), a *Gazeta de Notícias* foi um dos jornais que mais expressão teve no desenvolvimento da imprensa brasileira. Apesar de Sodré (1999) ter considerado 1874 como a data do “aparecimento” da *Gazeta de Notícias*, a primeira menção ao dia e ao mês de sua primeira edição, conforme consultado no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, corresponde a dois de agosto de 1875, com as marcações “Ano 1” e “N.1”¹. Assim sendo, presumimos que o “Prospecto” tenha sido publicado também no ano de 1875, e o que reforça essa nossa hipótese é a existência de um pequeno anúncio, nele publicado, que diz: “A publicação da *Gazeta de Notícias* começará brevemente e será anunciada com alguns dias de antecedência nas principais folhas da Corte e Províncias” (*Gazeta de Notícias*, “Prospecto”). Não excluimos, entretanto, a possibilidade de Sodré ter feito referência ao “aparecimento” da *Gazeta* enquanto empresa já no ano de 1874, ainda que não tenha deixado essa informação suficientemente clara.

Situada, a princípio, na elegante Rua do Ouvidor, a *Gazeta de Notícias* ficou conhecida por ter se mantido distante do debate político, mas as suas publicações a respeito das medidas do governo para a reconstrução da Capital Federal no início do século XX nos indicam que não deixava de fazer avaliações críticas das questões mais polêmicas, apesar de muitas vezes ter preferido apoiar as decisões do governo. Ela nasceu em um momento de transição política e, com inclinação liberal, acompanhou essa mudança, divulgando sempre as novidades editoriais vindas da Europa: “Esta última [*Gazeta de Notícias*], notadamente, divulgou as principais novidades surgidas em Londres e Paris – manchetes, subtítulos, reportagens, entrevistas, caricaturas” (RODRIGUES, 1996, p.42).

Foi na *Gazeta de Notícias* que Figueiredo Pimentel escreveu o famoso *slogan* “O Rio civiliza-se”, na coluna “Binóculo”, e, em 1904, ano em que ocorreram as principais modificações na estética da cidade, a *Gazeta* acompanhou cada passo desse momento denominado *belle-époque*. O mesmo nome foi dado ao período de remodelação de Paris por Haussmann, e os propósitos das reformas, que representaram os períodos da *belle-époque* brasileira e francesa, podem ser considerados similares, uma vez que, assim como ocorrera na

¹ A imagem da primeira página do primeiro exemplar da *Gazeta* encontra-se reproduzida no ANEXO C.

capital francesa², a nova configuração das ruas do Rio de Janeiro tornaria mais eficaz a ação da polícia contra os motins que marcaram o início do século.

As ações em torno das transformações da cidade contribuíram também para uma intensa movimentação cultural, principalmente literária, em torno das novidades advindas do processo de mudança dos “usos, costumes e ideias” (RIO, 2006, p. 5). Paulo Barreto, como “X” ou como o cronista-repórter João do Rio, para citar apenas dois de seus mais conhecidos pseudônimos, teve uma grande contribuição com o registro, nos periódicos e em muitos de seus livros, de duas realidades díspares da cidade: a dos ricos e favorecidos pela reforma e a dos desfavorecidos, ou indesejados, pelo processo de reconstrução da cidade. Ao longo deste capítulo, mostraremos o alinhamento das ideias entre X e a *Gazeta* a respeito dos projetos para a remodelação da cidade do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, a disparidade entre esses mesmos textos e o conteúdo divulgado nas crônicas-reportagens do outro pseudônimo do autor, João do Rio. Entretanto, veremos, nos próximos capítulos, que mesmo havendo uma discrepância temática entre as crônicas de X e de João do Rio, os discursos dos textos da série *A pobre gente* continuavam alinhados aos ideais do jornal.

Paulo Barreto, utilizando-se, muitas vezes, de outros pseudônimos, não poupou demonstrações de seu entusiasmo frente aos novos hábitos e comportamentos trazidos pela modernização. Em outros momentos, ele criticou determinados comportamentos, como no romance *A profissão de Jacques Pedreira*, em que o autor ironiza a “mentalidade burguesa”. De acordo com Faria (1997): “Jacques Pedreira representa o parasita social: sua ‘profissão’ é seguir a carreira diplomática, a melhor ocupação para um ‘rapaz fino’ que tinha ‘repulsão invencível por gente mal vestida’” (FARIA, 1997, p. 246). Em livro que traz as crônicas e conferências de João do Rio sobre as suas visitas à cidade de São Paulo, publicadas em jornais e revistas, entre os anos 1908 e 1921, Schapochnik (2004) aborda essa dupla face marcante na obra do escritor-repórter que, a nosso ver, condiz com o momento de reconfiguração estética e de valores da cidade, refletidos, também, nas publicações do jornal que ressaltavam os benefícios das transformações na geografia da Capital Federal, da moral e da cultura de seus moradores, mas, também colocava em evidência a miséria que permeava todas as transformações. Nos escritos de Paulo Barreto:

[...] temos, ora um mergulho no universo frívolo e luxuriante da vida mundana, edulcorado com neologismos que corroboravam o traço arrivista de esnobes e

² De acordo com Broca: “Haussmann remodelou Paris tendo em vista objetivos político - militares, dando aos bulevares um traçado estratégico, a fim de evitar as barricadas das revoluções liberais de 1830 e 1848 [...]” (BROCA, 2005, p. 35).

especuladores; ora a abordagem da tragédia dos deserdados da modernização da Capital Federal, uma sequência de retratos dos trabalhadores de perfil diverso e dos párias, cujo comportamento oscilava entre a honestidade respeitosa, mas degradante, e a revolta contra a desumanização. As afinidades do cronista com cada um destes protagonistas ilustram de forma muito significativa a dualidade do ‘jornalista adandinado’ e do ‘radical de ocasião’ delineada por Antonio Candido (SCHAPOCHNIK, 2004, p. 14).

Os “herdeiros deserdados”, pois, são os principais personagens da série *A pobre gente*.

Como dissemos, no início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro foi o cenário principal das mudanças que ocorreram nos domínios político, econômico, social e cultural do país. Foi com a entrada de Rodrigues Alves na presidência, em 1902, que a reforma urbana iniciou-se de fato. Sua primeira atitude foi nomear Pereira Passos como prefeito, encarregado de implantar as modificações na Capital: “Pereira Passos encarregou-se, portanto, do planejamento global da cidade – com exceção do porto e vias adjacentes” (NEEDELL, 1993, p. 55).

As mudanças na estética da Capital refletiram, simbolicamente, as aspirações pelo progresso e civilização da cidade e, por extensão, do país. Para que fossem atraídos os olhares estrangeiros, o Rio de Janeiro, com fisionomia ainda colonial, precisava ser remodelado, de acordo com as autoridades políticas. Para tanto, deu-se início a série de demolições para o alargamento das ruas e a construção de prédios suntuosos, com inspiração na arquitetura francesa, como os da Avenida Central, inaugurada em 1904:³

Era preciso pois findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade e pronta para armar em barricadas e vielas estreitas do centro ao som do primeiro grito de motim.

Somente oferecendo ao mundo uma imagem de plena credibilidade era possível drenar para o Brasil uma parcela proporcional da fartura, conforto e prosperidade em que já chafurdava o mundo civilizado (SEVCENKO, 1995, p. 29).

A necessidade de modernização da Capital vinha, como aponta Sevcenko (1995), da urgência pela mudança da imagem da cidade para o seu alinhamento aos “padrões” europeus, tanto no que diz respeito à estética e geografia da Capital quanto à própria cultura. Muitas medidas foram tomadas para que esse modelo de civilização fosse atingido, partindo-se de pressupostos, muitas vezes ligados às noções de “cultura atrasada” ou às ideologias raciais, difundidas no país desde a segunda metade do século XIX. De projetos de leis a demolições,

³ A Avenida Central foi inaugurada duas vezes. A primeira inauguração se deu em 7 de setembro de 1904, em comemoração ao início das demolições, a segunda, em 15 de novembro de 1905, no aniversário da proclamação da República, em razão da construção da Avenida (NEEDELL, 1993, p. 60).

uma verdadeira guerra foi instaurada contra qualquer ameaça ao “progresso” da Capital e, por extensão, do país.

Na coluna “A cidade”, X (pseudônimo de Paulo Barreto) faz um balanço do que a cidade, sua personagem e interlocutora, conquistara em 1903 e do que ainda iria conquistar no ano que iniciava. Nos trechos transcritos abaixo, destacamos a repetição do vocábulo “progresso”, muito presente nas publicações da *Gazeta* a respeito da reforma urbana:

Aqui te venho trazer, querida cidade minha, uma braçada de rosas frescas, ainda úmidas da chuva que, durante os últimos dias de 1903, encharcou os teus jardins.

Todos os seus filhos devem dar-te agora parabéns pela animação, pela saúde, pelo brilho desusado com que entraste em um novo ano de vida: a sorte de ordinário, tão dura e cruel, abrandou desta vez o seu rigor, — e deu-te um ano de renascimento, de trabalho e de **progresso**... Foram doze meses cheios! Tiveste novos jardins, novos calçamentos, mais vassouradas nas ruas, mais desinfecções nas casas, — e o ano que começa vai dar-te coisas ainda mais belas e preciosas, porque vai dar-te o início das obras do teu grande cais e da tua grande avenida. Não te podes queixar de 1904. Recebe esta braçada de rosas frescas, e toda a alma apaixonada e carinhosa deste filho humilde, que, se é dos que menos te podem servir, é, em compensação, dos que mais te sabem amar...

O que é preciso, amada cidade, é que confies em quem te quer salvar, e desconfies dos amigos ursos, — desses defensores pérfidos, cada um dos quais, para matar a mosca que supõem avistar pousada em tua testa, é capaz de te esmigalhar às pedradas a cabeça, com coroa mural e tudo... Esses advogados do Diabo não deixarão de te soprar ao ouvido que os trabalhos de saneamento são um atentado à tua autonomia e à tua dignidade... Deixa-os falar e tapa os ouvidos: autonomia e dignidade não são sujeira, nem relaxamento [...] Só tem um problema, — um só! — tem de ser resolvido para a tua glória e prosperidade: o de teu saneamento. Pouco importa que sofra um pouco o teu comércio, que sofra um pouco a tua indústria, e que cada um de seus filhos, ricos ou pobres, tenha também um pouco de sofrimento passageiro: no dia em que não tiveres peste nem febre amarela, tendo, ao contrário, ar puro, ruas largas, belas construções, porto decente, nesse dia, a tua riqueza será tão grande, que pagará com juros tresdobrados os sacrifícios feitos!

Lança um olhar para trás, para o que lucraste em um só ano, faça o balanço do que conquistaste nesses doze meses e reconhecerás que deste um passo largo e nobre para o **progresso** [...] (*Gazeta de Notícias*, “A cidade”, 3 de janeiro de 1904, p. 2, grifo nosso). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

O tom exaltado de X mostra a euforia com que as reformas foram recebidas. Este narrador não deixa de se mostrar lúcido quanto às dificuldades que estavam sendo enfrentadas pela cidade e, por extensão, pela população carioca, ao referir-se aos lucros que seriam conseguidos em razão dos “sacrifícios feitos”. Ao mesmo tempo, o narrador prevê, mostrando-se entusiasmado, os dois feitos a serem realizados no ano que se iniciava, a construção do cais e da Avenida Central, e demonstra preocupação com os problemas de saneamento, que contribuíam para o alastramento de doenças como a temida febre amarela.

Em “A cidade”, Paulo Barreto registrou bastante as mudanças que estavam acontecendo naquele início de século no Rio de Janeiro e as opiniões do próprio jornal,

importante meio de interlocução com os moradores da cidade. Rodrigues (1996, p. 44) lamenta o fato de o autor não ter dado continuidade à coluna pouco tempo antes das revoltas populares contra a vacina obrigatória ocorridas em novembro de 1904. “A cidade” não estava presente mais nas folhas cotidianas da *Gazeta* em março desse mesmo ano.

No dia em que foi dado início às obras para a construção da Avenida Central, em 29 de fevereiro, o comentário elogioso à construção da grande Avenida também ficou por conta de X. Nele, o autor tece um diálogo bastante interessante a respeito das construções da avenida e de seus grandes prédios e, valendo-se da ironia, critica todos aqueles que maldiziam os planos do prefeito Pereira Passos para a reconstrução da Capital, além de responder a todos aqueles que não acreditavam que seria possível a conclusão das obras planejadas:

— Veja o senhor! Leia isto! Diz a *Gazeta* que já estão organizados os projetos de doze prédios monumentais na Avenida; os arquitetos não têm mãos a medir; todos eles tem encomendas! Leia isto!

— Já li, já li...

— E sabe que as demolições vão começar desde já?

— Sei, sei...

— Como o senhor diz isso friamente! Então, estes melhoramentos não o entusiasmam?

— Meu caro amigo, eu estou positivamente entusiasmado. Mas estava agora a lembrar-me de uma coisa...

— ?

— Estava a lembrar-me de que, há cerca de quatro ou cinco meses, o senhor, que tão entusiasmado hoje se mostra, vivia por aí a dizer que esta história da Avenida era uma patifaria...

— Eu dizia isso?

— Dizia, sim, senhor! E dizia mais que as obras do porto eram uma manifestação de megalomania, e que o Lauro Muller era um louco, e que o Passos era um déspota...

— Não é possível! Eu nunca disse isso!

— Oh! Se o disse! E disse ainda outras muitas coisas, muitos outros impropérios, muitas outras barbaridades. Mas, venha cá... não se envergonhe com isso... nós, homens, não estamos no mundo, senão para mudar de opinião todos os dias. E não pense que somente os brasileiros se revoltam contra todo o progresso. O grande Haussmann, em Paris, quando projetou a grande reforma da cidade, quase foi apedrejado nas ruas... o homem é sempre o mesmo, aqui como em Paris, na Rússia como na China, nos trópicos como nos polos...

— Bem! Pode ser que eu tenha falado mal da Avenida, das obras do porto, do Lauro, do Passos, de tudo e de todos. Mas o que passou, passou. Hoje estou convencido... o Rio de Janeiro está salvo; E, se alguém me vier falar mal dessas coisas arrisca-se a brigar comigo!

— Creio, creio... Olhe: quer saber o que eu ainda espero ver e ouvir, se Deus nos der vida e saúde, ao senhor e a mim?

— Que é?

— Ainda espero vê-lo e ouvi-lo, por essas ruas, a dizer e a jurar que foi o senhor quem projetou as obras do porto, que foi o senhor quem construiu a Avenida, e que foi o senhor quem salvou o Rio de Janeiro! (*Gazeta de Notícias*, “A cidade”, 29 de fevereiro de 1904, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Os doze prédios citados pelo autor, edifícios suntuosos construídos ao longo da avenida, ficaram prontos em 1910 e concluíram o projeto de embelezamento da cidade; o

progresso e a civilização conquistados poderiam, a partir de então, ser visualmente constatados. As fachadas do Teatro Municipal (1909), do Palácio Monroe (1906), da Biblioteca Nacional (1910) e da Escola Nacional de Belas-Artes (1908), cartões postais da cidade, foram elaboradas para causar impacto (NEEDELL, 1993, p. 61). A construção mais ansiada pela classe artística do Rio de Janeiro talvez tenha sido a do Teatro Municipal. Um dos eventos comemorativos, realizados em função do início das construções, foi o concurso para a eleição da fachada do Teatro. A *Gazeta* publicou, na primeira página, o desenho da fachada vencedora⁴.

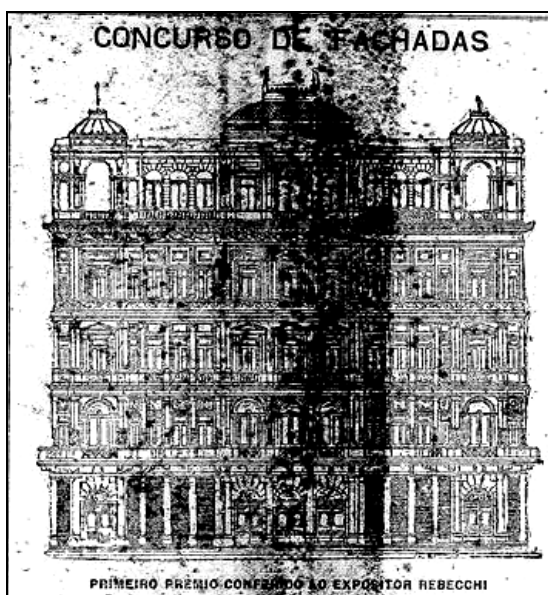


Figura 1: Desenho vencedor do concurso para a escolha da fachada do Teatro Municipal (*Gazeta de Notícias*, primeiro de abril de 1904, p. 1).

Muito aplaudidas e também criticadas, as construções que formavam o *bulevar* carioca foi um dos assuntos que marcaram presença nos periódicos da cidade. Por intermédio da *Gazeta de Notícias*, tivemos conhecimento de que o *Jornal do Commercio* criticou os gastos que seriam realizados na construção do Teatro, alegando que poderiam ser empregados em outros benefícios para a população. Em resposta a este comentário, provavelmente publicado no editorial do *Jornal*, a *Gazeta* justificou a origem do dinheiro que seria gasto, defendendo a importância da construção do Teatro:

O *Jornal do Commercio* de ontem criticou a resolução da Prefeitura, compreendendo desde já a construção do Teatro Municipal. Parece aos nossos colegas que conviria melhor gastar o dinheiro que aí se vai despendar em edifícios para escolas e agências em melhoramentos materiais mais urgentes.

⁴ As fontes de todas as ilustrações deste trabalho estão reunidas em “Crédito das ilustrações”.

Efetivamente o emprego de capital lembrado pelo *Jornal* seria excelente. Mas, cumpre não esquecer que para a construção do Teatro Municipal há renda própria, imposto especial, que tem sido cobrado dos teatros já existentes, e cobrado para esse fim, que está taxativamente marcado em lei. Não se desviam, portanto os impostos aplicáveis a outros serviços.

Desde já a Prefeitura tem arrecadado mais de 500 contos, que não podem ter outro destino. Com o tempo que durar a construção e com os anos subsequentes, o rendimento chegará amplamente para indenizar a despesa.

Depois, é bom notar que, de todas as artes suscetíveis de proteção pelo Estado, nenhuma leva a primazia ao teatro, que é a arte social por excelência. O que se gastar com o teatro é para o gozo e educação do povo.

Mas a consideração suprema no caso é a que já fizemos: *para a construção do Teatro Municipal há um imposto especialmente criado, que se está arrecadando há muitos anos e que só nisso se pode aplicar* (*Gazeta de Notícias*, “O Teatro Municipal”, 24 de março de 1904, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Em meio a todas as mudanças que estavam acontecendo naquele início de século, a troca de informações entre os jornais deveria ser intensa, pois mesmo estando viva e estampada nas manchetes a expectativa positiva em relação às transformações, as incertezas quanto ao sucesso dos empreendimentos, como apontado na coluna “A cidade”, também existiam.

O processo de modernização pelo qual passava o Rio de Janeiro também podia ser visto nos investimentos dos principais periódicos, como o *Jornal do Commercio*, o *Jornal do Brasil* e a *Gazeta de Notícias*, em novas tecnologias para a melhoria das impressões dos jornais e para o aumento na quantidade de exemplares impressos (BARBOSA, 2010, p. 117). A imprensa também se modernizava. Para isso, maquinários cada vez mais potentes eram importados. No alto da primeira página, a *Gazeta de Notícias* estampava a informação: “Estereotipada e impressa nas máquinas rotativas de Marinoni, na tipografia da sociedade anônima ‘Gazeta de Notícias’”. Ter a sua própria tipografia permitia à *Gazeta* expandir os seus negócios com a impressão de livros encomendados. A propaganda da oficina era divulgada nas páginas de anúncios, diariamente, no seguinte formato:



Figura 2: Propaganda da oficina de tipografia da *Gazeta de Notícias* (*Gazeta de Notícias*, 15 de junho de 1904, p. 5).

Ser impressa pela rotativa inventada, em 1867, pelo francês Hippolyte Marinoni (1823-1904) para o parisiense *Petit Journal*, significava ter o que havia de mais moderno em termos de impressora naquele momento: “As Marinonis [...] são adotadas por todos os jornais, ainda que a *Gazeta de Notícias* tivesse sido a pioneira, introduzindo já em 1880 as novas máquinas impressoras” (BARBOSA, p. 128). Em 1900, a sua capacidade horária era de 96 mil exemplares; em 1935 chegou a 300 mil impressos de oito páginas, de acordo com os dados fornecidos pela *Encyclopédie Française* (MARTINS, 2001, p. 240). A invenção da prensa rotativa por Marinoni está entre as principais melhorias técnicas ocorridas no processo de industrialização da tipografia. A *Gazeta de Notícias* divulgou, em 1880, o seu novo investimento com texto acompanhado de uma imagem da impressora. Essa edição compreendeu os dias 11 e 12 de junho:



Figura 3: Ilustração da rotativa Marinoni (*Gazeta de Notícias*, 11 e 12 de junho de 1880, p. 2).

Abaixo, alguns trechos legíveis do texto que acompanha a imagem no jornal. Neles, a *Gazeta* relembra a primeira impressão que fizera, no dia 9 de junho, com a rotativa Marinoni – uma edição distribuída gratuitamente em comemoração ao terceiro centenário de Camões – e apresenta a máquina, ainda uma novidade, aos “colegas das províncias”:

Como noticiamos, o primeiro trabalho da nova máquina rotativa de Marinoni que anteontem inauguramos foi o número especial com que [Ilegível] o terceiro centenário de Camões.

O trabalho das oficinas nesse dia foi extraordinário; enquanto uma das máquinas rotativas, a *S. Paulo*, imprimia a folha dupla da *Gazeta*, a outra, a *Camões* imprimia a folha especial. A tiragem total das três folhas foi de perto de CENTO E VINTE MIL EXEMPLARES, cuja edição esgotou-se inteiramente.

[...]

Das três às quatro horas da tarde as duas máquinas funcionaram em presença de crescido número de pessoas, entre as quais [Ilegível] correspondente do importantíssimo jornal de Londres, o *Times*, a quem renovamos neste lugar os nossos agradecimentos por tão honrosa visita.

Imprimido hoje um desenho que representa a máquina rotativa de Marinoni, de papel sem [Ilegível], cuja tiragem eleva-se a vinte mil exemplares por hora, o nosso intuito é tronar bem conhecidas dos nossos colegas das províncias, a quem forneceremos todas as informações de que precisarem, caso queiram fazer aquisição de tão útil aperfeiçoamento.

A tiragem do dia 10 de junho já não foi a primeira que justificou, mesmo aos olhos dos mais severos, a extrema providência de que estamos montando uma máquina que só pode ser necessária para tiragens superiores a quarenta mil exemplares.

Tantas vezes que o público o reclamar estamos habilitados a fornecer-lhe em poucas horas um número de exemplares que nenhuma outra tipografia da capital e do império pode tão rapidamente imprimir (*Gazeta de Notícias*, 11 e 12 de junho de 1880, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

No dia 10 de junho desse mesmo ano, a *Gazeta de Notícias* não funcionou, como esclarecido em nota no dia anterior. O motivo das portas fechadas seria a chegada da nova máquina de impressão?

Assim como a *Gazeta de Notícias*, outros jornais que pretendiam atrair um número cada vez maior de leitores tiveram que lançar mão de estratégias para que fosse incluída, como público leitor, a clientela mais modesta. Foi o que igualmente fizeram o *Correio da manhã*, o *Jornal do Brasil* e *O Paiz*. Todos esses mantiveram o preço do jornal avulso a 100 réis no período de 1900 a 1908 (BARBOSA, 2010, p. 124). A *Gazeta de Notícias* permaneceu acessível como os demais periódicos citados. Desde a sua inauguração, em 1875, até o ano de 1891, ela manteve o valor de 40 réis para os “números avulsos”, valor baixo na época, de acordo com Sodré (1999, p. 224). Em 1892, o jornal aumentou esse valor para 60 réis e, em 1904, passou a custar 100 réis. Os aumentos devem ter acompanhado o crescimento das vendas do periódico, cuja tiragem foi de 12 mil exemplares em 1875 a 40 mil em 1903⁵, ficando atrás apenas do *Jornal do Brasil*, cuja tiragem diária era de 60 mil prelos, de acordo com a pesquisa de Barbosa (2010, p. 124).

⁵ Os jornais consultados para a verificação do número de tiragens foram os do dia primeiro de dezembro de 1875 e do dia primeiro de janeiro de 1903. Em razão da falta de periodicidade na divulgação do número de tiragens, não foi possível realizarmos uma apuração mais rigorosa e sistemática dessa informação.

No “Prospecto”, a *Gazeta de Notícias* desafia a si mesma no que diz respeito às tiragens e, por conseguinte, às vendas do jornal a que poderia chegar:

O *Diário de Notícias*, de Lisboa, faz uma tiragem de 23 mil exemplares.
A tiragem do *Petit Journal*, de Paris, que é do mesmo gênero, regula 100 mil exemplares.
Quanto conseguirá tirar a *Gazeta de Notícias*? (*Gazeta de Notícias*, “Prospecto”, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Ao citar os dois jornais europeus de renome, a *Gazeta* pretendia, talvez, nivelar-se a eles no que diz respeito à credibilidade que pretendia ter com os leitores. Uma vez colocando-se no mesmo patamar dos dois periódicos, chamava a atenção dos curiosos leitores para o “fenômeno” que pretendia ser em termos de conteúdos atrativos e de sucesso.

O sistema de vendas de exemplares avulsos pela cidade aumentava a acessibilidade da *Gazeta de Notícias*, que também vendia suas folhas por meio de assinaturas. Destacamos o trecho de uma das crônicas de Machado de Assis, em comemoração ao aniversário de 18 anos do periódico, no qual ele nos dá pistas de como funcionava as vendas no modo avulso do jornal:

Os meninos, com a *Gazeta* debaixo do braço e o pregão na boca, espalhavam-se por essas ruas, berrando a notícia, o anúncio, a pilhéria, a crítica, a vida, em suma, tudo por dois vinténs escassos (*Gazeta de Notícias*, “A semana”, 6 de agosto de 1893).⁶

No primeiro exemplar de 1875, o jornal emitiu uma nota destinada aos interessados em fazer a sua distribuição pela cidade: “Precisa-se de bons entregadores para fazerem a distribuição da *Gazeta de Notícias*: para tratar, no escritório, rua do Ouvidor n. 70” (*Gazeta de Notícias*, “Prospecto”). Para os assinantes, a *Gazeta de Notícias* prometia algumas vantagens, como as “informações comerciais que mais possam interessar-lhes, procurando assim merecer sua benevolência e proteção” (Idem, 1875). Chama-nos a atenção o tom formal e cortês com que o jornal se dirigiu aos assinantes, provenientes de camadas sociais mais favorecidas.

Barata e de cunho liberal (SODRÉ, 1999, p. 224), a *Gazeta* aproximava-se muito ao fenômeno do *Le Petit Journal*, de Moïse Polydore Millaud, que, diferentemente de seus concorrentes *La Presse* e *Siècle*, era vendido a 1 sou e destinado a pessoas de diferentes classes sociais (MOLLIER, 2008, p. 180-181). A França, modelo cultural para muitas nações, destacou-se no processo de transferência cultural com o Brasil, sobretudo no que diz respeito à produção e circulação da mídia impressa:

⁶ Esta citação foi retirada de Machado de Assis. *A semana: crônicas (1892-1893)*. Introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 279.

Neste século, a circulação de mediadores (*passeurs*) e de ‘bens’ culturais entre a França e o Brasil se tornara cada vez mais intensa a partir da Missão Artística Francesa de 1816, quando D. João VI trouxe um grupo de artista franceses com o objetivo de criar a Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro (CAPARELLI, 2012, p. 30).

Publicado pela primeira vez em 1863, o *Le Petit Journal* de Millaud conseguiu uma ampla e eficaz divulgação por meio da distribuição em quiosques nas estações de trem e em seus arredores: “[...] a progressão dos números de venda confirma a penetração do jornal nos lares” (MOLLIER, 2008, p. 181). A eficácia deste empreendimento foi possível, além da implementação da lei liberal de 1881, graças ao investimento nas publicações destinadas ao divertimento dos leitores, como os romances-folhetim e os *faits-divers* (Idem, p. 181). Em circunstância da publicação do “Caso Troppman” (1869), o *Le Petit Journal* atravessou o Atlântico e chegou a ser vendido no Brasil pela Livraria Lombaerts & C. (1887) (GUIMARÃES, 2012, p. 141). O diálogo entre as tendências editoriais brasileira e europeia pode ser verificado em algumas rubricas que passaram a ser publicadas nos periódicos nacionais. Guimarães (2012, p. 148) mostra-nos alguns exemplos de similaridades entre títulos de seções de *fait-divers* nos jornais franceses e brasileiros. Dentre os exemplos dados pela autora, temos: “Nouvelles Diverses” e “Notícias Diversas”, presentes, respectivamente, no *Le Petit Journal* (1910) e no *O Estado de S. Paulo* (1910); “Dernières Nouvelles” e “Última Hora”, presentes no *Le Journal* (1900) e na *Gazeta de Notícias* (1910). “Les drames d’amour” e “Os dramas de amor”; “Drame de la jalousie” e “Drama do ciúmes”; “Tentative de suicide” e “Tentativa de suicídio”, são exemplos de títulos correspondentes de *fait-divers* nos dois países.

Alguns fatores internos contribuíram para o aumento da produção periódica de impressos nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, a partir de meados do século XIX. Além do estabelecimento do decreto assinado por D. João em 1821 que tornava livre a atividade da imprensa periódica (MOREL, 2008, p. 30), também o aumento da produção do café, a abolição da escravatura, a subida dos republicanos ao poder e a explosão demográfica das principais cidades do país são citados por Guimarães e Cooper-Richet (2012, p. 17-18) como os principais fatores que fizeram favorável o surgimento de uma nova mentalidade, moderna, que modificou as práticas culturais ligadas à leitura de jornais.

Além de manter baixo custo, os jornais que pretendiam a distribuição em massa investiam em determinados conteúdos para chamar a atenção do público. No caso de nosso periódico, pode-se encontrar uma gama de investimentos em termos de publicações para atrair

os olhares dos leitores: fotografias, ilustrações, charges, almanaques, publicações especiais e literatura são alguns exemplos bastante recorrentes. Os anúncios também tinham a sua parcela de importância nesse sentido porque, com a sua presença, “[...] mais evidente fica, para os leitores, para os grandes anunciantes e para a sociedade política, o seu poder junto a um público não alinhado, até então, entre os principais consumidores desses impressos” (BARBOSA, 2010, p. 125). De remédios populares a peças de teatro, eles se concentravam em grande quantidade, geralmente, nas duas últimas páginas do periódico, mas também eram distribuídos nas primeiras páginas, entre uma publicação e outra, muitos em letras garrafais.

Além de serem indicadores do público ao qual era destinado o jornal, os anúncios eram importantes para a seleção das matérias a serem divulgadas, pois as empresas que vendiam seus produtos em forma de reclames não poderiam ver-se contrariadas pelo próprio periódico (BARBOSA, 2010, p. 192).

Quanto às fotografias, às charges e às ilustrações, além de serem ótimos chamarizes, deveriam, inclusive, auxiliar na comunicação quase imediata com o público leitor, constituído por uma maioria analfabeta (BARBOSA, 2010, p. 127). As charges, como a que destacamos abaixo, comunicava aos leitores da *Gazeta* qual era a notícia principal da edição, além de transmitir o teor dramático, ingrediente muito estimado nas narrativas das notícias cotidianas:

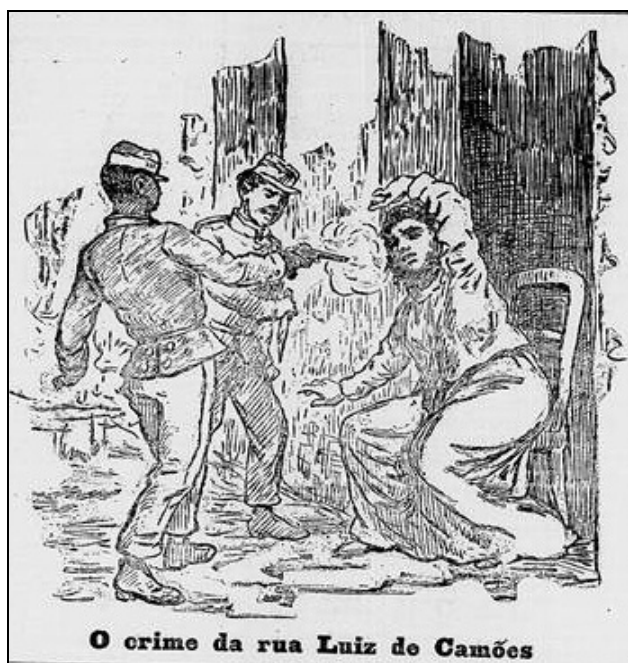


Figura 4: Cena do famoso "crime da rua Luiz de Camões" (*Gazeta de Notícias*, 4 de janeiro de 1904, p. 1).

Os periódicos como a *Gazeta de Notícias*, que tiveram a intenção de aumentar a sua distribuição, devem ter contribuído para a formação dos novos leitores, que surgiram em

razão do fomento dado à educação com a instituição da República: “À alfabetização, aliás, pedra de toque para os republicanos, acrescente-se a formação do leitor, que encontrou naquele periodismo o suporte preferencial para o exercício da leitura e das letras” (ELEUTÉRIO, 2008, p. 84).

Os dados fornecidos pelos censos correspondentes aos anos 1890 e 1920 mostram um crescimento expressivo em relação à quantidade de pessoas alfabetizadas na Capital Federal (GUIMARÃES, 2012, p. 136). No entanto, embora os dados fornecidos pelos censos possam nos ser úteis para o estudo das práticas letradas em uma dada sociedade, uma vez que nos dão parâmetros para o desenvolvimento de análises quantitativas, eles devem ser mencionados sempre com certa ressalva. Em seu escrito sobre as práticas de leitura do Antigo Regime francês, Chartier (1996, p.80), dentre outras coisas, mostra-nos que, erroneamente, tende-se a pensar que o número de leitores de uma sociedade está diretamente relacionado ao número de pessoas consideradas alfabetizadas, vale dizer, ao número de pessoas que assinavam os seus nomes. Este tipo de afirmação desconsidera a diversidade de práticas culturais e tende a partir para generalizações, que estão longe de condizerem com a realidade das práticas de leitura. Levar em consideração apenas os dados fornecidos pelos censos para a construção de um panorama da leitura faz com que negligenciemos, por exemplo, a prática da leitura oral, na qual uma pessoa – geralmente a que teve acesso à escola – lê para os demais membros da família ou para o seu círculo de amigos.

A fotografia, atraente novidade nas páginas dos jornais, mostrava então os principais acontecimentos na cidade. Em decorrência da inauguração da Avenida Central no dia 15 de novembro de 1905, inteiramente construída nesse momento, a *Gazeta* dedicou toda a edição do dia 19 às fotografias e ao longo texto que narra como foram as comemorações.

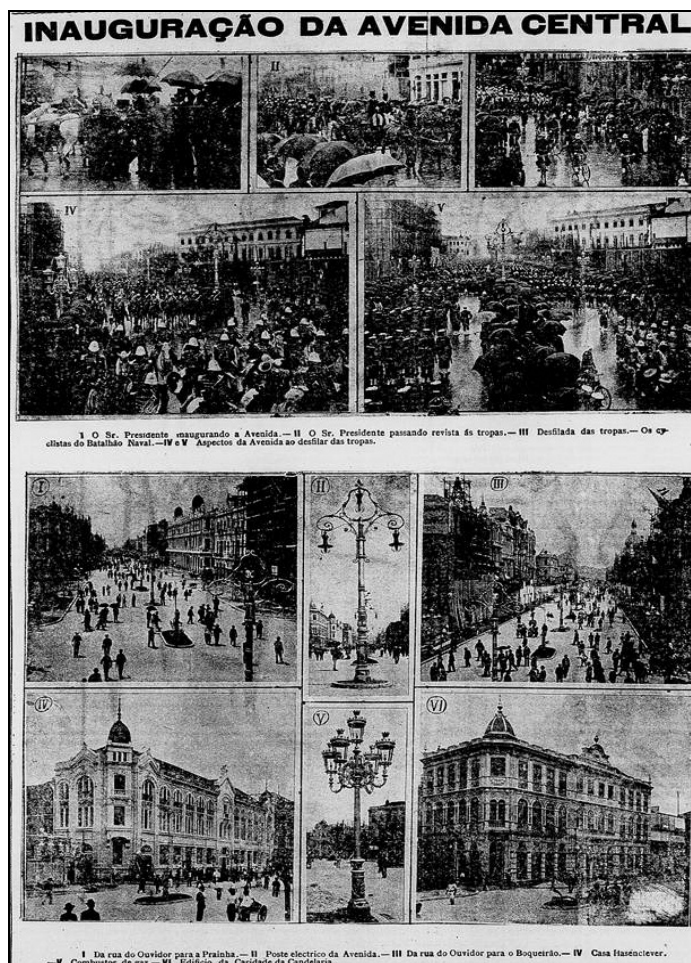


Figura 5: Fotografias da Avenida Central, tiradas no dia de sua inauguração (*Gazeta de Notícias*, 15 de novembro de 1905, p. 2).

Mesmo com frio e chuva constantes, os eventos planejados para a inauguração aconteceram. Nos textos que compartilham, com as fotografias, as páginas do jornal, percebemos uma tentativa de ressaltar a importância da Avenida para amenizar o verdadeiro fracasso de público que a inauguração tivera em razão do mau tempo. Para isso, o narrador personifica a rua, utilizando um discurso que apela para a emoção:

Foi um mau prenúncio ou uma vingança das velhas ruas que invocaram o castigo dos deuses sempre justos? Não pode ser. A Avenida não pediu a ninguém que a fizesse e o seu nascimento já tem a consagração do nosso povo. Apenas, se foi possível realizar esse milagre de rasgar e construir uma rua de dois quilômetros em ano e meio, já o não é conter os elementos. Que importa, porém? A cidade toda vai percorrer a nova rua no mais próximo dia de sol (*Gazeta de Notícias*, “Uma rainha destronada”, 10 de novembro de 1905, p.1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A “velha rua” citada pelo narrador na mesma publicação é a rua do Ouvidor. Famosa pela agitação dos transeuntes e pelas lojas que exibiam os produtos importados, almejados

pela elite, a “rainha destronada” perdera lugar para a Avenida, e a continuidade de sua popularidade foi questionada pelo jornal nesse texto.

De acordo com Süssekind (2006), fatores como o aumento da rede ferroviária, o uso da iluminação elétrica e da tração elétrica nos bondes, o aparecimento de aeroplanos e balões e o crescimento no número de automóveis foram importantes e até mesmo “decisivos”, segundo a autora, para a “difusão da fotografia, da telefonia, do cinematógrafo e do fonógrafo, na introdução de novas técnicas de registro sonoro e de impressão e reprodução de textos, desenhos e fotos [...]” (SÜSSEKIND, 2006, p. 29). Acrescentamos à lista de feitos que contribuíram também para o desenvolvimento dos recursos tecnológicos descritos, além da melhoria do sistema de transporte ferroviário a partir de 1870, a regularização dos serviços dos Correios na época no Império, que propiciou rapidez na entrega dos jornais (BARBOSA, 2010, p. 177-118).

Os novos aparatos técnicos também apareciam registrados no campo das letras. Na famosa coluna de crônicas denominada *Cinematógrafo*, que foi publicada no livro de mesmo título em 1909, João do Rio expunha reflexões a respeito da cinematografia em paralelo à própria atividade do cronista: “O cronista, um operador; as crônicas, fitas; o livro de crônicas, um cinematógrafo de letras: essas as analogias que orientam o volume *Cinematógrafo* e a percepção por parte de Paulo Barreto do próprio trabalho como cronista” (SÜSSEKIND, 2006, p. 45-47). O caráter fragmentado das narrativas seria uma extensão da fragmentação conseguida pelas imagens da fotografia e do cinema; a literatura não apenas citava as novas técnicas de apreensão da realidade, mas passava a incorporar essa técnica em seu formato. Tratava-se de

Uma literatura na qual, já incorporados os sustos, dialoga-se maliciosamente com as novas técnicas e formas de percepção. E que não cita a todo momento o cinema. Mas se apropria e redefine, via escrita, o que dele lhe interessa (SÜSSEKIND, 2006, p. 48).

A forma de descrever as cenas em suas crônicas nos remete muito ao formato da filmagem. Em “As mariposas do luxo”, crônica publicada em 23 de março de 1907, na mesma *Gazeta*, e em 1908 no livro *A alma encantadora das ruas*, João do Rio focaliza, a partir de seu ponto de vista, a rua do Ouvidor, acompanhando as personagens principais, que caminham lentamente pela elegante rua do Ouvidor depois de mais um dia de trabalho. O narrador enfatiza as realidades contraditórias existentes na cidade do Rio e contrasta o mundo das tristes *mariposas* com o das vitrines das várias lojas de artigos de luxo existentes naquela rua:

Há um hiato na feira das vaidades: sem literatos, sem *poses*, sem *flirts*. Passam apenas trabalhadores de volta da faina e operárias que mourejam todo o dia.

Os operários vêm talvez mal-arranjados, com a lata do almoço presa ao dedo mínimo. Alguns vêm de tamancos. Como são feios os operários ao lado dos mocinhos bonitos de ainda há pouco! Vão conversando uns com os outros, ou calados, metidos com o próprio eu. As raparigas ao contrário: vêm devagar, muito devagar, quase sempre duas a duas, parando de montra em montra, olhando, discutindo, vendo.

[...]

Ninguém as conhece e ninguém nelas repara, a não ser um ou outro caixeiro em mal de amor ou algum pícaro sacerdote de conquistas.

Elas, coitaditas! passam todos os dias a essa hora indecisa e parecem sempre pássaros assustados, tontos de luxo, inebriados de olhar. Que lhes destina no seu mistério a Vida cruel? Trabalho, trabalho; a perdição que é a mais fácil das hipóteses; a tuberculose ou o alquebramento numa ninhada de filhos. Aquela rua não as conhecerá jamais. Aquele luxo será sempre a sua quimera.

[...]

Param, passos adiante, em frente às enormes vitrinas de uma grande casa de modas. As montras estão todas de branco, de rosa, de azul; desdobram-se em sinfonias de cores suaves e claras, dessas cores que alegram a alma. E os tecidos são todos leves – irlandas, *guipures*, *pongées*, rendas. Duas bonecas de tamanho natural – as deusas do “*Chiffon*” nos altares da Frivolidade – vestem com uma elegância sem par: uma de branco, *robe Empire*, outra de rosa, com um chapéu cuja pluma deve custar talvez 200 mil-réis.

Quanta coisa! quanta coisa rica! Elas vão para a casa acanhada jantar, aturar as rabugices dos velhos, despir a blusa de chita – a mesma que hão de vestir amanhã. E estão tristes. São os pássaros sombrios no caminho das tentações. Morde-lhes a alma a grande vontade de possuir, de ter o esplendor que se lhes nega na polidez espelhante dos vidros (RIO, 1908, p. 158-161).

Apesar de o espaço corresponder ao da rua, o que vemos na descrição realizada por João do Rio não é a agitação dos transeuntes, entrando e saindo das muitas lojas que compunham a rua do Ouvidor, nem o ruído proveniente da movimentação da cidade moderna. A ambientação construída pelo *flâneur* nos transporta para uma outra rua do Ouvidor, sem a vida de antes. É no *hiato*, intervalo entre o dia agitado da cidade moderna e a noite, que as *mariposas do luxo* encontram o seu espaço na rua. Invisíveis na cidade da *belle-époque*, elas parecem mais insignificantes quando João do Rio mostra, em uma gradação, os tipos que passaram pela rua, fazendo aumentar ainda mais a sensação de desigualdade entre as *mariposas* e as pessoas que frequentavam a rua do Ouvidor:

Já passaram as *professional beauties*, cujos nomes os jornais citam; já voltaram da sua hora de costureiro ou de joalheiro as damas do alto tom; os condecorados da Finança e os condes do Vaticano e os rapazes elegantes e os deliciosos vestidos claros airosamente ondulantes já se sumiram, levados pelos “autos”, pelas parselhas fidalgas, pelos bondes burgueses (RIO, 1908, p. 158).

Em sua obra, João do Rio soube encenar a heterogeneidade dos tipos presentes nas ruas do Rio de Janeiro no início do século XX, por meio da descrição do cotidiano destas vidas.

Curiosamente, na mesma página na qual foram publicadas as fotografias da Avenida, tiradas no dia de sua inauguração, há uma coluna denominada “Modas”, que traz três ilustrações de modelos de roupa feminina e, abaixo de cada uma, apontamentos sobre as últimas tendências em tecidos e estampas, incluindo alguma informação sobre onde usar uma das vestimentas. Essa publicação não poderia estar em melhor lugar do que acompanhada das imagens da Avenida, onde mulheres e homens desfilariam, a partir de então, a moda europeia, divulgada nos jornais, nas páginas de anúncios, inclusive. Reproduzimos, abaixo, uma das imagens presente na referida publicação e o trecho que a descreve:

Analizando minuciosamente as várias coleções de tecidos novos, nota-se a importância que os fabricantes deram nesta estação aos tecidos de lã de fantasia e aos de seda. Tanto uns como outros estão em evidente progresso e apresentam as mais originais disposições no desenho e coloridos de raro encanto. Até mesmo se fala em preciosos tecidos de lã para os *costumes tailleur-couturière*, isto é, destinados a passeios elegantes e *toilettes d’après-midi*, que são cada vez mais complicadas.

As cores bege, castor, [Ilegível], champagne e outras em claro, que se usaram na primavera continuam a aparecer, mas em tom mais carregado, como é natural.

Os quadrados estão cedendo lugar aos riscados [Ilegível], que vestem perfeitamente as pessoas delgadas como as mais nutridas (*Gazeta de Notícias*, “Modas”, 19 de novembro de 1905). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

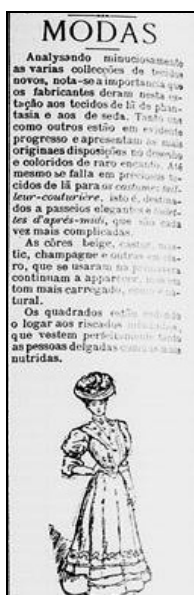


Figura 6: Trecho da publicação "Modas" (*Gazeta de Notícias*, 19 de novembro de 1905, p. 2).

As expressões em francês, não traduzidas pelo jornal, dão mostras da transferência cultural entre França e Brasil. As relações entre os países banhados pelo Atlântico intensificaram-se ao longo do século XIX, promovendo um grande intercâmbio cultural entre a América Latina e a Europa. No início do século seguinte, a transferência cultural França-Brasil ficou bastante evidente em muitos âmbitos da sociedade, como veremos, e a sua permanência em alguns setores pode ser um indício de que para além do “querer ser europeu”, existente naquele momento de transformação, havia uma identificação de uma parcela da sociedade, fortemente ligada às instituições de poder político, com a cultura estrangeira.

O'Donnell, em seus escritos sobre a dimensão etnográfica da cidade do Rio de Janeiro, representada na obra do cronista João do Rio (1881-1921), diz que “O caráter fulminante e radical da ‘regeneração’ correspondia mais a um **ideal abstrato de civilização** a ser implantado a partir do papel (e da competência do time de tecnocratas) do que à materialização de uma demanda social” (2008, p. 49, grifo nosso). É possível, desse modo, entendermos certos comportamentos compulsórios da aristocracia carioca como uma tentativa de tornar aparente o modo de viver europeu.

O consumismo exagerado, por exemplo, dos produtos de luxo, principalmente daqueles que eram voltados para a composição do vestuário, como roupas e joias, seria uma tentativa de “maquiar” uma realidade que, apesar dos esforços do poder público em escondê-la, continuava a existir e a fazer parte do cotidiano das ruas da Capital. A preocupação da elite carioca com a moda europeia, segundo Needell (1993, p. 196), constituiu-se em um “exemplo dramático do fetichismo” ligado ao consumo, e acrescento, à reprodução de tudo o que vinha de fora. Segundo o autor, a moda possibilitava a exibição das aspirações sociais e, no caso carioca, de uma “mercadoria fetichizada”. Por intermédio dos anúncios, os produtos importados eram divulgados pelos jornais.

Para a chegada dos produtos estrangeiros foi preciso reformar o cais do Rio de Janeiro, que já não comportava a grande movimentação de mercadorias em razão das intensas trocas comerciais realizadas entre os países banhados pelo Atlântico. Para se ter uma ideia dessa demanda, Sevcenko (1995) explica que a centralização política e o desenvolvimento das redes de transporte, marítimas e ferroviárias, que permitiam a comunicação entre os estados nacionais e entre os países que lideravam o comércio internacional, asseguravam o investimento no comércio e nas finanças por aquele que era o “maior centro comercial do país” (SEVCENKO, 1995, p. 27). Na virada do século, o porto do Rio de Janeiro já era o “15º em volume de comércio, sendo superado no continente americano apenas por Nova Iorque e Buenos Aires” (Idem, p. 27).

E foi pelo porto do Rio que as mudanças mais evidentes iniciaram-se. Nos primeiros dias de 1904, a *Gazeta de Notícias* trouxe em suas páginas as informações a respeito das obras que seriam realizadas no porto da cidade. Transcrevemos, abaixo, duas notas, denominadas “Obras do porto”:

É esperado amanhã ou depois de amanhã, pelo paquete inglês *Danube* o Sr. J. Walker, empreiteiro das obras do porto desta capital.

Com o Sr. Walker chega grande parte do material que vai ser empregado nas obras, figurando entre ele uma grande draga que recebeu o nome de Lauro Müller.

Por todo este mês ainda chegará aqui uma grande draga, a maior que será empregada no serviço. Essa draga chamar-se-á Rodrigues Alves (*Gazeta de Notícias*, “Obras do porto”, 2 de janeiro de 1904, p. 1).

O Sr. Walker, empreiteiro das obras do porto, traz consigo apenas três engenheiros que serão chefes de seção. Mais tarde, virão alguns mestres e contra mestres. Ao todo, o pessoal contratado na Inglaterra não excederá 30 pessoas.

Calcula-se que, com os operários, sejam precisas 3.000 pessoas para a construção do cais (*Gazeta de Notícias*, “Obras do porto”, 3 de janeiro de 1904, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Mesmo que as dragas tenham sido batizadas por esses nomes próprios tão importantes, é preciso que levemos em consideração a “equivalência” estabelecida entre Lauro Müller, ministro dos Transportes e Obras Públicas (NEEDEL, 1993, p. 58), Rodrigues Alves e as dragas, por meio da qual percebemos que a metáfora evidencia a expectativa que a *Gazeta de Notícias* tinha quanto ao projeto de reconstrução da cidade. Esta foi uma das primeiras publicações, dentre tantas outras que ocorreram posteriormente, que o periódico fez a respeito da reforma de 1904.

Foi também pelo porto que a cultura europeia entrou na cidade. Além do interesse pela moda, outros comportamentos faziam parte das práticas cotidianas da elite carioca. Na crônica “O chá e as visitas”, publicada no periódico *A Notícia*, em 1908,⁷ João do Rio reflete sobre as mudanças nos costumes da sociedade, dando, como exemplo, o antigo hábito de tomar café:

A vida nervosa e febril traz a transformação súbita dos hábitos urbanos. Desde que há mais dinheiro e mais probabilidades de ganhá-lo, — há mais conforto e maior desejo de adaptar a elegância estrangeira [...] Sim, no chá e nas visitas é que está toda a revolução dos costumes sociais da cidade neste interessantíssimo começo do século.

[...]

Há dez anos o Rio tomava chá senão à noite, com torradas, em casa das famílias burguesas. Era quase sempre um chá detestável. Mas assim como conquistou Londres e tomou conta de Paris, o chá estava apenas à espera das avenidas para se apossar do carioca. Há dez anos, minutos depois de entrar em uma casa era certo aparecer um moleque, tendo na salva de prata uma canequinha de

⁷ Informação retirada de “Nota sobre a presente edição” (2006, p. 39), presente na edição de *Vida vertiginosa*, preparada por João Carlos Rodrigues.

café: — É servido de um pouco de café? O café era uma espécie de colchete da sociabilidade no lar e de incentivo na rua. Assim, como sem vontade o homem era obrigado a beber café em cada casa, o café servia nos botequins para quando estava suado, para quando estava fatigado, para quando não tinha o que fazer — para tudo enfim. Foi então que apareceu o chá, impondo-se hábito social. As mulheres — como em Londres, como em Paris — tomaram o partido do chá (RIO, 2006, p. 45-47).

No final dessa crônica, o autor parece convencido de que este “elegante” costume caíra muito bem no gosto dos brasileiros:

Haverá quem tenha saudades da remotíssima época do café e das visitas que passavam os dias? não é possível! Civilização quer dizer ser como a gente que se diz civilizada. Essa história de levar o tempo, sem correção, sem linha, numa desagradável bonancheirice, podia ser incomparável, e era. Em nenhuma grande cidade com a consciência de o ser se faziam visitas como no Rio, nem se tomava café com tamanha insensatez. Mas não era *chic*, não tinha o brilho delicado da arte de cultivar os conhecimentos, erigir a conservação do conhecimento num trabalho sério e conservar a própria individualidade e a sua intimidade a salvo da invasão de todos os amigos (RIO, 2006, p. 52).

Pode ser que o autor tenha sido irônico em sua exposição a respeito da reprodução do novo hábito, mas, em sua fala, conseguimos captar uma ideia, circulante na burguesia carioca do início do século XX, a de que ser civilizado, acima de tudo, significava portar-se de acordo com o que se pensava ser o ideal de uma sociedade culturalmente avançada. O hábito de tomar café passou a ser um exemplo de atraso, uma vez relacionado ao passado colonial e preso às tradições.

Apesar de muitos intelectuais terem tecido críticas no decorrer das mudanças, a atmosfera a favor da busca pela sonhada “civilização” prevalecia, acompanhada de certo exagero. De acordo com Broca (2005, p. 38), “Os escritores superestimavam essa modernização da cidade, atribuindo ao Rio, em contos, romances e crônicas, ambientes e tipos que na realidade aqui não existiam”.

A nova configuração da cidade fez coexistir realidades controversas; a parte central da cidade, reconstruída, contrastava-se com o entorno, esquecido e indesejado, lembrança do atraso: “Começaria a acentuar-se certo antagonismo entre a ‘cidade’, os bairros aristocráticos, de gente fina, dos supercivilizados, e o subúrbio com sua pequena burguesia, de costumes simples [...]”, acrescenta Broca (2005, p. 38), que menciona a obra do escritor Lima Barreto como uma referência do registro da existência desse lado esquecido do Rio. Alguns escritores tiveram um papel muito importante na divulgação dos problemas existentes na Capital, muitas vezes sem pretensões políticas ou de iniciar algum grande movimento reivindicatório a favor

dos desfavorecidos. O chamado “radical de ocasião”, conhecida expressão criada por Antonio Candido (2007), seria o

[...] homem sem qualquer compromisso com a revolução, que frequentemente até é contra ela, e no entanto nalgum período ou apenas nalgum instante da vida fez alguma coisa por ela: uma palavra, um ato, um artigo, uma contribuição, uma assinatura, o auxílio a um perseguido (CANDIDO, 2007, p. 77).

No mesmo artigo, o autor cita alguns escritores que, ocasionalmente, se mostraram engajados nos problemas sociais e que chegaram a levantar bandeiras socialista e anarquista ainda que de maneira leviana. Dentre os escritores lembrados, João do Rio é aquele sobre o qual o crítico despende maior atenção. Sem proclamar-se partidário de qualquer movimento político, o cronista deixou registrado, principalmente em suas crônicas-reportagens, a pobreza e, por consequência, o descaso do poder público com a situação miserável em que vivia a maioria da população do Rio de Janeiro naquele início de século.

Ao não esquivar o seu olhar dos problemas sociais existentes na Capital, João do Rio mostrava-se consciente da realidade ambígua que assinalava os novos tempos; se a reconstrução do centro da cidade indicava o rumo a um caminho de prosperidade, o seu entorno tornou-se uma constante lembrança do atraso com que a cidade ainda teria que lidar. Esse entrave esteve presente nas publicações diárias da *Gazeta de Notícias* também pela série *A pobre gente*, que não deixava de ser uma força opositora aos textos informativos e elogiosos sobre a reforma urbana do Rio.

Aos 22 anos de idade, Paulo Barreto adotou o pseudônimo “João do Rio”, com o qual ganhou notoriedade, assinando, a princípio, a coluna *O Brasil lê: João do Rio*, no fim de 1903, que trazia “[...] entrevistas com diplomatas [...] sobre o tema da imigração” (RODRIGUES, 1996, p. 49). Em 1907, ano em que a *Gazeta* “adotou a impressão a cores na primeira página da edição dominical” (Idem, p. 72), Paulo Barreto estreou uma nova coluna, a *Cinematographo*, e adotou um novo pseudônimo, “Joe”. Sobre essa nova empreitada do escritor, Rodrigues nos dá as informações:

Nela – dividida em tópicos com o nome dos dias da semana, em forma de diário pessoal à moda da imprensa parisiense, porém carioquíssima no raciocínio e no linguajar – cabia tudo: crônica literária; crônica social e de costumes; crítica literária e teatral; perfis de políticos, literatos e artistas; e confissões pessoais. Variedades, como as que eram apresentadas nos cinematógrafos da cidade, daí o título” (RODRIGUES, 1996, p. 72).

A coluna de Joe durou até dezembro de 1910 e, comparando os dois estilos, o primeiro “[...] é menos preocupado do que João do Rio com os aspectos pitorescos da vida da cidade

[...]” (Idem, p. 72). Devemos salientar o fato de que, em razão de ter escrito algumas vezes para vários periódicos ao mesmo tempo, Paulo Barreto conseguia distinguir as diferentes vozes que caracterizavam cada um de seus narradores. Enquanto era Joe na *Gazeta de Notícias*, por exemplo, nos artigos do *A Notícia* vestia a máscara do “impiedoso” Claude (Idem, p. 72).

O “jornalista adandinado” (CANDIDO, 2007, p. 81), autor de verdadeiros elogios cheios de afetação dirigidos aos feitos de Pereira Passos e Rodrigues Alves, vistos há pouco nas crônicas citadas da coluna “A cidade”, é o mesmo que vai vasculhar os subúrbios, adentrando nas ruelas escuras para conhecer as casas deterioradas onde funcionavam algumas hospedarias irregulares, acompanhando a rotina de vida de mendigos e de crianças iniciadas no mundo das esmolas e da prostituição, indignando-se diante das péssimas condições de trabalho dos estivadores. Como um detetive, investigou o cerne do submundo da Capital, divulgando as histórias dos personagens que compõem a série *A pobre gente*, publicada em 1904 na mesma *Gazeta*, e que farão parte, quatro anos depois, de seu outro projeto, o livro *A Alma encantadora das ruas*.

João do Rio foi o primeiro a fazer do inquérito prática constante e um meio de conseguir dados para as suas crônicas-reportagens. Ao inserir as falas de seus personagens e dados reais sobre os locais nos quais esteve, ele acrescentava uma sensação de veracidade ao que relatava. As descrições minuciosas dos ambientes por ele frequentados e das pessoas com as quais interagiu também contribuíam para despertar no leitor esse tipo de sensação. As publicações distribuídas no jornal tornam-se quase inquestionáveis por causa do efeito de verdade que produzem. O jornal “[...] impresso transforma-se em documento, o que, *a priori*, identifica o que está contido em suas páginas como a verdade absoluta” (BARBOSA, 2010, p. 131).

Se o jornal seria o lugar da “verdade”, seria também veículo de informação “imparcial”, afinal, a divulgação das notícias e demais tipos de textos de maneira objetiva e pautada em fatos comprovativos daria maior credibilidade às informações difundidas. “Opinião imparcial” é o título de uma das publicações feita pela *Gazeta*, na coluna *Notas e Notícias*, a respeito da revolta da população com a vacina obrigatória por lei contra a varíola. No texto, o narrador comenta a parcialidade com que a imprensa estrangeira avaliava a situação do Brasil em relação às epidemias e, fazendo jus à defesa da imparcialidade, apresenta alguns dados divulgados em carta pelo professor de higiene da Escola Superior de Agricultura Colonial ao francês *Temps*. Trata-se de um interessante documento a respeito do

período de revoltas populares contra a vacina que mostra um pouco da opinião do jornal sobre os motivos do famoso levante:

É tão raro aparecerem na imprensa estrangeira opiniões e comentários imparciais acerca das causas e homens do Brasil, que se torna digna de menção a carta que o Dr. Adrien Loir dirigia ao *Temps*, de Paris, relativamente aos últimos tumultos nesta capital.

O Dr. Adrien Loir é professor de higiene na Escola Superior de Agricultura Colonial e em junho deste ano esteve no Rio de Janeiro, onde observou de perto o nosso serviço de higiene, graças à gentileza com que foi recebido pelo Sr. Diretor da Saúde.

Uma parte da carta é de completo elogio às medidas postas em prática contra a epidemia da febre amarela. Numa estatística comparativa demonstra o ilustre professor a eficácia dessas medidas e acrescenta que assistindo em Buenos Aires à partida dos membros da convenção internacional sanitária que em junho se reuniu no Rio de Janeiro, observou que na República Argentina não se tomava a sério a pretensão dos brasileiros no sentido de contestarem ser o Rio de Janeiro um foco de febre amarela. Em presença, porém, dos resultados obtidos pela repartição de higiene do Rio, os dois sábios, que representavam a República Argentina, assinaram o protocolo da conferência, no qual ficou consignado exatamente o contrário, isto é, que o Rio de Janeiro já não é um foco de febre amarela.

Acrescenta o ilustre professor que todo o mundo civilizado ficou maravilhado com os resultados obtidos pelo Dr. Oswaldo Cruz, com as medidas contra a febre amarela; mas que agora causou estranheza a resistência às medidas contra a varíola.

A vacina obrigatória é para o ilustre sábio uma medida de indiscutível eficácia.

A sua carta está repleta de dados comprobatórios dessa opinião. Ele explica, porém, a resistência nessa medida e a facilidade com que foram aceitas as destinadas a darem combate à febre amarela, pela própria natureza, pela própria índole dessas medidas.

Os governos podem impor medidas de higiene quando elas são gerais, como a destruição dos mosquitos e obter resultados maravilhosos mesmo quando as massas não estão convencidas da utilidade das medidas. Coisa diversa é, porém, decretar uma medida de profilaxia individual. Nesse caso é geral encontrarem-se resistências, que muitas vezes se manifestam sob uma forma violenta, e outras – o que é pior – sob a forma de resistência passiva.

Em conclusão: a opinião do ilustre professor é que a resistência à obrigatoriedade da vacina é devida à falta de preparo das massas, para reconhecerem a utilidade e a eficácia dessa medida.

E diz ele, só desaparecerá este estado de coisas no dia em que tenham penetrado por toda a parte os princípios de higiene e em que a educação de nossos filhos abranger fortes noções de higiene, em que a nova crença seja uma das bases das sociedades modernas.

É certo, conclui Adrien Loir, que os tumultos tiveram uma causa política, mas, se a questão da vacina obrigatória foi posta à frente para evitar as paixões populares, é porque a educação do povo está ainda por fazer, e ele não compreende os benefícios resultantes da aplicação desta lei (*Gazeta de Notícias*, “Notas e Notícias/Opinião imparcial”, 15 de dezembro de 1904). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A publicação traz, logo de início, informação a respeito do Dr. Adrien (professor de higiene na Escola Superior de Agricultura Colonial) que atestaria a sua credibilidade na avaliação dos métodos adotados contra a febre amarela e a varíola. O narrador, ao longo da exposição, não poupa elogios ao médico, mostrando-se, ao contrário do que propõe o título, “Opinião Imparcial”, bastante inclinado às abordagens feitas à população para a erradicação

da ameaça da febre amarela e da varíola. A referência ao “ilustre” médico estaria servindo como um atestado de veracidade aos dados, por ele divulgados, referentes à eficácia das ações governamentais contra as epidemias.

Em alguns exemplares de 1903, encontramos demonstrações de preocupação em torno das doenças que ameaçavam a saúde pública, em textos como o “As obras do porto e as febres”, cujo autor é o “diretor da higiene pública”, Oswaldo Cruz. O higienista esclarece aos leitores as formas de contágio e disseminação da febre amarela e do impaludismo, associando os riscos de contaminação à natureza do trabalho que seria realizado na baía. Seguem os trechos inicial e final da publicação:

Qual a influência que poderão exercer os trabalhos que serão empreendidos, em breve, em nosso porto sobre o desenvolvimento do impaludismo e da febre amarela no Rio?

Para responder a esta questão convém elucidar os seguintes pontos:

- a) Condições necessárias para a transmissão das moléstias em questão;
- b) Natureza dos trabalhos a empreender;
- c) Época do ano em que forem iniciados os trabalhos;
- d) Proveniência do pessoal empregado.

[...]

Em conclusão: No estado atual da ciência estamos autorizados a assegurar que as obras do porto poderiam trazer nas condições acima aludidas epidemias de febre amarela e de impaludismo, mas que essas epidemias podem ser seguramente evitadas se forem postas em prática as respectivas profilaxias específicas, hoje perfeitamente estabelecidas e repousando em sólidas bases científicas (*Gazeta de Notícias*, “As obras do porto e as febres”, 5 de outubro de 1904, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Apesar de reconhecer o perigo de contaminação, Oswaldo Cruz sustenta a possibilidade do início da obra no porto, desde que as medidas profiláticas fossem rigorosamente adotadas. Na primeira metade do século XIX, o Brasil era considerado um país com boa salubridade quando comparado à de outros países do Novo e do Velho Mundo (CHALHOUB, 1996, p. 60); o risco de propagação da febre amarela e da cólera não era alarmante, ainda que existissem fatores que pudessem contribuir para a epidemia de febre amarela no país, como a posição geográfica e o clima. Essa situação mudou nas últimas décadas do século XIX, com o aparecimento da febre amarela, que promoveu “embaraços constantes às atividades comerciais do país e [...] à implementação de políticas imigrantistas” (CHALHOUB, 1996, p. 61-62). A partir do texto publicado por Oswaldo Cruz na *Gazeta*, temos conhecimento das influências que o medo de novas situações epidêmicas tinha sobre os planos de reconstrução da Capital em 1904. O temor, publicado no jornal em forma de texto informativo, poderia ganhar proporções maiores, uma vez que o jornal era visto como o lugar

da imparcialidade e da divulgação exata das informações. Ao menos, era esse um dos charizes da *Gazeta de Notícias*.

Conforme mostraram os exemplos que expusemos até este momento, os problemas que permeavam a cidade e que podiam ser uma ameaça à prosperidade da nova empreitada rumo à reconstrução da Capital estavam presentes também nos textos mais elaborados no que diz respeito à composição literária. Momento em que o literato e o jornalista fundem-se e, no caso de João do Rio, o homem de letras e o repórter fundiam-se na tarefa de registrar (ofício do repórter) e expor ao público as suas experiências de modo a tocá-lo. Ter registrado um acontecimento no impresso por alguém que foi até o local e o observou, daria maior credibilidade ao que se queria passar como verídico. Os acontecimentos registrados acabavam virando memória, selecionada de modo subjetivo pelo jornalista: “Aos relatos que devem ser perenizados, imortalizados na prisão da palavra escrita, contrapõem-se outros que devem ser relegados ao esquecimento. A memória é, antes de tudo, a dialética entre lembrança e esquecimento” (BARBOSA, 2010, p. 131).

Por meio da elaboração da linguagem das crônicas-reportagem de João do Rio, que priorizavam as temáticas sociais, o leitor acompanhava e vivenciava com o narrador-repórter as situações pelas quais provavelmente nunca passaria e conhecia um pouco das personagens que, até então, faziam parte de seu imaginário.

Em 1900, com a morte de Ferreira de Araújo, a *Gazeta de Notícias* passou a ser dirigida por Henrique Chaves (SODRÉ, 1999, p. 283-284). Nesta época, o periódico já era conhecido pela ótima renumeração dada aos seus colaboradores. Os homens de letras que compunham o quadro de funcionários do jornal eram muito bem selecionados:

O apego aos textos literários enobrecia o jornal popular, dando-lhe, ao mesmo tempo, certo *status* elevado e matéria interessante a ler para a elite burguesa letrada. Sendo assim, escolhia de modo criterioso aquele que teria o supremo privilégio de participar do grande jornal do momento. Não era aceito nas páginas da *Gazeta* nenhum estrepante ou mesmo já tarimbado escritor que não tivesse excelente fama e currículo invejável (ASPERTI, 2006, p. 48).

O jornal dava aos escritores da época a popularização e a remuneração que ainda não conseguiam com a venda de livros, pois “[...] a vida de escritor sustentado apenas pelos seus livros ainda era uma utopia num Brasil de analfabetos” (Idem, p. 48). Não tardou o momento em que Paulo Barreto, por indicação do deputado fluminense Nilo Peçanha, passou a fazer parte deste grande momento do jornal, em 1903.

Mesmo apresentando grande mobilidade nas suas publicações, a *Gazeta* mantinha, em 1904, ano de publicação da série *A pobre gente*, algumas colunas mais fixas; destacaremos algumas dessas colunas.

A literatura tinha o seu local determinado no jornal, indicado por um título que se repetia, por exemplo, no caso das séries, ainda que pudesse mudar de página ou de disposição na página. Os romances-folhetins estavam sempre presentes nos rodapés da primeira ou da segunda página; muitas vezes dois romances dividiam o mesmo espaço, mais espremidos, em razão, muitas vezes, da acumulação de matérias. Outras publicações, relacionadas à moda e à beleza, assim como os romances, muito apreciadas pelo público feminino, também fazia parte do rol de conteúdos diários da *Gazeta* (BARBOSA, 2010, p. 208-210).

As notícias diárias, tanto as nacionais quanto as internacionais, eram publicadas, na maioria das vezes, na segunda página do periódico, após a coluna que exibia as decisões burocráticas do governo, como aprovações de leis, por exemplo, intitulada “Prefeitura do Distrito Federal/Atos do Poder Executivo”, além de “Boletim do Congresso” e “Tribunais”. Essa ordem, entretanto, apareceu invertida em alguns exemplares da *Gazeta*. Em “Notas e Notícias”, eram publicados textos de opinião a respeito de um fato escolhido e, por não conter assinatura, presumimos ser de autoria do editorial do jornal; “Vida no Rio” levava aos leitores as informações a respeito dos “aniversários”, “chegadas”, “partidas”, “clubs”, “música”, etc.

Algumas colunas em especial estabeleciam uma comunicação mais direta com os leitores. Destacamos “Reclamações” e “Operariado”. Na coluna “Operariado”, a *Gazeta* dava informações a respeito das reuniões das associações, com o dia, a data, o horário e o local nos quais aconteceriam os encontros; já em “Reclamações” encontramos um diálogo entre o jornal e a camada mais pobre da população, pois, por meio dessa coluna, era possível fazer reclamações a respeito das péssimas condições de saneamento, da falta de calçamento nas ruas e qualquer outro problema cuja solução não era encontrada, muitas vezes por descaso dos responsáveis: “Não tendo a quem apelar, se dirigir ou pedir, os leitores pobres veem o periódico como o intermediário possível entre o seu cotidiano de lutas e misérias e aqueles que tem poder suficiente para mudar a realidade” (BARBOSA, 2010, p. 212).

No dia 4 de junho de 1904, abaixo das reclamações de dois moradores, o redator da *Gazeta* também aproveitou esse espaço para fazer uma reivindicação ao prefeito quanto à melhoria em uma importante rua da cidade. Como forma de persuadir o seu interlocutor, o redator lembra o grande apoio que o jornal vinha dando a todos os projetos do prefeito em nome da melhoria da Capital. Segue a transcrição do interessante pedido:

Sr. redator. — A iniciativa da *Gazeta*, a que já deve tantos serviços a Capital da República, em meio da campanha em que se acha empenhado o ilustre Prefeito Municipal, em papel da sua transformação material e estética, vimos lembrar mais um melhoramento a que tem incontestável direito uma rua bem importante da cidade.

Referimo-nos à rua Visconde de Sapucaí. Aí se encontram, além de outros estabelecimentos, a fábrica de cerveja Brahma, de grande movimento, e as oficinas de Guinle & C., conhecidos eletricitistas. Pois bem; o calçamento desta rua é inteiramente primitivo, e nos dias de aguaceiro, pouco que seja, o trânsito fica impedido, porque a rua se transforma em verdadeiro charco.

Ora, o benemérito chefe do Distrito Federal, incansável na faina pelo progresso do Rio de Janeiro, se chegar a apreciar o estado lastimoso dessa via de comunicação, com certeza que o seu espírito de administrador se convencerá da necessidade de melhorá-la, calçando-a regularmente e facilitando-lhe o escoadouro das águas.

Tome a *Gazeta* o patrocínio desta causa e acrescentará mais este benefício à soma dos que já tem prestado (*Gazeta de Notícias*, “Reclamações”, 14 de junho de 1904, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

O aparente efeito irônico conseguido pelo redator, com o estabelecimento do paralelo entre as reformas da Capital e o estado lastimoso em que se encontrava a importante rua, pode ter funcionado como um recurso para a denúncia do descaso do poder público, representado pela figura máxima do prefeito no texto, sem que fosse colocado em dúvida o apoio irrestrito do jornal aos recentes feitos na cidade. Com a leitura do jornal, principalmente das edições do ano de 1904, fica claro que a coluna “Reclamações”, destinada às denúncias dos problemas que perturbavam a vida dos mais pobres, não estabelecia uma posição fortemente contrária às propagandas positivas dos benefícios que receberia a cidade com a sua reforma. Sem dúvida, assim como assumiu o redator da *Gazeta*, esse periódico apoiava totalmente o prefeito em sua empreitada.

É interessante lembrarmos-nos de que os diretores dos principais jornais tinham sua carreira ligada também ao meio político. Muitos redatores, para alcançarem o posto de dirigentes dos jornais, faziam alianças políticas a fim de crescerem economicamente e alcançarem o posto desejado no jornal. Henrique Chaves, sucessor de Ferreira de Araújo na direção da *Gazeta de Notícias*, seguiu esses passos, comuns na época: formado como advogado, chegou a ser chefe do Serviço Telegráfico da Câmara e Deputado (BARBOSA, 2010, p.144-149).

Inserida nesta nova realidade de constante aperfeiçoamento das técnicas de produção do jornal, a *Gazeta de Notícias* ganhou destaque ao ser um dos primeiros a atingir uma alta qualidade e agilidade nas suas impressões, seguindo, principalmente, como a maioria dos jornais brasileiros, o modelo francês na escolha de suas publicações e do modo de diagramar as folhas impressas. Como no caso da *Gazeta de Notícias*, surgiram mais periódicos que primavam pela divulgação de conteúdos voltados para o entretenimento dos leitores. Além

dos romances, a crônica e a reportagem são gêneros que ganharam cada vez mais espaço nos prelos: “Redimensionadas no contexto urbano das metrópoles em plena expansão, estas novas práticas letradas encontram plena aceitação, em um jogo dialético que obedece à demanda e insere, definitivamente, a cultura na lógica mercantil do capitalismo” (GUIMARÃES, 2013. No prelo).

A ordenação conseguida no jornal enquanto material impresso estendia-se também à divisão do trabalho nos jornais-empresas. Em torno de 1875 o jornal passou a incorporar a “mentalidade empresarial”, e novos investimentos começaram a ser realizados para suprir a crescente demanda de consumidores, como vimos, a partir da importação de rotativas e linotipos (MEDINA, 1988, p. 52). Os prédios aumentaram de tamanho, novas instalações e dependências foram feitas. Com as máquinas impressoras cada vez mais velozes, é necessário maior número de funcionários ocupando diferentes funções (BARBOSA, 2010, p. 169-170). Apresentamos os seguintes dados a respeito do número de trabalhadores na *Gazeta de Notícias*:

[...] possui, em 1907, 150 empregados, sem contar os correspondentes nos estados e no exterior, e os colaboradores: 70 na tipografia, dez nas máquinas, oito na distribuição, 37 na redação, 12 nos escritórios e sete serventes. A introdução de novas e complexas máquinas de impressão e composição obriga a contratação, por exemplo, de ‘mecânicos encarregados da montagem e da conservação das linotipos’ (BARBOSA, 2010, p. 170).

Com Henrique Chaves na direção, a *Gazeta* tinha por volta do seguinte quadro de funcionários e demais colaboradores: Carlo Parlagreco, redator-chefe e repórter; Maximiano Serzedelo, Oliveira e Silva, Luís de Castro, João Chaves, Renato de Castro, redatores; Afonso de Montaury, Luís Silva, Castro Viana, Henrique Guimarães, repórteres. A esses, somam-se os “redatores gratuitos” e os literários, como Olavo Bilac, Coelho Neto, Pedro Rabelo e Guimarães Passos (EDMUNDO, 2003, p. 567-574). Nessa época, João do Rio era redator e escrevia crônicas de teatro para o jornal (Idem, p. 572-573).

Os jornais-empresas iniciavam a sua rotina de trabalho na redação, nas primeiras horas da noite, quando os repórteres levavam todo o material conseguido durante todo o dia na rua para ser redigido em tiras e enviado à “composição”; após o trabalho de composição, revisão, paginação e divisão das matérias que entrariam ou “ficariam” para as próximas edições, finalmente, o jornal ia à prensa para o trabalho de estereotipia. Depois de cumprido todo esse processo, o jornal é impresso, cortado e dobrado pelas modernas rotativas. Os trabalhos de

fotogravura ou fotozincografia, responsáveis pelo tratamento dado às ilustrações, eram realizados à parte (BARBOSA, 2010, p.169-171).

O repórter foi uma das figuras mais importantes do jornal no início do século XX. Ao contrário dos dirigentes, de famílias abastadas, os jornalistas eram em sua maioria jovens estudantes que abandonavam a profissão para trabalhar, inicialmente, como revisor e repórter, com esperança de conseguir aumentar a sua renda ou notoriedade. Era ele quem levava ao jornal as principais notícias do dia e elaborava as grandes reportagens, duas atrações populares que marcaram a imprensa brasileira da época e que inauguraram um novo modo de entender a literatura nas páginas dos jornais.

3 GAZETA DE NOTÍCIAS: INFORMAÇÃO E ENTRETENIMENTO NA ORDEM DO DIA

Ao tratar do *prazer da leitura*, experimentado pelos leitores assíduos do folhetim, Meyer (1996, p. 314) cita algumas formas de publicação que contribuem para o “gosto pela literatura *d’appendice*”:

E são vários os modos de prazer da leitura, decorrentes de formas de publicação às vezes até contraditórias: fragmentos cotidianos, fragmentos recompostos numa unidade conquistada dia após dia na costura caseira dos recortes, ou redistribuídos semanalmente nos fascículos comerciais; ou a pseudo-unidade do livro no meio da série, quer fosse proposta pelo jornal, quer pelo próprio editor, se lembrarmos a oferta de encadernação paulatina de fascículos publicados pela livraria João do Rio na sua edição de *Rocambole*; **ou ainda a unidade definitivamente totalizadora dos volumes pós-publicação seriada** (MEYER, 1996, p. 314, grifo nosso).

A publicação seriada mostra-se, como aponta Meyer (1996), muito eficaz na criação de uma simpatia do leitor com os textos, pois traz os ingredientes que lhe agradam, como os aguardados finais felizes dos romances-folhetins, apostando na expectativa do público para a próxima publicação. Além de investir na qualidade de seus impressos, a *Gazeta de Notícias* soube incluir, em suas páginas, os ingredientes que agradavam os leitores da época.

Desde a sua inauguração, em 1875, o periódico investiu na divulgação dos romances-folhetins, que tem como marco inicial de sua presença em jornal brasileiro a publicação do ensaio *O capitão Paulo* (1838), de Alexandre Dumas (MEYER, 1996, p. 282), no espaço “folhetim” do *Jornal do commercio*, ocorrida apenas dois anos após a invenção da fórmula por Émile de Girardin, de se publicar os romances “fatiados”, ou em série, no espaço do folhetim, no periódico francês *La Presse*. Sobre a “aclimatação” do romance-folhetim no Brasil, indicamos a leitura dos estudos de Heineberg⁸ sobre como se deu esse processo que levava muitos autores brasileiros, como Pereira da Silva, Justiniano José da Rocha e Francisco de Paula de Brito a transportarem seus romances ao contexto estrangeiro em razão da predileção pela publicação de autores que não fossem nacionais.

Em seu prospecto inaugural, a *Gazeta* anunciou os conteúdos que fariam parte do cotidiano de suas páginas:

Além d’um folhetim romance, a *Gazeta de Notícias* todos os dias dará um folhetim de atualidade. Artes, literatura, teatros, modas, acontecimentos notáveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propõe trazer ao corrente os seus leitores (*Gazeta de Notícias*, “Prospecto”, 1875, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

⁸ HEINEBERG, Ilana. A Providência, de Teixeira e Sousa, e a Aclimatação do Romance-Folhetim no Brasil. [online]. In: *Caminhos do Romance*. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>>. Acesso em: 25/11/2013.

Como podemos observar, o periódico propõe, em seu discurso de abertura, seções cotidianas de entretenimentos dos mais variados tipos, colocando o leitor em primeiro plano na escolha de seu conteúdo. A respeito de seu público-alvo, Gomes (1996), assim como os estudiosos da imprensa brasileira, afirma que se tratava do “jornal favorito da elite cultural” (Idem, p. 114). Também Barbosa (2010), após análise das propagandas mais divulgadas pela *Gazeta*, concorda em dizer que os leitores desse periódico deveriam ter boas condições financeiras:

Os anúncios que a *Gazeta* divulga — editais de bancos, remédios para mulher, companhias de navegação, hotéis luxuosos, cofres que garantem valores contra roubo ou fogo, pianos elevadores —, entre os mais frequentes, particularizam o jornal como preferencialmente destinado a leitores, homens e mulheres, de melhor posição social na escala social (BARBOSA, 2010, p. 209).

Pode ser que os anúncios mais frequentes fossem destinados a um público mais seletivo em razão dos patrocínios que o periódico poderia receber das empresas, mas, a nosso ver, os leitores da *Gazeta* poderiam fazer, no início do século XX, parte de diferentes grupos sociais, mesmo que a sua maioria, como apontam os estudiosos da imprensa brasileira, fizesse parte da elite socioeconômica alfabetizada. A nossa hipótese, mais abrangente, sobre os possíveis leitores da *Gazeta*, baseia-se nas diferentes práticas de leitura proporcionadas pelo jornal. Os debates surgidos a partir de alguém que lê uma notícia e informa outras pessoas a respeito do ocorrido, a leitura do folhetim feita por um ente da família para os demais, a presença das ilustrações e das fotografias, que também deveriam auxiliar na interpretação de um fato, são exemplos de apreensão do sentido de um texto sem que, necessariamente, tenha ocorrido a decodificação linguística do mesmo. Soma-se ao nosso argumento o baixo preço da *Gazeta*, sobre o qual comentaremos ainda neste capítulo.

No espaço dos anúncios, os leitores encontravam também divulgações que serviam também para a promoção do periódico. Aos assinantes anuais do jornal cujo pagamento fosse realizado até uma data estabelecida, era oferecido um “número especial”, com “numerosas e finas gravuras, páginas de literatura e duas esplendidas estampas coloridas”, além de um *Almanaque* da *Gazeta de Notícias*. Os assinantes que não desejavam esses prêmios poderiam escolher, a partir da lista de livros oferecida pela *Gazeta*, dois exemplares de seu agrado. Para os assinantes de seis meses, eram reservados o *Almanaque*, a edição especial feita em Paris e uma das obras elencadas no jornal. Transcrevemos a lista dos títulos oferecidos no quadro abaixo, em razão da falta de legibilidade na página do jornal:

PREMIOS AOS ASSIGNANTES		
DA		
GAZETA DE NOTICIAS		
1905		
Aos assignantes de um anno que nos mandarem as suas ordens até 31 do corrente, enviaremos o numero especial illustrado da «<i>Gazeta de Noticias</i>», feito em Paris exactamente pelo modelo do <i>Figaro Illustrado</i>, que tanta acceitação tem tido sempre e que contém, além de numerosas e finas gravuras, paginas de litteratura e duas espiendidas estampas coloridas que por si só constituem lindissimos quadros. Além deste magnifico premio, enviaremos um <i>Almanack da «Gazeta de Noticias»</i>. Os assignantes de um anno que não desejem receber o numero especial feito em Paris sob o modelo do <i>Figaro Illustrado</i>, poderão escolher dous volumes das obras litterarias abaixo mencionadas.		
Aos assignantes de SEIS MEZES será remettido, além do <i>Almanack</i>, um dos volumes, á escolha, das seguintes obras :		
1 Horas mortas....	Poesias de...	Guimarães Passos
2 Uma pagina do <i>Quo Vadis</i>	» de...	Luiz Guimarães Filho.
3 Sonho.....	» de...	Thomaz Lopes.
4 Rondas Nocturnas	» de...	Mario Pederneiras.
5 Flora de Maio...	» de...	Osorio Duque Estrada.
6 Poesias escolhidas de.....		Afonso Celso.
7 » de.....		Antonio Salles.
8 Novellas de.....		Fabio Luz.
9 Os Reis no exilio.	Romance de.	A. Daudet.
10 Mentiras.....	» de.	Paulo Bourget.
11 Romance de um moço pobre....	» de.	Octave Feuillet.
12 Raphael.....	» de.	A. de Lamartine.
13 Antonina.....	» de.	Dumas Filho.
14 Amor de perdição	» de.	Camillo Castello Branco.
15 A escrava Isaura.	» de.	Bernardo Guimarães.
16 Diva.....	» de.	José de Alencar.
17 A pata de gazella.	» de.	José de Alencar.
18 Os sete bagos de uva.....	» de.	Paulo de Kock.
19 A vereda das ameixas.....	» de.	Paulo de Koch.
20 Holocausto.....	» de.	Xavier Marques.
21 Foragido.....	» de.	Pedro Americo Figueiredo

Figura 7: Lista das obras oferecidas pela *Gazeta* aos assinantes (*Gazeta de Notícias*, 31 de dezembro de 1904, p. 6).

Abaixo, reescrevemos a mesma tabela, buscando mais dados sobre as prováveis edições de cada livro, de acordo com a proximidade do ano da última publicação com a data de divulgação da lista pelo jornal, em 31 de dezembro de 1904. As lacunas em branco indicam que as informações não foram encontradas nos acervos digitais do “Real Gabinete Português de Leitura” e da “Biblioteca Nacional”:

Tabela 1: Transcrição da lista das obras oferecidas pela *Gazeta* aos assinantes (*Gazeta de Notícias*, 31 de dezembro de 1904, p. 6).

Livros	Autores	Editora	Ano	Fonte
Horas mortas	Guimarães Passos	[S.l.: s.n.]	1901	Real Gabinete Português de Leitura
Uma página do <i>Quo Vadis</i>	Luiz Guimarães Filho	[S.l.: s.n.]	[S.d.]	
Sonho	Thomaz Lopes	[S.l.:s.n.]	[S.d.]	
Rondas Nocturnas	Mario Pederneiras	[S.l.: s.n.]	1901	Real Gabinete Português de Leitura

Flora de Maio	Osório Duque Estrada	Rio de Janeiro: H. Garnier livreiro-editor.	1902	Real Gabinete Português de Leitura
Poesias escolhidas	Affonso Celso	[S.l.: s. n.]	[S.d.]	
	Antônio Salles			
Novelas	Fábio Luz	[S.l.: s.n.]	[S.d.]	
Mentiras	Paul Bourget	Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, editor.	1898	Real Gabinete Português de Leitura
Romance de um moço pobre	Octave Feuillet	[S.l.: s.n.]	1897	Real Gabinete Português de Leitura
Raphael	A. De Lamartine	[S.l.: s.n.]	[S.d.]	
Antonina	Alexandre Dumas Filho	[S.l.: s.n.]	1850	Real Gabinete Português de Leitura
Amor de perdição	Camilo Castelo Branco	Pelotas (RS): Editores: Pintos & C ^a – Sucessores de Carlos Pinto.	1901	Real Gabinete Português de Leitura
A escrava Isaura	Bernardo Guimarães	Rio de Janeiro: Livraria de J. G. de Azevedo, editor.	1899	Real Gabinete Português de Leitura
Diva: perfil de mulher	José de Alencar	Rio de Janeiro: Tip. e Liv. Editora	1903	Biblioteca Nacional
A pata da gazela	José de Alencar	Rio de Janeiro: [T. Barreto]	1903	Biblioteca Nacional
Os sete bagos de uva	Paul de Koch	[S.l.: s.n.]	1895	Real Gabinete Português de Leitura
A vereda das ameixas	Paul de Koch	[S.l.: s.n.]	1865	Real Gabinete Português de Leitura
Holocausto	Xavier Marques	[S.l.: s.n.]	[S.d.]	
O Foragido	Pedro Américo Figueiredo	[S.l.: sn]	[S.d.]	

De acordo com Costa (2005, p. 41), tanto a *Gazeta de Notícias* quanto o *Cidade do Rio* iniciaram a primeira etapa de modernização do jornalismo, investindo na presença da literatura em suas folhas cotidianas e dos literatos como integrantes de seu grupo de colaboradores. Foi com os textos destinados ao lazer e, a partir de 1900, com a notícia e a reportagem, gêneros que também usufruíram de algumas das características do texto literário, que a *Gazeta* chamava a atenção dos leitores. A escolha por uma linha de edição voltada ao lazer e destinada a entreter o leitor pode ser lida no “Prospecto” da *Gazeta*, onde encontramos

o “Folhetim”, assinado por “Bob”, narrador que discorre sobre a inutilidade de um programa para as publicações do jornal:

Há uma coisa muito tola em todos os jornais que começam: o programa.
 Não há fulano de qualidade alguma que, para impingir ao público uma folha de papel impressa pelos quatro lados, não imagine logo que é necessário declarar, em tipo grosso e entrelinhado, ao que cá vem.
 Ao que cá vem, digo eu: ao que tem tenção de vir.

[...]

Um programa!...
 Havia de ter sua graça se a *Gazeta de Notícias* vinha a lume com um artigo chorumento a explicar às populações como e por que fórmula vem concorrer para a salvação do estado e a marcha da civilização.
 Pois a gente sabe lá hoje o que há de fazer amanhã?

[...]

O melhor programa d’um jornal que quer agradar ao público é — agradar-lhe — sem programa. (*Gazeta de Notícias*, “Prospecto, 1875, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Embora reconheçamos a ironia do articulista, principalmente em relação à prática de todos os outros jornais, a de anunciar seu programa, não deixamos de achar curiosa a proposta da *Gazeta* de, sem nenhuma fórmula, seguir com a única meta de agradar ao leitor. Quando investia em diversão, o jornal passava a alcançar uma maior quantidade de leitores e um público mais variado. Em 1904, ano da estreia das séries temáticas de João do Rio no jornal, folhetins, crônicas, reportagens, notícias e muitas publicações especiais funcionavam como meios para atração do público.

Como dissemos, a *Gazeta de Notícias* investiu muito na presença dos homens de letras em suas páginas e fazer parte dela significava, para os jovens literatos, uma oportunidade de conseguir notoriedade. O excerto abaixo, uma fala de Olavo Bilac a respeito da *Gazeta*, deixa evidente o entusiasmo com que os escritores iniciantes viam o periódico:

É que a *Gazeta*, naquele tempo, era consagradora por excelência. Não era eu o único que a namorava: todos os da minha geração tinham a alma inflada daquela mesma ânsia ambiciosa. Não era o dinheiro que queríamos: queríamos consagração, queríamos fama, queríamos ver os nossos nomes ao lado daqueles nomes célebres. Nós todos julgávamos, então, que a publicidade era um gozo e que a celebridade era uma bem-aventurança (BILAC apud COSTA, p. 49).

Ainda que o autor não tenha dado importância ao dinheiro em seu discurso, sabe-se que trabalhar no jornal ainda era a única forma de sustento dos que queriam viver da literatura. A *Gazeta* foi a que melhor remunerou seus colaboradores, chegando a pagar 50\$000 a Medeiros Albuquerque e ao próprio Bilac (BARBOSA, 2010, p. 142). Sodré (1999)

mostra, com um pouco mais de detalhe, o ordenado dos funcionários do jornal-empresa, após a sucessão de Ferreira de Araújo por Henrique Chaves, em 1900, e expõe o panorama da distribuição dos cargos antes da entrada de João do Rio no jornal:

[...] redator chefe, o italiano Carlos Parlagreco não abandona a reportagem, que divide principalmente com Afonso de Montauray; João Lopes Chaves escreve os artigos de fundo; Bilac, Guimarães Passos, Coelho Neto, Pedro Rebelo, Emílio de Menezes são os colaboradores mais conhecidos; um repórter ganha entre 150 e 200 cruzeiros mensais; um redator, entre 300 e 400; secretário ou redator-chefe, de 500 a 700; os artigos são pagos a 50 mil réis [...] (SODRÉ, 1999, p. 284).

Para se ter ideia do valor das quantias elencadas por Sodré, a assinatura anual da *Gazeta*, em 1900, custava 30.000 réis no início do ano 1900.

Os colaboradores da *Gazeta* eram lembrados em algumas publicações como forma de divulgação do periódico. No dia do aniversário da *Gazeta de Notícias*, em 1904, o jornal exibiu, na primeira página, as caricaturas de alguns deles e os nomes das principais colunas fixas do jornal. No centro da ilustração, virado para o lado esquerdo, com o charuto na boca, a figura de João do Rio, escritor que já era bastante conhecido na época:

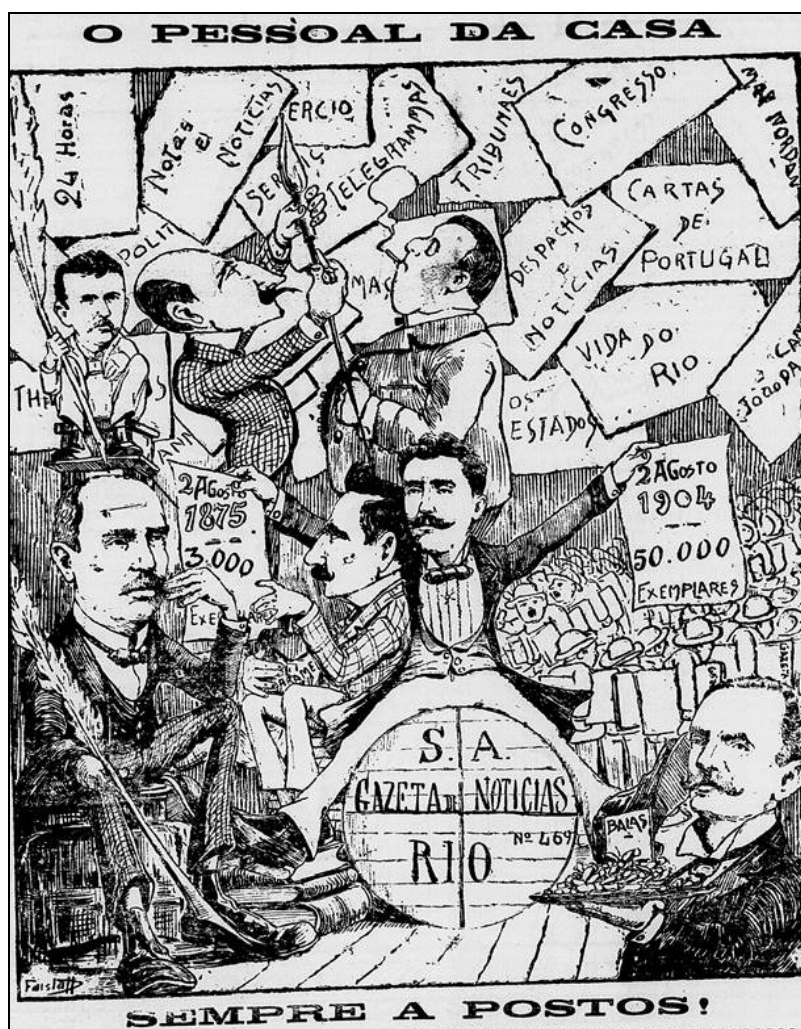


Figura 8: Charge de comemoração ao aniversário da Gazeta (Gazeta de Notícias, 2 de agosto de 1904, p. 1).

Em 1904, a série *A pobre gente*, de João do Rio, compartilhava o espaço do jornal com mais dois folhetins, “Crimes de amor”, de Sidi Belbes, e “A Ira”, do francês Eugène Sue, os quais, muitas vezes, dividiram um mesmo rodapé, prática corrente no jornalismo brasileiro (GRANJA, 2010, 2012), quando não eram levados às páginas seguintes, em virtude da falta de espaço físico no jornal:



Figura 9: romances "Crimes de Amor" e "A Ira", dividindo o mesmo "Folhetim" (*Gazeta de Notícias*, 23 de maio de 1904, p. 3).

Após o término da publicação da última reportagem da série de João do Rio, a *Gazeta* já anunciava, em letras garrafais, além da publicação do “Mapa da mobilização do exército russo”, adiada em razão “do acúmulo de matéria”, a sua próxima atração literária, a crônica de D. João da Câmara, “Convento de capuchos”. Dois dias após a última publicação da série *A pobre gente*, a crônica-reportagem “Os trabalhadores da estiva”, o periódico anunciou a nova atração, “Uma semana em Paris”, de Olavo Bilac, publicada no dia 23 de junho.

Além das crônicas de esporte, teatro, música, e outras de tema livre, a famosa coluna “Balas de Estalo”, cujas crônicas alcançaram um grande sucesso entre o público leitor, em razão de sua maneira bem humorada de fazer crítica (RAMOS, 2005), também esteve presente no jornal, com assiduidade, em 1904. Ramos (2005) acrescenta as seguintes informações a respeito da coluna, desde a sua estreia no jornal em abril de 1883:

Dinâmica, envolvida com os acontecimentos diários da cidade e intrinsecamente ligada ao gênero humorístico, a série também contava com a colaboração de alguns dos mais importantes nomes do mundo das letras. Machado de Assis, Valentim Magalhães, Capistrano de Abreu e mesmo com a do dono da *Gazeta*, Ferreira de Araújo, jornalista respeitado e conhecido na época. Além disso, desde os primeiros momentos de sua publicação, ‘Balas’ também evidenciava para o público o lugar de destaque que ocupava a *Gazeta*, contendo, por isso, muito das propostas gerais daquele jornal, tais como o compromisso de deixá-lo a par de tudo que acontecia na cidade, de ‘desopilar-lhe o braço’- nas palavras de Lulú Sênior⁹ – ao garantir-lhes boas risadas e de fazer um jornal cada vez mais popular e acessível a todos (RAMOS, 2005, p. 34-35).

Muitos foram os colaboradores da “Balas de Estalo”, de acordo com Ramos (2005). A coluna teve duração de três anos e meio e, dentre os narradores (total de 16 em 1886), citamos Henrique Chaves, como “Zigue-Zague”, sucessor de Ferreira de Araújo na direção do

⁹ Lulú Sênior era o pseudônimo do primeiro diretor da *Gazeta de Notícias*, Ferreira de Araújo, que também assinava a coluna “Balas de Estalo”.

periódico. Como exposto anteriormente, em 1904, a coluna ainda permanecia no jornal, mas não temos nenhuma informação segura a respeito dos homens que a assinaram ao longo desse ano. Seria necessário um acompanhamento mais sistemático dessas crônicas para chegarmos aos nomes exatos.

O formato maleável e democrático da crônica, em relação à liberdade de expressão sempre propiciada por ela, permitiu às “Balas de Estalo” criticar a monarquia, por exemplo, ainda que a *Gazeta* fizesse sempre a propaganda da neutralidade e da imparcialidade política, a fim de se diferenciar dos “jornais efêmeros que surgiram ao longo do século XIX, cuja única finalidade era divulgar e defender um determinado partido” (RAMOS, 2005, p. 92).

Dada a sua natureza maleável e propícia à experimentação da escrita, acreditamos que a crônica teve importante papel ao abrir espaço no jornal para o surgimento de outros tipos de textos, como a reportagem, que passou a fazer parte da rotina das folhas cotidianas. Ao referir-se a Paulo Barreto, o crítico Brito Broca (1908-1961) enfatiza a relação estreita entre a crônica e a reportagem, bastante evidenciada no conjunto da obra do autor:

Cronista por excelência do ‘1900’ brasileiro seria Paulo Barreto (João do Rio). E uma das principais inovações que ele trouxe para a nossa imprensa literária foi a de transformar a crônica em reportagem – passagem por vezes lírica e com vislumbres poéticos. Machado de Assis, Bilac e outros eram cronistas com o temperamento de repórteres; o primeiro, principalmente, [...] jamais lhe passaria pela cabeça ir à cadeia ver de perto os criminosos e conversar com ele. Foi essa experiência nova que João do Rio trouxe para a crônica, a do repórter [...] (BROCA, 2005, p. 321).

Paulo Barreto transitou entre esses dois tipos de textos, crônica e reportagem, conseguindo manter estreito diálogo com as demais publicações da *Gazeta*, como fez seu pseudônimo “X” em relação àquelas que transmitiam informações a respeito da reconstrução da Capital. Do mesmo modo, João do Rio comentava o que era divulgado no noticiário do jornal quando mostrava, com mais profundidade, as vidas das personagens retratadas nas notícias diárias e nas demais publicações nas quais as personagens eram a “pobre gente”. Assim, vemos, nos textos de João do Rio, uma importante característica da crônica, a de fazer uma releitura dos fatos selecionados e interpretados pelo jornal, ficcionalizando-os.

Gênero muitas vezes pouco compreendido, Candido (1992) ressalta, no conhecido texto “A vida ao rés-do-chão”, dentre outras coisas, o poder humanizador da crônica:

Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural. Na sua despreensão, humaniza; e esta humanização lhe permite, como compensação sorrateira, recuperar com a outra mão uma certa profundidade

de significado, certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada embora discreta candidata à perfeição (CANDIDO, 1992, p. 13-14).

Para o crítico, por meio de uma linguagem descomplicada e acessível, este novo gênero conquista os seus leitores porque consegue se comunicar com os destinatários, de um modo literariamente elaborado e eficaz, além de promover a identificação do leitor com o texto, transmitindo a sua mensagem em profundidade. Para entendermos melhor as características da crônica e, por conseguinte, as da própria reportagem de João do Rio – que se aproveitou da liberdade por ela conquistada e do lirismo de que se compõem muitas das partes de sua obra –, discorreremos, brevemente, a respeito de sua história e desenvolvimento no contexto francês.

Sobre esse gênero textual jornalístico, Thérenty (2007, p. 238) afirma que data do início do século XIX o aparecimento, na França, de uma forma preliminar do que se entende por crônica atualmente. Esses primeiros textos traziam, na última página de um periódico, os principais acontecimentos políticos cotidianos; em se tratando de um impresso voltado para publicações literárias, podia-se encontrar o que a autora designa “faits-Paris”, isto é, pequenos textos que traziam as notícias diárias da cidade, as resenhas sobre o teatro, as novas obras e anedotas (Idem, p. 238).

Essa primeira forma de crônica foi sofrendo modificações desde o período da Restauração francesa (1814-1830) e a ela juntou-se outro gênero textual: a fisiologia parisiense jornalística ou o estudo dos modos parisienses. Essa mudança passa a ser evidente a partir da publicação, em 1811, de um boletim semanal, na *Gazette de France*, escrito pelo *flâneur* Etienne de Jouy, contendo observações sobre a moral e os costumes parisienses (THÉRENTY, 2007, p. 238-239). Andries (2013, no prelo), em “Primeiros quadros Parisienses”, apresenta um estudo mais detalhado a respeito da vida e obra do cronista da “paisagem” parisiense. Sob o pseudônimo Etienne de Jouy, Victor-Joseph Etienne escrevia textos literários, e como Hermite de la Chaussée d’Antin, assinava suas crônicas na *Gazette de France*. Como Hermite de la Chaussée d’Antin, pseudônimo que fazia referência à região norte de Paris, em pleno desenvolvimento no início do século XIX, ele publicou o “Bulletin de Paris” e o “Moeurs parisiennes”:

Seus boletins sobre Paris, únicos em seu gênero durante os primeiros decênios do século XIX, instauram inegavelmente um novo modelo de escrita. Etienne de Jouy qualificava-se a si mesmo de ‘velho cronista’ e falava ‘das funções de observador [que ele havia] exercido quase sozinho, em Paris, durante vinte anos (ANDRIES, 2013, p. 3, no prelo).

Os boletins de Etienne eram publicados no espaço do folhetim da *Gazette de France*, o que, de acordo com Andries (2013, p. 2, no prelo), teria significado uma cisão entre as escritas literária e jornalística. A junção comentada por Andries nos remete aos escritos contidos em *A pobre gente* e no livro *A alma encantadora das ruas*, do qual algumas crônicas da série fazem parte, pois, considerando toda a evolução do *flanneurismo* durante o século XIX, assim como o cronista francês, João do Rio percorre as ruas da cidade, delineando a sua geografia e exibindo toda sorte de tipos por ele encontrados.

Foi em 1836, com o *La Presse* de Girardin, que se pôde observar, com nitidez, a passagem de uma imprensa periódica de opinião, elitista, para uma de intenção popular, onde a presença do texto literário no espaço do *feuilleton* aproximava uma quantidade maior de leitores em busca do lazer em sua leitura diária. Neste momento, a crônica deixou de ser “enumerativa”, ganhando mais atributos ficcionais (THÉRENTY, 2007, p. 130).

No Brasil, pesquisas recentes indicam que o espaço do folhetim – situado nos rodapés dos jornais, o qual abrigava, além do romance, outros tipos de textos destinados ao lazer – trazia, em seu desfile semanal, uma alternância irregular e mesmo uma coexistência de gêneros textuais jornalísticos e literários (GRANJA, 2012, p. 116). Isso não era tão comum nos jornais franceses, onde houve, progressivamente, maior especialização daquele espaço. Assim, no Brasil, por ter nascido nesse local de comunhão de gêneros, a crônica herdou uma certa liberdade em relação à forma, atenuando ainda mais os limites que a separariam dos outros gêneros textuais (a crítica literária, teatral, as resenhas, os artigos científicos, entre outros), dificultando a delimitação de suas características. Em 1852, com a “Chronica Semanal”, seção fixa no *Diário do Rio de Janeiro*, pela primeira vez o nome “crônica” apareceu no “sentido que será consagrado” (CANO, 2013, p. 5, no prelo).

Ligada sempre ao tempo presente, a crônica estabelecia um interessante diálogo com o *haut-de-page*, o “alto da página”. Como aponta Thérenty (2007, p. 27-28), no contexto francês, esse era o lugar das publicações voltadas à política ou economia, vale dizer, era a parte “sóbria” do jornal. Ela, muitas vezes, estreitava relações com os demais conteúdos do jornal, acompanhando sempre os acontecimentos mais relevantes e estabelecendo um diálogo mais próximo com o leitor:

Ao cronista cabia a responsabilidade de buscar, dentre os acontecimentos sociais de maior relevo e divulgação, capazes de formar entre escritor e público códigos compartilhados que viabilizassem a comunicação, temas que lhe permitissem discutir as questões de seu interesse (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 13).

Apesar de seu caráter fugaz e da aparência de texto “mal-acabado” terem-lhe rendido críticas ferrenhas, inclusive dos próprios escritores que tinham esse gênero como instrumento de seu labor cotidiano nos periódicos brasileiros, a crônica constituiu-se justamente nesta ‘arte de dizer tudo, não dizendo nada’ (ALENCAR apud CHALHOUB, NEVES e PEREIRA, 2005, p. 13), apontada por Alencar, em sua crônica tão conhecida, e a fez perdurar nas folhas cotidianas até os dias de hoje. Na *Gazeta*, antes de começarem a dividir o “alto da página” com os outros textos, as crônicas ocupavam o espaço do “Folhetim”, situado no rodapé do jornal:



Figura 10: Crônica no rodapé do jornal (*Gazeta de Notícias*, 2 de outubro de 1881, p. 1).

A leveza com que tratava os assuntos e o diálogo “ao rés-do-chão” (CANDIDO, 1992) que mantinha com os seus leitores eram conseguidos por meio do modo singular como cada cronista compunha o seu texto. A publicação de crônicas dentro de séries temáticas e a utilização de pseudônimos são alguns exemplos de artifícios utilizados por cronistas brasileiros para seduzir seus leitores: “Definir um campo temático, elaborar um ponto de vista narrativo e delimitar formas próprias de escrita eram meios de o escritor esboçar um perfil para suas crônicas” (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 15).

Podia-se encontrar, nas folhas da *Gazeta*, crônicas que tratavam de temas mais específicos, tais como “Crônica política”, “Crônica teatral” e “Crônica musical”, outras denominadas apenas “Crônica”, como a assinada por Olavi Bilac (O.B.) em 1904, que discutiam temas diversificados e ganhavam a manchete do dia. Essa diversidade de tipos de textos, que levavam o nome “crônica”, é exemplo dos muitos contornos que o gênero poderia assumir.

Assim como ocorreu com a crônica e a reportagem, os espaços destinados às publicações voltadas ao mundo do crime e da miséria passaram a ganhar mais destaque nos

jornais brasileiros, na virada do século XIX. Muitas das características destas narrativas francesas do *bas-fond* podem ser observadas nas correlatas brasileiras, que mantinham o diálogo com as versões europeias no que diz respeito ao formato com que apareciam no jornal, adaptando a temática do submundo à realidade local. A respeito desse assunto, Guimarães (2013) cita o diálogo entre as charges de Voltolino, no paulistano *A Gazeta*, e as correlatas estrangeiras, *Les Gaîtes de la Semaine*, de Draner, publicadas no *Supplement Illustré du Petit Journal*, e o *La Semaine Illustré*, de Henriot, presente no *Le Petit Journal* (GUIMARÃES, 2013, p. 4, no prelo). No final do século XIX, as narrativas do submundo, verdadeiras criações da elite, ganhavam cada vez mais repercussão, assim como as suas personagens que lhes eram corriqueiras:

A representação do submundo serve, então, como uma maneira simples e estereotipada de dar materialidade ao mundo do crime, e tanto as autoridades jurídicas, como a mídia, colocam em circulação para o grande público estas formas condensadas de nomear certo tipo de criminalidade (GUIMARÃES, 2013, p. 12, no prelo).

Na *Gazeta de Notícias*, as charges tinham o seu lugar geralmente reservado no alto da primeira página, logo após as manchetes do dia, quando essas não eram suprimidas. Assim, como comentado pela autora em sua exposição a respeito das ilustrações presentes nos jornais brasileiros, na *Gazeta*, elas representavam as notícias de maior repercussão no momento, o que as torna próximas, inclusive, da crônica. As cenas ilustradas pelos chargistas mais famosos da época reconstituíam, muitas vezes, o clímax dos acontecimentos. A charge a seguir é exemplar desse tipo de representação:



Figura 11: Charge anônima publicada pela *Gazeta de Notícias* (*Gazeta de Notícias*, 30 de janeiro de 1904, p. 1).

“K. Lixto”, pseudônimo do famoso caricaturista Calisto Cordeiro, assim como outros artistas da época, representou, em muitas de suas composições, as ambiguidades presentes no Rio de Janeiro, o lado civilizado e reconstruído da Capital e o lado da realidade pobre e miserável:

Como outros cronistas e intelectuais do período, o caricaturista consegue transitar por diversos seguimentos da sociedade e assim levar às revistas e jornais os aspectos risíveis das elites econômicas e políticas, bem como colocar no centro da cena personagens esquecidos pela modernização (DEALTRY, 2009, p.120).

Os leitores da *Gazeta* encontravam nas notícias, nas charges e nas crônicas-reportagens de João do Rio, por exemplo, o “outro lado” da Reforma urbana e ideológica, pretendida no início do século, o lado dos maltrapilhos e dos fora da lei, resquícios do passado de atraso que se procurava esquecer e que era camuflado nos discursos empolgantes a favor das mudanças.

Charges críticas também eram publicadas pelo jornal. Abaixo, reproduzimos uma opinião a respeito da construção da Avenida Central no Rio de Janeiro. Claramente, a charge reproduz a expectativa positiva da *Gazeta* a respeito da aguardada inauguração:



Figura 12: Charge “Nas Ruas” (*Gazeta de Notícias*, 14 de janeiro de 1904, p. 1).

Ao ler o noticiário da *Gazeta*, o público ficava sabendo dos acontecimentos da cidade – inquéritos policiais, relatos de brigas, de tragédias, assassinatos, suicídios, etc. – por meio de narrativas que se assemelhavam muito aos *fait divers*, “fatos diversos”. De acordo com Meyer (1996), tais notícias apareceram, pela primeira vez, sob essa denominação, na França, em primeiro de fevereiro de 1863, no periódico de Moïse Polydore Millaud, *Le Petit Journal*. Embora no ano de 1904 a *Gazeta* não tenha utilizado a denominação *fait divers* e, tampouco, dedicado uma seção para a publicação das notícias em fatias, como fizeram outros jornais brasileiros,¹⁰ os recortes cotidianos estavam sempre presentes em suas páginas e, muitas vezes, fazendo parte da manchete do dia.

As notícias publicadas na *Gazeta de Notícias* eram de tamanhos variados, mas as mais chocantes depreendiam um número maior de linhas, apresentando uma linguagem apelativa, com adjetivações e metáforas, trazendo, ainda, descrições do modo como sucederam os acontecimentos e, em caso de acidentes, sobre o estado físico das personagens. “Desastre”, “Suicídio a punhal”, “Luta e ferimento”, “Que freguês!”, “Os ladrões” são alguns exemplos

¹⁰ Guimarães (2012, p. 148) traz a informação de que, em 1910, a *Gazeta de Notícias* já apresentava uma seção denominada “Última hora”, dedicada à publicação dos *faits-divers*.

de publicações que puderam ser encontradas, reunidas todas em uma mesma edição da *Gazeta*.

Um caso exemplar deste tipo de publicação mais extensa é o de “Desabamento: uma morte, dois feridos”, cujo título, além de receber destaque em letra de forma, integrou as manchetes do dia 27 de maio de 1904. Tratava-se do relato da queda de um prédio, na rua Estácio de Sá, que acabou por atingir o muro da residência ao lado, ferindo duas pessoas, dentre as quais um menor de 13 anos. O desastre culminou na morte de uma mãe de dois filhos, também menores de idade. Transcrevemos, abaixo, alguns trechos da notícia:

Era o prédio n. 50 mais alto e comprido do que a pequena casinha n. 52, onde residiam Marcolina de Mattos, de 32 anos de idade, natural de Campos, com seus filhos Benedicto, de 13 anos e Henriqueta, de 12, e Maria da Costa Ramos, também, como Marcolina, de cor parda.

Pouco antes do meio-dia, Marcolina lavava em uma tina, junto à parede da casa n. 50, e à distância Maria Ramos estendia roupas em uma corda.

Junto a Marcolina estava o menor, João, de 13 anos de idade.

Assim entregues aos seus labores, não se aperceberam do que se passava quando foram surpreendidos com a queda da parede, que soterrou a todos três.

Marcolina, mais infeliz que seus companheiros de casa, foi atingida por grandes pedras e a sua morte foi quase imediata.

[...]

(*Gazeta de Notícias*, “Desabamento: uma morte, dois feridos”, 27 de maio de 1904, p. 4). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Além das informações indispensáveis para a localização do fato no tempo e no espaço – dia, hora e local – a narrativa apresenta algumas características que lembram aquelas encontradas em histórias fictícias. A posição do verbo “ser”, deslocado para o início da descrição das residências envolvidas na tragédia, transmite a sensação, para quem lê, de estar diante de uma história ficcional, ocorrida há mais tempo, pois retoma a forma do “era uma vez”. Mesmo o narrador não tendo explicitado todos os dados dos envolvidos no acontecido, como as identidades do menino atingido e da mulher que estendia as roupas, a cena anterior ao desabamento é reconstruída com detalhes, assim como os ferimentos das vítimas: “Maria recebeu muitos ferimentos no ombro e na perna direita e o menor, João, teve o pé direito completamente esmagado por um grande bloco de pedra” (*Gazeta de Notícias*, 27 de maio de 1904, p.4).

A cena da família humilde, entregue aos trabalhos domésticos, e o comentário do narrador, ressaltando a cor de pele das duas personagens, são exemplos de informações que aumentam o tom de “vitimização” dos envolvidos na tragédia, assim como a relação de oposição construída pelas imagens do prédio “alto e comprido” e da “pequena casinha”, onde

morava a família. Os elementos intensificadores do apelo emocional contido na notícia também permitem a descriminação da posição social dos envolvidos.

Quando mostra a importância da descrição na narrativa, Roland Barthes, em *O efeito do Real* (1972), afirma que, apesar de não ser essencial à narração, ou seja, mesmo dispensadas as informações para o entendimento do fato exposto, os detalhes “somam” em termos estéticos ou de significado à narrativa. Assim, as caracterizações físicas, as quais permitem descriminar a posição social dos envolvidos, a presença das autoridades, os qualificativos (“parda”, “infeliz”), os detalhes das ações secundárias à “notícia” (“lava junto à tina”, “estendia roupas”, “entregues aos seus labores”), as menções feitas às condições físicas dos personagens após o desabamento do prédio, são exemplos de informações que acrescentam significação a uma narrativa que está longe, nesse caso, de ter a informação como principal objetivo.

Ao descrever, em termos semióticos, os elementos do “real”, Barthes nos explica que:

[...] suprimido da enunciação realista, a título de significado de denotação, o ‘real’ volta para ela, a título de significado de conotação; pois no mesmo instante em que esses detalhes são supostos denotarem diretamente o real, eles não fazem mais que o significarem, sem dizê-lo [...] (BARTHES, 1972, p. 43).

Como lemos, na enunciação realista, o real não está na denotação (ou na relação entre significante e significado). Nas narrativas do tipo *fait-divers*, o referente permanece, mas, desprovido de referencial, ressignifica-se por meio da conotação (figuração). A carência produzida pelo significante, que não é mais preenchido pelo significado, faz com que o sentido se torne pleno novamente por meio das imagens que vêm preencher o significante. Transpondo essa reflexão para a relação entre uma notícia mais objetiva e o *fait-divers*, o texto menos fantasioso estaria para o significante esvaziado, pois informa sem preencher, hipoteticamente, completamente o sentido. Já o *fait-divers*, mais próximo à denotação, reconstrói o mundo noticiado, narrando-o em imagens e daí o “efeito de real” atingido por textos jornalísticos apelativos. Assim, a “casinha” e o “prédio alto”, citados nos textos que, em nossa avaliação, já deixou a rubrica notícia para se tornar *fait-divers*, ganham outra carga semântica quando postos lado a lado na descrição do cenário onde ocorreu a tragédia; assim como os comentários a respeito da cor de pele das personagens envolvidas, além dos outros recursos de linguagem que levantamos, também acrescentaram, à narrativa, informações importantes para a ressignificação do todo, por meio de imagens. João do Rio aparece implicado nesse processo; pretendemos mostrar, com a análise das crônicas da série *A pobre gente*, no jornal, dentre outras coisas, o modo de o autor utilizar a descrição como forma de

materializar para o leitor aquilo que vê e sente no seu percurso pelo Rio de Janeiro, evidenciando a relação entre a crônica-reportagem e o *fait-divers*, no que diz respeito ao “efeito de real” produzido pela narrativa dos fatos.

O jornal cativa os leitores por intermédio das imagens elaboradas a partir da inserção de elementos que dramatizam a narrativa e aproximam o simples relato de um acontecimento cotidiano e efêmero a uma construção que beira a literária. Assim como ocorre na leitura do romance, há elementos, nas narrativas noticiosas, que transportam o leitor para mundo do acontecimento, pois “Ao se identificar, sai de seu lugar natural (o de leitor) e se integra ao mundo do relato, para depois voltar novamente ao seu lugar natural” (BARBOSA, 2010, p. 242). Isso ocorre muito nas narrativas do mundo do crime.

No final da notícia sobre o desabamento, ocorrido na rua Estácio de Sá, os leitores da *Gazeta* ficaram sabendo que o acontecimento fora registrado e exposto no prédio da *Gazeta de Notícias*: “Ontem mesmo expusemos à porta da nossa redação uma fotografia do prédio desabado” (*Gazeta de Notícias*, “Desabamento: uma morte, dois feridos”, 27 de maio de 1904, p. 4). Além de ter contribuído com o “desprendimento” da notícia da página do jornal, prolongando o tempo das reverberações sobre o desastre, a novidade da fotografia deve ter levado muitos curiosos à porta do jornal, comprovando a eficácia da autopropaganda realizada pela *Gazeta*.

Os fatos ligados ao mundo do crime, bastante divulgados pela *Gazeta*, eram, geralmente, publicados após as notícias nacionais e internacionais, e distribuídos por toda a página, geralmente entre outras publicações rotineiras. Os títulos das narrativas, muitas vezes emocionalmente apelativos, revelavam-se verdadeiras “armadilhas” para a captura da atenção do leitor, ávido por uma história cheia de ação e, de preferência, com uma pitada de violência. Mesmo algumas mais corriqueiras, que certamente causavam menos impacto, continham uma ou outra característica dos *fait divers*. Em “Audacioso gatuno”, publicada no dia 12 de junho de 1904, na segunda página, o título atrativo fornece uma nova roupagem ao relato de um assalto na rua do Hospício. O momento ápice desta notícia é a perseguição do bandido pelo “clamor público”, que levou à prisão do malfeitor. Em comparação à notícia do desabamento, esta última deixa a desejar pela falta de detalhamento do ocorrido e pela linguagem menos apelativa e mais racional.

Um exemplo interessante desse tipo de narrativa na qual os criminosos são as personagens principais é “Os gravateiros: morte de um ladrão”, publicada no dia 25 de maio, na quarta página do periódico. De tamanho extenso, o *fait divers* tem a seguinte fábula: Após ter tido baixa na marinha brasileira, João Dedome trabalha por um tempo como cozinheiro em

alguns locais da cidade, mas logo começa a viver da criminalidade. Nesse meio, conhece Manuel Monloy, o Manuelzinho, e, com ele, divide os serviços criminosos. Após uma discussão entre os dois companheiros, iniciada após a reivindicação de Dedome da sua parte de um roubo, os dois passam a ser inimigos. Encontrando-se com um amigo de Dedome, Manuelzinho promete-lhe vingança. Sabendo das intenções do outro, Dedome mata Manuelzinho com um tiro na garganta em uma casa de pasto em Niterói.

Julgada pelo enredo, a notícia não seria digna, a princípio, do título em letras garrafais, do destaque nas manchetes do jornal e tão pouco do grande espaço que a ela fora reservado nas estreitas colunas da *Gazeta*. Trata-se da narrativa de um acontecimento que os leitores encontravam diariamente na seção de notícias; a morte de um criminoso, portanto, não era novidade nas páginas do jornal. O destaque dado à notícia não se deveu, portanto, ao fato em si, mas à dimensão que foi dada a esse acontecimento por meio da elaboração de uma narrativa que a tornou muito próxima do texto literário. “Os gravateiros” é uma dessas notícias que pretendiam ir mais além da informação.

A presença de personagens pobres que viviam da criminalidade deveria causar nos leitores da *Gazeta* um misto de medo e curiosidade frente a esse mundo desconhecido. A notícia sobre a morte do criminoso, assim como a maioria do noticiário, traz a marca de alguns estigmas sociais, tais como a cor da pele e a marca da varíola, que apontavam de antemão a classe social dos personagens: “João Dedome, **de cor parda**, de 26 anos de idade, é um tipo baixo, corpulento, **tendo o rosto marcado pela varíola** [...] Manuel Monloy, vulgo Manuelzinho, de 20 anos de idade, **cor parda**, magro, de estatura mediana” (*Gazeta de Notícias*, “Os gravateiros: morte de um ladrão”, 25 de maio de 1904, p. 4, grifo nosso).

No primeiro parágrafo, a narrativa apresenta as informações básicas, como o local do acontecimento, a hora e as personagens envolvidas, o que demonstra certo rigor técnico, presente nas notícias. No entanto, a narrativa é estendida, apresentando os fatos em ordem cronológica, com descrições minuciosas dos aspectos físicos das personagens bem como de suas ações, evidenciando-nos que houve, por parte do jornalista, uma apuração dos fatos. As informações podem ter sido dadas pela polícia, por testemunhas ou mesmo pelos próprios criminosos. João do Rio, por exemplo, conseguia muitas das informações para seus escritos nos interrogatórios feitos aos presos nas penitenciárias da Capital. Podemos perceber, por conseguinte, ter havido um planejamento da escrita e uma preocupação em detalhar o ocorrido.

Fica evidente o fato de o narrador ter construído o texto de modo a suscitar, no leitor, emoções que prenderiam a sua atenção. A sua escolha por contar a história de apenas um dos

personagens (Dedome) também evidencia-nos o modo parcial de construção da narrativa. Ele conta como foi a entrada de Dedome no mundo da criminalidade, o reconhecimento conquistado por parte dos companheiros, o início de sua amizade com Manuelzinho e, por fim, o clímax: o embate os torna inimigos. Ao contar a história de Dedome, o narrador acrescenta à notícia o lado humano desse personagem, contribuindo para a conquista da simpatia do leitor pela sua história de vida. O fato de Dedome ter-se entregado à polícia representa uma atitude nobre, provavelmente estimada pelo leitor.

A ficcionalização da notícia ou a “folhetinização da informação”, como a designou Meyer (1996), pode ser observada também no uso de qualificativos, como: “audacioso gravateiro”, “ladrão conhecido e audacioso”, “amigos inseparáveis”. Em algum momento, o leitor poderia, inclusive, identificar-se com o fora da lei ou sentir compaixão pelo ladrão tão cheio de qualidades. O efeito de realidade, conseguido, neste caso, pelas adjetivações, é o que explica os possíveis sentimentos provocados no leitor em relação aos personagens da narrativa.

Por fim, como ocorre em muitas narrativas do mundo do crime, as autoridades estão presentes para apaziguar os corações dos leitores, já tocados pelo melodrama. Nesse caso, a resolução do caso ficou por conta da polícia e do médico legista, que sem ter encontrado a bala do revólver no corpo do morto, recolheu do bolso do rapaz “19 cápsulas de revólver 253 e um lenço de seda” (*Gazeta de Notícias*, “Os gravateiros: morte de um ladrão”, 25 de maio de 1904, p. 4).

O formato dos *fait-divers*, como explica Meyer (1996), teve origem nas histórias contadas oralmente, em praças públicas de aldeias ou em cima de palanques, nas ruas das cidades, e eram denominadas *nouvelles*. Tratava-se de narrativas, segundo a autora, verdadeiras ou fictícias, de fatos que aconteciam no campo ou na cidade e que, em razão de seu caráter oral, sofriam modificações de acordo com o público, que muitas vezes criava novas versões do mesmo relato (Idem, p. 101).

Já impressas no jornal, essas narrativas diárias, de cunho sensacionalista, levavam aos seus leitores as informações a respeito do mundo da criminalidade existente no ambiente urbano, o que, segundo Mollier (2008, p. 182-183), fazia delas verdadeiros guias para os milhares de camponeses, recém-chegados nas grandes cidades francesas. Além de terem sido uma literatura voltada para o entretenimento, para o autor, os *fait divers* eram um mecanismo de integração social que permitia a aquisição da cultura urbana pela população migrante.

Muito lentamente, os *fait divers* começaram a fazer parte do cotidiano das páginas dos jornais brasileiros no momento de implantação de novos recursos tecnológicos para a

produção da informação impressa em massa. Enquanto na França esse tipo de publicação começa a aparecer com regularidade nos jornais a partir do ano de 1880, “no Brasil, o espaço dedicado a ele [*fait divers*] aumenta e começa a ser organizado somente no século XX” (GUIMARÃES, 2012, p. 146). É dado ao periódico *O Repórter* (1879) o título de pioneiro destas publicações sensacionalistas no Brasil (Idem, p. 144). Este jornal de vida curta¹¹ foi o primeiro a ter um espaço reservado para os casos polêmicos, denominado *Fatos Diversos*. Constatado o sucesso que obtinham, aos poucos, os jornais brasileiros e seu público se renderam a estas publicações, que, se por um lado eram valorizadas em virtude de sua origem francesa, paradoxalmente, por muitos, eram vistas como “desprezíveis” e “perigosas” (GUIMARÃES, 2012, p. 146).

As semelhanças entre as características da narrativa dos *fait-divers* e dos romances folhetinescos são de fácil percepção. Trata-se, segundo Meyer (1996, p. 224), de notícias que, como os “romances rocambolescos”, levavam aos leitores os acontecimentos cotidianos, imbuídos de uma grande carga emocional. Temas como violência, morte e catástrofes eram os preferidos do público e, conseqüentemente, dos meios de comunicação que pretendiam atender à sua expectativa, garantindo, no caso da mídia impressa, a venda dos jornais. O seu formato fragmentado, como o do romance-folhetim, também contribuía para “manter acesa a expectativa do leitor” (Idem, p. 225).

A narrativa a respeito do desabamento tem outro elemento, não incomum nos *fait divers*, o herói, que, no caso, foi representado pela polícia e pelo corpo de bombeiros:

Ao grande estrondo produzido pelo desabamento acudiram vários populares e com eles a polícia da 11ª circunscrição, representada por um inspetor seccional, e pouco depois, o Sr. Dr. 1º delegado auxiliar.

Maria e o cadáver de Marcolina, apresentando grandes ferimentos no rosto, foram retirados dos escombros pelos Srs. Torquato Rodrigues Guimarães, ex-segundo sargento dos bombeiros, e Otavio de Menezes, [Ilegível] do 1º batalhão da polícia.

[...]

Do corpo de bombeiros apresentou-se no local uma [Ilegível] de 17 praças, comandadas pelo Sr. capitão [Ilegível] tendo também comparecido o Sr. Dr. [Ilegível], médico do corpo (*Gazeta de Notícias*, “Desabamento: uma morte, dois feridos”, 27 de maio de 1904, p. 4). Hemeroteca Digital Brasileira.

¹¹ De acordo com Guimarães (2012, p. 144-145), o periódico *O Repórter* foi publicado entre 4 de janeiro de 1879 e 21 de agosto deste mesmo ano. Sua breve vida deveu-se ao grande peso de seus concorrentes, que eram vendidos também a 40 réis. João de Almeida, proprietário e repórter, é considerado o criador da reportagem no Brasil.

A presença das autoridades, bastante marcada pelos nomes próprios dos principais representantes das duas instituições citadas, contrasta com outra realidade social, também ressaltada na notícia: a dos pobres e mestiços.

No final do século XIX, por volta de 1890, o jornalismo brasileiro passou a ter caráter mais comercial, voltado, principalmente, para o entretenimento de um público mais abrangente, não mais restrito às camadas mais favorecidas da sociedade. Este novo viés da atividade jornalística brasileira iniciou-se tardiamente no país e derivou das mudanças que ocorreram na Capital Federal. Como consequência disso, todo o conteúdo do jornal passou a ser visto como mercadoria, bens de consumo, assim como os diversos produtos importados, destacados nas vitrines da cidade:

No momento em que o Rio de Janeiro está decalcando Paris, com a grande remodelação urbana operada pelo prefeito Pereira Passos no início do século XX — o que permitirá, por exemplo, que as moças desfilem suas *toilettes* por grandes avenidas, sob o calor de um trópico nada parisiense — o jornalismo passa a tornar-se também um item de consumo para um público urbano que busca ajustar-se ao figurino civilizatório da modernidade (BULHÕES, 2007b, p. 79).

Esta nova roupagem das folhas cotidianas não trazia mais, ao menos de modo enfático, a imposição de uma moral ou apologia à determinada doutrina política, como era de costume acontecer nos prelos dos tempos da Monarquia. Comentamos, no capítulo anterior, que o periódico primava, ao menos no plano do discurso, pela divulgação de seu conteúdo de modo imparcial. Em comemoração ao seu aniversário, a *Gazeta* relembra essa característica, não poupando elogios a si mesma:

[...]

Mas a prosperidade de um jornal, se depende especialmente do esforço, da inteligência, do trabalho dos que o fazem, nunca é completa se não encontra para os auxiliar um outro elemento — público.

A *Gazeta* pode ufanar-se de contar com esse elemento e ufanar-se com tanto mais razão, quando é certo que para a sua conquista, procurou sempre não se afastar da sua já antiga tradição de imparcialidade.

[...]

(*Gazeta de Notícias*, “Notas e Notícias/A Gazeta”, 2 de agosto de 1904, p. 1. Transcrição). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A partir do momento em que os jornais começam a se tornar empresas de médio ou grande porte, investindo, por exemplo, em equipamentos para grandes tiragens, como as linotipos e as rotativas, o foco da produção passou a ser, como afirma Medina (1988, p. 52), “satisfazer um público que crescia para, em consequência, alcançar um bom número de

anunciantes”. O dinamismo e a rapidez da leitura, conseguidos por meio dos modelos importados de configuração das páginas e das novas técnicas de elaboração dos textos, traduziam a velocidade dos novos tempos.

O aparecimento das notícias foi um importante marco do início de um novo momento do jornalismo brasileiro. Se antes se divulgavam narrativas de fatos que giravam em torno do âmbito da sociedade local, feitas por meio de descrições retóricas e grandiloquentes, este outro modo de noticiar os acontecimentos dos principais centros urbanos traduzirá uma nova maneira de pensar, mais globalizada: “A pressa em ficar sabendo o que ocorre em todo o país, no mundo, começa a tomar corpo e cria um universo de leitores até então inexistente. A notícia empurra a opinião de grande parte das páginas de jornal” (MEDINA, 1988, p. 53).

O aparecimento das Agências de Notícias foi um símbolo da “formação da grande indústria da informação” (MEDINA, 1988, p. 19), propiciado pelo telégrafo, surgido no Brasil em 1857. A primeira linha telegráfica media 50 km de distância e ligava Rio de Janeiro a Petrópolis; em 1873, se iniciaram as ligações entre a Capital e as outras províncias do país, inicialmente Belém, Recife e Salvador. No dia 23 de dezembro desse mesmo ano, D. Pedro II assistiu à primeira comunicação com as três cidades da praia de Copacabana. Foi apenas em 22 de junho de 1874 que se deu a primeira comunicação com outro país, por meio de um cabo submarino que conectava Brasil a Portugal¹². A partir de então, a comunicação entre o Brasil e as outras nações passou a ser mais rápida e os jornais, como a *Gazeta de Notícias*, divulgavam em suas folhas a palavra “Telegrama” como sinônimo de eficiência na divulgação das principais notícias nacionais e internacionais. A ida de correspondentes brasileiros ao exterior, em busca das atualizações, é também exemplo do processo de integração cultural em que se inseriria o jornalismo brasileiro.

A *Gazeta de Notícias*, mais uma vez, como o seu próprio nome antecipa, inclinou-se na publicação dos principais acontecimentos do Brasil e do mundo. Em 1904 — ano da publicação da série de reportagens de João do Rio, *A pobre gente* — as notícias internacionais e nacionais eram divulgadas na coluna “Telegramas”, que se dividia em “Exterior” e “Interior”, para notícias internacionais e nacionais, respectivamente. Na primeira página do periódico também eram publicadas notícias locais e internacionais, sob o título “24 horas”, que também se dividia em “Interior” e “Exterior”. A *Gazeta de Notícias* tinha seus próprios repórteres-correspondentes e dividia algumas das notícias internacionais com a pioneira agência francesa de notícias internacionais Havas, chegando a destacar o nome desta colaboradora francesa em caixa alta, em uma coluna exclusiva. Via Portugal, ela foi a

¹² Fonte: www.museuimperial.gov.br/exposicoes-virtuais/3025.html. Acessado em: 17 de setembro de 2013.

primeira a distribuir o noticiário internacional no Brasil, completando o cartel formado pelas Reuters e Wolff (MARTINS e LUCA, 2006, p. 42).

As notícias sobre economia, política, chegadas e partidas de pessoas ilustres na Capital, tomadas de decisões do governo, dentre outros assuntos, eram distribuídas entre as colunas comentadas no parágrafo anterior. Percebemos, ao longo de nossa pesquisa, uma tendência da *Gazeta* em publicar o comentário da notícia, ou seja, em não se restringir à divulgação das respostas objetivas, características das notícias, que primam pelo fato – “o quê”, “quando”, “onde”, e “quem”. Assim, o que vemos muito são intrusões de narradores anônimos a respeito dos acontecimentos narrados, como ocorre, por exemplo, na coluna “Notas e Notícias”, onde se tem comentários a respeito de uma notícia, tecidos, ao que nos parece, pelo editorial do periódico. Mostramos, logo mais, dois exemplos de notícia:

Avenida Central

Para construções das obras da avenida Central foram aprovados pelo ministério da indústria mais os acordos amigáveis para a cessão de posse dos seguintes prédios: ruas Ourives ns. 7 e 72; Ouvidor 87; Theophilo Ottoni 62 e 64; General Câmara 61 e Sete de Setembro 75 (*Gazeta de Notícias*, 13 de abril de 1904, p. 1).

Madrid, 12

Acaba de chegar telegrama de Barcelona noticiando que o presidente do conselho de Ministros, Sr. Moura, foi ali vítima de um atentado, achando-se ferido. Não há pormenores (*Gazeta de Notícias*, “Telegramas - Exterior”, 13 de abril de 1904, p. 2).

Todas as notícias listadas tem por objetivo primeiro a divulgação da informação. Os assuntos tratados naquelas distribuídas na primeira página, após “Notas e Notícias”, são bastante variados e são intercaladas, muitas vezes, por uma pequena propaganda. Diferentemente das narrativas semelhantes aos *faits-divers*, a maioria dessas pequenas notícias não são precedidas de títulos. Mostramos, na figura abaixo, algumas notícias, seguidas de pequenos textos publicitários:



Figura 13: Pequenas notícias da primeira página (*Gazeta de Notícias*, 14 de abril de 1904, p. 1).

As narrativas, mais ou menos elaboradas, eram publicadas, muitas vezes, na coluna denominada “Ocorrências”, onde se lia, diariamente, uma seleção de relatos do mundo do crime, feitos por um narrador anônimo. Comentamos a respeito dessa coluna com certa ressalva, pois, a exemplo do dia da divulgação de “Desabamento: uma morte, dois feridos” (27 de maio de 1904), o título “Ocorrências”, já corrente em 1903, não compôs algumas edições da *Gazeta*. Nos dias nos quais é observada essa falta, as pequenas narrativas separam-se umas das outras apenas pelos títulos.

Em primeiro de janeiro de 1904 (quarta página do periódico), pudemos encontrar como títulos dos pequenos relatos de “Ocorrências”: “Desastre”, “Princípio de incêndio”, “Facada mortal”, “Estampilhas”, “Ato de desespero”, “Choque de veículos”, “Que chuva!”, “Desabamento” e “Gatuno”. Reproduzimos, abaixo, parte da coluna:

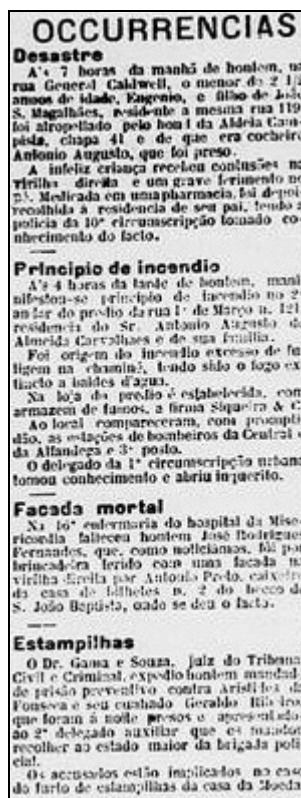


Figura 14: Coluna "Ocorrências" (*Gazeta de Notícias*, "Ocorrências", dia primeiro de janeiro de 1904, p. 4).

Comparando as divulgações de “Ocorrências” com as demais citadas, percebemos diferença em relação ao tamanho – os textos da coluna são menores – e quanto ao modo de exposição dos acontecimentos, pois parece que os relatos acima foram elaborados com menos detalhes a respeito da vida dos personagens envolvidos e dos locais onde aconteceram os incidentes, por exemplo. Os títulos continuam, como nas narrativas de tamanhos maiores, igualmente convidativos à leitura. Deste modo, não podemos deixar de aproximar as narrativas menores dos *fait-divers*, tendo em vista a publicação tardia das notícias apelativas no Brasil e a “timidez” com que apareciam nos jornais: “ No início, os *faits divers* brasileiros são breves, entre seis e dez linhas. Em 1890 já é possível encontrar narrativas mais longas, de trinta a quarenta linhas, e com uma duração de vários dias ou mesmo meses nos jornais como a *Gazeta de Notícias*” (GUIMARÃES, 2012, p. 142). No início do século XX, a *Gazeta* já deveria ter uma tradição de publicações de narrativas do tipo *faits-divers*, embora a rubrica ainda não fizesse parte das folhas do periódico.

Um exemplo de narrativa longa, divulgada fora da coluna “Ocorrências”, é o da edição do dia 5 de janeiro de 1904, cujo formato contemplamos abaixo:

A TIROS

FERIDO MORTALMENTE

Pouco antes das 8 horas da noite, hontem, alguns moços que se achavam na rua Souza Barros, no Engenho Novo, viram que passara um homem visivelmente embriagado.

Uma pilheria, por troça atirada ao infeliz, fez-o exasperar-se e dahi uma série de improperios por elle proferidos.

Pessoas que se achavam ás janellas retiraram-se provocando isso ainda mais a violencia do bebado. O Sr. Edgard Soares Machado que se achava á porta de sua residencia á mesma rua n. 9, teve que intervir, procurando arredar dalli o exasperado, mas ao approximar-se do mesmo, foi por elle agredido a cacetete recebendo uma pancada no rosto.

A' vista disso o Sr. Edgard tomou a resolução de pedir providencias na 15.ª delegacia, cuja sede não fica muito longe do local onde se deu a occurencia.

O inspector de serviço na 15.ª attendeu a reclamação e mandou duas praças acompanhar o queixoso prra prender o ebrio.

Estavam ainda em caminho as praças quando se passava outra scena mais violenta e de consequencias mais graves na rua Souza Barros.

Os dois moços, Oscar Magalhães da Costa e Mario Leite Borges, que alli se achavam pretenderam tambem afasia o ebrio, mas este sacou de uma arma e investiu para elles.

Travou-se lucta, resistencia de ambas as partes contendoras, terminando afinal quando se ouviu seguitamente o detonar de quatro tiros e a queda do desconhecido que recebera duas balas na cabeça. Os outros contendores fugiram, deixando o ferido em um lago de sangue.

Quando as duas praças chegaram ao local, puderam apenas levantar do chão o infeliz e tomar-lhe as declarações que elle mal podia dar.

Disse elle chamar-se Alvaro José da Motta, ter 30 annos, ser carpinteiro, solteiro, e residir á rua Matriz n. 35.

Chamado o inspector da 15.ª delegacia este foi ao local e pelas informações colhidas chegou ao conhecimento do que se havia passado momentos antes.

Para depor no inquerito sobre o facto foram convidados os Srs. Francisco Xavier Leal, José, Ferreira da Silva e Benedicto Bagança todos testemunhas de vista, e que accusam como auctores dos tiros Oscar Magalhães da Costa e Mario Leite Borges.

O ferido permaneceu no local do crime durante tres horas até que um carro da Assistencia o foi buscar para conduzi-lo ao hospital da Misericordia.

Até 1 hora da manhã, a policia da 15.ª não sabia o paradeiro dos auctores do crime.

O estado da victima, quando se recolheu ao hospital, era gravissimo.

Deve chegar a esta capital no dia 8, pela manhã, o Sr. Dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado de S. Paulo.

O Sr. presidente da Republica se fará representar pelo seu secretario Dr. Rodrigues Alves Filho.

Figura 15: Exemplo de narrativa longa, muito próxima ao *fait-divers* (Gazeta de Notícias, “A tiros”, 5 de janeiro de 1904, p. 2).

Além de não ter feito parte da coluna “Ocorrências”, a narrativa teve o seu título destacado e seu tamanho estendido. Não nos pareceu claro o motivo de sua evidência no jornal, mas é bastante provável que a sua repercussão na cidade tenha sido maior do que a dos demais acontecimentos contidos nas ocorrências do mesmo dia.

No entanto, em exemplares do ano de 1910, já encontramos uma coluna denominada “Fatos diversos”, tradução direta do termo francês, *faits-divers*. As notícias ali publicadas são

bastante parecidas, no tocante ao tamanho e à maneira de encadear os fatos, às publicadas na coluna “Ocorrências”, de 1904. Em razão das semelhanças entre as colunas de 1904 e 1910, entendemos que a primeira pode ter mudado a nomenclatura para “Fatos diversos”, pois os textos são bastante similares. Reproduzimos uma edição da coluna “Fatos diversos” para evidenciar tal equivalência:



Figura 16: Coluna “Fatos diversos” (*Gazeta de Notícias*, 15 de junho de 1910, p. 4)

Constatamos a existência de narrativas de tamanhos variados, embora todas curtas, as quais proporcionam leitura ligeira. A exposição dos fatos é mais direta, igualmente sem muitos detalhes a respeito da vida dos envolvidos ou descrições dos locais, mas o narrador faz, muitas vezes, comentários e julgamentos a respeito das personagens e do ocorrido, como

se estivesse observando momentos antes e depois da tragédia. Isso pode ser observado no exemplo retirado dos “Fatos diversos” em 15 de junho:

Apanhada por uma carroça

A sexagenária Thereza Maria de Jesus, residente à rua Figueira de Mello, ia pacatamente para sua residência.

Ao chegar, porém, à esquina da rua S. Christóvão, foi apanhada pela carroça guiada por Antônio Gonçalves.

Uma das rodas do veículo passou sobre as pernas da infeliz, ferindo-a bastante.

A polícia do 10º distrito, comparecendo ao local, prendeu o carroceiro em flagrante.

Thereza foi socorrida pela Assistência e removida depois para a Santa Casa (*Gazeta de Notícias*, “Fato diversos / Apanhada por uma carroça”, 15 de junho de 1910, p. 4). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A referência ao modo como a vítima andava pela rua (“pacatamente”) e o qualificativo dado a ela pelo narrador (“infeliz”) aumentam o efeito dramático da notícia, que lembra as narrativas mais apelativas, do tipo *fat-divers*. Seriam exemplos, de acordo com a nossa leitura, de notícias mais corriqueiras (pequenas ocorrências), mas que também apresentavam elementos que reforçavam o drama. As narrativas mais longas e mais detalhadas na exposição dos fatos eram publicadas fora da coluna “Fatos diversos”, indicando uma provável adaptação do termo, feita pela *Gazeta de Notícias*, para designar o local onde eram expostas, como dissemos antes, que haviam tido menos destaque na imprensa ou vida social do Rio de Janeiro. Para o periódico, as narrativas mais grandiloquentes eram separadas daquelas mais corriqueiras, as notícias sem muita repercussão, divulgadas, pela *Gazeta*, em “Fatos diversos”.

Dada a riqueza de detalhes encontrada em algumas das narrativas maiores e mais divulgadas pela *Gazeta*, muitas se parecem muito, quanto ao formato e à linguagem utilizada, com a reportagem. As pesquisas a respeito deste gênero no Brasil ainda não são suficientes para a composição de sua genealogia, o que nos impede de fazer uma classificação, como o faz Therenthy (2007) a respeito da reportagem no contexto francês. De acordo com a autora, a objetividade no modo de expor os acontecimentos cedeu espaço às diferentes maneiras de relatá-los, dependendo do jornalista que assinava. Invenção de diálogos e inserção de pontos de vista pessoais são exemplos, dados pela autora (2007, p. 290), do modo como o repórter (testemunha) levava o leitor à cena da ação. Surge, então, uma nova modalidade de narrativa, a ‘reportagem subjetiva’ ou *petit reportage*. Como não sabemos se no Brasil cabe essa especialização, preferimos classificar o exemplo a seguir como *fait-divers*, uma vez que as

características encontradas nas pequenas narrativas do mundo do crime podem ser encontradas nestes tipos de publicação. A primeira delas tem o título bastante chamativo:



Figura 17: Título do *fait-dvers* a respeito do grande incêndio (*Gazeta de Notícias*, “Fogo”, 29 de maio de 1904, p. 1-2).

Além de serem mais extensas, essas narrativas eram divididas em partes, acompanhadas de subtítulos, nas quais se podiam ler os acontecimentos detalhados pelo narrador, que parece ter acompanhado de perto a tragédia e seus desdobramentos, evidenciando o ofício do repórter, de ir até a fonte do acontecimento. Reproduzimos, em anexo, a imagem de uma parte da reportagem, dividida em 13 pequenas partes: “Muitos feridos”, “Propaga-se o fogo”, “Pela rua da Alfândega”, “Pela rua dos Ourives”, “Bombeiro morto”, “Feridos”, “A causa do incêndio – experiências com o aparelho ‘Le Motte’”, “O aviso”, “O corpo de bombeiros”, “Os prédios e os seguros”, “A polícia”, “O inquérito” e “Últimas notas”. Transcrevemos, a seguir, alguns trechos da primeira parte, onde já podemos apontar algumas características das narrativas sensacionalistas:

Foi pouco depois das 5 ½ horas da tarde, quando no centro da cidade mais depressa se faz noite, quando já se achavam fechadas as casas do alto comércio, que ontem correu, rápida a notícia de que lavrava um grande incêndio.

A casaria alta e apertada do centro da cidade não deixava divisar precisamente o ponto onde se declarara o fogo, mas em poucos momentos o Corpo de Bombeiros passava, em correria vertiginosa, marcando a direção onde havia irrompido o incêndio. Súbito, um enorme clarão apareceu bem alto, para o lado da rua dos Ourives, proximidades da rua da Alfândega e General Câmara.

Era ali o incêndio que, desde o seu início, se apresentava de aspecto pavoroso, sinistramente voraz, tal a sua intensidade, tal o furor com que envolvia o prédio.

Era um sobrado de dois andares, por cujas janelas e portas, as labaredas saíam como línguas rubras de um fantástico dragão, ardendo em febre intensa, levando o seu calor formidável a distância de dezenas de meiros e fazendo recuar a massa de gente que corria a admirar o espetáculo deslumbrante e horroroso.

O prédio em chamas era à rua dos Ourives, canto da da Alfândega, estabelecimento de aparelhos de iluminação, da firma Victorio [Ilegível].

Tão intenso era o calor como saturado o ar pelo fumo negro que saía da enorme fogueira e das chaminés das máquinas dos bombeiros. Os primeiros desses valorosos homens que chegaram ao local eram quase impossibilitados de agir, pois que sufocavam ao se aproximar do foco e expunham-se a uma morte certa ante aos desabamentos que se sucediam das paredes do prédio que ruíam com grande fragor levantando turbilhões de fagulhas.

Ainda assim, os abnegados trabalhadores preparavam as mangas, aparelhavam os registros, corriam como gatos, aos saltos, daqui para acolá, colocando escadas, aprestando todos os meios de ação.

De repente, devorado que foi todo o madeiramento, ruiu o prédio inteiro indo cair a distância, portais de cantaria, sacadas de ferro cujas vergas enrubescidas, iam formar um enorme entulho ardente, que chegou a interceptar a passagem em toda a largura da rua dos Ourives.

Já a esse tempo, o fogo que havia ressequido o madeiramento das duas casas fronteiras que formam as duas esquinas mais próximas, fizera-as também em chama e brasa.

[...]

Pelas sacadas das casas das cercanias, cheias de gente, ouviam-se gritos de terror: eram senhoras presas de ataques.

- Minha mãe! Onde está minha mãe? Bradava um filho angustiado, rompendo pelo povo.

- Está salva – respondia um guarda civil.

- Há alguém ferido?

- Há gente nas casas incendiadas?

Cruzavam-se as interrogações por todos os lados.

E o incêndio a lavrar, intenso, indomável!

Outra parede do prédio contíguo, pela rua da Alfândega, desabou fragorosamente. Ao mesmo tempo, outra parte, pela rua dos Ourives desprega-se do alto, escurecendo por momentos o ar, apagando quase o clarão da enorme fogueira (*Gazeta de Notícias*, “Fogo”, 29 de maio de 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

O narrador descreve com detalhes, e de uma maneira bastante romanceada, o início do incêndio e os seus desdobramentos, tais como a dificuldade para os bombeiros controlarem o fogo, os desabamentos subsequentes e o desespero dos civis atingidos de algum modo pela tragédia. A comparação feita entre as labaredas de fogo e as “línguas rubras de um fantástico dragão” aumenta ainda mais o sentido trágico do acontecimento; os leitores dessa reportagem, mesmo os que não foram testemunhas oculares do incêndio, devem ter sentido emoção semelhante à que o narrador pretendeu transmitir.

Há ainda um fato agravante para a situação, a falta de água. O modo como o narrador faz alusão aos prejuízos causados pela insuficiência de água mostra a interação estabelecida entre as constantes divulgações do jornal a respeito da falta da água na cidade e a presente reportagem:

Estavam em atividade as estações Central e a Marítima, os postos da Prainha, da Alfândega e da Carioca. Trabalhavam todas as máquinas e registros, as mangueiras todas e os esguichos disponíveis, mas trabalhavam improficuamente. Eram inauditos os esforços, mas o incêndio continuava, rompendo pelos fundos das casas das ruas do Ourives e da Alfândega. É que, como sempre, não havia água (*Gazeta de Notícias*, “Fogo”, 29 de maio de 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

O diálogo final da primeira parte dramatiza ainda mais a cena detalhada pelo repórter e torna mais emocionante o quadro por ele construído. Curioso é o fato de o repórter não identificar os locutores das falas por ele, supostamente, transcritas, deixando-nos em dúvida

quanto à veracidade dessa informação. O efeito de realidade é produzido pelos diálogos e por outros elementos constitutivos dessa reportagem, tais como a ênfase dada ao trabalho árduo dos bombeiros (“abnegados trabalhadores”) e os qualificativos utilizados para transmitir sensação de impotência frente às labaredas incontroláveis (“enorme fogueira”, “calor intenso”, “espetáculo deslumbrante e horroroso”, “enorme fogueira”, dentre outros).

A respeito dos diálogos e do modo como o narrador se inscreve no ambiente por ele descrito nos remete ao conteúdo das crônicas-reportagens da série *A pobre gente*, de João do Rio. Assim como o repórter da publicação a respeito do incêndio, com as transcrições dos diálogos nos textos de *A pobre gente*, João do Rio também acrescenta às suas reportagens o teor dramático que, como veremos no próximo capítulo, contribui para reforçar os argumentos do próprio autor. Na parte “3.1” deste trabalho, exporemos essa e outras características dos textos da série de João do Rio que os aproximam também das narrativas do tipo *faits-divers*, divulgadas pela *Gazeta*.

Pudemos encontrar nas notícias da *Gazeta*, além dos elementos que as tornam mais convidativas para a leitura, certo rigor no que diz respeito à ordem das informações essenciais para a localização do fato no tempo e no espaço, vale dizer, o local, a data e os nomes dos personagens envolvidos. Esta evidência nos é exemplar do contínuo processo de profissionalização do jornalismo e, conseqüentemente, da padronização das técnicas de escrita dos textos contidos nos jornais.

Em meio à grande diversidade de tipos de textos veiculados nos periódicos brasileiros de grande tiragem – notícias, folhetins, crônicas, caricaturas, dentre outros - como a *Gazeta de Notícias*, a “reportagem” destacou-se pela atração causada por sua forma narrativa. Este gênero jornalístico trouxe um novo olhar sobre o cotidiano, muito mais interessante do que os meros registros de fatos, que parecem “[...] ceder algum espaço para uma forma mais atraente de notícia, pois dinamizada em atributos discursivos bastante convidativos [...]” (BULHÕES, 2007b, p. 79). Assim, o escritor-repórter começou a retratar o dia-a-dia das grandes cidades sob sua perspectiva; um olhar sensível, e muitas vezes crítico, sobre as questões de seu tempo.

No início do século XX o repórter passa a ser a peça central do jornal. Sua rotina de trabalho é intensa, principalmente a dos responsáveis pelas notícias da cidade, as mais aguardadas pelos que acompanham a rotina da folha: “Os acontecimentos policiais tem cada vez mais a preferência do público” (BARBOSA, 2010, p. 174), principalmente as que relatam catástrofes e infortúnios. Uma verdadeira “caça” aos acontecimentos inéditos inicia-se a cada dia e qualquer dificuldade em relação à publicação de uma notícia de grande impacto parece

ser motivo de grande angústia entre os repórteres, sentimento que emite o texto “Atividade jornalística”, publicado pelo *Diário do Brasil* e reproduzido pela *Gazeta*:

Um dos primeiros deveres de uma empresa jornalística é desenvolver a maior atividade, caprichando em dar notícias que reúnam a mais palpitante atualidade a mais escrupulosa exatidão.

Nos Estados Unidos, onde existe bem organizado serviço de reportagem, extraordinária atividade jornalística e todo o gênero de facilidades para obter notícias, são poucos os fatos ocorridos que não fiquem dentro de algumas horas no domínio público, por intermédio da imprensa.

Aqui o caso é diferente. Apesar do progresso realizado ultimamente a este respeito, a imprensa, no seu louvável intuito de bem servir o público, encontra os mais temíveis obstáculos (*Gazeta de Notícias*, “Diário do Brasil”/ Atividade jornalística”, 25 de março de 1882, p. 3). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Na continuação do texto, o narrador cita a grande dificuldade que o jornal encontrou em divulgar a notícia de um roubo, pois foi necessário “[...] respeitar os justos escrúpulos do imperante, e também evitar qualquer revelação que pudesse embaraçar a ação da justiça”. Depois de expor a dificuldade que outros jornais também sentiram em relação à divulgação da notícia, em razão das reservas impostas pelo judiciário no decorrer do processo condenatório, o *Diário* comentou a divulgação precipitada que fizera antes do anúncio oficial da prisão do ladrão e ressaltou a ajuda dada aos “colegas provincianos”, que souberam da notícia antes mesmo da imprensa da corte. No final do texto, o jornal dirige-se aos leitores: “O público julgará o nosso procedimento e mostrará se está contente com os esforços que fazemos para servi-lo [...]”.

Os “esforços” realiados pelos repórteres à procura de uma boa história podem ser lidos em uma pequena anedota, publicada pela *Gazeta*. Nela, encontramos, inclusive, a menção à mentira, a qual, de acordo com uma possível leitura, pode referir-se à imagem que se tinha do repórter na época:

— Qual é o cúmulo da reportagem? Perguntou um redator a um repórter.

— O cúmulo? É difícil dizer qual seja. Eu sei de um colega, que um dia suicidou-se para levar a matéria ao jornal em que era empregado. E por sinal que lhe pagaram generosamente...

Mentia pouco, este. (*Gazeta de Notícias*, “Homnibus”, 6 de novembro de 1881). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Em publicação sobre a ameaça da peste bubônica, após a morte de um menino de sete anos, a nota expôs o resultado das investigações que fizeram seus repórteres a respeito do caso. Em um dos parágrafos do texto, vemos a ênfase dada à reportagem, responsável por levar aos leitores a verdade sobre os fatos, de acordo com a propaganda que se fazia dela, e ao

labor dos repórteres da *Gazeta*, reiterado pela frase “Sempre a postos!”, divulgada na charge, reproduzida neste capítulo, em comemoração ao aniversário do prelo em 1904:

Começamos por uma notícia que tranquilize os nossos leitores: o fantasma da peste ainda está longe de nós; correram boatos terríveis ontem; a reportagem pôs-se em movimento e, depois de muito procurar e de muito indagar, concluiu que o estado sanitário da capital é excelente e que o caso suspeito, de que tanto se falou entre os médicos e os amadores de notícias sensacionais, talvez não seja um caso de peste (*Gazeta de Notícias*, 11 de janeiro de 1900, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Na *Gazeta de Notícias*, este gênero foi interpretado, principalmente, através do trabalho de João do Rio. Embora não possamos afirmar, com certeza, que ele foi o primeiro repórter brasileiro, em decorrência das pesquisas relacionadas à produção jornalística do início do século XX que estão ainda por serem realizadas, João do Rio tornou-se emérito não somente pelo modo singular com que registrou as suas andanças pelo Rio de Janeiro, mas também pelo seu modo pioneiro de encarar o fazer reportagem como um ofício e de se mostrar em ação.

Com a reportagem, João do Rio apresentava também aos leitores da cidade os locais menos conhecidos e frequentados pela elite carioca. O que poderia soar como uma contradição, a combinação do hábito de flamar com a do ofício do jornalista, que vai à busca das fontes para a elaboração de sua reportagem, revela-se, com João do Rio, como práticas complementares:

Em João do Rio, *flâneur* e repórter não são estranhos um ao outro. Há nele muito de postura aristocrata do dândi despreocupado que vagueia pelas ruas, aberto às contingências do acaso. Mas, ao mesmo tempo, ele é o jornalista, alguém investido de uma atitude profissional, que realiza entrevistas e apura os acontecimentos, notifica a realidade (BULHÕES, 2007a, p.106).

Ao praticar “o mais interessante dos *sports*” (RIO, 1908, p. 6), João do Rio expôs aos seus leitores o dia-a-dia de pessoas vivendo à margem da sociedade, muitas vezes invisíveis em meio ao frenesi causado pelas expectativas de mudanças decorrentes da modernização e do progresso aos moldes europeus. Na série *A pobre gente*, esta exposição se deu também por meio dos inquéritos daqueles que eram matéria de sua escrita. A prática de registro da opinião era ainda novidade naquele início de século: “O método de apuração de João do Rio já era o de um repórter moderno: o questionamento das fontes, a circulação por diversos bairros em busca de diversidade, o uso privilegiado das descrições *in loco*” (COSTA, 2005, p. 41).

Durante o auge de sua carreira, sendo já reconhecido por suas crônicas sobre a Capital Federal, Paulo Barreto foi, por várias vezes, alvo de críticos que insistiam em misturar

aspectos de sua vida pessoal à avaliação de sua produção literária. Nesses momentos, a cor de sua pele e o “atrevimento” em querer ser visto e estar entre “os grandes” da época teriam contribuído para a sua desaprovação no mundo das letras, como declara Rodrigues (2000): “A velocidade do sucesso tornou-se pródigo em desafetos. Imaginem um mulatinho pernóstico e metido a besta alcançando a glória na capital do Brasil. Suas atitudes não podem ser perdoadas” (RODRIGUES, 2000, p. 36).

O estranhamento causado pelos textos fica evidente quando lemos, nas biografias de Paulo Barreto, comentários a respeito da recepção receosa de seus textos pelo público e pela crítica. Apesar do desconforto que causou, a obra de João do Rio obteve grande sucesso de público, contradizendo o que os críticos mais austeros diziam sobre a obra do jovem escritor. Se, por um lado, não podemos afirmar a quantidade de leitores que liam as publicações de João do Rio nos periódicos com os quais contribuiu, o expressivo número de edições a que chegaram seus livros, que trazem grande parte desses mesmos escritos, atesta-nos a popularidade atingida por Paulo Barreto e seus textos.

Camilotti (2008, p.146) fornece-nos os seguintes dados sobre o número de edições dos livros mais conhecidos de João do Rio: “*As religiões do Rio*, seu primeiro livro publicado, atingiu num curto tempo de 6 anos mais de 8.000 volumes, ou seja, 8 edições; *Vida vertiginosa*, publicada em 1911, atingira até 1917 quatro edições; *Psychologia urbana* de 1910 somaria, até 1916, três edições; *Dentro da noite* (1910), livro de contos, equivaleria a *As religiões*...somando, em 6 anos após seu lançamento, cinco edições e até 1920 ainda mais quatro. *Pall-Mall Rio* (1917) e *Cinematographo* (1909), em apenas um ano, resultariam em duas edições”. A autora comenta também a informação dada por Sevcenko (1985) de que o número de vendas de livros em prosa, considerado satisfatório, era de 1.100 exemplares na primeira edição, o que nos indica que João do Rio pode ter superado esse número.

João do Rio soube lançar mão de recursos estilísticos em um contexto no qual, ao mesmo tempo em que eram bastante estimadas obras de autores já renomados,¹³ acolhiam-se as novas formas saídas das páginas dos jornais: “[...] a imagem de João do Rio é a de quem compreendeu e assimilou os novos tempos da imprensa jornalística no Brasil, deslocando a imagem do escritor para as demandas que se apresentavam naquele contexto” (BULHÕES, 2007b, p. 79).

¹³ Em crônica denominada “O Brasil Lê”, publicada na *Gazeta de Notícias* em 1909, João do Rio atesta-nos, em entrevista a um funcionário da Garnier, a grande procura do público leitor pelas obras de autores já consagrados, em sua maioria estrangeiros: “O público prefere a literatura estrangeira, desconfia dos novos, só quer aceitar traduções. Os velhos, como os novos dizem, Aluizio e outros estão nas reedições. Em resumo, o Rio civiliza-se, é internacional, é poliglota” (RIO, 2012, p. 336).

Em *O momento literário*, publicado pela Garnier em 1907, João do Rio mostra-se preocupado frente à discussão sobre a situação daquele momento e sobre o rumo que poderia tomar a literatura brasileira naquele início de século, com a crescente demanda que tinham os leitores por textos frívolos dos jornais. Trata-se de um pequeno inquérito, publicado pela primeira vez pela *Gazeta de Notícias*, entre os anos 1904 e 1905, destinado a trinta e seis escritores, dentre os quais 25 responderam por carta e apenas onze pessoalmente. Além dessas informações, Costa (2005) resume o resultado do inquérito: “[...] dez acharam que o jornalismo prejudica a vocação literária; onze disseram que é favorável; onze opinaram que ajuda o aspirante a escritor, mas também o atrapalha; três não responderam à questão; um não entendeu a pergunta” (COSTA, 2005, p. 19). Em *O momento literário*, João do Rio revela-se disposto, ao ouvir o outro, a compreender este novo momento da literatura lida e consumida no Brasil.

Medeiros e Albuquerque foi aquele que mais defendeu a escrita da literatura no jornal, inaugurando uma discussão pós-moderna que aborda a divisão equivocadamente estabelecida entre cultura popular e erudita (COSTA, 2005, p. 21). Outra discussão que surge do dilema literatura *versus* jornalismo, de acordo com a autora, é sobre o mito de que o verdadeiro escritor conseguiria viver apenas de sua arte, “em tempo integral” (Idem, p. 36).

A experimentação literária de João do Rio foi possível graças à sua sensibilidade em assimilar os novos gêneros saídos das páginas dos jornais. Aliando a maleabilidade da crônica – que, filha do *folhetim-variedades*, carrega a herança da liberdade de expressão e da invenção da forma – ao seu desejo de escritor de não apenas relatar os acontecimentos cotidianos do cenário urbano, mas de mostrar esta realidade por meio de uma linguagem singular¹⁴, ele conseguiu chegar mais perto do leitor. Reside justamente na proximidade com o leitor a importância do jornalista como formador de opinião de uma sociedade ainda titubeante no tocante ao hábito de ler, titubeante, portanto, no hábito da reflexão: “João do Rio pensa em fazer do jornalismo o formador de leitores capazes de valorizar a leitura de um livro, capazes de analisar melhor a nossa realidade” (SÁ, 1987, p. 14).

¹⁴ Sobre o processo de singularização de uma obra literária, Tomachevski afirma que o material extraliterário ou realista deve “justificar-se por sua novidade e individualidade [...] É preciso falar do antigo e do habitual como do novo e do não-habitual” (1973, p. 191). Em outras palavras, o procedimento de singularização é o que diferencia, segundo o autor, uma obra literária de um texto meramente referencial e informativo.

4 AS CRÔNICAS NO JORNAL E NO LIVRO

No primeiro anúncio da série “A pobre gente”, publicado no dia 23 de maio de 1904, a *Gazeta de Notícias* nos dá indícios do sucesso que as crônicas de João do Rio alcançavam entre os leitores da época. Em nota, ela relembra o êxito que a série “As religiões do Rio” (1904), best-seller no mesmo ano de sua publicação no periódico (O’DONNELL, 2008, p. 25), atingira, e propõe a retomada da publicação seriada das crônicas-reportagens do autor:

Iniciaremos, nesta semana, uma nova série de artigos de reportagem de João do Rio sobre a vida dos pobres, dos desgraçados e das profissões exóticas que abundam no Rio. Estes artigos sobre A POBRE GENTE terão certamente o mesmo acolhimento das “Religiões do Rio”, que tanta impressão causaram (*Gazeta de Notícias*, 23 de maio de 1904, p. 1. Transcrição). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Essa passagem comprova o que os estudiosos dizem a respeito da notável popularidade a que chegou a obra de João do Rio, principalmente em relação à parte que fora publicada primeiramente nos periódicos, que chegou ao impressionante número de 2362 escritos, divididos em colunas, séries de crônicas-reportagem, peças teatrais, críticas, entrevistas, dentre outros, como consta no Catálogo Bibliográfico (1994)¹⁵. Assim, a *Gazeta de Notícias* repetiu o que havia sido sucesso anteriormente, destinando um importante espaço físico de suas colunas às crônicas-reportagem do autor. Alguns textos que constituem a série *A pobre gente* chegam a ocupar cerca de três colunas, tendo início na primeira página do jornal e desfecho, muitas vezes, na segunda.

A presença das crônicas de João do Rio fora do espaço do folhetim, destinado à leitura para distração, merece ser salientada, uma vez que a organização do jornal é pensada a partir da relação que se pretende estabelecer entre as publicações por ele divulgadas e o público potencialmente consumidor. Mesmo estando fora do rodapé do jornal, as crônicas de João do Rio são destacadas e separadas dos demais textos da folha, por meio de um arabesco, como mostra o exemplo abaixo:

¹⁵ RODRIGUES, J. C. *João do Rio*: catálogo bibliográfico: 1899-1921. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.



Figura 18: Acima do título da primeira crônica da série, o traço que a separa das demais publicações do jornal (*Gazeta de Notícias*, “A miséria cínica”, 27 de maio de 1904, p. 1-2).

O traço separa a primeira crônica de *A pobre gente* das demais rubricas, tais como “Títulos brasileiros” e “Mercado do café”. Após a assinatura do autor, no fechamento da crônica, outro arabesco a separa dos demais textos do jornal. Está claro, a partir dessas primeiras evidências, que a série de João do Rio ocupava um espaço privilegiado na *Gazeta de Notícias* e que, por esta razão, juntamente com os romances e as demais publicações destinadas ao lazer, deveria ser responsável por grande parte das vendas do jornal.

De acordo com Chartier (1998, p. 20), as estruturas dos impressos populares, como as da famosa *bilbiothèque bleue*,¹⁶ são sempre pensadas em função do modo de leitura que editores, ou livreiros impressores, imaginam ser o do público ao qual o texto se destina. Para o tipo de leitura destinada a um grande número de pessoas, os “sinais visíveis”, já conhecidos pelos leitores, são imprescindíveis para a apreensão de novos sentidos. Diz o autor:

[...] as próprias estruturas do livro são dirigidas pelo modo de leitura que os editores pensam ser o da clientela almejada. Esta última [...] é sempre pensada como uma leitura que exige sinais visíveis (títulos antecipados ou resumos sintéticos e recapitulativos, ou ainda gravuras em madeira que funcionam como protocolos de leitura ou lugares de memória) [...] As obras impressas para um número maior de leitores apostam no pré-conhecimento desses leitores. Pela recorrência de formas muito codificadas, pela repetição de temas semelhantes de um título ao outro, pelo reemprego das mesmas imagens, o conhecimento do texto já visto é utilizado para a compreensão de novas leituras (CHARTIER, 1998, p. 20).

As estruturas citadas pelo historiador tais como, títulos, resumos, gravuras, dentre outras, servem como um guia para o leitor, que é conduzido pelo reconhecimento de textos e imagens. Assim, se o autor inscreve em sua obra pistas que impõem ao leitor, explícita ou implicitamente, um caminho de leitura desejado, o editor, por sua vez, também opera no texto mudanças que visam um novo modo de leitura. No jornal, as pistas de leitura são dadas logo na primeira página, com a manchete, contendo as principais notícias e os textos que são

¹⁶ Sobre o estudo de Chartier a respeito da “biblioteca azul”, indicamos a leitura de “O exemplo dos livros azuis”, presente em *Práticas da leitura* (1996, p. 99) e de *A ordem dos livros* (1998, p. 20-21).

destaques no dia. A manchete abaixo traz o anúncio da primeira crônica-reportagem da série *A pobre gente*:

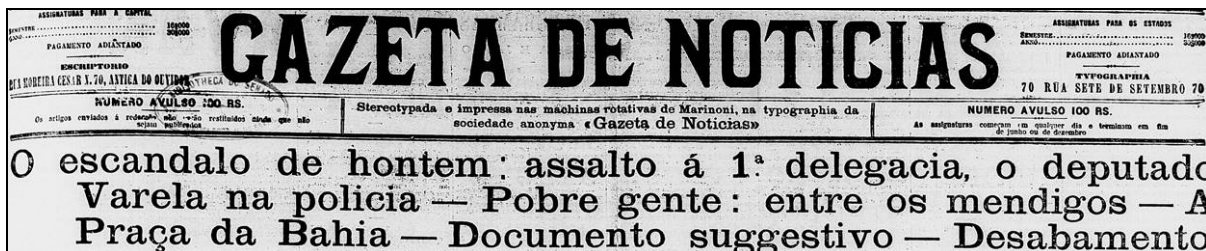


Figura 19: Manchete que traz o anúncio da crônica de abertura de *A pobre gente* (*Gazeta de Notícias*, 27 de maio de 1904, p. 1).

Os traços que separam as crônicas de João do Rio na *Gazeta de Notícias* também não deixam de ser indicadores, para os leitores, da presença de uma publicação especial no jornal. E por falar no leitor, além do autor e do editor, ele é a terceira instância que deve ser reconhecida e valorizada por aqueles que se propõem a estudar a história da leitura, pois a existência de um texto só é possível quando há um leitor que lhe dá sentido (CHARTIER, 1998, p.11-14). Ele não é visto como um ente que recebe passivamente o texto, em sua forma oral ou escrita; ao contrário, todo objeto de leitura é visto como potencial para inúmeras atribuições de sentido, a depender do modo singular como os leitores com ele se relacionam.

No entanto, a independência que o leitor, a princípio, teria em relação ao estabelecimento de sentido ao texto lido é relativizada quando levamos em consideração o contexto em que o leitor está inserido no momento da leitura e nas marcas que permeiam o escrito e a sua forma material. As práticas de leitura são sempre dirigidas, portanto: “[...] pelos códigos e convenções que regem as práticas de uma comunidade de dependência. Ela [a independência do leitor] é limitada, também, pelas formas discursivas e materiais dos textos lidos (Idem, p. 14).

As mesmas características da materialidade na qual o texto de cunho popular se insere, descritas por Chartier, podem ser verificadas na *Gazeta de Notícias*. Em virtude da pretensão do jornal em atingir um grande número de leitores, a publicação das crônicas de João do Rio dentro de uma série temática tornou-se uma maneira eficaz de inscrevê-las na rotina de leitura quotidiana da *Gazeta*, além de criar uma identidade para o conjunto de crônicas do autor que ela se propunha a publicar. Acreditamos que essas características teriam permitido que houvesse uma comunicação rápida entre o jornal e o público ao qual era destinado, principalmente quando evidenciamos a própria propaganda, feita pelo periódico, que anunciava com frequência *A pobre gente*, fazendo com que fosse repetido o mesmo efeito de

expectativa em relação à crônica subsequente, recuperando o aprendizado que esse tivera com o romance-folhetim. A reiteração da publicação das crônicas da série por meio de chamadas diárias e o seu próprio formato de “série” teria revelado uma excelente fórmula de chamar a atenção dos leitores e de gerar anseio no tocante à novidade. É trazer para a crônica o efeito do romance-folhetim.

Pensando especificamente no livro, ele tem elementos que servem de guia para o leitor, como, por exemplo, as divisões dos textos em blocos temáticos, ou capítulos, e o próprio grande tema do livro, no caso de *A alma encantadora das ruas* — a rua e a diversidade de tipos e costumes que lhe atribuem vida e “alma” —, o qual lhe confere unidade. Nem todas as marcas, porém, informam ao leitor, de modo objetivo, os assuntos a serem tratados em cada texto. Percebemos a necessidade da leitura de algumas crônicas para ser possível entender o motivo da escolha dos títulos e subtítulos das partes constituintes do livro. O exercício de leitura destinado aos textos materializados no formato livro geralmente pressupõe um ambiente de recolhimento, no qual se possa realizar uma leitura atenta e silenciosa, a fim de que se consiga inferir sentido aos simbolismos presentes nesse veículo. Trata-se da chamada leitura “intensiva”, “[...] leitura da intimidade, da clausura, da solidão [...]” (CHARTIER, 1998, p. 23). A prática de leitura realizada com o jornal, por sua vez, é mais rápida, pois obedece ao ritmo diário de renovação de seus conteúdos. Os títulos, que antecedem as crônicas-reportagem de João do Rio, são mais objetivos e descritivos, fazendo alusão direta ao assunto de cada texto.

Mesmo não tendo sido tão pragmática a escolha de alguns dos títulos de capítulos, quer dizer, mesmo que a organização do livro não tenha sido pensada para a função de chamar a atenção do leitor para a atração do dia, como ocorrera no jornal, ela nos é exemplar da evolução ocorrida na disposição do texto escrito desde as suas versões manuscritas. Febvre e Martin (1992), em sua obra de referência para o estudo do livro, *O aparecimento do livro*, nos dão uma ideia da dificuldade de leitura dos textos manuscritos, por exemplo, no século XV e, ainda, em impressos do século XVI. De acordo com os autores, em virtude da escassez do pergaminho e do papel, os textos eram “fechados”, muitas vezes cheios de abreviações e sem nenhum espaçamento entre os parágrafos e entre os capítulos, tornando dificultosa a consulta desses materiais (Idem, p. 135). Ressaltamos, ainda, outras mudanças importantes na disposição do texto no livro, apontadas pelos dois autores: além de terem sido adotados os caracteres romanos — mais legíveis em comparação aos góticos —, passou-se a dar um espaçamento maior entre as linhas dos textos, não mais distribuídos em colunas e, desta vez, separados por títulos (Idem, p. 136). Todas essas mudanças ocorreram na medida em que

crescia o interesse de outros grupos sociais pela leitura, como foi o caso da burguesia. Com a crescente demanda de leitores, aumentaram, já no século XVI, os investimentos na confecção de livros mais fáceis de serem manuseados e lidos; deu-se início à confecção dos exemplares de tamanho reduzido, os que hoje, comumente, chamamos “livros de bolso”:

Há portanto, desde essa época, um contraste entre as pesadas edições de textos científicos destinados a serem consultados nas bibliotecas e as pequenas edições mais leves de obras literárias ou de escritos de combates, destinados a um público mais vasto [...] No século XVIII, da mesma forma, usa-se o in-fólio quase somente para obras de grande volume, por exemplo, os dicionários ou as enciclopédias (FEBVRE e MARTIN, 1992, p. 138-139).

Os formatos in-14º, in-18º e in-12º, por exemplo, passaram a ser mais comuns em livros de literatura. No catálogo de obras da Livraria H. Garnier, incluído nas últimas páginas de *A alma encantadora das ruas*, há muitas edições nos formatos pequenos, tanto para os livros literários quanto para os livros de estudo. Dentre os livros constantes na parte “Literatura/prosa”, do catálogo, está o *As religiões do Rio* (in-18º), em sua sétima edição, como informado na relação das “Obras do Autor”, de *A alma encantadora das ruas*. Constan, também, na relação de obras publicadas pelo autor, os seguintes títulos: *As religiões do Rio*, *O momento literário*, *Jornal de verão*, *Dentro da noite*, *Era uma vez...*; as traduções *Salomé*, *Pensamentos para a mocidade*, *Oscar Wilde*, *O leque de Lady Windermare*; o teatro *Última noite* e uma obra ainda em preparação, *As ordens e as congregações religiosas no Brasil*.

De formato in-18º, o livro *A alma encantadora das ruas*, que fora impresso na Tipografia Garnier Hermanos, em Paris, estaria entre os livros pensados para serem de fácil manuseio, em razão de seu formato menor, e, portanto, para serem distribuídos em grande escala. Veremos, no entanto, no capítulo em que discutimos a passagem das crônicas do jornal ao livro, que ele pode não ter sido pensado para esta finalidade.

Pela ótica da história da leitura, podemos entender, portanto, como acontece a transmissão de informações nos veículos populares de comunicação, uma vez que há elementos extratextuais, ligados à publicação de um texto, que influenciam na composição de seus sentidos, podendo, até mesmo, influenciar a escrita (literária inclusive) e leitura dos mesmos textos. Estes elementos correspondem à tipografia, à disposição espacial do texto, suas ilustrações, divisões, notas, discursos, anúncios publicitários, etc.. Levadas em consideração, essas características conferem ao texto literário o caráter de “único”, pois, qualquer alteração na configuração dos elementos que o permeiam pode significar uma mudança, inclusive, no modo de apreensão de seu sentido.

O trabalho do editor, posterior ao do autor, no caso do livro, acaba por propor novas significações ao texto, uma vez inserido num dado suporte, de acordo com a imagem de um leitor idealizado. Deste modo, os dispositivos tipográficos são um dos principais responsáveis pela atualização do texto porque permitem não só a sua veiculação em diferentes épocas, mas também contribuem para a aceitação do mesmo por públicos distintos.

Nas duas partes seguintes, “Diálogo entre o jornal e as crônicas-reportagem” e “Da reportagem à crônica”, mostramos mais detalhadamente a relação estabelecida entre as crônicas-reportagem de João do Rio e as duas mídias, jornal e livro.

4.1 Diálogo entre o jornal e as crônicas-reportagem

Após a publicação da primeira crônica-reportagem de *A pobre gente*, “A miséria cínica”, os leitores da *Gazeta de Notícias* contaram com a presença de mais cinco textos da série no jornal. As publicações ocorreram entre os meses de maio e junho de 1904. No quadro abaixo, elencamos todas as crônicas com as respectivas datas em que foram divulgadas:

Tabela 2: Datas das publicações das crônicas de “A pobre gente” na *Gazeta de Notícias*

CRÔNICAS	DIAS DAS PUBLICAÇÕES
A miséria cínica	27 de maio
As mulheres mendigas	30 de maio
As maçonarias de exploração	03 de junho
A exploração das crianças	06 de junho
No sono da miséria	10 de junho
Os trabalhadores da estiva	19 de junho

Como pode ser observado na relação acima, a maioria das crônicas foi publicada com um intervalo de três dias, apresentando atraso na divulgação da penúltima e última crônicas. Em nove de junho, dia no qual deveria ter sido publicada a crônica “No sono da miséria”, o jornal não realizou nenhum comunicado explicando o atraso. O periódico restringiu-se a chamar a atenção do leitor para a publicação que se realizaria no dia seguinte: “Amanhã, ‘O sono miséria’” (*Gazeta de Notícias*, 09 de junho de 1904, p. 1).

Em relação a “Os trabalhadores da estiva”, que deveria ter sido publicada no dia 13 de junho, seguindo o intervalo de três dias entre cada publicação, o periódico, do mesmo modo, não emitiu nenhuma justificativa para tal atraso. Os anúncios que foram feitos para essa última crônica seguiram-se nos cinco dias anteriores à sua divulgação, ocorrida no dia 19 de junho. O possível pertencimento dessa crônica à série *A pobre gente* foi-nos, a princípio, motivo de dúvida, pois o nome da série apareceu, junto ao título da crônica, apenas nos três primeiros dias de anúncio (dias 14, 15 e 16 de junho). As imagens abaixo são reproduções da coluna de anúncios das próximas atrações do periódico. Chamamos a atenção para as mudanças ocorridas no título de “Os trabalhadores da estiva” e destacamos a presença do título da série apenas nos três primeiros dias de reclame:



Figura 20: Anúncios da crônica “Os trabalhadores da estiva” (*Gazeta de Notícias*, dias 14, 15, 16, 17 e 18 de junho de 1904, p. 1).

Diante da dúvida a respeito do pertencimento ou não da crônica à série, optamos por considerar “Os trabalhadores da estiva” como vinculada ao conjunto de textos de João do Rio, em virtude da presença do título *A pobre gente* nos primeiros anúncios e da falta de explicação a respeito do motivo da ausência da rubrica nas últimas chamadas, ainda que o “Catálogo Bibliográfico de João do Rio”¹⁷, organizado pelo jornalista João Carlos Rodrigues, não considere a crônica como pertencente à série.

Finalmente, no dia 18 de junho, os leitores contaram com uma explicação para os atrasos na publicação da crônica: “Amanhã OS TRABALHADORES DE ESTIVA por João do Rio, que deixamos de publicar hoje por absoluta falta de espaço”. Apesar de o jornal justificar apenas o atraso da publicação que deveria ter ocorrido no dia 18, todos os outros adiamentos podem ter resultado também do acúmulo de matérias, provocado, talvez, por uma falha no planejamento do jornal no que diz respeito à quantidade de publicações concomitantes à série.

¹⁷ RODRIGUES, J. C. *João do Rio: catálogo bibliográfico: 1899-1921*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

Outra característica interessante da publicação de *A pobre gente* é o seu encerramento não ter sido anunciado pela *Gazeta*. Não há qualquer indício de que “Os trabalhadores da estiva” seria a última crônica. A única prova do fim de *A pobre gente* é a supressão dessa rubrica junto ao anúncio de “A fome negra”, crônica publicada no dia 22 de junho, também presente no livro *A alma encantadora das ruas*. Esse fato contribui com a nossa observação sobre a intenção de deixar em aberto a continuação ou não de uma série, a depender do *feedback* dos leitores que a acompanhavam.

O título da série, *A pobre gente*, antecipava aos leitores da *Gazeta*, de modo bastante claro, o conteúdo a ser abordado pelas crônicas-reportagem. O determinante inicial aponta para uma categoria específica de pessoas, proporcionando às crônicas, a partir da leitura do título, um estatuto de estudo científico, como se João do Rio fosse apresentar uma definição ou uma conclusão de seu estudo sobre um tipo específico de indivíduos. De fato, João do Rio foi em busca das inspirações para seus escritos, registrando o que via e sentia ao se deparar com cenas, muitas das quais chocantes, sempre analisando os indivíduos e as suas histórias de vida. Essa análise, no entanto, não era feita sem parcialidade, como veremos.

O qualificativo “pobre” que precede o nome “gente”, invertendo a ordem direta das palavras, encontra-se em evidência, no meio do sintagma, posição essa que não foi estabelecida de maneira aleatória, mas que induzia a atenção do leitor ao propósito da série: colocar em primeiro plano a parcela da sociedade que, possivelmente, era motivo de receio e curiosidade para os leitores do jornal que pouco conheciam desse vasto universo. Esse mesmo qualificativo, nessa posição anteposta ao nome, faz referência à compaixão pelos personagens recriados pelo narrador-cronista no texto, que são, no entanto, efetivamente desprovidos de recursos materiais e alvo das notícias do jornal, diariamente. Percebemos, portanto, que, apesar de tender ao literal, o título da série no jornal apresenta certa ambiguidade.

Publicada no dia 27 de maio, a crônica de abertura, intitulada “A miséria cínica”, encontra-se dentro de um subtítulo, no jornal, denominado “Entre os mendigos”, que também abarca a segunda crônica, “As mulheres mendigas” (30/05), e a terceira, “As maçonarias de exploração” (03/06). A seguir, dois exemplos de títulos das crônicas-reportagem de João do Rio; o primeiro com o subtítulo “Entre os mendigos” e o segundo sem o subtítulo:



Figura 21: “Entre os mendigos – A miséria cínica”. (*Gazeta de Notícias*, 27 de maio de 1904, p. 1-2).

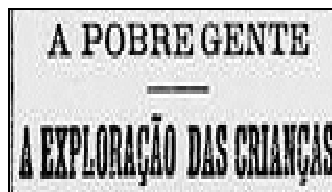


Figura 22: “A exploração das crianças”. (*Gazeta de Notícias*, 6 de junho de 1904, p. 1).

A unicidade do tema, indicada, muitas vezes, pelos títulos, e mesmo a determinação de um assunto, como é o caso de “Entre os mendigos”, é mais um exemplo de configuração dos conteúdos do periódico que poderíamos qualificar como “didática”, pois auxilia na organização das informações contidas no espaço da página, dedicado à publicação das crônicas, induzindo o leitor a um determinado entendimento das mensagens contidas nos textos. A função de “sedução” do título de um texto, comentada por Genette (1996, p. 85-88), pode ser percebida na junção dos títulos mencionados com o vocábulo “reportagem”, igualmente atrativo para os leitores do jornal. Basta lembrarmos o sucesso da reportagem no início do século XX e, no caso da *Gazeta*, as propagandas que fazia de seus próprios colaboradores.

O possível desconforto, sentido pelos leitores em relação ao tema e ao conteúdo de *A pobre gente* não teria diminuído, ao que pudemos acompanhar, a expectativa dos leitores do jornal. O modo como a série é apresentada no periódico, fazendo parte das manchetes e repetindo-se quase diariamente nas chamadas dirigidas aos leitores, permite-nos pensar na possibilidade de se tratar de um assunto que seria, de antemão, para o periódico, bem sucedido no que diz respeito à aprovação do seu público-leitor e, conseqüentemente, no grande número de vendas que proporcionaria.

Em muitas das crônicas-reportagem da série *A pobre gente*, João do Rio demonstra os diferentes tipos do universo da “mendicidade malandra” por meio de descrições físicas que hiperbolizam a imagem, na maioria das vezes, negativa, de cada personagem, e também por meio da inserção de diálogos, funcionando como verdadeiros reforços para o discurso do narrador, que, não raro, julga a moral de cada indivíduo por ele inquirido. Para esclarecermos melhor o conceito de “diálogo”, citamos Bakhtin (2005) quando fala a respeito do discurso dostoievskiano na obra *Problemas da poética de Dostoiévski*. O autor disserta sobre a natureza do discurso e as características de cada tipo por ele elencados. Em oposição à ideia de língua estática, dicionarizada, o discurso é entendido como “a língua em sua integridade concreta e viva” (Idem, p.181). São necessários, então, ao menos dois enunciados, de dois

sujeitos diferentes, que dialogam entre si e que podem, ou não, estarem de acordo em relação às proposições elaboradas a partir da temática discursiva:

As relações dialógicas na linguagem para que entre eles possam surgir relações dialógicas são irredutíveis às relações lógicas ou às concreto-semânticas, que *por si mesmas* carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas (BAKHTIN, 2005, p. 183).

Veremos, ao longo de nossas análises, que, apesar de ser possível diferenciarmos as vozes existentes em cada crônica da série, elas são sempre conduzidas pelo narrador, ou seja, mesmo que muitas vezes narrador e personagens não estejam de acordo, ao final, o que predomina é a opinião do repórter. Esse efeito é conseguido, por exemplo, pelos comentários de João do Rio a respeito das personagens ou da ambientação construída a partir da descrição da cena e pela caracterização das pessoas com quem ele estabelece o seu “diálogo”. O que se caracterizaria como um discurso polifônico revelar-se-ia, ao final da reportagem, em verdadeiro monólogo, pois a impressão que fica ao final, para quem lê, é sempre a do repórter. A aparente polifonia, evidenciada nas crônicas de João do Rio contidas em *A pobre gente*, já foi comentada por Levin (1996) quando fala da rigidez do foco de alguns narradores criados por Paulo Barreto, caracterizados como dândi:

Desprovidas de falas próprias, elas [personagens] não constituem uma alteridade estabelecida no nível do discurso. Em vez disso, existem como epifenômenos. O modo de o escritor caracterizar as subjetividades revela-se justamente nesse tipo de interação em que nunca vemos um embate de vozes (MESSER, 1996, p.211).

Mesmo tendo feito referencia aos outros escritos do autor, acreditamos que a mesma característica do narrador, mencionada por Levin (1996), pode ser evidenciada, de outros modos, nas reportagens de *A pobre gente*. Destacaremos as particularidades das crônicas que contribuem para a fixação de uma “autoridade” do narrador em relação às demais personagens e, conseqüentemente, a imposição de suas ideologias a respeito dos assuntos abordados. Além disso, procuraremos demonstrar como ocorria o diálogo entre as crônicas-reportagem de João do Rio e algumas das publicações da *Gazeta* nas quais a pobre gente também aparece como personagem principal. Nossa análise tem como principal objetivo o de evidenciar o discurso do jornal reproduzido, em profundidade, pelas crônicas-reportagem de João do Rio, e a ligação do jornal com as crônicas que se mostrará também no apoio da *Gazeta* à *Alma encantadora das ruas* em decorrência de sua publicação em 1908.

Conforme dissemos, em “A miséria cínica”, João do Rio começa a sua aventura pelo submundo da Capital Federal, acompanhado por Alberto, seu companheiro e guia, que o levou aos locais mais perigosos da cidade e o apresentou aos curiosos personagens. João do Rio inicia a sua primeira narrativa apresentando um resumo das conclusões a que chegou após a análise das histórias de vida dos miseráveis por ele interrogados ao longo de toda a sua investigação, que serviu de matéria para a escrita da série. A linguagem empregada é objetiva e prima pela clareza na exposição das ideias:

Há dois gêneros de miséria no Rio, a miséria cínica, exploradora, e a miséria infinitamente triste, cujas palavras são dolorosos soluços. A sociedade é admiravelmente bem organizada porque assenta no lameiro dessa vida, que já não é vida. Ao lado das altas posições, passa como nuvens o corvoejardos (sic) mendigos embrutecidos sob o rebrilho do luxo, sofre um mundo inteiro, estortega a multidão com os membros deformados pelo trabalho brutal, com as ideias limitadas num tantálico círculo de ferro, e todos os ais, todos os soluços, todos os gritos e esses músculos crispados na ânsia de um formidável esforço parecem ter o único desejo de produzir a maravilhosa flor do nosso prazer...

Estávamos ambos de casaca. Tínhamos ceado discretamente um vinho Tokay, e Alberto, o meu inecrível (sic) amigo, encontrado sempre em lugares equívocos, dizia, com mágoa, essas palavras tristes, fumando um maravilhoso havana:

— Admira esta cidade. Nós somos como Roma sob Elagabalus. Todos os vícios, todas as crenças, todos os deboches e todas as agonias. Observa, porém, as pequenas molas, o abismo em que a miséria anseia. É curioso.

Apertei o braço socialista.

— Vamos lá ver isso!

— Vamos. Começamos pela miséria cínica.

(*Gazeta de Notícias*, “A miséria cínica”, 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A primeira crônica-reportagem apresenta o tema discutido dentro de “Entre os mendigos”. A “miséria cínica” e a “miséria infinitamente triste” são os dois tipos de miséria que o leitor poderá conhecer ao longo da série e, principalmente, das três primeiras crônicas que formam o subgrupo citado, “Entre os mendigos”. O narrador, como antecipa o título da crônica, aborda um tipo de miseráveis – os cínicos – que forma um grupo heterogêneo, composto por indivíduos de distintas nacionalidades que levavam uma vida “fora da lei”, mantendo-os apartados do convívio social. Nessa crônica, João do Rio atesta-nos a situação da cidade do Rio de Janeiro quanto à grande quantidade de imigrantes na virada do século XIX para o XX. De acordo com Sevcenko (1995, p. 51), havia uma soma de 158.888 de estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro de 1890 a 1920 e, muitos deles, vinham à procura de oportunidades de trabalho.

Por trás dos números que demonstravam o crescimento populacional da Capital – e que serviam, inclusive, de reclame nos países estrangeiros (SEVCENKO, 1995, p. 52) –, a

cidade vivia um grande caos social, com um número alarmante de pessoas sem emprego e moradia, vivendo, muitas delas, em condições precárias. Nesta crônica, João do Rio reportou a situação de imigrantes, instalados no Rio de Janeiro, à procura de uma vida melhor, a partir do que apreendeu de seus próprios discursos. A realidade que, certamente, encontraram na cidade, no entanto, é apontada por Sevcenko (1995):

[...] a oferta de mão-de-obra abundante excedia largamente a demanda do mercado, aviltando os salários e operando com uma elevada taxa de desemprego crônico. Carência de moradias e alojamentos, falta de condições sanitárias, moléstias (alto índice de mortalidade), carestia, fome, baixos salários desemprego, miséria: eis os frutos mais acres desse crescimento fabuloso e que cabia à parte maior e mais humilde da população provar (SEVCENKO, 1995, p. 52).

Em “A miséria cínica”, João do Rio nos dá provas desse cenário que contrastava com a propaganda progressista da cidade, cuja bandeira hasteada era a do “Rio-civiliza-se”, de Figueiredo Pimentel. O repórter levou aos leitores da *Gazeta* as suas impressões a partir do ponto de vista de alguém que observa o seu arredor com distanciamento crítico.

Ao elencar os aspectos físicos e o caráter de seus personagens, – “falsos paralíticos”, “pernas ulceradas à carne fresca” –, utilizando os qualificativos “monstruoso” e “cínico”, para se referir aos sujeitos, o narrador exacerba a imagem negativa que ele pretende neles imprimir. Além do emprego das adjetivações, João do Rio utiliza bastante o encadeamento de palavras, proporcionando efeito cumulativo, contribuindo para dar ênfase ao seu discurso, como no trecho: “[...] o bagaço do crime, do lenocínio, da malandrice, da infâmia”.

De acordo com João do Rio, os sujeitos encontrados em seu passeio passarão, inevitavelmente, por, ao menos, uma das três localidades por ele elencadas: o hospital da Misericórdia, a Praia do Peixe e a Detenção¹⁸. O cronista demonstra uma visão determinista sobre a vida destes “seres”, ligando-os ao meio em que vivem. Ele deixa transparecer em muitos de seus escritos, principalmente nos de *A pobre gente*, muito do pensamento positivista, o qual, de acordo com Needell (1993, p. 214), alimentou o discurso progressista da época. O modo racional de desenvolver as ideias estava pautado no cientificismo europeu, difundido nos discursos de pensadores como Augusto Comte (1789-1857), Charles Darwin

¹⁸ Provavelmente, João do Rio refere-se à **Santa Casa de Misericórdia**, construída, ao que se acredita, em 1582, no largo da rua Misericórdia, sobre terras doadas pelo conquistador Gonçalo Gonçalves. A modesta Casa surgiu, a princípio, para a acolhida de enfermos da tripulação da frota de Diogo Flores Valdes, sob os cuidados de Anchieta (GERSON, 2000, p. 6-7). Já a **Praia do Peixe** era o local onde os pescadores vendiam sua mercadoria. A **Detenção** corresponda à Cadeia, construída por volta de 1636, localizada à frente da rua Misericórdia (CRULS, 1965, p. 219).

(1809-1882), Ernest Renan (1823-1892), entre outros. Na literatura, o realismo e o naturalismo surgiram como resposta estética ao idealismo romântico, o qual, no Brasil, passou a ser visto como alusivo às “instituições retrógradas” (Idem, p. 214) dos tempos do Império.

Esse modo cientificista de perceber e expor as condições da vida humana já era encontrado na série *As religiões do Rio*, publicada de fevereiro a março de 1904 (RODRIGUES, 1996, p. 50):

De formação positivista, João do Rio observou os cultos com olhar científico e distante, quando não horrorizado pela possessão das *iaô* e a matança de animais. Isso não o impediu, talvez até o tenha estimulado, a descrever com minúcia a hierarquia sacerdotal do candomblé, assim como o panteon dos orixás e o culto dos *eguns* na Casa das Almas (RODRIGUES, 1996, p. 51).

Entre os autores presentes na biblioteca particular de João do Rio, doada por sua mãe ao Real Gabinete Português de Leitura em 1921, está Zola (1840-1902) (AZEVEDO, 2010, p. 245), autor expoente do naturalismo. Embora não tenhamos a intenção de classificar a obra de João do Rio em uma escola literária, não deixamos de perceber alguns traços que nos permitem levantar hipóteses sobre as influências literárias do autor. A união inerente entre o homem e o meio em que vive, há pouco levantada, pode ser verificada na descrição que o cronista faz da Praia do Peixe:

A Praia do Peixe, o longo cais de águas sujas com a sua enorme fileira de botes e faluas, é o grande agente de putrefação. Não há mendigo que não tenha um trecho da sua vida ligado à vida daquelas pedras onde rola o roubo, o crime, a vagabundagem, a avareza, a sensualidade baixa, a sodomia. Daquela fartura toda, do ventre aberto do rio, da urgia de alimento, quartos de boi sangrando, montanhas de verduras, rumas de peixe: da fonte de onde emana a vida da cidade saem os vermes da miséria com o seu atro cortejo. Caminhas à noite pelas *halles* viscosas e escuras, entre os corpos que roncam e o cheiro da miséria, é sentir como o pulsar de coisas sinistras, o passo deslizante dos malandros, suspiros exasperantes à sombra de pequenas infâmias (*Gazeta de Notícias*, “A miséria cínica”, 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A ambientação obscura, construída a partir da descrição da Praia por João do Rio, colabora para a criação da imagem negativa do local, assim como as citações sinestésicas ligadas ao olfato, ao barulho do ronco e às sensações físicas sentidas pelo próprio narrador-personagem. A Praia do Peixe, como causadora da perdição dos homens que por ela passavam, resguarda em si, de acordo com o cronista, o paradoxo vida e morte: se dela nasce o alimento para a sobrevivência dos homens, também dela emana a sua destruição: “[...] da

fonte de onde emana a vida da cidade saem os vermes da miséria com o seu atro cortejo” (*Gazeta de Notícias*, “A miséria cínica”, 1904, p. 1-2).

Após expor as razões pelas quais a Praia do Peixe está entre as localidades mais insalubres da cidade do Rio de Janeiro, João do Rio introduz a Misericórdia e a Detenção. O cronista parece não ver esperança de melhora na situação de vida dos mendigos, ligando o curso natural de suas vidas à morte na Misericórdia. No trecho a seguir, o Hospital é apresentado como um fim certo para os mendigos e a Detenção, que deveria funcionar como um centro para a reabilitação para o convívio social, um dos grandes antros de deterioração humana:

A Misericórdia é inação, o sustento por tempo indeterminado, em camas lavadas, falando mal dos médicos e das irmãs. Meio por cento dos mendigos termina a primeira existência aí...

— Tive uma moléstia, fui para a Misericórdia. Quando saí, não me achei com ânimo de trabalhar!

E a detenção resume a Praia e o Hospital, o cinismo do crime e a indolência alimentada, a indiferença pelo amanhã e a torpeza, o pão e o ódio. Todos os mendigos malandros são organicamente destinados a desaparecer no abismo. Esses três elementos fazem-nos, entretanto, proliferar, para que esta terra sentimental, que só á vista da miséria se comove, os sustente. (*Gazeta de Notícias*, “A miséria cínica”, 1904, p. 1-2).
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Ao citar as três localidades da cidade do Rio de Janeiro, João do Rio levava, aos leitores, importantes informações a respeito dos locais que estavam também presentes nas publicações da *Gazeta de Notícias*. Podia-se encontrar em uma coluna, às vezes acompanhada do título “Misericórdia”, os números referentes à movimentação de pacientes no hospital bem como o número de falecimentos acontecidos na Casa:

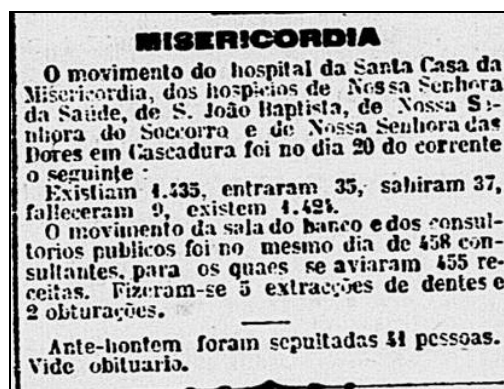


Figura 23: Publicação informativa a respeito do hospital da Santa Casa da Misericórdia (*Gazeta de Notícias*, 22 de fevereiro, 1904, p. 1).

Algumas vezes, a pequena coluna era publicada na primeira página do periódico, junto às informações a respeito da safra do café, da temperatura e dos espetáculos em cartaz e,

outras vezes, na coluna “Gazetilha” (17/01/1904), que trazia informações gerais sobre o Rio de Janeiro. Apesar de os números indicarem grande movimentação na Misericórdia – movimentação igualmente demonstrada após muitas das narrativas do mundo do crime, nas quais as personagens feridas eram levadas para lá – a nota do jornal não transparece os malefícios aos mendigos que a frequentavam, bem como a opinião daqueles que conheciam o “lado B” da Santa Casa da Misericórdia. Assim, a crônica acrescenta ao jornal informações sabidas e compartilhadas apenas pelos menos favorecidos que já haviam estado no Hospital.

Em *A pobre gente*, João do Rio percorre ruas importantes do Rio de Janeiro, principalmente porque, nelas, podiam ser encontrados os exemplares da “pobreza” pelos quais ele procura nessa série de reportagens. Em publicação especial sobre algumas das ruas da cidade, denominada “A cidade e as ruas”, a *Gazeta de Notícias* incluiu, em sua lista, a rua da Misericórdia, relembrando, nessa ocasião, a presença dessa rua nos escritos do livro *A alma encantadora das ruas*. Em “A miséria cínica”, João do Rio também passa por essa rua onde se encontravam os *zumgas*, nome dado às hospedarias, também exploradas pelo repórter em “No sono da miséria”. Abaixo, transcrevemos o trecho da narrativa, no qual João do Rio cita a famigerada rua, e, a seguir, o texto da *Gazeta*, evidenciando o diálogo recíproco entre o jornal e a reportagem de João do Rio:

Logo de madrugada, íamos às hospedarias da rua da Misericórdia, aos *zumgas* da rua de S. Diogo aos albergues dos becos escuros, onde se dorme aos dez e cinco tostões, e as assinaturas são ainda mais baratas. Ao meio-dia, parávamos diante da Santa Casa, a ver a distribuição dos restos, e, à noite, durante toda a noite, arrastava-me pelas portas das cozinhas dos hotéis caros, pelos freges do largo da Sé e a escuridão do Mercado, em busca do que chamava os belos exemplares (*Gazeta de Notícias*, “A miséria cínica”, 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Já no jornal lemos:

Rua da Misericórdia
(colaboração)

João do Rio, o delicioso ‘conteur’ que é Paulo Barreto, no seu livro ‘A alma encantadora das ruas’, falando da rua da Misericórdia, diz que é ‘perpetuamente lamentável’. E é Esta rua é suja e sem a menor higiene.

Enquanto o Rio progride, enquanto se abrem novas ruas e avenidas, ela continua no mesmo estado.

A maioria das casas são antigas e sem estética; são hospedarias [Ilegível], verdadeiros coutos de vagabundos e criminosos.

Os poderes públicos esqueceram-se por completo, desta rua.

Quem passa por ela à noite sente um arrepio de pavor, um mal estar inexplicável.

Pelas esquinas, grupos suspeitos confabulam, em segredo; nas tascas imundas, vagabundos bebem em comum, com pretas carcomidas pelo álcool, numa algazarra de ensurdecer.

Garotos cadavéricos e maltrapilhos escondem-se nas portas, dormindo, uns agarrados aos outros, enquanto um deles fica de vigia para dar sinal da ‘canoa’.

Nas hospedarias baratas, passam a noite vagabundos, ladrões e mendigos.

São verdadeiros focos de infecções: verdadeiros antros de imundice, sem a menor sombra de higiene.

Dali saem, pela manhã, estas figuras que vemos pelos jardins públicos e os mendigos para a faina diária.

Pelas portas, mendigos exibem pústulas nojentas, implorando uma esmola, com um fio de voz que parece um soluço preste a extinguir-se.

A rua da Misericórdia é o quartel-general da miséria, da vagabundagem e dos criminosos conhecidos da polícia (*Gazetade Notícias*, “Rua da Misericórdia”, 12 de janeiro de 1911, p. 3).

Tanto no trecho da crônica de João do Rio quanto no texto publicado pela *Gazeta*, o tom de denúncia é evidente, principalmente quando há menção feita ao conhecimento da situação pela polícia e pelos governantes. O vocabulário de “Rua da Misericórdia” e dos escritos de *A pobre gente* são similares; palavras como “vagabundos”, “criminosos”, “miséria”, “mendigos”, “maltrapilhos”, “solução”, dentre outras, são facilmente encontradas na série. Uma das primeiras ruas da cidade (GERSON, 2000), a Misericórdia, ao que podemos intuir, a partir da publicação da *Gazeta*, não foi contemplada com a reforma urbana. A rua da Ajuda, também antiga, é citada, na mesma crônica, como sendo mais um local de referência na localização dos mendigos da cidade:

— Vamos às hospedarias?

— Não. Os mendigos não só dormem nas hospedarias como nos subúrbios, ao ar livre, e agora nos prédios em demolição. Vamos à rua da Ajuda.

Todo um grande trecho da rua que desaparece está quase derruído e desabitado. A luz, como as casas caem, desaparece. Só um foco avermelhado ilumina todo o quarteirão. Alberto tirou o revólver, como nos grandes romances de Ponson, meteu-se pelo entulho (*Gazeta de Notícias*, “A miséria cínica”, 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Vimos que há um estreito diálogo entre os textos de João do Rio e as publicações da *Gazeta* pelo viés, também, da geografia da cidade: de suas ruas e de tudo o que as caracteriza. As ruas são o tema principal do livro *A alma encantadora das ruas* com o qual a *Gazeta*, do mesmo modo, interagirá no momento da publicação do mesmo pela Garnier, em 1908.

Quando dá início à exposição dos interrogatórios realizados no dia, o repórter faz um comentário no qual fica evidente o lado investigativo de sua profissão:

O meu amigo, à proporção que o quadro escurecia, tinha o cuidado de escolher a dedo os exemplares de estudo, e ainda assim, em oito dias, interrogamos mais de trezentos. Há, entre os desclassificados, antigos gatunos, gente de bordo, emigrantes, pelotaris, serviçais de incumbências desonestas, soldados, sinetas,

tísicos, boêmios cheios de falcatruas, velhos depravados, trabalhadores e um número prodigioso de antigos *caftens*.

Alberto dizia:

— Meu caro, vamos hoje ver os Srs. Jayme Marquez, Henri Hervey, João Schmidt, Joaquin Massé, Peralo, deflorador, Vicente Pezzi, Gonçalves Guimarães, Pedro da Silva, Wilson Vieira de Costa, José Neves, Piemond Rubens, Francisco Pio, Salaro, pelotari, Miotto Zampa, Danor Cubano, Jorge Bremen, Seraphim, Johu Crask, Max e alguns chineses... Da vida humana é a única coisa que lhes resta: o nome! (*Gazeta de Notícias*, “A miséria cínica”, 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Os “exemplares”, personagens que ilustram o argumento de sua narrativa, contrário ao estilo de vida aceitável pela sociedade, haviam sido, anteriormente, elencados por Alberto, companheiro de João do Rio, que deveria ser integrante de alguma corporação policial e conhecedor dessas vidas e dos locais onde poderiam encontrá-las. Como nos mostra a passagem acima, foram oito dias de entrevistas, e algumas foram escolhidas pelo autor para serem publicadas na *Gazeta*. A seleção das informações feita por João do Rio mostra-nos um pouco do ofício do repórter e também do homem de letras.

Há características que unem todos os mendigos citados na reportagem de João do Rio: todos procuraram por trabalho em algum momento de suas vidas e a maioria deles veio de outros países. Max, alemão, não encontrou trabalho e foi parar na Detenção; Francisco Pio, indiano, trabalhou como dispenseiro e vendedor de chumbo e cobre antes de entrar para a vida do crime; Vieira da Costa trabalhou como cafetão e, após ser perseguido pela polícia, começou a pedir esmolas; Vicente Pazzi teve vários trabalhos – foi engraxate, lavador de pratos e carregador – antes de começar a mendigar; Capivara Milo procurou trabalho, mas não conseguiu; e, por fim, os chineses, que viviam nas casas demolidas da rua da Ajuda, foram condenados a sete meses de cadeia por venda de camarão e peixes estragados.

O jornal e a crônica parecem apresentar discursos equivalentes quando se referem àqueles que viviam da mendicância, como podemos constatar a partir de uma nota anônima, denominada “Os mendigos”, publicada no dia seguinte à estreia de *A pobre gente*, entre as narrativas do tipo *faits-divers*. O narrador, que faz parte da equipe de colaboradores do periódico, comenta a crônica-reportagem de João do Rio, “A miséria cínica”, e acrescenta, com certo tom de denúncia, a omissão de João do Rio a respeito da constante presença de mendigos em casas abandonadas na cidade, acrescentando os prejuízos causados pelos indesejados:

Um nosso companheiro, em artigo que estuda a mendicância no Rio, contou ontem como foi encontrar, nas casas em demolição da rua da Ajuda,

grande número desses vadios. João do Rio não disse, entretanto, que estes fatos repetem-se todas as noites, que na Prainha, na rua da Ajuda, na da Misericórdia, cada casa é um coito desses malandros, e que de manhã os vigias dão sempre por falta de canos, ferros e até madeiras. Os mendigos roubam tudo.

A guarda noturna, que ronda o trecho da rua de Santo Antônio ao largo da Mãe do Bispo, tem feito uma *razzia* estas duas últimas noites. Na madrugada de ontem, só numa casa encontraram sete, entre os quais, um menino de treze anos presumíveis (*Gazeta de Notícias*, “Os mendigos”, 28 de maio de 1904, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A reiteração do tema, realizada na publicação do jornal, atesta o incômodo que os “malandros” e “vadios” estariam causando na sociedade carioca. As palavras que fazem referência aos mendigos, “vadios” e “malandros”, nos dão indícios do modo como estas pessoas eram vistas pelo periódico. Esse vocabulário, muito utilizado na época, designava as pessoas que tiravam o seu sustento por meio da prática do roubo e da mendicidade. Os indivíduos “fora da lei” formavam as chamadas “classes perigosas”, nome dado àqueles que haviam passado pela prisão ou que obtinham seu sustento por meio do roubo. Essa expressão foi encontrada nos estudos da escritora inglesa Mary Carpenter sobre criminalidade e ‘infância culpada’ (CHALHOUB, 1996, p. 20).

Foi esse o sentido de “classes perigosas” que, segundo Chalhoub (1996, p. 20), os parlamentares brasileiros utilizaram como eixo para as discussões em torno de projetos contra a ociosidade após a abolição da escravidão, em 1888:

[Os parlamentares] irão utilizar como fonte nessa questão alguns autores franceses, cuja definição de classes perigosas parecia vir mais ao encontro de suas preocupações [...] Eles recorrem com frequência, por exemplo, a M. A. Frégier, um alto funcionário da polícia de Paris que, baseando-se na análise de inquéritos e estatísticas policiais, escreveu um livro influente, publicado em 1840, sobre ‘as classes perigosas da população nas grandes cidades’ (CHALHOUB, 1996, p. 20-21).

O equívoco de Frégier, de acordo com Chalhoub (1996, p. 21), foi a falta de precisão na determinação da fronteira entre “classes perigosas” e “classes pobres”, ocasionando uma generalização na descrição das condições de vida dos parisienses pobres. Para os governantes brasileiros, o “gosto pelo trabalho” era uma característica definidora do caráter dos indivíduos e, conseqüentemente, o acúmulo de dinheiro era um sinal de que se tratava de um bom trabalhador (Idem, p.20). Essa falha conceitual se perpetuava nos discursos dos meios de comunicação, principalmente nos oficiais, contribuindo para a construção de uma imagem que influenciava, inclusive, as ações da polícia:

Assim é que a noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enormes consequências para a história subsequente de nosso país [...] A polícia age a partir do pressuposto da suspeição generalizada, da premissa de que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário e, é lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros (CHALHOUB, 1996, p. 23).

O seguinte relato, publicado na *Gazeta*, é um exemplo de ação exagerada da polícia, de acordo com o narrador. Ainda que não saibamos o motivo real da “febre de prender” acometida por um policial recém-nomeado suplente, o modo como o problema foi narrado dá a entender que se trata de uma ocorrência acontecida mais de uma vez:

O moço que acaba de ser nomeado 1º suplente da 4ª circunscrição urbana está sofrendo de uma espécie de loucura que se caracteriza pela febre de prender. Acompanhado de três ou quatro amigos, alheios por completo da polícia, sai o moço enfermo todas as noites pelas ruas da sua circunscrição, prendendo a torto e a direito, por qualquer pretexto, mesmo por não fazer nada.

Ontem, à noite, entre as suas vítimas figuraram duas mulheres, Ignez Marçal de Oliveira e Anna Faustin.

Ignez cometera o grande crime de sair à rua com um filho de tenra idade aos braços em busca de uma garrafa de leite; Ana foi conduzida à delegacia pelo feio delito de rir-se quando passava a autoridade que nem ao menos está em exercício de cargo.

Ainda mais, às 12 ½ da noite, o homenzinho, em nome do delegado, requisitou da central uma força de cavalaria.

Como não soubessem explicar o motivo de tal requisição, o Dr. 2º delegado auxiliar deu ordens em contrário.

Sem comentários.

(*Gazeta de Notícias*, “Mania de prender”, 3 de junho de 1904, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Bastante irônico, o narrador comenta o fato absurdo, que deveria ter causado bastante revolta nos leitores da *Gazeta*. O que nos chamou mais a atenção foi o relato a respeito da mulher a qual cometeu a “falta” de sair “[...] à rua com um filho de tenra idade aos braços em busca de uma garrafa de leite”. Como podemos perceber, faltam mais informações a respeito desta ocorrência; não sabemos, por exemplo, o horário em que a mulher esteve na rua, mas, o fato de essa ocorrência estar na página do jornal leva-nos a crer que a polícia poderia estar agindo de maneira violenta naquele momento, tendo em vista a ideia de “classe perigosa” descrita por Chalhoub (1996).

A pobre gente, entretanto, aparecia no jornal também como forma de promoção e agradecimento às doações recebidas por anônimos e empresas, destinadas aos miseráveis do Rio de Janeiro. Reproduzimos alguns exemplos interessantes: o primeiro é uma nota que informa uma quantia recebida pelo jornal por um anônimo; as duas citações seguintes são pedidos de ajuda às pessoas carentes, publicados em uma das páginas de anúncio; o último exemplo, uma nota de agradecimento da *Gazeta* às empresas contribuintes:

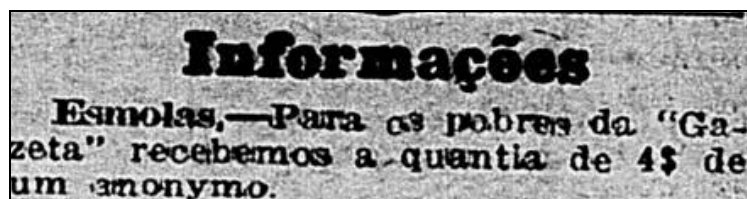


Figura 24: Informação a respeito de uma doação anônima à “Gazeta de Notícias” (Gazeta de Notícias, “Reclamações”, 2 de fevereiro de 1909, p. 5).

Antônio José da Costa, parálítico há mais de cinco anos, pede, em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, às almas benfazejas, o abulo da caridade para a sua manutenção, o que será abençoado de Deus, beijando desde já a mão dos seus benfeitores; residência à rua Estreita de S. Joaquim. n. 44, sótão (*Gazeta de Notícias*, “Uma esmola”, 4 de janeiro de 1900, p. 5). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Aos que não são indiferentes às misérias e infortúnios de seus semelhantes pede com as mãos súplices, o sexagenário capitão José C. Pinto, parálítico a 18 anos, chefe de numerosa família, o abulo da caridade. Vinde mitigar com as vossas migalhas, com as vossas sobras, a fome e a nudez do infeliz, que, como vós é descendente de uma família importante e que, como voz já possuía fortuna, e que se vê hoje, por um capricho da sorte e no fim da vida, reduzido à miséria. Vinde bons chefes de família, amparai-me boas e carinhosas mães, que do nosso bom pai celestial recebereis a paga. Qualquer abulo ou roupas, enviais-me para a rua da Misericórdia, n. 49, sobrado, quarto n. 5 (*Gazeta de Notícias*, “Quem dá aos pobres empresta a Deus”, 4 de fevereiro de 1904, p. 5). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Mais um ano decorrido em que não apelamos em vão para a caridade de nossos leitores em benefício da pobreza desta capital. Tivemos sempre o que dar, graças à grandeza das almas generosas que nunca nos abandonaram nessa tarefa de minorar a desgraça dos que sofrem. É de justiça que mencionamos as conhecidíssimas farmácias V. Werneck & C., João Luiz Alves e Granado & C.

A filantropia dessas respectivas firmas deve-se o ter sido despachado, gratuitamente, durante todo o ano, número considerável de receitas

Esse inestimável concurso de cavalheiros tão dignos de apreço foi um dos mais poderosos elementos com que contamos. Testemunhando-lhes os nossos agradecimentos, em nome da pobreza, nada mais fazemos que cumprir um dever (*Gazeta de Notícias*, “Caridade”, 1 de janeiro de 1900, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A segunda e a terceira publicações merecem destaque quanto à linguagem empregada, com a finalidade de persuadir o leitor ao ato beneficente. Os narradores apelam para o discurso religioso, assim como as personagens das crônicas de João do Rio o fazem, principalmente aquelas retratadas pelo autor em “As mulheres mendigas”. O ato de pedir esmolas, bastante condenado por João do Rio nessa crônica, aparece no jornal, levando, inclusive, o título que remete diretamente à prática, como no caso da segunda citação, “Uma esmola”. Abaixo, mostramos o trecho de “As mulheres mendigas” no qual é possível constatar o emprego das expressões típicas do discurso religioso:

A esmola, apesar da crise econômica que os jornais proclamam, subiu. Não há quem dê moeda de cobre a um mendigo sem o temor de desgostá-lo ou de levar uma descompostura cheia de pragas, que, nessas bocas repuxadas, causam uma dolorosa impressão de dor e de confrangimento.

Logo de manhã, quando, nas torres, os sinos tangem, a tropa sobe para a igreja.

— Bom dia, D. Guilhermina.

— Bom dia, D. Antonia. Como vai dos seus incômodos?

— O reumatismo não me deixa. É desta laje fria.

— Que se há de fazer. É a vontade de Deus.

Então, hoje, missas boas?

— Li no jornal: às 9 ½ a do general...Mas, não contemos. Os ricos estão cada vez mais sovinas.

Aconchegam-se, tomam posição e, pouco depois, os níqueis começam a cair e as vozes de dentro dos chalés a sussurrar:

— Deus vos acompanhe! Deus lhe pague! Deus lhe dê um bom fim! (*Gazeta de Notícias*, “As mulheres mendigas”, 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Temos, portanto, a temática da “pobreza” discursada de maneiras distintas no jornal. Ao mesmo tempo em que a *Gazeta* enfatiza as benfeitorias das doações, por meio das publicações para esse fim, critica o pedido da esmola por meio da voz do repórter.

Na segunda crônica da série, “As mulheres mendigas”, João do Rio continua a sua peregrinação em busca dos exemplares para a sua exposição sobre a imoralidade daqueles que viviam da mendicância. Assim como em “A miséria cínica”, o narrador dá início à sua aventura acompanhado, desta vez, de um mendigo, Pietro Mazzoli, que é apresentado: “É ele quem nos inicia”, diz o narrador. Após sintetizar a sua vida errante, muito assemelhada à dos homens citados na crônica anterior, o narrador continua a exposição de seu estudo, mostrando a vida daquelas que viviam da esmola. De acordo com o cronista, as mulheres se diferenciavam dos homens no ato de pedir esmolas porque inventavam mais histórias: “Os homens exploradores não têm brio. As mulheres, só quando são realmente desgraçadas, é que não mentem e não fantasiam”.

Ao longo da narrativa, ele se encontra com várias mulheres, ouve suas histórias e comenta os seus hábitos, muitas vezes com certo tom de deboche. O ambiente religioso, bastante focado pelo narrador, reforça ainda mais a intenção do pedido de esmolas das mendigas, pois a prática da caridade, sempre muito bem vista e memorada nas missas como um ensejo do bom cristão e difundida, como vimos, pela *Gazeta de Notícias*, acaba servindo como justificativa àqueles que se rendem aos pedidos.

Às portas das igrejas param, indagam quem entra, a ver se a missa é de gente rica, postam-se nas escadarias, agachadas, psalmonhando funerariamente, olhando com

rancor os mendigos, negros roídos de alcoolismo, velhos a tremer de sífilis. A lista dessas senhoras é interminável, e há entre elas, negócios à parte, uma interessante sociabilidade. Cada uma tem o seu bairro a explorar, a sua igreja, o seu ponto livre de incômodos imprevistos. Quando aparece alguma neofita, olham-na furiosas e martirizam-na como nas escolas aos estudantes calouros. (*Gazeta de Notícias*, “As mulheres mendigas”, 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Nessa crônica-reportagem, João do Rio toca no assunto da prostituição. O termo utilizado pelo autor para designar as mulheres que se prostituíam é “mendigas alugadas”. Enquanto conta as histórias dessas mulheres, denuncia a prática, expondo o nome do homem que as chefiava a exploração e o modo de agir dessas mulheres:

Certo *caften*, morador nos subúrbios, chamado Alfredo, tem, por sua conta, um par de raparigas, a Jovita, italiana, e a parda Maria. A Jovita foi, a princípio, criada, fugiu com um rapaz, abandonou-o e caiu na exploração da mendicância com o Sr. Alfredo. Maria é a história de Jovita, um pouco mais escurecida. Ambas têm atestado em bela letra, dizendo as desgraças que lhes vão por casa e o cadáver à espera do caixão.

Jovita é bonita os subscritores são tão numerosos que ela pode fazer, sem cuidado, alguns enterramentos por semana. Às 7 da noite tomam as duas o trem na Central e, quando se sentem seguidas, saltam em estações diferentes, mentem-se nos bondes – tudo isso muito alegres e defendendo o Sr. Alfredo com grande dedicação (*Gazeta de Notícias*, “As mulheres mendigas”, 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A prostituição é comentada também na crônica-reportagem “A exploração das crianças”:

Nada mais pavoroso do que este meio em que há adolescentes de dezoito anos e pirralhos de três, garotos amarelos de um lustro de idade e moçoilas púberes, sujeitas a todas as passividades. Essa criançada parece não pensar e nunca ter tido vergonha, amoldadas para o crime de amanhã, para a prostituição em grande escala (*Gazeta de Notícias*, “A exploração das crianças”, 6 de junho de 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Esse tema esteve presente nas publicações da *Gazeta* de distintas maneiras. Nos *faits-divers*, os flagrantes eram expostos minuciosamente, incluindo as falas das vítimas em momentos de grande violência, e o aspecto do local onde ocorrera o crime era exposto com detalhe. São exemplos dessas narrativas “Explorador” e “Prostituição e Martírio”, as quais transcrevemos, abaixo, nessa ordem. Mesmo longa, elegemos as partes mais interessantes de “Prostituição e Martírio” para nossa análise:

Antonio José Fernandes é um destes homens que não se contentam com o que ganham, ainda que usando do mais torpe vandalismo vão buscar dinheiro para que possam satisfazer as suas mesquinhas ambições.

Antes de ontem, às 10 horas da noite, estando em seu botequim, à rua General Pedra n. 48, apareceu-lhe Maria Gomes Ferreira, que talvez, até aquela hora da noite, não tivesse uma só migalha para mitigar a sua fome.

Implorando a caridade de Fernandes, este longamente raciocinou e depois prometeu a Maria satisfazer o seu desejo, dando-lhe melhor recompensa do que queria.

Chamando-a para o interior de seu botequim, ali pôs à sua disposição o que era necessário para a prostituição de Maria, com a condição desta, no fim da noite, dar-lhe o resultado do que houvesse feito, isto com a freguesia que Fernandes arranjaría.

Sabendo do fato, o delegado da 10ª circunscrição fez incontinentemente para ali seguir o inspetor do dia, sendo depois Fernandes levado à delegacia, onde ficou detido, sendo aberto inquérito a respeito (Gazeta de Notícias, “Explorador”, 21 de agosto de 1900, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A história que ontem veio à tona é uma das muitas que por aí se desenrolam no seio da sociedade, sem que se possa ouvir os lamentos das vítimas, sem que os seus brados despertem a indignação que merecem, porque nesse vai e vem constante dos que se empenham na luta pela vida não há tempo para se cuidar dos que sofrem que são de ordinário um trambolho para os que empenham as forças na conquista de um lugar ao sol.

A vítima sofre, desespera-se, clama em vão e muito será que de passagem alguma alma caridosa lhe atire um olhar de copassiva curiosidade.

O caso de Amélia Brandão é um desses que só agora se evidenciou em todo o horror de seus detalhes; em toda a hediondez das minúcias que determinaram o trágico desenlace. Ninguém o sabia, ou mesmo que alguém o soubesse... A vítima era uma infeliz prostituta e as turbas dos fariseus pensam que não se deve haver um pouco de piedade para essas que só vendem o corpo porque acham mercadores que o aluguem. E nesse comércio não se dirá que seja mais inocente quem compra pela tabela da infâmia as horas de gozo ilícito nos antros escusos da prostituição.

Amélia Brandão teve a sua mocidade de menina pobre, passado no interior da modesta casinha de sua família honrada, trajando o singelo vestido de chita de sua pobreza honesta. Um qualquer dos muitíssimos para quem a honra de uma moça vale o que vale um instante de epilepsia, atirou-a à vida acidentada dos amores fáceis.

O primeiro período dessas ligações ilícitas passou-se no receio da descoberta da fala, cujo conhecimento foi sendo adiado até que veio a notoriedade, como tudo quanto é verdadeiro.

Banida da casinha onde fora tão feliz, onde vivera tão sossegada, apesar de toda sua pobreza, encontrou-se ela no seio das rodas suspeitas, entregue à sua própria inexperiência e a lubricidade de quantos tiveram com que pagar-lhe uns instantes de prazer criminoso.

Fez-se amante de Sérgio Miranda, que devia ser o seu algoz. Esse bandido é um desses crápulas para os quais os códigos não previram penalidade apropriada, por ser impossível ao homem legislar para todas as nuances em que se pode revelar uma alma balda de princípios e de escrúpulos.

Sérgio Miranda é um *caften* repelente, asqueroso, imundo, a julgar pelo que dele veio a lume, com a narrativa da morte horrorosa de Amélia Brandão. Esta foi, a princípio, a vítima de sua lasciva, passando em seguida a ser vítima de sua ganância de *caften* audacioso.

Amélia Brandão era alugada a todas as depravações para satisfazer as exigências de dinheiro de seu infame amante e um dia, quando ela lhe disse que não tinha um vintém para lhe dar o miserável investiu sobre ela e bateu, bateu como se bate num animal. Começou então a vida de martírios de Amélia... Quando de seu leito de infâmias não tirava os recursos para o *caften*, este armava-se de uma corda e vergastava o corpo da triste, cortando-lhe as carnes, tirando-lhe o sangue.

Ela... a quem iria se queixar? Quem se compadeceria de sua sorte? Quem teria piedade da prostituta?

A sociedade fechara-lhe o acesso de suas complacências, os homens queriam-na apenas às ocultas, as mulheres odiavam-na, como se odeiam todas essas infelizes às quais nem ao menos resta a consolação de se compreenderem no infortúnio.

Era preciso sofrer, de cabeça baixa, a crueza da sorte ingrata.

Martírio longo, de dias sem fim, onde como único conforto havia a ignorância de toda a extensão pantanosa a vencer até chegar o abençoado epílogo [illegível].

Não haverá, por certo, para essas infelizes, no dia último de esterqueira sobre a terra, a lágrima de um afeto, mas os sete palmos da sepultura que irão destruir o instrumento de tantas vergonhas terão a clemência de que foram incapazes os homens, no seu egoísmo brutal de esfomeados de *gozos*.

O moralista farisaico deitara sentenças em suas horas de laboriosa digestão, enquanto o verme justiceiro irá aniquilando a carne mercadejada nas horas da febre e de infâmia, mais digno que o ser pensante para quem a miséria foi uma amante e um negócio.

Amélia Brandão viu um dia, a 14 do corrente, Sérgio entrar-lhe em casa, com a arrogância dos antigos feitores de fazenda diante de escrava tímida pela perspectiva do relho.

E ela foi a correr pelo jantar, que o bruto não admitia demoras...

E voltava trazendo a fogueira a comida que comprara com o produto de seu comércio vergonhoso e com a qual ia matar a fome ao verdugo, quando este se sentiu tomado de subido acesso de crueldade e deu-lhe com o guarda-chuva no braço. Amélia, num momento de natural revolta contra tão injusta agressão atirou como prato sobre o *caften*.

Este, cego de raiva, tomou a pobre mulher nos braços e travou-se então uma luta feroz, luta desigual e que, como é fácil de prever, ela estava de pior partido.

[...]

Alucinada, num momento em que o viu mais ocupado em procurar um objeto qualquer com que a pudesse esmagar, ela fugiu, correu à cozinha, tomou uma garrafa de kerosene, entornou-a por sobre as roupas esfarrapadas pelas violências que padecera, chegou-lhe fogo e deixou-se arder.

Ela, transformada em fogueira, gritava de dentro das chamas que lhe torravam as carnes.

— Ah!é demais!

Não precisa matar-me, porque eu mesma me mato.

[...]

(Gazeta de Notícias, “Prostituição e martírio”, 23 de março de 1900, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Observamos uma tendência, tanto do jornal quanto das reportagens de João do Rio, em não condenar as mulheres que viviam da prostituição, mas colocá-las como vítimas de sua fragilidade e de suas condições sociais. As duas narrativas, como é característica dos *faits-divers*, prolongam-se na demonstração do fato, criando ambientações que dão força ao apelo emocional, principalmente nas cenas violentas. De início, o narrador explicita a sua opinião, contrária à prostituição e, de certo modo, refere-se diretamente aos leitores do jornal quando se mostra indignado com a indiferença com que a sociedade, ocupada com seus afazeres, tratam este problema bastante comum na época. Depois, ele estabelece um contraste entre a vida da personagem antes e depois de conhecer e se envolver com o cafetão. É colocado

sempre em evidência o contraste entre força e fragilidade, o que faz aumentar a violência das imagens.

O repórter também mostrou, em “As mulheres mendigas”, a prostituição como um fim de mulheres que, outrora, tiveram melhores condições socioeconômicas. São os casos, por exemplo, de Jovita e Maria: “Ambas tem atestado em bela letra”.

Outras questão ligada à prostituição, e bastante comentada por João do Rio e pela *Gazeta de Notícias*, é a das doenças sexualmente transmissíveis. Nas crônicas-reportagem do autor, a sífilis aparece até mesmo como forma de exacerbar a imagem grotesca de suas personagens.

Eram amorosas exploradas, ardendo ainda em raiva passional, eram vítimas do *caftismo* sentindo no lábio o freio do lenocínio, eram *cocottes* do *chic*, escalavradas de sífilis, na dor do luxo passado, e velhas, velhas sem pecado, que a miséria, a ingratidão e a misteriosa fatalidade desfaziam nos mais amargurados transe. Nunca os descabelados românticos imaginaram tão torvos quadros (*Gazeta de Notícias*, “As mulheres mendigas”, 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Às portas das igrejas param, indagam quem entra, a ver se a missa é de gente rica, postam-se nas escadarias, agachadas, psalmonando funerariamente, olhando com rancor os mendigos, negros, roídos de alcoolismo, velhos a tremer de sífilis (*Gazeta de Notícias*, “As mulheres mendigas”, 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Nos diálogos, as personagens de João do Rio expõem as suas vidas arruinadas pela doença. João do Rio, a princípio, parece não colocar as mulheres como vítimas, mas, ao introduzir as suas falas, mostrando as suas histórias, de acordo com o seu ponto de vista do narrador, a impressão que se tem é a de que o cronista apreende o lado humano destas pessoas.

Já quando se lhes pergunta o nome com bondade, a surpresa estala em choro.

— Chamo-me Zoarda. Sou cubana. Vim para o Rio com um pelotari. Ao chegar aqui, outro conquistou-me. Fui explorada por ambos. Eram bonitos, eram fortes! Adoeci, eles tomaram outra. Quando saí do hospital, só pensava em matá-la!

— A quem?

— A ela, a outra. Fui entrando, presa, e, novamente segui para a Gamboa, onde cheguei a ser enfermeira. Quando de lá saí, roída pela moléstia, estava este trapo, a espera do Zé-Maria.

— O Zé-Maria?

— Sim, da morte!

Zoarda vive a fingir que tem barriga d'água.

— Josephina Veral, sim, senhor. Vim como criada. Um homem raptou-me; vivi com ele seis anos. Entreguei-me à prostituição, explorada por dois malandros. Roubavam-me, a moléstia acabou a obra...Não posso trabalhar.

E, de dentro de sua negra boca, saem descrições satânicas da vida que a inutilizara.

Na *Gazeta de Notícias*, vimos a presença dessa e de outras doenças de diferentes modos. O tema da prostituição, bastante discutido naquele início de século, trazia à tona o risco e o temor da propagação de doenças. Em uma nota a respeito do “4º Congresso de Medicina”, em 29 de junho de 1900, o jornal apresentou alguns problemas, levantados no evento, que poderiam ocorrer com a legalização da prostituição. Sem chegarem a um consenso, os doutores participantes votaram a favor da realização de um congresso especial para a discussão do assunto.

As propagandas de remédios e preservativos contra as “moléstias secretas”, expressão utilizada em uma das propagandas que destacamos abaixo, também são indícios da preocupação que essas doenças estariam causando na sociedade carioca:



Figura 25: Anúncios de preservativo e remédio para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (*Gazeta de Notícias*, dias 27 de abril de 1900 (p.6) e 14 de janeiro de 1904 (p. 6), respectivamente).

Com “As maçonarias de exploração”, João do Rio fecha a trilogia das crônicas sobre os mendigos do Rio de Janeiro. Desta vez, ele expõe, de modo mais detalhado, o funcionamento das organizações criminosas, atuantes na cidade, e explica o motivo da aproximação dessas entidades às lojas maçônicas. De acordo com o autor, assim como nas lojas maçônicas, as “maçonarias de exploração” também tinham complexos rituais, cujos

objetivos era introduzir os futuros “participantes” na prática da mendicidade e, ao mesmo tempo, utilizá-los para esse fim:

[...] as lojas são em geral para a sábia exploração do público. Há discussões, reuniões, projetos e, como em todas as coisas sórdidas deste mundo, uma profunda filosofia [...] Os mendigos tornam-se experimentalistas, estudam as súplicas que mais incomodam os nervos das pessoas, as moléstias apavorantes (*Gazeta de Notícias*, “As maçonarias de exploração”, 1904, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Apesar de não sabermos ao certo se o uso do termo “maçonaria”, para a designação dessas organizações, seria uma criação de João do Rio, a alusão feita aos “desagremiados”, por Domenico Gareindo, um dos mendigos que conversa com João do Rio na crônica, dá-nos a impressão de tratar-se de organizações que realmente existiam, talvez com o objetivo defender as ações criminosas das instituições de poder, como a polícia:

— *Mire usted. Las mujeres* dão sempre desde que se diga o seu nome! Alguns desses homens tem fortuna: a totalidade é remediada, e anda pelos desagremiados com uma energia de malandrice ideal:
 — Os desagremiados?
 — Sim, os que não pertencem às lojas.
 Esses são, no Rio, muito mais de mil. A primeira classe, a mais numerosa, é a dos mendigos transiormistas” (*Gazeta de Notícias*, “As maçonarias de exploração”, 1904, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Os diálogos revelam-se excelentes mecanismos de convencimento da veracidade dos fatos expostos por João do Rio, assim como as transcrições de expressões coloquiais e de palavras estrangeiras.

A antecipação dos assuntos que serão abordados nas próximas crônicas-reportagem pode ser um indício tanto do processo de criação da obra como da tentativa de interligar os textos que compõem *A alma encantadora das ruas*. Em “As mulheres mendigas”, por exemplo, João do Rio antecipa o assunto da próxima crônica ao dizer que “Só depois de um longo convívio é que se pode assistir a iniciação na maçonaria dos miseráveis [...]”. Em “As maçonarias de exploração”, há uma menção aos estivadores, que são assunto da crônica “Os trabalhadores da estiva”:

Os desgraçados, os verdadeiros infelizes, [Ilegível] pelo trabalho, como os estivadores, homens de grande desenvolvimento físico, rendidos ao peso dos fardos enormes, o bando dos famintos sem força e sem coragem, esses andam na peregrinação da fome envergonhada, apanhando as cabeças de carneiro à porta dos açougues, os peixes deteriorados no mercado (*Gazeta de Notícias*, “As maçonarias de exploração”, 1904, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Essas referências, presentes nas crônicas de João do Rio, levam-nos a concordar com Camilotti (2008), em uma avaliação das crônicas do livro *A alma encantadora das ruas*, quando menciona o fato de que “[...] o narrador parece já muito bem acomodado na escrivaninha quando conta o que fez e o que viu” (CAMILOTTI, 2008, p. 133). Assim, o autor pode ter pensado nas alusões como um modo de entrelaçar todas as crônicas, reafirmando a unidade temática existente entre elas.

Se na crônica “As mulheres mendigas” percebemos certa empatia do narrador com suas personagens, principalmente as que eram vítimas da prostituição, em “As maçonarias de exploração”, o narrador não demonstra nenhum afeto em seu discurso ao descrever as vidas daqueles que viviam da organização “maçônica”, ao contrário, recrimina a todos e não investe tanto nos inqueritos. A voz predominante é a do narrador.

O diálogo final da crônica-reportagem ilustra muito bem qual é a impressão que João do Rio pretende deixar aos seus leitores:

Os notáveis são de resto um dos gêneros formidáveis da ilimitada família. Quase todos idosos, com o calçado e o fato gastos e o colarinho esfarrapado, postam-se às esquinas, nas ruas de grande trânsito, dirigem-se aos cavalheiros, de manso.

— O senhor terá a bondade de me dar alguma coisa?

— Não é possível.

— Estou mal, peço-lhe porque estou mal e reconheço as suas qualidades generosas.

— Mas não é possível.

— Custa-me muito! Fui guarda-livros, tenho lar, esposa, filhos. A fatalidade! Ninguém pode cuspir para o ar.

E no ar vendo a gente a ameaça de um tenebroso futuro, dá.

— Muito obrigado.

Mas muita vez o caridoso não tem moedas na algibeira. É muito triste. Os *sem umbigo*, como o rico Sr. Antônio, que encontrei certa noite, sanam essa amarga dificuldade.

— Qual, filho, não posso. Só tenho dez mil réis.

O Sr. Antônio hesitou entre a coragem e o desejo.

— Não seja dúvida. Eu tenho troco.

E tirando um rolo do dinheiro da algibeira, deu-me o troco, digno e sério.

A esperteza do mendigo que roga ao cavalheiro e que o convence de lhe dar algum vintém e, depois, devolve o troco à quantia recebida por outro cavalheiro, mostrando-se, assim, possuidor de valores altos em dinheiro, foi criticada em uma publicação intitulada “Mendigos”. Nesse texto, o narrador discorre sobre a ousadia dos desafortunados:

Continuam os exploradores da bolsa alheia a se aglomerar mais frequentados pontos da capital, tocando realejo e entoando ladainhas numa infernal choradeira de atacar os nervos.

No Passeio Público e esquina da rua dos Voluntários, é [Ilegível] a opera — bula dos peditórios. Os bondes são assaltados, os passageiros roçados pelas mãos dos mendigos, e tudo isto com uma ostentação de membros mutilados, chagas abertas e outras misérias físicas.

Ora, dá-se o caso de que a maioria desses ociosos tem no fundo da arca muitas centenas de mil réis, de sorte a se dever por de lado a caridade e discuti-los francamente.

Aos 5 anos o mendigo inicia o cômodo e repelente mister de pedir dinheiro ‘Pela alminha dos seus defuntos!’, ‘Pelas chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo!’

‘Por isto, por aquilo!...’ são invocações que constituem uma rede de apanhar níqueis entre as malhas da choradeira.

O mendigo, como é fácil verificar, tem uma longevidade importante, parece que a profissão o não enriquece nem o estraga.

Aos 60 anos é rico; alguns mesmos são donos de prédios e emprestam dinheiro a juros.

A caridade pública vai destarte perdendo o brilho próprio de tão santos sentimento, e a ocasião chegará de se detestar o ‘pobre’ como se detesta o vagabundo das vilas.

É contra esse espetáculo, deprimente para uma capital civilizada – ou que, pelo menos, passa por tal, que escrevemos estas rápidas linhas, na esperança de obter qualquer melhora.

O Asilo de Mendicidade não comporta mais gente do que lá está, mas o público dispensa com satisfação o assalto desses secretários do ‘ceguinho’, do ‘aleijadinho’ e de ‘minha mãe que está doente’ – cujas decoradas jeremiadas só fazem mal aos nervos.

Há mendigos no Rio de Janeiro que apuram 20 mil réis por dia e chegam a constituir fortuna.

De um sabemos nós ser possuidor de prédios.

Outro, falecido, há poucos meses, deixou muitos contos de réis aos seus herdeiros. A mendicidade assim torna-se um vício que deve ser deletado com a mesma energia com que os outros o são.

A polícia sempre solicita em atender às reclamações da empresa, não se descuidará ainda desta vez, enxotando dos pontos acima referidos esses vagabundos disfarçados, que choram com lágrimas falsas e recitam monólogos à guiza de anzol (*Gazeta de Notícias*, “Mendigos”, 27 de maio de 1901, p. 2).

O discurso de “Mendigos” é o mesmo que podemos encontrar nas crônicas de João do Rio que estão dentro do subtítulo “Entre os mendigos”.

No meio dessas criaturas, atores da força desgraça, aparecem sempre uns rapazes, homens corados e bem dispostos, que, tendo tentado todas as pequenas profissões empreendem o afazer chamado moço de mendigo, um luxo a que se dão alguns profissionais em melhor condição financeira. É curioso assistir a saída dos pares exóticos das hospedarias. O moço de mendigo recebe dez tostões diários, tem a comida e a cama garantidas. Alguns só veem a luz do dia às três horas da tarde, como os elegantes *noceurs*, outros, desde manhã andam na faina, que se limita a perambular pelas ruas estendendo a mão à caridade para o pobre aleijadinho (*Gazeta de Notícias*, “As maçonarias de exploração”, 3 de junho de 1904, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Ao passar por essa gente sentem todos o fraco egoísmo da bondade e cinco ou seis dias depois de as conversar, percebe-se que esmolar é apenas uma profissão menos fatigante que coser ou lavar, – e sem responsabilidades, na sombra, na pandega. A maior parte dessas senhoras não sofre moléstia alguma, sustenta a casa arrumadinha, canja aos domingos, fatisotas novas para os grandes dias. São ou dizem-se quase

sempre viúvas. (*Gazeta de Notícias*, “As mulheres mendigas”, 30 de maio de 1904, p.). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Nos trechos de “As maçonarias de exploração” e de “As mulheres mendigas”, a tendência de se fazer da mendicância um meio de sustento, assim como no jornal, aparece como um fato bastante repudiado e temido. Com suas reportagens, João do Rio dialoga com as publicações do jornal e também acrescenta a ele informações mais profundas do funcionamento das organizações dos mendigos do Rio, expondo, de dentro para fora, o problema enfrentado pela cidade.

Além de mendigos e ladrões, as crianças também eram personagens constantes nas folhas cotidianas da *Gazeta*. Na mesma publicação sobre os mendigos que ocupavam as casas abandonadas, encontramos uma menção à presença de um menor entre o grupo: “Na madrugada de ontem [Ilegível] encontraram sete, entre os quais, um menino de treze anos presumíveis” (*Gazeta de Notícias*, “Os mendigos”, 28 de maio de 1904, p. 2). Quando não eram forçadas a trabalhar desde muito cedo, muitas crianças eram usadas como chamarizes para os golpes.

Em “A exploração das crianças”, crônica publicada no dia 6 de junho, João do Rio demonstra a sua indignação ao que considera “a exploração mais dolorosa”. O cronista inicia a narrativa introduzindo o leitor no mundo da exploração infantil, descrevendo a triste realidade de jovens e crianças que tiveram a sua infância perdida na cidade do Rio de Janeiro:

Não há de certo exploração mais dolorosa que a das crianças. Os homens, as mulheres ainda pantominam a miséria para lucro próprio. As crianças são lançadas no ofício torpe pelos pais, por criaturas indignas, e crescem com o vício, adaptando a curvilínea e acovardada alma da mendicância malandra. Nada mais pavoroso do que este meio em que há adolescentes de dezoito anos e pirralhos de três, garotos amarelos de um lustro de idade e moçoilas púberes, sujeitas a todas as passividades. Essa criança parece não pensar e nunca ter tido vergonha, amoldada para o crime de amanhã, para a prostituição em grande escala (*Gazeta de Notícias*, “A exploração das crianças”, 6 de junho de 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

João do Rio critica aqueles que seriam os responsáveis pela exploração de menores na cidade do Rio de Janeiro: os pais, “criaturas indignas”, eram, segundo o cronista, os que lançavam as novas gerações ao mundo da criminalidade. Aos poucos, o lado repórter do literato se torna mais evidente e, assim, o cronista inicia o relato de sua experiência no mundo do crime: “Fui encontrar na ponte das barcas Ferry alguns de volta de Nitheroy. Vinham

alegres, batendo com as muletas, a sacolejar os fartos sacos na tarde algida. Só nessa tarde interroguei seis [...]”. João do Rio elenca os personagens encontrados:

[...] Francisco, antigo peralta da Saúde; Antônio, jovem de dezoito anos, que, graças á falta de uma perna, não trabalha desde os doze; Pedro, pardinho cruspinhento, que ri como um suíno e é o curador de uma senhora idosa; João Justino, sem um braço, e os dois pequenos, Filismino e Aurélio. Voltavam de mendigar (João do Rio, *Gazeta de Notícias*, “A exploração das crianças”, 6 de maio de 1904, p. 1-2.). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

O narrador parece escolher os diálogos a serem transcritos em suas crônicas, pois, dos seis menores encontrados por ele, apenas dois são destacados na crônica, Francisco e Antônio. Antes de expor os diálogos selecionados, João do Rio descreve as fisionomias de cada tipo e contribui para a construção da imagem dos entrevistados:

Francisco é atroz. Míope, com a cara cheia de sulcos, a boca enorme e sem dentes, fuma cigarros empapados de saliva a tagarela sem descontinuar [...] Antônio é outro gênero, o gênero dulçuroso, cheio de humildades açucaradas. Repete logo, como uma nota policial, o esmagamento da perna [...] (João do Rio, *Gazeta de Notícias* “A exploração das crianças”, 6 de maio de 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

As fisionomias descritas pelo narrador são grotescas e têm suas imagens desenhadas com apelo ao traço forte da caricatura. A “cara cheia de sulcos” e a “boca enorme e sem dentes”, por exemplo, ajudam a reforçar o argumento da narrativa que não vitimiza esses sujeitos envolvidos na prática do roubo e da mendicidade. A partir dos diálogos, podemos perceber que João do Rio soube unir as características físicas às morais de seus personagens. Abaixo, uma das personagens interrogadas por João do Rio parece, em um primeiro momento, tentar enganar o repórter sobre ter estado alguma vez na cadeia:

— Qual! Nitheroy não dá nada. Às vezes tenho que pedir dinheiro emprestado para voltar. O xará não permite, porém, mendigo sem realejo. Eu sou fino. Vou para outro lugar.
 — Quantas vezes estiveste na cadeia?
 — Eu? Não senhor! Nunca! É verdade que fui preso por um inspetor viciado...mas não estava fazendo nada. Também não me incomodo. Vou, torno a sair. E, sem transição: Não imagina as vezes que tenho sido pegado. O Dr. Paula Pessoa, quando era delegado, já dizia: para que pegar essas inutilidades? E eu só esperando. Olhe. Morrer de fome é que eu não morro.
 — Então já estiveste preso?
 — Quantas vezes! É preferível a cadeia ao tal Asilo.
 (João do Rio, *Gazeta de Notícias* “A exploração das crianças”, 6 de maio de 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

O personagem Antônio, primeiro a ser interrogado por João do Rio, critica um ex-delegado, citando, inclusive, o seu nome: “O Dr. Paula Pessoa, quando era delegado, já dizia: para que pegar estas inutilidades? **E eu só esperando.** Olhe – morrer de fome é que eu não morro”. João do Rio transmite a voz que critica, a partir de um de seus componentes – o delegado –, toda uma instituição.

Ao dar continuidade à narrativa, João do Rio apresenta mais uma reprovação à mesma instituição, que deveria punir os responsáveis pela “indústria da esmola infantil”:

Há o outro, o maior, o infindável, **que a polícia parece ignorar**, a exploração capaz de emocionar os delegados nos dramalhões, a indústria da esmola infantil, exercida por um grupo de matronas indignas e de homens criminosos, as criancinhas implumes, piolhentas e sujas, que saem para a rua às varadas, obrigadas ao sustento de casas inteiras, há a exploração lenta, que ensina os pequenos a roubar e as meninas a se prostituírem: o cativeiro disfarçado, que espanca, maltrata e extorque (João do Rio, *Gazeta de Notícias*, “A exploração das crianças”, 6 de maio de 1904, p. 1-2, grifo nosso). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Mais uma vez, o narrador expõe o que estaria por trás do número alarmante de abusos contra menores: a falta de políticas governamentais contra a exploração de menores. A falha da polícia, explicitada na crônica de João do Rio, contrasta com os faits-divers divulgados pela *Gazeta de Notícias*, em que a polícia aparece sempre em ação, prendendo os criminosos, defendendo a população.

Em artigo publicado no dia 12 de junho, dois dias após o término da série “A pobre gente”, encontramos uma apreciação sobre a inação da polícia frente à exploração de menores na cidade e sobre as más condições de higiene nas hospedarias. “Caritas”, pseudônimo que assina o texto, demonstra a sua indignação, enfatizando o trabalho de denúncia feito por João do Rio:

A série de artigos sobre a miséria, publicada nesta folha por um dos nossos redatores, tem despertado a atenção de muita gente, menos da polícia.

João do Rio aponta a exploração das crianças, diz a rua em que moram mulheres proprietárias, explorando crianças, e a polícia abandona as pobrezinhas. (CARITAS, *Gazeta de Notícias*, “As hospedarias”, 12 de junho de 1904, p. 2).

Após a introdução acima, o narrador traz a transcrição de uma carta enviada por um leitor do jornal, que demonstra a sua revolta com o descaso dos governantes em relação às

indesejadas hospedarias. Abaixo, transcrevemos a resposta dada pelo leitor à crônica-reportagem de João do Rio:

As cartas dos nossos leitores tem, entretanto, sido muitas.

Entre as recebidas sobre o último artigo temos a destacar a seguinte que se refere às hospedarias:

‘Sr. Redator, tive ocasião de ler na *Gazeta de Notícias* uma descrição das hospedarias em que dorme a classe menos favorecida da fortuna. Há muito tempo é conhecido o horror dessas casas, antes de ter sido organizada a lei sanitária, que atualmente nos rege, já as autoridades sabiam dessas [Ilegível] moradas. Ora, não me parece que essas casas estejam fora da alçada da lei sanitária. Em caso de epidemia [Ilegível] antros, nas condições em que se acham, serão o foco da propagação das moléstias.

O governo deve exigir e impor, se preciso for, aos proprietários das casas em questão a regulamentação das mesmas de modo a zelar *de verdade* pela higiene da capital como pela sorte desses infelizes, na maior parte trabalhadores, que lá dormem. Antes de tudo, Sr. Redator, diz-lhe quem conhece muito a vida das hospedarias e sabe que não há o menor exagero na impressão do seu artigo, é preciso estabelecer a lotação para cada casa de acordo com a sua capacidade – caritas” (CARITAS, *Gazeta de Notícias*, “As hospedarias”, 12 de junho de 1904, p. 2). Fnte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A resposta do leitor o quanto os assuntos abordados pelo repórter eram de interesse dos leitores da *Gazeta* e também o incômodo que tais conteúdos provocavam.

Por meio da crônica, as vozes dos pequenos oprimidos também vieram à tona, polemizando ainda mais a problemática da exploração infantil. Em “A exploração das crianças”, há duas vozes que, claramente, se distinguem: a do narrador e a das personagens. Essa pode ser subdividida de acordo com a situação social em que cada personagem se encontra, sua a idade e tipo de relação com a prática da mendicância. Ao falar das menores exploradas pelas próprias mães, o narrador parece ter mais piedade:

A série de meninas é enorme, desde as cínicas de face terrosa às ingênuas e lindas.

— Como se chama você.

— Elisinha, sim senhor.

É parda; tem nove anos. Embrulhada nuns farrapos, a tremer com os beicinhos roxos e as mãos no ar, muito aflita, parece que lhe vão bater. Mora na rua Frei Caneca.

Não vai para a casa, não pode ir. A madrinha bate-lhe, tem o corpo cheio de equimoses.

— Quando não arranjo bastante para a madrinha e as filhas, dão-me sovas!

Destes casos há muitos com diversas modalidades. Jovita, por exemplo, pede esmola com uma bandeja, dizendo que é missa pedida ou promessa feita. A mulher que a criou e a explora, a terrível megera Maria Trapo Velho, mora na rua São Diogo e dá-lhe conselhos de roubo.

— Ela diz que, quando encontrar roupas ou outros objetos, meta no saco. Quando passo uma semana sem levar nada, põe-me de castigo, com os joelhos em cima do milho e sem comer (João do Rio, *Gazeta de Notícias*, “A exploração das crianças”, 6 de maio de 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Temos, nas falas das duas meninas, um apelo emocional intenso. Ao mesmo tempo em que o narrador estabelece o diálogo com suas personagens, a favor ou contra as suas proposições, ele também dialoga com o jornal na medida em que concorda e reforça os argumentos da publicação referente à exploração de crianças.

Em comparação com “Pobre menina!”, publicação sobre uma criança de oito anos, violentamente machucada pela máquina de uma fábrica de tecidos do Jardim Botânico, a crônica de João do Rio apresenta a mesma indignação e revolta ao tratar da exploração infantil. Segue o relato sobre a tragédia, envolvendo a “pobre criança”:

Orminda Rosa Fernandes tem apenas oito anos e, nesta idade em que as outras crianças brincam, ela já é obrigada trabalhar das seis às seis...A sua infância passava-se na atmosfera espessa das fábricas...nunca soube o que foi o ar livre, jamais gozou da liberdade que sempre se concede aos pequeninos seres para que desabrochem de todo, na alma e no corpo. Apenas os bracinhos tiveram algum rigor; puzeram-na a trabalhar para ganhar a vida: Pobre criança! Ontem trabalhava ela em uma das máquinas da fábrica de tecidos Jardim Botânico. Aos oito anos, quem é que não se distrai com qualquer coisa, com um raio de sol que brilha através das janelas, com o ruído da brisa que passa, com a borboleta que se [ilegível] batendo as asas em um dilúvio de luz...Arminda distraiu-se um momento e foi o bastante para que o monstro de ferro lhe ferisse no braço, segurando-a, ao mesmo tempo, pelos cabelos, deixando-lhe à mostra o couro cabeludo. O médico declarou que é grave o seu estado. Talvez sucumba! Não será melhor assim? [ilegível] (*Gazeta de Notícias*, 1904, 27 de maio, p. 4). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Não se trata, como vemos, de uma notícia em que haja o predomínio do fato sobre o “modo de narrar”; ao contrário, o investimento na elaboração das imagens indica o trabalho de composição estética, ainda que clichê, realizado nesse texto. A “atmosfera espessa das fábricas” e o “monstro de ferro”, que constroem a ambientação da qual a personagem fazia parte, contrastam com o “raio de sol”, a “brisa que passa” e a “borboleta que voa”, elementos que, segundo o narrador, deveriam sempre fazer sempre do universo infantil, leve e harmonioso, lugares-comuns das ideias de bem-estar e felicidade. O narrador conduz o leitor, levado a experimentar ambas as sensações, de clausura e de liberdade, e reforça o seu principal argumento: a falta de garantia dos direitos básicos das crianças que levaram Arminda e, provavelmente, outros menores, a uma condição de vida precária.

“Exploração mais dolorosa”, “pobrezinhos sacrificados”, “a exploração capaz de emocionar os delegados nos dramalhões” são algumas das expressões utilizadas por João do Rio para referir-se ao vasto mundo da mendicância e da criminalidade infantil. Nesse sentido, a crônica dialoga com o jornal na medida em que o narrador enfatiza o seu pesar, assim como faz o de “Pobre menina!”, o qual atribui uma carga emocional à história, já no título, com a exclamação.

“Pobre menina!” relata, ao menos, uma dupla agressão a um menor que, certamente, vivia em uma condição miserável: a exploração infantil e o descaso das autoridades, e da própria sociedade, em relação a esse tipo de abuso.

Certamente, o noticiário do jornal incitava também um sentimento de revolta nos leitores; esses tomavam conhecimento do que poderia ameaçar a ordem da Capital. A presença da “pobre gente” no periódico e, como vimos, o tom de lamento e de revolta, constantes nos relatos e demais publicações, contrastam com as divulgações das colunas “Boletim do congresso” e “Prefeitura do Distrito Federal: atos do poder executivo”, para as quais era reservado bastante espaço nas folhas da *Gazeta de Notícias*.

A presença da “pobre gente” no jornal deu-se também por meio de “A voz do povo”, coluna que, assim como as notícias, marcou presença no cotidiano da *Gazeta*. Esta publicação era destinada às reivindicações da população e servia, em alguns casos, como um meio para a comunicação entre o povo e o poder público. Um exemplo de serviço prestado à sociedade é o pedido de auxílio, efetuado por alguns representantes de moradores do subúrbio do Rio de Janeiro, ao periódico, para que fosse cobrada, do Ministério da Indústria, uma rápida solução para a falta de canalização de água:

Dos Srs. João Pinto de Barros, Lauriano de Moraes e Gastão Jybiriçá, que formam a comissão representante dos moradores e proprietários de prédios da rua Viúva Garcia, na estação do Ramos [...] recebemos uma carta em que nos solicitam a nossa intervenção, junto ao ministério da indústria (sic), para que tenha solução breve a representação que, pedindo que àquela rua seja levada a canalização d’água, melhoramento indispensável, foi dirigida a 30 de março deste ano àquele ministério [...] (*Gazeta de Notícias*, 23 de maio de 1904, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

No trecho de “A voz do povo”, está clara a posição favorável do jornal em relação às medidas a serem tomadas para o benefício da população, reivindicadora das melhoras no sistema de canalização da água. Embora o nome dos representantes dos moradores tenham sido registrados no texto, ainda que estas pessoas possam ter sido reconhecidas como sendo as interlocutoras, essa comunicação se deu de maneira indireta, pois a “voz do povo” não deixou

de passar pelo filtro do jornal. O jornal tinha a intenção de manter aberto um canal de comunicação com o leitor, que vivenciava os problemas e as mudanças da cidade.

No final do século XIX, o número de pessoas vivendo em condições precárias era cada vez maior no Rio de Janeiro. Sevcenko (1995) apresenta esse cenário calamitoso, vestígio do crescimento desenfreado:

Carência de moradias e alojamentos, falta de condições sanitárias, moléstias (alto índice de mortalidade, carestia, fome, baixos salários, desemprego, miséria: eis os frutos mais acres desse crescimento fabuloso e que cabia à parte maior e mais humilde da população provar (SEVCENKO, 1995, p. 52).

Com as sucessivas crises econômicas, a partir de 1888, e a crise bancária de 1900, a população de baixa renda era obrigada a ir para os subúrbios da cidade, pois os custos com a alimentação e com os aluguéis tornavam-se cada vez maiores (SEVCENKO, 1995, p. 53). Vemos, a partir da citação da coluna “A voz do povo” que, ainda em 1904, a situação de vida da população mais carente continuava precária. No dia 24 de maio, outra coluna, desta vez denominada “Voz do povo”, divulgava um reclame dos “moradores da rua Malvino”, que pediam, por intermédio da *Gazeta de Notícias*, à Diretoria Geral de Obras Públicas, “um pouco de água, pois há por ali absoluta falta do precioso líquido”. Apesar de as duas colunas apresentarem pequena variação em seus títulos, ambas destinavam-se também à publicação das reivindicações da população menos favorecida da Capital.

Somando-se à crise que assolava a população, como parte do plano de Regeneração, muitas moradias das áreas centrais da cidade foram demolidas; dava-se continuidade à ordem de despejo iniciada no último decênio do século XIX, com a resolução de fechamento dos cortiços que, segundo a Inspetoria de Higiene, não se encontravam em condições salutaras adequadas (CHALHOUB, 1996, p. 46-47). Com isso, acentuava-se cada vez mais a marginalização da população carioca: “Toda a multidão assim deslocada é empurrada para as fimbrias da cidade, as zonas mais estreitas, de aspecto ruinoso e estagnado, o resíduo sombrio do período colonial” (Idem, p. 56). O contingente “excedente” da cidade era assolado nos subúrbios, quando não se espremiavam nas insalubres hospedarias.

Em “No sono da miséria”, João do Rio relata uma de suas aventuras pelos becos mais sombrios da Capital: “Naquela noite, o delegado concedera-me a ordenança para visitar os albergues e as hospedarias suspeitas”. Desta vez, acompanhado por um soldado que lhe apresenta o submundo dos “trágicos asilos da miséria e da infâmia”, João do Rio, como um

aventureiro, narra detalhadamente a sua experiência em uma das hospedarias que abundavam a cidade. A ambientação tétrica é construída logo no início da narrativa, com a descrição das ruas nas primeiras horas da madrugada:

Era uma hora da noite. Descemos a rua da Misericórdia, eu ainda hesitando diante das lanternas com vidros vermelhos. Às esquinas grupos de vagabundos e desordeiros parolavam, e afundando o olhar pelos becos estreitos em que a rua parece vazar a sua imundice, por aquela rede de becos, víamos outras lanternas em forma de foice alumando portas equívocas. Havia casas de um pavimento só, de dois, de três, negras, fechadas, hermeticamente fechadas, pegadas uma à outra, fronteiras, confundindo a luz das lanternas e a sombra dos balcões. O passo do soldado ressoava forte nos lajedos desiguais e arrebentados. A rua mal alumada tinha candeeiros quebrados, sem a capa Auer, de modo que a brancura de uns focos envermelhecia mais a chama pisca dos outros. Os prédios antigos agarravam-se uns aos outros, amparavam-se com as fachadas esborcinadas. (*Gazeta de Notícias*, “No sono da miséria”, 10 de maio de 1904, p. 1)
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

O leitor é levado a participar do ambiente construído pelo narrador por meio do jogo das cores vermelha e negra, que, unidas à descrição do espaço físico - os prédios que se sobrepõem uns aos outros e as casas igualmente unidas –, constroem um cenário disfórico. Os “grupos de vagabundos e desordeiros”, misturando-se à escuridão, dão o tom de perigo sobre o qual o próprio narrador alertava: “É perigoso entrar só, nesse dia, nos covis horrendos”. O “dia” era a noite de sexta-feira santa para o sábado de aleluia:

É costume antigo entre larápios, gatunos e mendigos passar essa noite ao abrigo da polícia. Alguns fazem grupos de quatro e cinco, compram bebidas, vão romper a aleluia em deboches trágicos e as hospedarias nessa madrugada, quando não sofrem o conflito dos alcoolizados, veem as portas forçadas pelos agentes da segurança à caça de algum malandro criminoso. Certos proprietários, coniventes nos roubos, previnem os albergados por sinais, há fugas pelos telhados, esconderijos que qualquer secreta conhece, outros sujeitam-se, desbriadamente, à busca, mas é sempre fatal encontrar repletas as hospedarias nessa madrugada de abril. Os bandidos, almas primitivas e sórdidas, cuja religiosidade é nenhuma, fazem da manhã de sábado da ascensão do Senhor a hora do descanso debochado e vão depois do roubo nas igrejas, após a renda das esmolas à porta dos templos, impelidos por um estranho instinto (*Gazeta de Notícias*, “No sono da miséria” 10 de maio de 1904, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A expressão “almas primitivas e sórdidas” usada pelo narrador para referir-se aos criminosos chama a atenção, pois leva-nos a pensar que João do Rio estaria fazendo uma correspondência entre os atos e a condição de vida destas pessoas à uma essência, algo inerente de cada um desses seres. Não podemos nos esquecer de que, nesta crônica, o narrador é acompanhado por uma autoridade, o policial e, por esta razão, ele se encontra na mesma

posição de alguém que julga a realidade experimentada a partir do ponto de vista das instituições oficiais.

O policial de “No sono da miséria”, em uma relação hierárquica, está socialmente acima dos personagens encontrados na hospedaria. Nesta crônica, João do Rio parece não enfatizar o diálogo com as pessoas encontrados na hospedaria, quase não falam. Predominam as impressões por ele sentidas, a partir de sua experiência e das informações adquiridas pelo seu companheiro, vale dizer, a voz que predomina, na crônica, é a da instituição.

Ao acompanhar a inspeção do policial em busca de criminosos pela hospedaria, João do Rio descreve o ambiente sufocante em que se encontrava toda a sorte de tipos:

Trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava, o ar rareava e parando um instante ouvíamos a respiração múltipla de toda aquela gente como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das esteiras. A polícia, farejando o crime, batia nos quartos, espécie de jaulas entaipadas com camas largas e lençóis em que os percevejos corriam. A respiração tornava-se difícil. Quando demoravam em abrir, um agente mais forte empurrava a porta, e a luz da vela encontrávamos quatro e cinco criaturas emborçadas, suando, de língua de fora, homens furiosos cobrindo com o lençol a nudez, mulheres tapando o rosto, marinheiros que haviam perdido o bote, um mundo vario e sombrio gargolejando desculpas com a garganta seca. Alguns desses quartos tinham entrada pela sala das esteiras em que se dorme por oitocentos réis, e essas quatro paredes impressionavam como um pesadelo.

Completamente nua, as velhas esteiras atiradas no assoalho, poderia conter trinta pessoas, à vontade, e tinha pelo menos oitenta.

Os fregueses dormiam todos de barriga para o ar, de costas, com o lábio no chão negro, de lado, recurvados como arcos de pipa, uns vestidos, outros nus, estirados, esmagados pelo peso da atmosfera sufocante. Erguendo a vela, o encarregado explicava-me que ali o pessoal estava muito bem, e no pálido raio de luz da vela eu via pés disformes, mãos de dedos recurvos, troncos suarentos, cabeças, uma galeria trágica de cabeças embrutecidas e congestionadas, bufando, de boca aberta (*Gazeta de Notícias*, “No sono da miséria”, 10 de maio de 1904, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

No trecho acima, o narrador descreve o aspecto do local e das pessoas, inesperadamente flagradas, dando-lhes características que as desumanizam. As “criaturas emborçadas, suando, de língua de fora” são semelhantes às personagens de “A exploração das crianças” no que diz respeito às características que lhes dão uma feição grotesca.

A rica construção do ambiente acrescenta ao discurso da narrativa e ao próprio discurso do jornal que, como vimos, tem uma visão negativa em relação aos miseráveis das ruas da Capital, a sensação, para quem lê, de que estaria participando de uma ronda policial. Se, por um lado, o trabalho de composição literária de João do Rio revela uma contribuição à imagem desfavorável da pobre gente, por outro, não deixa de ser também uma exposição crítica em relação à realidade por ele experimentada.

Dois dias após a publicação de “No sono da miséria”, a *Gazeta de Notícias* expôs a carta enviada por um leitor do jornal sobre a qual falamos anteriormente, cujo assunto principal são as hospedarias. O narrador, demonstrando ter lido ao menos esta crônica de João do Rio, mostra-se preocupado com a falta de higiene das hospedarias que poderia contribuir com a disseminação de doenças. Além de criticar explicitamente o governo pela não tomada de providências eficazes para a solução do problema, ele se diz conhecedor da vida nesses locais e afirma não ser exagerada a “impressão” do artigo, ao que nos parece, referindo-se à reportagem de João do Rio. O autor reconhece a importância das hospedarias e, ao invés de defender o fechamento das mesmas, reforça a importância da obrigação da normatização em relação ao número de pessoas que deveriam frequentá-las, de acordo com a capacidade de cada uma. A presença da opinião do leitor no jornal indica-nos que este suporte também era instrumento para a expressão da opinião da sociedade, desde que estivesse de acordo com os ideais do jornal.

Outro bom exemplo da crítica social explícita em “A pobre gente” está em “Os trabalhadores da estiva”. João do Rio relata, nesta crônica, um dia de trabalho dos estivadores do cais do Rio de Janeiro. Por meio de suas descrições, ele reconstrói a paisagem flagrada:

Às 5 da manhã, ouviu-se um grito de máquina, rasgando o ar. Já o cais, na claridade pálida da madrugada, regorgitava num vai-e-vem de carregadores, catraeiros, homens de bote e vagabundos mal dormidos à beira dos quiosques. Abriam-se devagar os botequins ainda com os bicos de gás acesos, no interior os caixeiros preguiçosos, abrindo os braços com bocejos largos. Das ruas que vazavam na calçada rebentada do cais, afluía gente sem cessar, gente que surdia do nevoeiro com as mãos no bolso, tremendo, gente que se metia pelas bodegas e parava à beira do grande quiosque numa grande azáfama. Para o cais da alfândega, ao lado, um grupo de ociosos olhava através às frinchas de um tapume, rindo a perder; um carregador encostado aos umbrais de uma porta lia de óculos o jornal e todos gritavam, falavam, riam, agitavam-se na frialdade daquele acordar, enquanto dos botes polícromos, homens de camisa de meia ofereciam aos berros um passeiozinho pela baía. Na curva do horizonte o sol de maio punha manchas sangrentas e a luz da manhã abria como desabrocha um lírio no céu pálido. (*Gazeta de Notícias*, “Os trabalhadores da estiva”, 19 de junho de 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A descrição realizada por João do Rio nos transporta, como leitores, para a situação por ele experimentada, como se estivéssemos acompanhando-o, munidos de uma câmera, e fizéssemos parte de seu quadro. Embora, de início, pareça tratar-se de uma crônica cuja finalidade estaria em apenas enumerar os tipos que se podia encontrar no porto da cidade, “carregadores, catraeiros, homens de bote e vagabundos mal dormidos”, o narrador nos dá indícios, a partir da composição que ele faz com as cores, do que ele encontrará pela frente: “Na curva do horizonte o sol de maio punha manchas sangrentas e a luz da manhã como

desabrocha um lírio no céu pálido”. Com a presença do “sangue” e da “palidez do céu” João do Rio nos adianta o verdadeiro teor de sua crônica.

Logo, o lado de investigador do jornalista do literato começa a tornar-se evidente e João do Rio impõe-se como personagem: “Eu resolvera passar aquele dia com os trabalhadores da estiva, e, naquela confusão, via-os vir chegando; a balançar o corpo, com a comida debaixo do braço, muito modestos”. Aos poucos, ele começa a interagir com os estivadores, construindo uma ambientação angustiante na medida em que descreve o trabalho desumano a que são submetidos:

Aqueles seres ligavam-se aos guinchos, eram parte da máquina, agiam inconscientemente. Quinze minutos depois de iniciado o trabalho, suavam, arrancando as camisas. Só os negros trabalhavam de tamancos. E não falavam, não tinham palavras inúteis. Quando a ruma estava feita, erguiam a cabeça e esperavam a nova carga. Que fazer? Aquilo tinha que ser até as 5 da tarde!

Desci ao porão. Uma atmosfera de caldeira sufocava. Era as correntes caírem do braço de ferro, um dos oito homens precipitava-se, alargava-as, os outros puxavam os sacos (*Gazeta de Notícias*, “Os trabalhadores da estiva”, 19 de junho de 1904, p. 1-2.). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Por meio do discurso indireto-livre, percebemos que João do Rio parece demonstrar a mesma indignação dos próprios trabalhadores: “Que fazer? Aquilo tinha que ser até às 5 da tarde!”. Esta mescla de vozes podem significar uma comunhão entre João do Rio e os estivadores, ou seja, ao contrário do que ocorre na crônica anterior, o narrador, apesar de estar sempre em uma posição hierarquicamente distante, parece compartilhar dos sentimentos daquela realidade. No trecho a seguir, o narrador comenta o distanciamento existente entre ele e os trabalhadores e, em seguida, diz o que seria a “principal preocupação” destes trabalhadores:

Decerto, pela minha face eles compreenderam que eu os deplorava. Vagamente o primeiro falou; outro disse-me qualquer coisa e eu ouvi as ideias daqueles corpos que o trabalho rebenta. A principal preocupação desses entes são as firmas dos estivadores. Eles as têm de cor, citam de seguida sem errar uma: Carlos Wallace, Mello e François, Bernardino Correia Albino, Empresa Estivadora, Picasso e C., Romão Conde e C., Wilson Sons e C., José Viegas Vaz, Lloyd Brasileiro, Capton Jones. Em cada uma dessas casas o terno varia de número e até de vencimentos como por exemplo o Lloyd que paga sempre menos que qualquer outra empresa (*Gazeta de Notícias*, “Os trabalhadores da estiva”, 19 de junho de 1904, p. 1-2.). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

João do Rio cita, como podemos observar no trecho acima, o nome de cada firma estivadora, apontadas por aqueles personagens e menciona o nome da empresa considerada a

que menos paga aos trabalhadores. Após essa denúncia, João do Rio passa a narrar a história de luta daquele grupo:

Os homens com quem falava têm uma força de vontade incrível. Fizeram com o próprio esforço uma classe, impuzeram-na. Há doze anos não havia malandro que pegado na Gamboa não se desse logo como trabalhador de estiva. Nesse tempo não havia a associação, não havia o sentimento de classe e pobres estrangeiros pegados na Marítima trabalhavam por três mil réis dez horas de sol a sol. Os operários reuniram-se. Depois da revolta começou a se fazer sentir o elemento brasileiro e desde então foi uma longa e pertinaz conquista. Um homem preso que se diga da estiva e horas depois confrontado com um sócio da União tem que apresentar o seu recibo de mês. Hoje estão todos ligados, exercendo uma mútua polícia para a moralização da classe. A *União dos Operários Estivadores* consegue, com uns estatutos que a defendem habilmente, o seu nobre fim. Os defeitos da raça, as disputas, as rusgas são consideradas penas, a extinção dos tais pequenos roubos que antigamente eram comuns merece um cuidado extremado da *União*, e todos os sócios tendo como diretores Bento José Machado, Antonio da Cruz, Santos Valença, Matheos do Nascimento, Jeronymo Duval, Miguel Rosso e Ricardo Silva esforçam-se, estudam, sacrificam-se pelo bem geral (*Gazeta de Notícias*, “Os trabalhadores da estiva”, 19 de junho de 1904, p. 1-2.). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

No trecho acima, temos a narrativa da luta dos trabalhadores da estiva para a união desta classe e as conquistas que, desde então, obtiveram. João do Rio não deixa de demonstrar a sua solidariedade ao dizer que “Os homens com quem falava tinha uma força de vontade incrível”. Nesta crônica, ao mesmo tempo em que o narrador se compadece pelo trabalho desumano exercido por aqueles homens, ele demonstra valorizar a luta travada pela *União dos Operários Estivadores* para a conquista de melhores condições de trabalho. Na *Gazeta de Notícias* era reservado mais um espaço para a transmissão de notícias sobre os encontros dos vários grupos de trabalhadores na coluna “Operariado”.

Ao final de “Os trabalhadores da estiva”, depois de acompanhar um dia de trabalho dos homens da estiva, João do Rio descreve a movimentação no cais:

— Por que não se vai? Estão tocando a sineta. Nós ficamos para o serão à noite...Trabalhar até à meia noite.

Subi. Os ferros retiniam sempre a música sinistra. Encostados à amurada, damas roçando sedas e cavalheiros estrangeiros de *smoking*, debochavam em inglês as belezas da nossa baía; no *bar*, literalmente cheio ao estourar do *champagne* um moço vermelho de álcool e de calor levantava um copo dizendo.

— Saudemos o nosso caro amigo que Paris receberá...

Em derredor do pacote lanchas, malas, cargas, imprecações, gente querendo empurrar as bagagens, carregadores, assobios, um brouhaha formidável.

Um cavalheiro cheio de brilhantes, no portaló, perguntou-me se eu não vira a Lola. Desci, meti-me num bote, fiz dar a volta para ver mais uma vez aquela morte lenta entre os pesos. A tarde caía completamente. Ritmados pelo arrastar das correntes os quatro homens, dirigidos do convés do *Steamer*, carregavam, tiravam sempre de dentro do saveiro mais sacas, sempre sacas, com as mãos disformes, as unhas roxas, suando, arrebatando de fadiga (*Gazeta de Notícias*, “Os trabalhadores da estiva”, 19 de junho de 1904, p. 1-2.). Fonte: Hemeroteca Digital Brasil.

O efeito de contraste, estabelecido entre a realidade das “sedas”, dos “cavalheiros de *smoking*” do “*champagne*” e de “Paris”, e a da “morte lenta entre os pesos”, das “mãos disformes”, das “unhas roxas” e do “suor”, reforça a situação degradante em que se encontravam os trabalhadores da estiva. Esse contraste, ressaltado por João do Rio na crônica-reportagem, coloca em evidência as diferenças sociais presentes no cais do Rio de Janeiro e, por extensão, nas ruas da cidade.

A desigualdade apontada por João do Rio em *A pobre gente* aparece, como vimos, interpretada também nas rubricas do jornal. Após o trabalho do repórter, de ir em busca da matéria de sua escrita, o cronista faz a reescrita do que viu, fazendo a sua interpretação dos fatos por meio de uma linguagem esteticamente trabalhada, estabelecendo um diálogo com as leituras do periódico a respeito da “pobre gente”.

4.2 Da reportagem à crônica

O livro apresenta uma configuração particular, cuja prática de leitura se diferencia da realizada no jornal e está ligada também às intenções de leitura nele inscritas após o trabalho de edição. O jornal, destinado à circulação em grande escala, reúne atributos que induzem o leitor à realização de um tipo de compreensão específica dos textos nele veiculados. Alguns livros não pretendem atingir um grande número de leitores, e essa característica está “escrita” em sua materialidade. (CHARTIER, 1998).

Assim, quando se deu a passagem de algumas crônicas da série *A pobre gente* do periódico para o livro, as diferenças entre as duas formas deixam, para o analista, mais evidentes os efeitos de leitura ligados a uma e a outra, permitindo-nos, deste modo, refletir sobre possíveis atribuições de sentido aos textos, quando integrados ao conjunto dos escritos que formam *A alma encantadora das ruas*.

Dentre as informações divulgadas, hoje, a respeito do *A alma encantadora das ruas*, o ano de 1908 aparece sempre como referência para a data de publicação do livro. Em suas páginas, é essa a data registrada. Entretanto, as nossas pesquisas indicam que, mesmo tendo ficado pronto em 1908, o livro só foi divulgado ao público no início de 1909, provavelmente em 11 de janeiro desse ano, um dia após a edição da coluna “Binóculo”, na qual se lê várias informações sobre o novo lançamento da Garnier, distribuídas ao longo de seis pequenos parágrafos em que o narrador faz muitos elogios dirigidos ao aguardado livro, ao escritor e à editora. A coluna salienta, também, a participação da *Gazeta de Notícias* na divulgação das crônicas-reportagem em suas folhas cotidianas:

Acha-se à venda, desde ontem, *chez*¹⁹ Ganier, *A alma encantadora das ruas*, de João do Rio. Há muito anunciado; só agora aparece este livro delicioso. O público, isto é, a gente que lê, esperava-o com impaciência. Ei-lo finalmente!

Em *A alma encantadora das ruas*, Paulo Barreto (João do Rio) enfeixou essas crônicas interessantíssimas que publicou aqui, ali, acolá, mas, principalmente, aqui, na *Gazeta*. João do Rio, um estilista impecável, cronista de primeira ordem, tornou-se conhecido, fez nome, popularizou-se com as suas crônicas verdadeiramente encantadoras.

Reunidas em volume, nada perderam. A obra tornou-se atraentíssima. É uma leitura ligeira, que se pode fazer nos *bonds*, ou à hora da sesta. Lê-se a primeira. Volta-se a página. Lê-se a segunda. E, ao cabo de pouco tempo, o livro inteiro está lido.

Nessa obra excelente desfilam todos os tipos da rua, desde a mendiga até o vendedor de livros, as midinettes, as pobres Mariposas do Luxo, e os

¹⁹ Os nomes do periódico, das obras e as palavras estrangeiras aparecem sem itálico no jornal.

cocheiros...Passam todos, admiravelmente bem observados, como numa visão de caleidoscópio, como numa fita cinematográfica.

A alma encantadora das ruas está lindamente, nitidamente impressa. Parabéns à Livraria Garnier. Hélios Seelinger, o artista extraordinário, grande desenhista, notável pintor, fez-lhe uma capa, que é uma delícia, uma obra-prima, um encanto.

Às seis horas da tarde, pouco antes de fechar as portas, a Livraria Garnier mandou-nos dizer que havia vendido 362 exemplares. É um grande sucesso. *A Alma encantadora das Ruas* só ontem apareceu nas vitrines. Não teve anúncios. Não teve reclames. Já o prevíamos. João do Rio é um escritor queridíssimo, e um dos poucos que tanto agradam aos intelectuais, como ao povo, propriamente dito, o povo que lê.

Paulo Barreto, como se sabe, está excursionando pela Europa. Podemos, pois, dizer todo o bem que pensamos do nosso querido companheiro, um dos mais talentosos, dos mais ilustres escritores da moderna geração luso-brasileira. (*Gazeta de Notícias*, “Binóculos”, 12 de janeiro de 1909, p. 3). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Publicado pelo livreiro-editor francês Hippolyte Garnier, que herdara a casa comercial do irmão Baptiste-Louis Garnier em 1898²⁰, o livro *A alma encantadora das ruas* recolheu vinte e sete crônicas de João do Rio, publicadas tanto na *Gazeta de Notícias* quanto na *Revista Kosmos* entre os anos 1904 e 1907, conforme consta no “Catálogo Bibliográfico João do Rio”, organizado por João Carlos Rodrigues²¹.

A fragmentação do texto em crônicas e o formato in-18 levou-nos a supor, a princípio, que se tratava de um volume único, o qual poderia ter sido pensado para ser carregado com o leitor, que desfrutaria de leitura agradável e dinâmica, até mesmo fora do ambiente doméstico e das bibliotecas, como apontado pelo narrador de “Binóculo”²². Ao analisarmos o “Catálogo Geral da Livraria Garnier”,²³ entretanto, deparamo-nos com dois exemplares diferentes do mesmo livro. Granja (2013, p. 87-88), em artigo sobre o início da publicação de Literatura Brasileira pela casa Garnier, mostra que Baptiste-Louis Garnier, já nos anos 1860, em sua casa editorial no Brasil, seguia as principais tendências editoriais francesas, principalmente a de Michel Lévy, publicando livros em formato in-18, com o objetivo de comercializar

²⁰ Esta data refere-se à ida, para o Rio de Janeiro, do, então, novo gerente da casa Garnier no Brasil, Julien Lansac em 1898, cinco anos após a morte de Baptiste-Louis Garnier (HALLEWELL, 2005, p. 261).

²¹ RODRIGUES, J. C. *João do Rio: catálogo bibliográfico: 1899-1921*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

²² “Binóculo” foi uma crônica, publicada diariamente pela *Gazeta*, que atingiu grande sucesso entre os leitores da elite, de acordo com Edmundo (2003, p. 573). Nas palavras do autor, tratava-se de “[...] crônica diária de elegância e *chic* [...] É a bíblia das elegâncias da terra. Não há quem não o leia” (Idem, p. 573).

²³ Material recolhido por minha orientadora, Prof^a Dr^a Lucia Granja, na biblioteca Sainte-Geniève, em Paris, dentro do Projeto Temático FAPESP “A circulação transatlântica do impresso: a globalização da cultura no século XIX”. A informação a respeito do artista que ilustrou a capa do livro – Hélios Seelinger – presente nos comentários de “Binóculo” e reiterada no “Catálogo”, confirma a nossa hipótese a respeito da data deste último, por volta de 1909. A existência de uma edição de 1910, do livro *A alma encantadora das ruas*, também contribui para nossa afirmação de que o “Catálogo” mostra a edição de 1908, tendo sido publicado, portanto, nos anos 1908 ou 1909.

exemplares mais baratos, atingindo, desse modo, diferentes públicos. Um exemplo dado pela autora é o do romance *O Guarani*, de José de Alencar, publicado por Garnier a partir de 1864, nos formatos in-8 e in-18, correspondentes à segunda e à terceira edição, respectivamente. Além da diferença nos tamanhos e preços das duas versões, a qualidade do papel e do processo de acabamento dos livros também marcavam as mudanças da versão mais luxuosa para a mais popular (GRANJA, 2013, 87-88).

Para a publicação de *A alma encantadora das ruas*, a Garnier parece ter seguido a linha editorial de produção de dois exemplares concomitantes, como podemos observar na descrição dos livros, no “Catálogo Geral da Livraria Garnier”:

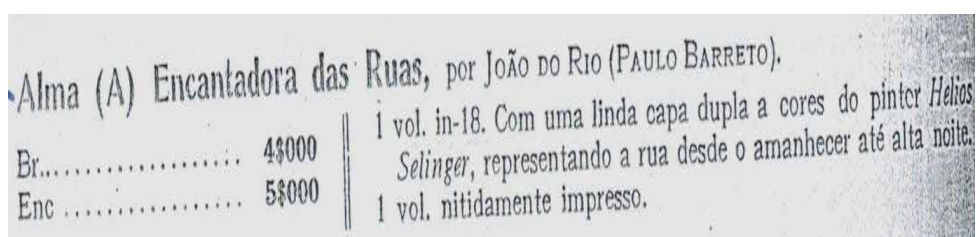


Figura 26: "Catálogo Geral da Livraria Garnier". Recolhido da Bibliotheque Sainte-Geneviève, s/d.

Não sabemos, ainda, se os dois exemplares correspondem a duas edições diferentes do livro. Essa informação estaria disponível para nós no “*Bibliographie de La France. Journal general de l’imprimerie et de La librairie de La librairie*”, que pode ser consultado *online* na base de dados da Gallica – Bibliothèque Nationale de France. No entanto, o ano de 1908, em que foi registrado o *A alma encantadora das ruas*, ainda não está disponível para consulta.

Além da capa dupla e da contribuição do premiado pintor, caricaturista e desenhista, Hélios Seelinger (1878-1936)²⁴, o preço do livro encadernado nos indica que, mesmo tendo o formato reduzido, in-18, era voltado para um público mais seletivo; o “Catálogo Geral da Livraria Garnier” traz o valor de 5 mil réis para os exemplares encadernados e 4 mil réis para a edição em brochura. Comparados aos preços dos livros contidos nas seções “Primeiro Livro” (seção *Leituras complementares*) e “Biblioteca Popular”, com obras de 500 a 100 réis, o livro *A alma encantadora das ruas*, encadernado ou em brochura, continua menos acessível e, a nosso ver, também não fazia parte do que chamamos “popular” em termos de custo e acessibilidade para a época. O exemplar de tamanho in-18, em capa dupla, não apresenta as configurações de um livro popular. Os tamanhos “de bolso”, bastante frequentes nas obras elencadas no “Catálogo” da Garnier, variam bastante os valores: encontramos por mil réis o

²⁴ Para saber mais sobre o artista, utilizamos o site www.itaucultural.org.br, na seção “Enciclopédia Itaú Cultural Artes Visuais”. Acessado em : 23/11/2013.

“Primeiro Livro” (seção *Leituras complementares*) e por 1\$500 e 2\$000 o segundo e o terceiro livros dessa mesma coleção, todos no formato in-18. Esse aumento progressivo dos preços evidencia que o formato menor já não era sinônimo de obra popular ou de bolso. Outro exemplo interessante é o do “Dicionário Enciclopédico Ilustrado da Língua Portuguesa”, também em in-18, cujo valor marcado é 8 mil réis. As obras mais populares estão agrupadas na seção “Biblioteca Popular”, com exemplares de 500 a 100 réis.

A partir dos dados referentes aos preços do catálogo da Garnier, percebemos que o formato in-18 pode ter sido uma solução para marcar um projeto editorial por meio de um código visual.

Conforme expusemos, o “Catálogo” de obras da Garnier, que contempla a primeira edição de *A alma encantadora das ruas*, é dividido em seções. A seção de “Literatura” divide-se em “Poesia” e “Prosa” neste catálogo, diferentemente de como costumava acontecer nos anteriores, quando era de costume separar a “Poesia” dentro da seção “Poesia e Literatura” (GRANJA, e 2013, p. 91). A classificação do livro *A alma encantadora das ruas* na seção “Literatura - prosa” merece uma atenção especial para compreendermos melhor os motivos da passagem das crônicas-reportagem de João do Rio do jornal ao livro. Durante toda a nossa pesquisa, nos deparamos com diferentes modos de nomear o conjunto de escritos de João do Rio. Na *Gazeta de Notícias*, por exemplo, lemos a palavra “reportagem” como forma de designação dos textos da série *A pobre gente*: “Iniciaremos, nesta semana, uma nova série de artigos de reportagem de João do Rio sobre a vida dos pobres, dos desgraçados e das profissões exóticas que abundam no Rio” (*Gazeta de Notícias*, 23 de maio de 1904, p. 1). O “Catálogo Bibliográfico”²⁵ de João do Rio, do mesmo modo, refere-se a cada texto da série *A pobre gente* como “reportagem”.

Em contrapartida, vimos no trecho de “Binóculo”, o narrador denominar “crônicas interessantíssimas” as presentes no aguardado livro. O mesmo ocorre em uma publicação que fez menção à colaboração de João do Rio para o “Suplemento” da *Gazeta*:

o delicado e cintilante cronista, atualmente na Europa, que acaba de publicar, com grande sucesso, os dois deliciosos volumes – ‘A alma encantadora das ruas’ e ‘O momento literário’ / Publica ainda o suplemento da *Gazeta* (*Gazeta de Notícias* “Paulo Barreto”, 23 de janeiro de 1909, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

²⁵ RODRIGUES, J. C. *João do Rio: catálogo bibliográfico: 1899-1921*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

Diante deste fato, nos indagamos se a diferença no tratamento do autor e de seus textos refletiria o modo de ver e julgar, na época, a própria produção de João do Rio nos dois veículos, jornal e livro. Na medida em que tecemos nossas hipóteses a respeito do motivo da ida das crônicas escolhidas para o livro, acreditamos ser possível a diferença de tratamento em razão da simbologia que envolvia tanto o jornal quanto o livro. De acordo com a nossa leitura, no jornal, a figura de João do Rio era ressaltada por seu ofício; o repórter, peça fundamental da prática jornalística no início do século XX, era, muitas vezes, posto em primeiro plano, como forma de promoção do próprio periódico, conforme demonstramos no capítulo “*Gazeta de Notícias: informação e entretenimento na ordem do dia*”. Desse modo, ao evidenciar a prática da reportagem junto aos reclames da série *A pobre gente*, a *Gazeta* estaria chamando a atenção para o ofício do repórter, com o intuito de transmitir a ideia de que ele e, por extensão, o próprio jornal, estariam preocupados com a divulgação do conhecimento para o leitor, a partir da pesquisa e da menção direta aos fatos e fontes.

Em decorrência do lançamento previsto de *Cinematographo*, a coluna “Binóculo” discorreu, em alguns parágrafos, a respeito de João do Rio e de seus dois livros, saídos das páginas dos jornais, e já publicados naquele momento, *As religiões do Rio* e *A alma encantadora das ruas*. Esses dizeres mostram certa tendência em mesclar jornalismo e literatura na descrição da obra de João do Rio, levando-nos à reflexão sobre a possibilidade de uma mudança de *status* de “reportagem” para “crônica”:

Já vimos, já lemos o *Cinematographo* de João do Rio. É um grosso volume de 400 páginas, com 44 crônicas. É um livro, como se publicam às dezenas em Paris, e na maior parte dos centros literários da Europa, e da América. Para nós, porém, é uma obra nova, é uma obra original, porque Paulo Barreto é o único que se dedica a essa especialidade, a essas sortes de enquetes, a essa reportagem literária. Foi ele quem iniciou no Brasil esse gênero de literatura.

[...]

Um crítico francês disse que, se por uma fatalidade, Paris desaparecesse, e todos os documentos que se referem a Paris também desaparecessem ou se perdessem, se poderia reconstruir a sociedade parisiense do segundo império com 20 romances da série Rougon-Macquart, de Emile Zola. O mesmo pode dizer-se, em outra esfera, em outro gênero, das crônicas de Paulo Barreto. Com os seus volumes já publicados – *As religiões do Rio*, *A alma encantadora das ruas*, *Cinematographo*, etc. – com os que se acham no prelo, com os folhetins não reunidos ainda em livro, poder-se-á um dia reconstituir certas camadas da sociedade, da vida carioca (*Gazeta de Notícias*, “Binóculo”, 27 de agosto de 1909, p. 4). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

O texto que faz a recepção do *Cinematographo* aproxima os textos de Paulo Barreto, levados aos livros, da categoria “literatura”, assim como o autor é aproximado à de literato.

Se, antes, os mesmo textos, dentro de suas respectivas séries, mantinham um diálogo mais próximo com o jornal e, conseqüentemente, do seu público leitor – basta lembrarmos das publicações anônimas a respeito de problemas sociais que dialogavam com os textos da série *A pobre gente*, comentadas no capítulo anterior – no livro, os mesmos textos passaram a ter o propósito de registrar o momento histórico-social, mas recebendo a denominação, enobrecedora, de Literatura. O narrador de “Binóculo” menciona o fato de que, tal e qual, a obra de Zola é o retrato da sociedade parisiense do Segundo Império, a de João do Rio faz o retrato do Rio de Janeiro da Primeira República.

Paradoxalmente, na mesma publicação da coluna, o narrador parece tentar amenizar o caráter de imaginação nas crônicas-reportagens de João do Rio, ao falar de suas qualidades documentais. Apesar de referir-se, no final do parágrafo, ao livro *Cinematógrafo*, podemos levar essa reflexão para os outros dois livros do autor, destacados na coluna do mesmo dia:

Paulo Barreto é um escritor elegante, e um grande observador e um profundo psicólogo. Nas suas crônicas, apesar da fantasia, que nelas parece existir, a Verdade palpita sempre, nua e flagrante. Parecem fantasiosas, mas não o são. ‘Sob a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia...’ A conhecidíssima epígrafe de Eça de Queirós poderia ser adotada por João do Rio. É que Paulo Barreto tem um estilo brilhante, conta as coisas deliciosamente; e o que se passa nas ruas, o que o povo diz, o que o povo sente, descrito em forma e estilo, parece pura fantasia. Mas, seja como for, verdade ou mentira, realidade ou fantasia, o *Cinematógrafo* de João do Rio é um lindo livro (*Gazeta de Notícias*, “Binóculo”, 27 de agosto de 1909, p. 4).
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Mesmo protagonizando importante papel de disseminadora de textos jornalístico-literários na sociedade, quando passava esses mesmos textos ao livro, a *Gazeta de Notícias* também contemplava os anseios da elite intelectual carioca. Exemplo disso é a forte propaganda feita pela *Gazeta* após a chegada dos exemplares de *A alma encantadora das ruas* nas vitrines. A falta de reclame por parte da Garnier, comentada em “Binóculo”, foi compensada pela *Gazeta* nos dias seguintes à primeira divulgação do livro feita por essa coluna. Reproduzimos algumas menções feitas ao livro em diferentes tipos de publicações: na primeira, o narrador insere a novidade do livro no comentário a respeito dos tipos de candidatos que abordam os eleitores para pedir votos; na segunda, temos o relato a respeito de um ladrão de combustores de iluminação pública, Candido Vieira, o qual é comparado aos tipos descritos por João do Rio no livro; na terceira, a *Gazeta* comenta os elogios feitos a João do Rio e à sua obra durante a excursão que fizera por Portugal.

Tipos que passam...

A rua, como muito bem diz João do Rio no seu delicioso livro 'A alma encantadora das ruas', é o caleidoscópio formidável da vida.

Agora andam nas ruas as ambições políticas.

Os candidatos, e eles são tantos, assaltam os eleitores, que são tão poucos.

[...]

(*Gazeta de Notícias*, "Tipos que passam...", 23 de janeiro de 1909).

Paulo Barreto, no seu tão festejado livro – 'A alma encantadora das ruas', fala das 'profissões ignoradas'. Nesse capítulo, o brilhante estilista esqueceu-se da profissão adotada pelo Candido Vieira dos Santos.

Candido vive de roubar dos combustores de iluminação pública os aparelhos de luz incandescente.

De quando em vez ele é preso.

[...]

(*Gazeta de Notícias*, "Pequena crônica da cidade", 2 de fevereiro de 1909, p. 5). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

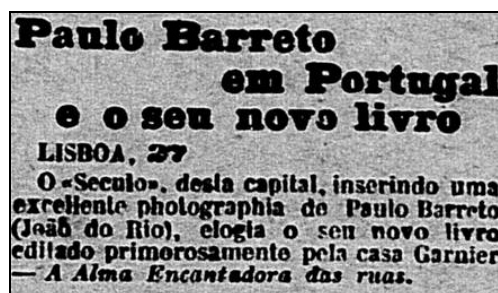


Figura 27: "Paulo Barreto em Portugal e o seu novo livro" (*Gazeta de Notícias*, "Paulo Barreto em Portugal e o seu novo livro", 28 de janeiro de 1909, p. 2).

O "Século", dessa capital, inserindo uma excelente fotografia de Paulo Barreto (João do Rio), elogia o seu novo livro, editado primorosamente pela casa Garnier – *A alma encantadora das ruas* (*Gazeta de Notícias*, "Paulo Barreto em Portugal e o seu novo livro", 28 de janeiro de 1909, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A publicação das crônicas-reportagem em série acabou revelando-se excelente meio para a divulgação do livro e da própria *Gazeta de Notícias*. Mas, as menções feitas ao autor e ao livro não acabaram por aí; o periódico chegou a dedicar quase uma edição inteira à cobertura da viagem de João do Rio a Portugal e aos dizeres elogiosos dos periódicos e intelectuais, desse país, ao livro. Em meio a grandes fotos, o texto, que recobre uma página inteira, mostra a forte presença da obra de João do Rio em Portugal o que, para nós, é uma evidência da circulação da Literatura Brasileira na Europa naquele início de século.



Figura 28: Publicação especial a respeito da excursão de João do Rio por Portugal (Gazeta de Notícias, “Paulo Barreto em Portugal”, 31 de janeiro de 1909).

Percebemos que existe uma política relacionada à publicação dos escritos de João do Rio em série, no periódico, e, a seguir, na forma livro. Esta constatação nos remete a uma característica importante do editor francês Hippolyte Garnier, apontada por Hallewell (2005, p. 261): a sua preferência por obras que pudessem ser publicadas em coleções, o que atrairia o leitor para a compra de mais de um volume: “A obra isolada era [...] um risco que, mesmo no caso de transformar-se num grande êxito, não levava a nada” (HALLEWELL, 2005, p. 261). Assim, acreditamos que, dado o enorme sucesso da série *As religiões do Rio*, que fora editada pela primeira vez em 1904, no livro de mesmo título, João do Rio pode ter passado a escrever

em séries de crônicas temáticas para os jornais, pensando também nas posteriores publicações de seus textos em livros, aproximando-se ao modelo de “coleção”, estimado pelo livreiro-editor. Em 1908, o livro *As religiões do Rio* alcançava a sua sétima edição, como consta na lista das “Obras do autor”, contida em *A alma encantadora das ruas*. De acordo com a nossa hipótese, o autor teria encontrado, na editora dos irmãos Garnier, uma aliada para a publicação contínua. A famosa casa de impressão, por sua vez, pode ter visto nas crônicas do talentoso João do Rio oportunidades de lucro com a venda de livros.

Hallewell (2005) acrescenta ainda o fato de a Garnier não se interessar por escritores novos, privilegiando a publicação de nomes consagrados, cujas obras teriam “venda segura”; tratar-se-ia de um modo de garantir o sucesso dos livros e, sobretudo, das vendas dos exemplares (Idem, p. 259). O fato de Hippolyte ter investido muito na publicação das obras de João do Rio – um jovem e iniciante na carreira das letras – leva-nos a crer que ele teria algum conselheiro que cuidava das novas contratações, talvez o próprio gerente da Garnier no Brasil, Julien Lansac, fosse o responsável pelos novos investimentos da editora.

Foi após a publicação de *A profissão de Jaques Pedreira*, em 1911, que João do Rio rompeu o contrato vitalício com a Garnier. Além de o volume ter chegado atrasado em razão da morte de Hippolyte Garnier em Paris, o livro teria muitos erros de impressão e dois capítulos faltantes, que levaram o autor a iniciar uma ação judicial contra o sobrinho-neto do falecido, Auguste Emile Garnier – filho de Baptiste Garnier²⁶ – para “total destruição da obra” (RODRIGUES, 1996, p. 154). Não se sabe ainda o motivo dos erros cometidos pela Garnier e ainda há dúvidas quanto ao real desaparecimento dos dois capítulos. *A profissão de Jaques Pedreira* foi, como afirma Rodrigues (1996, p. 156), “o livro maldito deste criador de *best-sellers*”.

Aprofundando mais na estrutura de *A alma encantadora das ruas*, mostramos, no quadro seguinte, os textos distribuídos entre as cinco partes que compõem o livro:

²⁶ Fonte: GRANJA, L. Ente *homens* e livros: contribuições para a história da livraria Garnier no Brasil. In: *Livro*. Revista do núcleo de estudos do livro e da edição, São Paulo: Ateliê Editorial, n. 3. No prelo.

Tabela 3: Quadro das partes e crônicas do livro *A alma encantadora das ruas* (1908).

Partes	Crônicas
<i>A rua</i>	A rua
<i>O que se vê nas ruas</i>	Pequenas profissões; Os tatuadores; Orações; Os urubus; Os mercadores de livros e a leitura das ruas; A pintura das ruas; Taboetas; Visões d'ópio; Músicos ambulantes; Velhos cocheiros; Presepes; Como se ouve a missa do 'galo'; Cordões.
<i>Três aspectos da miséria</i>	As mariposas do luxo; Os trabalhadores da estiva; A fome negra; Sono calmo; As mulheres mendigas; Os que começam...;
<i>Onde às vezes termina a rua</i>	Crimes de amor; A galeria superior; O dia das visitas; Versos de presos; As quatro ideias capitais dos presos; As mulheres detentas
<i>A musa das ruas</i>	A musa das ruas

Das seis crônicas que formaram, no jornal, a série *A pobre gente*, as únicas não editadas no livro foram “A miséria cínica” e “As maçonarias de exploração”. Assim como a crônica “As mulheres mendigas”, essas últimas estavam inseridas no subtítulo “Entre os mendigos”, que compunha a série no jornal²⁷. Já “A fome negra” e “As mariposas do luxo”, que também se inserem na parte “Três aspectos da miséria”, como as demais crônicas que passaram do jornal ao livro, aparecem avulsamente na *Gazeta*.

No primeiro “agrupamento temático” (“O que se vê nas ruas”), nomenclatura que tomamos emprestada de Rodrigues (1996, p. 69), dada às partes que compõem o livro, João do Rio descreve as “pequenas profissões” que podiam ser encontradas nas ruas do Rio de Janeiro. Já em “Onde às vezes termina a rua”, último agrupamento, o autor explora o mundo das penitenciárias. As crônicas dessa última parte foram retiradas da série de reportagens sobre a “Casa de Detenção”, realizada por João do Rio, intitulada *Nos jardins do crime*, publicadas pela *Gazeta de Notícias* (Idem, p. 70). Diferentemente do ocorrido com as crônicas de *A pobre gente*, os seis textos dessa série foram para *A alma encantadora das ruas*.

Em “Três aspectos da miséria”, agrupamento no qual se encontram as quatro crônicas que passaram do jornal ao livro, o repórter chama a atenção para o tema da mendicância, em “As mulheres mendigas”, e engloba: a exploração das crianças para essa finalidade com a crônica “Os que começam...”; a prostituição, também presente em “As mulheres mendigas”; a exploração dos trabalhadores operários e das mulheres trabalhadoras, com “Os trabalhadores da estiva” e “As mariposas do luxo”; finalmente, a miséria que, embora permeie todas as

²⁷ Comentamos essa subdivisão da série no jornal, de forma mais detalhada, no capítulo “Diálogo do jornal com as crônicas” deste trabalho.

narrativas, é o tema central de “A fome negra”. Desse modo, podemos concordar com a breve análise de Rodrigues (1996, p. 69-70), que atribui aos três aspectos da miséria, abordados por João do Rio, os “problemas sociais da prostituição, da exploração de operários, da verdadeira e da falsa mendicância” (RODRIGUES, 1996, p. 70).

O número de crônicas contidas nas duas partes, ou agrupamentos temáticos, “O que se vê nas ruas” e “Três aspectos da miséria” chamou a nossa atenção. Em “O que se vê nas ruas” há um número maior de crônicas, um total de quatorze, contra seis, presentes tanto em “Três aspectos da miséria” quanto em “Onde às vezes termina a rua”. Corrobora também a nossa desconfiança em relação à distribuição não balanceada dos textos no livro, a omissão das crônicas “A miséria cínica” e “As maçonarias de exploração” da parte denominada “Três aspectos da miséria”. Essas questões, além das expostas até este momento, nos guiaram no desenvolvimento de nossa análise a respeito da passagem das crônicas do jornal ao livro, pois nos levam a refletir a respeito do motivo pelo qual essas escolhas foram feitas e o que elas acarretaram para o todo significativo do livro.

Possivelmente, *A alma encantadora das ruas* foi pensada pelo próprio João do Rio, com a intenção de manter sempre viva na memória, nos âmbitos local e nacional, a fisionomia da Capital e de sua gente. Esse livro representaria um importante momento histórico-social do Rio de Janeiro e do país. Não seria conveniente, para essa finalidade, ressaltar os aspectos que não enobreciam a cidade e seu povo, como o predomínio da pobreza, tão ressaltada na série *A pobre gente* e nas duas crônicas que não foram ao livro, “A miséria cínica” e “As maçonarias de exploração”. Nessas duas crônicas, narrador explora o vasto mundo dos mendigos e dos tipos que se fingiam doentes e necessitados para conseguir esmola, intitulados verdadeiros “atores” por João do Rio, aprendizes da “maçonaria de exploração”. Vale lembrar, aqui, o valor positivo do trabalho em relação ao estabelecimento do caráter do indivíduo (CHALHOUB, 1996, p. 22).

Além do nome da série, que traz a pobreza em primeiro plano, cada crônica é, igualmente, uma pequena evidência que, juntas, traduzem o estado calamitoso da cidade do Rio de Janeiro, no tocante à negligência das autoridades municipais em relação aos miseráveis. Ora, a “alma encantadora”, evocada por João do Rio, no livro, não deixa de contemplar o lado desagradável da cidade, mas traz, como primeira intenção, ao contrário da série, as diferenças sociais como um aspecto comum e presente na cidade da *belle-époque* brasileira. A rua, para ele, é “ser vivo e imóvel” (RIO, 1908, p. 9), e tanto as ruas do Rio de Janeiro quanto as de Paris, de Londres ou de Buenos Aires, “[...] a rua é agasalhadora da miséria” (Idem, p. 4). No livro *Vida vertiginosa*, João do Rio confirma nossa hipótese a

respeito do motivo da publicação de *A alma encantadora das ruas* e mostra que, o registro da cidade, dos costumes e de sua gente era um projeto realizado em mais de uma de suas obras:

Este livro, como quantos venho publicando, tem a preocupação do momento. Talvez mais que os outros. O seu desejo ou a sua vaidade é trazer uma contribuição de análise à época contemporânea, suscitando um pouco de interesse histórico sob o mais curioso período da nossa vida social que é o da transformação atual de usos, costumes e ideias (RIO, 2006, p. 5).

O livro, portanto, com propósito de fazer perdurar no tempo um momento de grandes acontecimentos na Capital Federal, amenizou as dissonâncias, existentes nas ruas da cidade, que a série *A pobre gente* divulgava quase diariamente.

João do Rio dedicou *A alma encantadora das ruas* ao jornalista, historiador, filólogo, crítico e membro da Academia Brasileira de Letras (em 1898), João Ribeiro²⁸. “Profunda admiração”, escreveu João do Rio ao, então, célebre autor, o qual, provavelmente, havia aprovado, previamente, o ato de seu admirador. Esse fato acrescenta um argumento à consideração de *Alma encantadora das ruas* como obra literária, tal e qual o fazem os dizeres das propagandas da *Gazeta* e a sua classificação no “Catálogo” de obras da Garnier. Afinal, “O dedicatário é sempre, de alguma maneira, responsável pela obra que lhe é dedicada e à qual ele leva, *volens nolens*, um pouco de seu apoio e, portanto, de sua participação (GENETTE, 2009, p. 124).

Apontamos, ao longo de todo o trabalho, a importância dos paratextos (títulos, notas, dedicatórias, epígrafes, prefácios, etc.) como presenças, na obra, que garantem a sua existência, muitas vezes dialogando e fazendo referência ao texto, no caso do livro, tornando-o receptivo ao leitor (GENETTE, 2009). Embora o termo faça referência, especificamente, ao livro, constatamos elementos, no jornal, que manifestam função similar, pois ressaltam, no caso dos reclames de divulgação da série de João do Rio, os seus escritos em meio à diversidade de textos ali presentes, além de chamarem o leitor/consumidor do jornal para a apreciação da nova atração do dia.

Assim como a dedicatória, a epígrafe pode comunicar ao leitor informações relevantes sobre o texto. A frase de Jerome K. Jerome, que se encontra na folha de rosto de *A alma encantadora das ruas*, não segue a posição mais comumente utilizada, após a dedicatória e mais próxima do texto (GENETTE, 2009, p. 133), mas, ainda mostra uma intenção que pode ser lida como sendo a do autor/narrador em relação à obra e da obra em relação aos leitores:

²⁸ Mais informações a respeito do autor no site da Academia Brasileira de Letras: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=293>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

“Este é um livro sensato. É um livro para melhorar seu espírito. Não te conto tudo o que sei porque não quero te atolar em conhecimento...”²⁹ (RIO, 1908, tradução nossa). Se acreditarmos na epígrafe do livro, a de que ele não quer encher o leitor de conhecimento, podemos pensar que o caráter mais informativo das crônicas no jornal precisa ser substituído ou transformado no livro. O autor mesmo, na crônica de abertura “A rua”, descarta os dicionários e as enciclopédias, fontes, por excelência, de busca pelo “conhecimento”, ao tentar encontrar uma definição de “rua” que fosse mais além de seu aspecto físico:

Os dicionários só são considerados fontes fáceis de completo saber pelos que nunca os folhearam. Abri o primeiro, abri o segundo, abri dez, vinte enciclopédias, manuseei in-folios especiais de curiosidade. A rua era para eles apenas um alinhado de fachadas, por onde se anda nas povoações...(RIO, 1908, p. 4).

Assim, João do Rio e/ou seu editor abriram espaço, na edição em livro, para um novo modo de apreciação das crônicas, que não se encontravam mais entre as matérias efêmeras dos periódicos. No jornal, mesmo que retomando a prática da “reunião por memória”, a qual os leitores herdaram do “romance em fatias”, a possibilidade da releitura era muito menor do que no livro. Publicadas em volume, as crônicas comporiam “um livro sensato”, “para melhorar o espírito”, ou seja, o leitor experimentaria sensações semelhantes às experimentadas pelo narrador em seu passeio pela cidade, possibilitadas, em muito, pelos novos arranjos na leitura, propiciados pela forma livro e pela reunião dos textos. Assim, o leitor ia reconstruindo, aos poucos, o seu saber sobre as vielas desconhecidas de sua cidade, unindo, ao seu conhecimento prévio, a nova experiência possibilitada pela leitura, acompanhada por pausas, retomadas, releituras, anotações, avanço, etc.

A experiência do leitor, no entanto, não estaria isenta de “obstáculos”, construídos pela própria configuração do livro. O percurso apontado pelas divisões do livro, pelos microtemas definidos em cada parte e pelas duas crônicas, que iniciam e fecham o livro (“A rua” e “A musa das ruas”), conduziriam o manejo (leitura e interrupções) da obra: “Manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis” (CHARTIER, 1998, p. 8).

Poderíamos questionar, no entanto, a liberdade do leitor em relação às crônicas do jornal, uma vez que, como vimos nos capítulos anteriores, a *Gazeta de Notícias* não poupou os espaços de suas estreitas colunas para os títulos e subtítulos que chamavam atenção para a

²⁹ Tradução da epígrafe original em inglês: *This is a sensible book. This is a book to improve your mind. I do not tell you all I know, because I do not want to swamp you with knowledge.*

presença da série *A pobre gente* nos dias de sua publicação. Não seria a divisão realizada entre as crônicas e o restante dos textos do jornal uma forma de conduzir o olhar do leitor para uma das importantes atrações do dia, cerceando, assim como o livro, o contato do leitor com os textos? Para respondermos a essa questão, acrescentamos mais uma informação a respeito da relação leitor/jornal: no dia da publicação de cada crônica, o leitor que acompanhava a série já a esperava, pois os reclames divulgados nos dias anteriores o haviam alertado para a próxima divulgação da série. As desculpas publicadas, em notas, dirigidas aos leitores, nas ocasiões de atraso na publicação de algumas crônicas, também confirmam a nossa hipótese sobre a prévia expectativa do leitor em torno da série. Tratava-se, neste caso, de um leitor ideal, que acompanhava assiduamente a *Gazeta de Notícias* e conhecia a rotina de suas publicações. Acreditamos, portanto, que os títulos e chamadas no periódico, diferentemente das “partes” e dos títulos que nomeiam as mesmas crônicas no livro, acabavam funcionando mais como um apelo ao texto que se quer vender, do que como uma forma de orientação para um caminho de leitura a ser seguido.

Se, por um lado, o leitor teria, em *A alma encantadora das ruas*, uma liberdade maior para experimentar as virtudes e os vícios da Capital, em razão, por exemplo, da possibilidade de uma “reapreciação” das crônicas, por outro, o livro não dava a oportunidade de uma resposta ao que foi lido, como ocorria na *Gazeta de Notícias*, que abria esse espaço de comunicação com o público. As respostas dadas pelos leitores do jornal às publicações de João do Rio não intervinham diretamente no formato das crônicas, mas poderiam contribuir com novas atribuições de sentido a elas e ao todo do jornal, pois um terceiro leitor que lesse os comentários divulgados no dia seguinte ao da crônica poderia acrescentar novas ideias às informações adquiridas com a leitura da série e dos outros textos divulgados pelo periódico. Além disso, os *feedbacks* dados pelos leitores também deveriam ser levados em conta para a decisão sobre a próxima crônica que seria escolhida para ser publicada pela *Gazeta* e sobre a continuação ou não da série *A pobre gente* no periódico.

Vale acrescentar também que no início do século XX, com exceção do espaço destinado às propagandas, geralmente mais concentradas nas últimas páginas, e do folhetim, os jornais ainda não apresentavam as configurações que hoje lhes são comuns, com a separação das seções em cadernos, por exemplo; em 1904, a *Gazeta* seguia o padrão dos textos dispostos em sequência nas folhas do jornal, separados por títulos ou por pequenos traços. Essa disposição das publicações na página do periódico provavelmente influenciava o modo de leitura e de apreensão das informações publicadas no dia, já que os leitores tenderiam a percorrer com o olhar cada rubrica do jornal para selecionar o que lhe interessava.

Por conseguinte, quando acrescentada a opinião de um leitor em uma das colunas do jornal, a contribuição semântica ao periódico como um todo, às crônicas e, inclusive, à própria série *A pobre gente* era muito maior se comparada à que seria resultante de um comentário publicado dentro de uma seção do jornal que poderia ser lida isoladamente.

Ainda sobre a apreciação das crônicas no jornal, lembramos as características que as ligam aos *fait divers*. As imagens construídas a partir da escolha de determinados pontos de vista do narrador, as descrições dos cenários, construtores de ambientações capazes de suscitar, no leitor, a sensação de estarem acompanhando o narrador na apuração do fato, as caricaturas dos personagens, além de outros elementos, tudo isso aproxima ambas narrativas de supostos registros fiéis da realidade; são os “efeitos de real” que ressignificam os fatos por meio da conotação (BARTHES, 1872). Só é possível fazermos esse tipo de comparação entre as crônicas-reportagens e os *faits-divers* porque ambos encontram-se no mesmo contexto de produção dos enunciados. Com a passagem das crônicas ao livro, os mesmos efeitos são preservados, mas adquirem novos sentidos, pois o texto, nesse formato, encontra-se cerceado por uma nova configuração. Só é possível percebermos essa diferença na leitura dos mesmos textos fazendo a análise, chamada por Perini (1995), “pragmática” dos conteúdos, ou seja, uma análise que leva em consideração os fatores extralinguísticos, como o contexto da enunciação e o conhecimento prévio dos interlocutores, para a apreensão do significado final dos enunciados (PERINI, 1995, p.242). Levando-se em consideração a materialidade na qual está inserido o texto, é possível percebermos as intenções, nele incutidas, tanto por parte do autor quanto da editora.

As crônicas “A rua” e “A musa das ruas”, que abrem e fecham o livro, nessa ordem, são homônimas das partes do livro às quais pertencem, como pode ser observado na “Tabela 3”. Na primeira, João do Rio expressa a sua admiração e amor pela rua, que, assim como os homens, seria dotada de vícios e virtudes: “Eu fui um pouco esse tipo complexo, e, talvez por isso, cada rua é para mim um ser vivo e imóvel”, confessa João do Rio. Ao longo da crônica, ele apresenta as características de algumas ruas do Rio de Janeiro, de seus habitantes, e delinea a “alma encantadora”, expressão antecipada pelo título da obra, contida em cada uma. Na segunda parte, entre versinhos, em sua maioria, populares, ele fala da rua como musa inspiradora. As partes que iniciam e fecham o livro delimitam fisicamente, no plano simbólico, o passeio para o qual o leitor é convidado, pelas já conhecidas ruas do Rio de Janeiro, experimentando, junto ao narrador, um verdadeiro guia, todas as aventuras e perigos, oferecidos por aquelas vias.

O livro *A alma encantadora das ruas* é formado por textos os quais, a exemplo dos contidos na série, apresentam uma mescla de características de diferentes gêneros. A crônica de abertura do livro, “A rua”, por exemplo, tinha sido, originalmente, uma conferência, proferida por João do Rio, na ocasião das comemorações realizadas no contexto da conclusão da grande reforma urbana, ocorrida no Rio de Janeiro. No dia seguinte à conferência,³⁰ em 29 de outubro de 1905, a *Gazeta de Notícias* publicou o mesmo texto declamado por João do Rio naquela ocasião, desta vez, intercalando comentários de um narrador anônimo, que se mostra entusiasmado com a atuação do “conferencista”. No excerto abaixo, verificamos a mescla das duas vozes – João do Rio e narrador – que se segue ao longo das três colunas ocupadas pela publicação:

Quatro horas da tarde. A sala do Instituto de Música está cheia. Leques agitam-se vagarosamente, como se ali dentro houvesse um bando de borboletas batendo as asas.

João do Rio aparece. Uma salva de palmas ressoa. O conferencista começa a falar. Um sorriso sutil, leve, vagaroso, paira em todos os lábios. Por todo o salão cintila deliciosamente um punhado de coisas alegres e finas, uma chuva de paradoxos de erudição brilhante, de frases faiscantes. Toda a gente sente um sangue novo nas veias, um friosinho de gozo a cada palavra que faísca, a cada período que brilha.

O conferencista começa dizendo: ‘Eu amo a rua. Esse sentimento, de natureza toda íntima, não vos seria revelado por mim nesta hora de palestra amável, se eu não tivesse razões para julgar que esse amor, assim exagerado e assim fatal, é partilhado por todos vós’ (*Gazeta de Notícias*, “Conferência literária – A rua”, 29 de outubro de 1905, p. 5-6, grifo nosso).
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A intrusão do narrador aumenta ainda mais o apelo emocional da palestra por ele transcrita. A descrição do ambiente, que transmite uma sensação de harmonia e entusiasmo, contribui para a exaltação do projeto de reconstrução da Capital bem como para a boa impressão que se pretendia passar de João do Rio – homem que falaria da rua com propriedade de alguém que a tem como objeto de estudo. O nome do cronista destacado em itálico revela-nos o enorme prestígio dado ao autor pelo jornal.

Quando comparadas as duas versões de “A rua”, a do jornal, que remete ao discurso proferido por João do Rio, e a do livro, percebe-se que as alterações realizadas podem mudar a interpretação que se faria do mesmo texto. Algumas passagens do texto do jornal parecem parafrasear o discurso de João do Rio, que deve ter deixado na *Gazeta* uma espécie de cópia

³⁰ Ainda que não exista nenhuma informação a respeito do dia exato da conferência proferida por João do Rio no texto publicado na *Gazeta de Notícias*, levamos em consideração a periodicidade do jornal para a hipótese do dia exato da apresentação. Por se tratar de um periódico diário, supomos que o texto do jornal refere-se ao acontecimento do dia anterior, às quatro horas da tarde, conforme informa o trecho inicial da publicação.

ou rascunho dessa fala. Temos a impressão, em muitas partes do texto, de que o jornalista que redigiu a sua versão no jornal tinha o texto de João do Rio em mãos no momento da escrita, tamanha a semelhança de algumas partes, que se confundem com o seu próprio discurso por não terem sido separadas pelas aspas no periódico.

Ainda sobre o texto inicial de *A alma encantadora das ruas*, chamou-nos a atenção o pronome “vós”, utilizado por João do Rio. No jornal, refere-se claramente ao público que assistira ao discurso do autor, enquanto, no livro, dirige-se, em uma possível interpretação, aos seus próprios leitores. Esta diferença na atribuição de sentido ao pronome é possível, pois inexiste, no livro, uma nota explicativa da origem do texto, sendo provável que muitos leitores desconhecessem a sua forma e intenção primeiras do escrito.

Outras mudanças continuam a ser observadas nas crônicas passadas da série ao livro. Destacamos, de início, a ocorrida nos títulos de duas crônicas-reportagem: “A exploração das crianças” passou a denominar-se, no livro, “Os que começam...” e “No sono da miséria” intitula-se, no livro, “Sono calmo”. Estas mudanças promoveram a quebra na ênfase ao sensacionalismo, provocado pelos vocábulos “exploração”, “criança” e “miséria”, que constroem uma imagem pautada no apelo emocional. Em “Os que começam”, o leitor é levado a buscar, com a leitura do texto, o assunto por ele tratado, pois há a necessidade de preenchimento de uma lacuna informacional do título, em razão de sua linguagem menos alusiva; o mesmo ocorre em “Sono calmo” sem o complemento “da miséria”. Assim, mais uma vez, atentamos para o tipo de leitura a que o livro *A alma encantadora das ruas* é destinado, muito distinta da rapidez, típica dos suportes de comunicação em massa.

A pontuação, muitas vezes omissa no jornal, está presente no livro ou é trocada por outro tipo de marca. Em razão do desgaste da folha do jornal, muitas vírgulas podem ter sido apagadas, impedindo-nos de uma avaliação exata. Entretanto, é notória a baixa quantidade desse sinal nas crônicas do jornal quando comparadas às do livro. Algumas trocas são bastante evidentes, como a que ocorre no seguinte período de “As mulheres mendigas”: “Encontrei duas moças – uma de Minas, outra da Bahia – Albertina e Josepha [...]” (RIO, 1908, p. 197). No jornal, ao invés dos travessões, o que separa os dois locais de origem das personagens citadas são as vírgulas, contribuindo para a redução do espaço ocupado pela crônica nas colunas do jornal. A escrita dos numerais também se diferencia nos dois veículos. Alguns numerais, que, no livro, foram inscritos por extenso, no jornal, aparecem em algarismos.

É evidente que não podemos afirmar que estas trocas dos sinais de pontuação foram intencionais; muitas podem ter sido ocasionadas por erros de impressão. Entretanto, com as

supressões e trocas efetuadas nos sinais gráficos das crônicas de João do Rio no jornal, sua leitura torna-se mais ágil, quando comparada àquela realizada no livro. Esse ritmo acelerado do jornal acompanha a velocidade dos novos tempos e dos acontecimentos cotidianos, narrados nas notícias e analisados nas crônicas-reportagem de João do Rio.

As diferenças na pontuação dos textos podem ser também indícios do modo como ocorria a apreensão de sua significação. Quando deparado com uma quantidade menor de pausas, como comentamos anteriormente, o leitor tende a realizar uma leitura mais rápida e a velocidade com que ele percorre as palavras no texto é maior. Destarte, as pausas ocasionadas pelos símbolos gráficos no livro concederiam espaço para que o leitor apreciasse mais calmamente o que foi lido. Embora o jornal não propiciasse uma leitura mais lenta das reportagens de João do Rio, os comentários, dos leitores, publicados a respeito da série levam-nos a pensar que a possibilidade da comunicação com o jornal no dia seguinte poderia compensar a rapidez com que as crônicas eram apreciadas.

Outro aspecto do livro a ser notado é a divisão das crônicas em “microtemas”, que correspondiam a cada parte do livro. Essa organização poderia funcionar como um guia para o leitor no manuseio do livro, tornando a leitura e a procura dos assuntos desejados mais fáceis e rápidas. Isso dito, relembramos a nossa hipótese sobre a passagem das crônicas do jornal ao livro. Uma obra elaborada para que fosse referência nas futuras pesquisas sobre um momento importante da história da Capital Federal deveria apresentar uma organização que facilitasse a consulta e que pudesse ser apreciada futuramente.

Conforme constatamos, a maioria das crônicas que foram do jornal ao livro não sofreram muitas mudanças no vocabulário. Parece que foram pensadas para serem publicadas em livro ainda no processo de escrita do autor para o jornal. A crônica “No sono da miséria” foi a única na qual pudemos detectar grandes transformações de conteúdo. Conforme comentamos, as diferenças entre as versões do jornal e do livro iniciam-se, nessa crônica, desde o título – de “No sono da miséria” para o irônico “Sono calmo”. No primeiro parágrafo, as diferenças já são notórias. Reproduzimos, adiante, os primeiros parágrafos correspondentes às versões da crônica-reportagem no livro e no jornal, nessa ordem. Nossa transcrição parou no mesmo ponto nas duas versões:

Tabela 4: Trechos equivalentes das versões “Sono calmo” e “No sono da miséria”.

Os delegados de polícia são de vez em quando uns homens amáveis. Esses cavalheiros chegam mesmo, ao cabo de certo tempo, a conhecer um pouco da sua	Naquela noite, o delegado concedera-me a ordenança para visitar os albergues e as hospedarias suspeitas. Era a noite de sexta-feira
---	---

profissão e um pouco do trágico horror que a miséria tece na sombra da noite por essa misteriosa cidade. Um delegado, outro dia, conversando dos aspectos sórdidos do Rio, teve a amabilidade de dizer:

— Quer vir comigo visitar esses circuitos infernais?

Não sei se o delegado quis dar-me apenas a nota mundana de visitar a miséria, ou se realmente, como Virgílio, o seu desejo era guiar-me através de uns tantos círculos de pavor, que fossem outros tantos ensinamentos. Lembrei-me que Oscar Wilde também visitara as hospedarias da má fama e que Jean Lorrain se fazia passar aos olhos dos ingênuos como tendo acompanhado os grão-duques russos nas peregrinações perigosas que Goron guiava.

Era tudo quanto há de mais literário e de mais batido. Nas peças francesas há dez anos já aparece o jornalista que conduz a gente chique aos lugares macabros; em Paris, os repórteres do “Journal” andam acompanhados de um apache autêntico. Eu repetira apenas em gesto que é quase uma lei. Aceitei.

A hora da noite quando cheguei à delegacia, a autoridade ordenara uma caça aos “pivetes”, pobres garotos sem teto, e preparava-se para a excursão com dois amigos, um bacharel e um adido de legação, tagarela e ingênuo.

O bacharel estava comovido. O adido assegurava que há miséria só na Europa — porque a miséria é proporcional à civilização. Ambos de casaca davam ao rele interior do posto um aspecto estranho. O delegado sorria, preparando com o interesse de um “maitre-hotel” o cardápio das nossas sensações.

Afinal ergueu a bengala.

— Em marcha!

Descemos todos, acompanhados de um cabo de polícia e de dois agentes secretos — um dos quais zanaga, com o rosto grosso de calabrês. É perigoso entrar só nos covis horrendos, nos trágicos asilos da miséria. Íamos caminhando pela Rua da Misericórdia, hesitantes ainda diante das lanternas com vidros vermelhos. Às esquinas, grupos de vagabundos e desordeiros desapareciam ao nosso apontar, e, afundando o olhar pelos becos estreitos em que a rua parece vazar a sua imundície, por aquela rede de becos, víamos outras lanternas em forma de foice, iluminando portas equívocas. Havia casas de um pavimento só, de dois, de

santa para sábado de aleluia. É costume antigo entre larápios, gatunos e mendigos passar essa noite ao abrigo da polícia. Alguns fazem grupos de quatro e cinco, compram bebidas, vão romper a aleluia em deboches trágicos e as hospedarias nessa madrugada, quando não sofrem o conflito dos alcoolizados, veem as portas forçadas pelos agentes da segurança à caça de algum malandro criminoso. Certos proprietários, coniventes nos roubos, previnem os albergados por sinais, há fugas pelos telhados, esconderijos que qualquer secreta conhece, outros sujeitam-se, desbriadamente, à busca, mas é sempre fatal encontrar repletas as hospedarias nessa madrugada de abril. Os bandidos, almas primitivas e sórdidas, cuja religiosidade é nenhuma, fazem da manhã de sábado da ascensão do Senhor a hora do descanso debochado e vão depois do roubo nas igrejas, após a renda das esmolas à porta dos templos, impelidos por um estranho instinto.

É perigoso entrar só nesse dia nos covis horrendos. O delegado, cheio de bondade, fizera-me acompanhar de um soldado vigoroso com a ordem de fazer abrir todos os trágicos asilos da miséria e da infâmia. Era uma hora da noite. Descemos a rua da Misericórdia, eu ainda hesitando diante das lanternas com vidros vermelhos. Às esquinas grupos de vagabundos e desordeiros parolavam, e afundando o olhar pelos becos estreitos em que a rua parece vazar a sua imundície, por aquela rede de becos, víamos outras lanternas em forma de foice alumando portas equívocas. Havia casas de um pavimento só, de dois, de três, negras, fechadas, hermeticamente fechadas, pegadas uma à outra, fronteiras, confundindo a luz das lanternas e a sombra dos balcões. O passo do soldado ressoava forte nos lajedos desiguais e arrebatados. A rua mal alumada tinha candeeiros quebrados, sem a capa Auer, de modo que a brancura de uns focos envermelhecia mais a chama pisca dos outros. Os prédios antigos agarravam-se uns aos outros, amparavam-se com as fachadas esborcinadas. De repente, uma porta abria, tragando na treva dos corredores algum retardatário, trechos da calçada imersos na escuridão encobriam cafajestes de bombacha branca,

três; negras, fechadas, hermeticamente fechadas, pegadas uma à outra, fronteiras, confundindo a luz das lanternas e a sombra dos balcões. Os nossos passos ressoavam num desencontro nos lajedos quebrados. A rua, mal iluminada, tinha candeeiros quebrados, sem a capa *Auer*, de modo que a brancura de uns focos envermelhecia mais a chama pisca dos outros. Os prédios antigos pareciam ampararem-se mutuamente, com as fachadas esborcinadas, arrebatadas algumas. De repente uma porta abria, tragando, num som cavo, algum retardatário.

Trechos inteiros da calçada, imersos na escuridão, encobriam cafajestes de bombacha branca, gingando, e constantemente o monótono apito do guarda noturno trilava, corria como um arrepio na artéria do susto, para logo outro responder mais longe e mais longe ainda outro ecoar o seu aspecto trilo. No alto, o céu era misericordiosamente estrelado, e uma doce tranquilidade parecia escorrer do infinito.

— Há muitos desses covis espalhados pela cidade? indagou o advogado, abotoando o mac-farlane

(RIO, 1908, p. 183-185).

gingando, e constantemente o monótono apito do guarda noturno trilava, corria como um arrepio na artéria de susto, outro respondia e mais longe ainda o apagado eco de outro rouquejava.

No alto, o céu era misericordiosamente estrelado. Atirei-me pelos becos, hesitante.

— Há muitos desses covis espalhados pela cidade?

(*Gazeta de Notícias*, “No sono da miséria”, 10 de junho de 1904). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

No livro, o início da narrativa parece prolongar-se mais do que a sua respectiva versão no jornal. Em “Sono calmo”, João do Rio inicia a sua exposição demorando-se nos comentários a respeito do momento inicial de sua jornada, ainda na delegacia, e cita dois nomes da Literatura da *belle-époque*, Oscar Wilde e Jean Lorrain (pseudônimo de Paul Duval), os quais não foram mencionados na versão da crônica no jornal. Em “No sono da miséria”, por sua vez, João do Rio inicia a exposição do assunto proposto para a crônica – a visita às hospedarias – de maneira mais direta, levando o leitor, já nas primeiras linhas, ao momento de sua aventura.

Embora a versão do texto no jornal se inicie de maneira mais direta, ela continua apresentando características que o aproximam do *fait-divers*, como as formas romaneadas “Era noite de sexta-feira” e “Naquela noite”, a descrição do local para a criação de uma ambientação soturna e os diálogos com os tipos encontrados na velha hospedaria. A falta dos nomes dos dois autores na crônica do jornal nos remete aos diferentes públicos aos quais o jornal e o livro eram destinados; supostamente, os leitores do livro poderiam ter conhecimento prévio a respeito dos dois literatos, a um passo que, os do jornal, de diferentes classes sociais,

poderia não conhecê-los. A imagem idealizada feita dos leitores do livro pode ter contribuído com a decisão do autor em inserir os nomes dos famosos escritores.

Ao longo de “Sono calmo”, pequenas mudanças foram realizadas no texto que não chegaram a comprometer a transmissão do sentido de seu todo, mas que adicionaram sentido em pequenas partes. O diálogo ao final do trecho acima, retirado do livro, tem informações que complementam a construção da imagem do advogado: ficamos sabendo, ao ler a crônica no livro, que ele vestia um *fac-farlane*. Em outro momento, as duas versões diferenciam-se quanto à paragrafação (terceira e quarta citações). Abaixo, mostramos dois momentos da narrativa, um diálogo entre o agente e o adido e a descrição daqueles que dormiam na hospedaria naquela madrugada:

Tabela 5: À esquerda, trechos de “No sono da miséria”; à direita, trechos de “Sono calmo”.

— Zungas? — As hospedarias baratas têm esse nome. Saiba V. S. que a vidinha dava para um romance. (<i>Gazeta de Notícias</i>, “No sono da miséria”, 10 de junho de 1904). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.	— “Zungas?” fez o adido de legação, curioso. — As hospedarias baratas têm esse nome...Dorme-se até por cem réis. Saiba v.s. que a vidinha dava para um romance. (RIO, 1908, p. 185).
O encarregado, com toda a calma seguiu à frente, erguendo o castiçal, abriu uma porta de ferro, fechou-a de novo após a nossa passagem. E começamos a ver o rez-do-chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbas com lençóis encardidos, em que dormiam de beíço aberto, babando, marinheiros, soldados, trabalhadores de faces barbudas. Uns cobriam-se até o pescoço, outros espapaçavam-se completamente nus. Os agentes chegavam a vela bem junto das caras, vistoriavam debaixo das camas, metiam-se pelos quartos, sacudiam os homens do pesado dormir. Não havia surpresa. Esses entes acordavam e respondiam quase a roncar outra vez, porque estavam ali, lamentavelmente. — Não está aqui. Subamos! Disse o inspetor. (<i>Gazeta de Notícias</i>, “No sono da miséria”, 10 de junho de 1904). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.	O encarregado, tremendo, seguiu à frente, erguendo o castiçal. Abriu uma porta de ferro, fechou-a de novo, após a nossa passagem. E começamos a ver o rez-do-chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbas com lençóis encardidos, em que dormiam de beíço aberto, babando, marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbuda. Uns cobriam-se até o pescoço. Outros espapaçavam-se completamente nus. A mando da autoridade superior, os agentes chegavam a vela bem perto das caras, passavam a luz por baixo das camas, sacudiam os homens do pesado dormir. Não havia surpresa. Os pobres entes acordavam e respondiam, quase a roncar outra vez, a razão por que estavam ali, lamentavelmente. O bacharel estava varado, o adido tinha um ar desprendido. Não tivesse ele visitado a miséria de Londres e principalmente a de Paris! O delegado, entretanto, gozava aquele espetáculo. — Subamos! murmurou (RIO, 1908, p. 187)

O que vemos são duas versões nas quais algumas informações são invertidas, como a que diz respeito ao estado emocional do encarregado – calmo, no trecho do jornal, e tremendo, no do livro –, outras acrescentadas, como a referência a Londres e a Paris, no livro, e outras, ainda, trocadas, como os vocábulos “disse” e “murmurou”. A menção às duas cidades europeias pode estar ligada ao próprio argumento de João do Rio, exposto no texto de

abertura do livro, “A rua”, de que a miséria fazia parte das ruas de todas as grandes e importantes cidades do mundo. Diz o narrador: “[...] a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma! Em Benarès ou em Amsterdam, em Londres ou em Buenos Aires, sob os céus mais diversos, nos mais variados climas, a rua é a agasalhadora da miséria” (RIO, 1908,p. 4).

Evidentemente, precisaríamos analisar profundamente todos os textos que saíram do jornal e compuseram *A alma encantadora das ruas* para confirmarmos nossa hipótese a respeito dos motivos das mudanças operadas nos textos. Nossa exposição, entretanto, serve como ponto de partida para futuros estudos destinados à confirmação de que estaríamos diante de mais um exemplo da coexistência do repórter e do literato, mas, agora, à mostra, no plano linguístico.

O processo de adaptação da obra, quando saída das páginas do jornal para as do livro, em razão da necessidade de sua adaptação ao novo “contexto material”, pode ser lido na seguinte menção, feita pela coluna “Binóculo”, à crônica “As mariposas do Luxo”, que, de folhetim ao rodapé do periódico passou às páginas de *A alma encantadora das ruas*:

Paulo Barreto (João do Rio) escreveu aqui mesmo, nesta folha, um interessante folhetim sobre As Mariposas do Luxo, que reeditou no seu belo volume *A alma encantadora das ruas*. Que o leia a nossa gentil correspondente. As Mariposas do Luxo, são os P’tits Trottins, de Paris, as operárias das casas de modas e dos mil e um ateliers que existem (Gazeta de Notícias, “Binóculo”, 5 de setembro de 1909, p. 7) Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Ainda que os textos da série que foram ao livro não tenham sofrido modificações profundas, a sua reconfiguração, ou reedição, em um novo espaço foi o suficiente, como vimos, para um novo modo de apreciação dos mesmos, que se iniciou com a mudança de *status* dos escritos de João do Rio, realizada pelo próprio jornal.

5 CONCLUSÃO

A rapidez com que o jornal fazia circular as informações de maior relevância pode ser lida, no plano metafórico, como um reflexo do modo frenético com que a cidade passava pelas transformações em busca da almejada “civilização”. Na coluna “A cidade”, escrita por X, um dos pseudônimos de Paulo Barreto, vimos a tradução desse momento emblemático (e, também, de incertezas), pelo qual, passava a sociedade carioca. Nessa coluna, o narrador estabelecia um diálogo com as publicações do periódico, nas quais podem ser constatados esses mesmos anseios.

Pelo que pudemos constatar, a *Gazeta de Notícias* priorizou a divulgação do comentário das informações e dedicou grande espaço de suas estreitas colunas ao entretenimento, por via, principalmente, dos romances-folhetins, das crônicas, das narrativas que, a nosso ver, já se configuravam como *faits-divers* antes mesmo de essa rubrica passar a indicar mais um conteúdo rotineiro, e das reportagens. O formato fragmentado das crônicas e das publicações em série, a ação do repórter, que era enfatizada para a própria promoção do jornal, como aquele que ia averiguar os fatos para traduzi-los como matéria para a sua escrita, e as imagens construídas pelo trabalho estético com a linguagem tanto nas reportagens quanto nos *faits-divers*, são exemplos, a nosso ver, do reflexo da era do cinematógrafo, da comunicação mais rápida e da fotografia nos textos que começaram a ficar mais em evidência nas páginas do jornal.

Em pleno momento de remodelação da cidade, Paulo Barreto, com o pseudônimo João do Rio, colocou em evidência a vida dos miseráveis, os principais afetados pelas decisões governamentais em nome da modernização da cidade, como podemos verificar, por exemplo, nas campanhas para o controle das epidemias divulgadas pela *Gazeta de Notícias*. Na série *A pobre gente*, ele dialogou com as publicações do jornal, nas quais os pobres da cidade eram as personagens principais. Por meio dos inquéritos, das descrições dos ambientes e da composição das caricaturas daqueles com quem se encontrava, o narrador-João do Rio enfatizava ainda mais a opinião do periódico a respeito da pobre gente. Essas mesmas personagens estavam presentes também nos *faits-divers*, os quais, a partir da elaboração estética da narrativa, aproximava o leitor daquilo que o narrador observou ou vivenciou; características bastante marcantes nas crônicas-reportagem de João do Rio.

O modo como os textos de *A pobre gente* fazem a releitura dos fatos expostos no jornal, que já haviam sido interpretados quando publicados nas folhas cotidianas, define-os

como crônica e a sua elaboração faz dele um texto misto, entre a construção literária e o comentário da notícia. Essa mistura da reportagem e da crônica, que faz a interpretação dos conteúdos do jornal a partir da experiência do repórter, salientada na narrativa, nos levou a adotar, em muitos momentos de nosso trabalho, a nomenclatura “crônica-reportagem” para melhor definir esses textos. O caráter literário, ressaltado pela própria *Gazeta de Notícias* nas suas divulgações a respeito do livro *A alma encantadora das ruas*, assim como alguns elementos constituintes da obra são alguns exemplos que reforçam o nosso argumento a respeito da mudança de *status* das “reportagens” de *A pobre gente* para “crônica”, no processo de transposição para o livro. Entre eles estão a dedicatória ao autor João Ribeiro, o cuidado com que o exemplar foi confeccionado – versão encadernada com uma ilustração do artista Hélios Seelinger – e a classificação do livro dentro da seção “Literatura – prosa”, no catálogo de H. Garnier.

Na passagem das quatro crônicas-reportagem do jornal ao livro, evidenciamos, além da mudança de *status* mencionada, poucas alterações textuais na maioria dos textos, o que nos levou a formular a hipótese de que a publicação em livro poderia estar nos planos do autor e/ou da editora Garnier muito tempo antes, seguindo os passos do sucesso de vendas em livro da série *As religiões do Rio*.

Além das alterações realizadas na pontuação e na paragrafação dos escritos analisados, que sinalizam a diferença no ritmo da leitura entre os dois veículos, jornal e livro, e as práticas de leitura por eles proporcionadas, mostramos que a escolha das quatro crônicas da série para fazerem parte do livro pode ser indicativa do projeto editorial a ele destinado: fazer perpetuar no tempo o registro da “alma encantadora” das ruas do Rio de Janeiro. Tratar-se-ia de uma obra testemunhal, pela ótica de João do Rio, da Capital Federal do início do século XX, assim como de uma tentativa de aproximar o Rio de Janeiro das mais importantes cidades da época, principalmente as europeias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Academia Brasileira de Letras. *João Ribeiro*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=293>>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- ALENCAR, J. de. *Diva: perfil de mulher*. Rio de Janeiro: Tip. e Liv. Editora, 1903.
- _____. *A pata da gazela*. Rio de Janeiro: [T. Barreto], 1903.
- ANDRIES, L. Primeiros quadros parisienses. In: GRANJA, L; ANDRIES, L. (orgs.). *Literaturas e escritas da imprensa Brasil/França, século XIX*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013. No prelo.
- ASPERTI, C. M. A vida carioca nos jornais: Gazeta de Notícias e a defesa da crônica. *Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, p. 45-55. jul./dez. 2006. ISSN: 1806. 0498.
- ASSIS, M. de. *A semana: crônicas (1892-1893)*. Introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.
- AZEVEDO, F. C. de. A doação da Biblioteca João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura: aspectos de uma história pouco conhecida. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 233-249. set./dez. 2010.
- BARBOSA, M. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARTHES, R. O efeito do Real. In: BARTHES, R., et al. *Literatura e semiologia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.
- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BOURGET, P. *Mentiras*. Lisboa: Livraria de Antônio Maria Pereira, editor, 1898.
- BROCA, B. *A vida literária no Brasil - 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2005.
- BULHÕES, M. *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007a.
- _____. João do Rio e os gêneros jornalísticos no início do século XX. *FAMECOS*. Porto Alegre, n. 32, p.78-83. abril. 2007b. quadrimestral.
- CAMILOTTI, C. V. *João do Rio: idéias sem lugar*. Uberlândia: EDUFU, 2008.
- CANDIDO, A. *Teresina etc*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

_____. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, A. (et al). *A crônica: o gênero, sua fixação e transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro: Unicamp/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 15-22.

CANO, J. Nas trilhas da crônica: literatura e imprensa no Rio de Janeiro do século XIX. In: GRANJA, L., ANDRIES, L. (orgs.). *Literaturas e escritas da imprensa, Brasil/França, século XIX*. Campinas, SP: Editora Mercado de Letras, 2013. No prelo.

CAPARELLI, A. Identidade e alteridade nacionais: transferências culturais na imprensa brasileira do século XIX. In: GUIMARÃES, V. (org.). *Transferências culturais: o exemplo da imprensa na França e no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Edusp, 2012, p. 25-38.

CASTELO BRANCO, C. *Amor de perdição*. Pelotas, RS: Pintos & C^a – Secessores de Carlos Pinto, 1901.

CHALHOUB, S. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, S.; NEVES, M. S. de; PEREIRA, L. A. M. de. (orgs.). *Histórias em cousas miúdas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

_____. Apresentação. In:____. *Histórias em cousas miúdas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005, p. 11-22.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Tradução de Mary Del Priore. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. Do livro à leitura. In:____. et al. *Práticas de Leitura*. Introdução à edição brasileira: Alcir Pécora. Tradução de Cristiane Nascimento e Angel Bojadsen. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 77-105.

COOPER-RICHET, D.; GUIMARÃES, V. Introdução. In: GUIMARÃES, V. (org.). *Transferências culturais: o exemplo da imprensa na França e no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Edusp, 2012, p. 17-21.

COSTA, C. *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CRULS, G. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, v. 1, 1965.

DEALTRY, G. Margens da Belle Époque carioca pelo traço de Calixto Cordeiro. *ALCEU*, v. 9, n. 18, p. 117-130. jan./jun. 2009.

DAUDET, A.. *Os Reis no exílio*. Lisboa: Livraria de Antônio Maria Pereira editor, 1898.

DUMAS, F. A. *Antonina*. [S.l : s.n.], 1850.

EDMUNDO, L. Livros e livrarias. In: _____. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003. p. 431-447.

ELEUTÉRIO, M. L. de. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 83-102.

EL FAR, A. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 89-99.

ESTRADA, O. D. *Flora de Maio*. Rio de Janeiro: H. Garnier livreiro-editor, 1902.

FARIA, G. Revisitando a Belle Époque carioca. *Revista Colóquio/Letras*. Notas e comentários, n. 143/144, jan., p. 244-247, 1997.

FEBVRE, L.; MARTIN, H.-J. *O aparecimento do livro*. Tradução de Fulvia M. L. Moretto, Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista; Hucitec, 1992.

FEUILLET, O. *Romance de um moço pobre*. [S.l : s.n.], 1897.

FIGUEIREDO, P. A. *O foragido*. [S.l.: s.n.], [S.d.].

FILHO, L. G. *Uma página do Quo Vadis* [S.l.: s.n.: s.d.].

LAMARTINE, A. de. *Raphael*. [S.l : s.n.], [S.d.].

LOPES, T. *Sonho*. [S.l.: s.n.], [S.d.].

LUZ, F. *Novelas* [S.l.: s.n.], 1902.

GENETTE, G. *Paratextos editoriais*. Tradução de Álvaro Faleiros. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GERSON, B. *História das ruas do Rio: e da sua liderança na históriapolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.

GOMES, R. C. *João do Rio: vielas do vício, ruas da graça*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura, 1996.

GRANJA, L. Ente homens e livros: contribuições para a história da livraria Garnier no Brasil. In: *Livro*. Revista do núcleo de estudos do livro e da edição, São Paulo: Ateliê Editorial, n. 3. 2013. No prelo.

_____. Rio-Paris: primórdios da publicação da Literatura Brasileira *chez* Garnier. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 47, p. 81-95, jul./dez. 2013.

_____. França e Brasil: Transferências da crônica e do folhetim-variedades. In: GUIMARÃES, V. (org.). *Transferências culturais: o exemplo da imprensa na França e no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Edusp, 2012, p. 115-133.

GRANJA, L. Folhetins d'aquém e d'além-mar: a formação da crônica no Brasil. In: MOTTA, S., V.; BUSATO, S. (orgs.). *Figurações contemporâneas do espaço na literatura*. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010. p. 111-134.

GUIMARÃES, B. *A escrava Isaura*. Livraria de J. G. de Azevedo, editor, 1899.

_____. *A escrava Isaura*. Emp., Democrática Ed, 1899.

GUIMARÃES, V. Os *fait divers* na imprensa do Brasil e da França. In: GUIMARÃES, V. (org.). *Transferências culturais: o exemplo da imprensa na França e no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Edusp, 2012, p. 135-155.

_____. Os *fait divers* e as representações do *bas-fond* na Belle Époque brasileira. In: GRANJA, L.; ANDRIES, L. (orgs.). *Literaturas e escritas da imprensa Brasil/França, século XIX*. Campinas; São Paulo: Mercado das Letras. 2013. No prelo.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2005.

HEINEBERG, Ilana. A Providência, de Teixeira e Sousa, e a Aclimação do Romance-Folhetim no Brasil. In: Caminhos do Romance. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>>. Acesso em: 25/11/2023.

KOCH, P. de. *Os sete bagos de uva*. [S.l.: s.n.], 1895.

_____. *A vereda das ameixas*. [S.l.: s.n.], 1865.

LAMARTINE, A. De. *Raphael*. [S.l.: s.n.], [S.d.].

LEVIN, M. O. *As figurações do Dândi: um estudo sobre a obra de João do Rio*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

LOPES, T. *Sonho*. [S.l.: s.n.], [S.d.].

LUZ, F. [S.l.: s.n.], [S.d.].

MARQUES, X. [S.l.: s.n.], [S.d.].

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. Imprensa profissionalizada (1889 a 1930). In: _____. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 35-51.

MARTINS, W. *A palavra escrita: História do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 2001.

MEDINA, C. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. São Paulo: Summus, 1988.

MEYER, M. *Folhetim*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOLLIER, J.-Y. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural*. Tradução de Elisa Nazarian. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra imprensa. In: MARTINS, A. L., LUCA, T. R. de. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-43.

NEEDELL, J. D. *Belle-Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O'DONNELL, J. *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

O TELÉGRAFO. In: MUSEU Imperial. Petrópolis, [20--?]. Disponível em: <<http://www.museuimperial.gov.br/exposicoes-virtuais/3025.html>>. Acesso em: 17 de setembro de 2013.

RAMOS, A. F. C. Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de estalo”, 2005. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

PASSOS, G. *Horas mortas*. [S.l.: s.n.], 1901.

PEDERNEIRAS, M. *Rondas Nocturnas* [S.l.: s.n.], 1901.

PERINI, M. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. O Brasil lê. In: *Livro*. Revista do núcleo de estudos do livro e da edição. São Paulo, n. 2, p. 334-336. agosto. 2012.

_____. *Vida vertiginosa*. Edição preparada por João Carlos Rodrigues. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RODRIGUES, C. J. *João do Rio: uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

_____. *João do Rio: catálogo bibliográfico*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

SÁ, R. de. *João do Rio: à margem do modernismo?*. 1987. 236 f. Tese de Doutorado – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHAPOCHNIK, N. (Org.). *João do Rio: um dândi na Cafelândia*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

SEELINGER, H. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural Artes Visuais. [São Paulo]: Itaú Cultural 2013. Disponível em:

<http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=2026&cd_idioma=28555>. Acesso em: 23 dez. 2013.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SÜSSEKIND, F. *Cinematógrafo de letras: Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

THÉRENTY, M.-È. *La littérature au quotidien: poétiques journalistiques au XIX siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 2007.

TOMACHEVSKI, B.. Temática. In: EIKHENBAUM, Boris et al. *Teoria da literatura. Os formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1973. p. 169-204.

Fontes primárias:

CATÁLOGO Geral da Livraria Garnier. Rio de Janeiro, [19--?].

RIO, J. do.. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1908.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 1875-1956. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 20 de junho de 2013.

CRÉDITO DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Desenho vencedor do concurso para a escolha da fachada do Teatro Municipal (*Gazeta de Notícias*, primeiro de abril de 1904, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 2: Propaganda da oficina de tipografia da *Gazeta de Notícias* (*Gazeta de Notícias*, 15 de junho de 1904, p. 5). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 3: Ilustração da rotativa Marinoni (*Gazeta de Notícias*, 11 e 12 de junho de 1880, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 4: Cena do famoso "crime da rua Luiz de Camões" (*Gazeta de Notícias*, 4 de janeiro de 1904, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 5: Fotografias da Avenida Central, tiradas no dia de sua inauguração (*Gazeta de Notícias*, 15 de novembro de 1905, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 6: Trecho da publicação "Modas" (*Gazeta de Notícias*, 19 de novembro de 1905, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 7: Lista das obras oferecidas pela *Gazeta* aos assinantes (*Gazeta de Notícias*, 31 de dezembro de 1904, p. 6). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 8: Charge de comemoração ao aniversário da *Gazeta* (*Gazeta de Notícias*, 2 de agosto de 1904, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 9: Romances "Crimes de Amor" e "A Ira", dividindo o mesmo "Folhetim" (*Gazeta de Notícias*, 23 de maio de 1904, p. 3). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 10: Crônica no rodapé do jornal (*Gazeta de Notícias*, 2 de outubro de 1881, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 11: Charge anônima publicada pela *Gazeta de Notícias* (*Gazeta de Notícias*, 30 de janeiro de 1904, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 12: Charge "Nas Ruas" (*Gazeta de Notícias*, 14 de janeiro de 1904, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 13: Pequenas notícias da primeira página (*Gazeta de Notícias*, 14 de abril de 1904, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 14: Coluna "Ocorrências" (*Gazeta de Notícias*, "Ocorrências", dia primeiro de janeiro de 1904, p. 4). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 15: Exemplo de narrativa longa, muito próxima ao *fait-divers* (*Gazeta de Notícias*, "A tiros", 5 de janeiro de 1904, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 16: Coluna "Fatos diversos" (*Gazeta de Notícias*, 15 de junho de 1910, p. 4). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 17: Título do *fait-divers* a respeito do grande incêndio (*Gazeta de Notícias*, “Fogo”, 29 de maio de 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 18: Acima do título da primeira crônica da série, o traço que a separa das demais publicações do jornal (*Gazeta de Notícias*, “A miséria cínica”, 27 de maio de 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Figura 19: Manchete que traz o anúncio da crônica de abertura de *A pobre gente* (*Gazeta de Notícias*, 27 de maio de 1904, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 20: Anúncios da crônica “Os trabalhadores da estiva” (*Gazeta de Notícias*, dias 14, 15, 16, 17 e 18 de junho de 1904, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Figura 21: “Entre os mendigos – A miséria cínica”. (*Gazeta de Notícias*, 27 de maio de 1904, p. 1-2). (*Gazeta de Notícias*, 27 de maio de 1904, p. 1-2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 22: “A exploração das crianças”. (*Gazeta de Notícias*, 6 de junho de 1904, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 23: Publicação informativa a respeito do hospital da Santa Casa da Misericórdia (*Gazeta de Notícias*, 22 de fevereiro, 1904, p. 1). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 24: Informação a respeito de uma doação anônima à *Gazeta de Notícias* (*Gazeta de Notícias*, “Reclamações”, 2 de fevereiro de 1909, p. 5). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 25: Anúncios de preservativo e remédio para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (*Gazeta de Notícias*, dias 27 de abril de 1900 (p.6) e 14 de janeiro de 1904 (p. 6), respectivamente). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Figura 26: "Catálogo Geral da Livraria Garnier". Recolhido da Bibliothèque Sainte-Geneviève, s/d.

Figura 28: “Paulo Barreto em Portugal e o seu novo livro” (*Gazeta de Notícias*, “Paulo Barreto em Portugal e o seu novo livro”, 28 de janeiro de 1909, p. 2). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Figura 29: Publicação especial a respeito da excursão de João do Rio por Portugal (*Gazeta de Notícias*, “Paulo Barreto em Portugal”, 31 de janeiro de 1909). Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

ANEXO A – Transcrições, a partir do periódico *Gazeta de Notícias*, das crônicas-reportagem da série *A pobre gente*, de João do Rio.

Fonte Primária:

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro (RJ), disponível na Hemeroteca Digital Brasileira: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>³¹.

PRIMEIRA CRÔNICA

Entre os mendigos
A miséria cínica
(Publicada em 27 de maio de 1904, p. 1-2)

Há dois gêneros de miséria no Rio, a miséria cínica, exploradora e a miséria infinitamente triste, cujas palavras são dolorosos soluços. A sociedade é admiravelmente bem organizada, porque assenta no lameiro dessa vida que já não é vida. Ao lado das altas posições passa como nuvens o corvoejardos mendigos embrutecidos sob o rebrilho do luxo sofre um mundo inteiro, estortega a multidão com os membros deformados pelo trabalho brutal, com as ideias limitadas num tantálico círculo de ferro, e todos os ais, todos os soluços, todos os gritos e esses músculos crispados na ânsia de um formidável esforço parecem ter o único desejo de produzir a maravilhosa flor do nosso prazer...

Estávamos ambos de casaca. Tínhamos ceado discretamente um vinho Tokay, e Alberto, o meu incrível amigo, encontrado sempre em lugares equívocos, dizia, com mágoa, essas palavras tristes, fumando um maravilhoso havana:

— Admira esta cidade. Nós somos como Roma sob Elagabalus. Todos os vícios, todas as crenças, todos os deboches e todas as agonias. Observa, porém, as pequenas molas, o abismo em que a miséria anseia. É curioso.

Apertei o braço socialista.

— Vamos lá ver isso!

— Vamos. Começamos pela miséria cínica.

E, como se subitamente eu tivesse caído de uma altura incrível, aturdido, cheio de náuseas, tapando o nariz, sufocado, escrevendo às pressas, começamos a via-sacra da miséria. O meu amigo conhecia todos os pontos dos mendigos, dava só com eles e dava-lhes dinheiro, curava-os, tratava os monstros com um prazer de colecionador. Eu via.

Logo de madrugada, íamos às hospedarias da rua da Misericórdia, aos *zumgas*, da rua de S. Diogo, aos albergues dos becos escuros, onde se dorme aos dez e cinco tostões, e as assinaturas são ainda mais baratas. Ao meio-dia parávamos diante da Santa Casa, a ver a distribuição dos restos, e à noite, durante toda a noite, arrastava-me pelas portas das cozinhas dos hotéis caros, pelos freges do largo da Sé e a escuridão do Mercado, em busca do que chamava os belos exemplares.

³¹ Todas as transcrições realizadas a partir das fontes primárias estão com o vocabulário atualizado. Apenas a pontuação e a paragrafação foram mantidas para que seja possível a comparação entre cada versão no que diz respeito às diferenças na velocidade da leitura dos textos em ambos os veículos, jornal e livro. Em razão da falta de boa legibilidade de algumas partes dos textos retirados do jornal, a pontuação pode ter sido comprometida em alguns trechos das transcrições. Recomendamos, portanto, o acesso ao acervo da Hemeroteca Digital Brasileira para consulta.

A miséria no Rio vai num espantoso crescer. Dia-a-dia, o número de malandros aumenta, como aumenta o número dos desgraçados. A fama corre. Sabe-se em cidades europeias, a bordo dos transatlânticos, que é muito bom pedir esmola no Rio, e todas as noites, à porta dos hotéis, das dez à meia noite, a teoria dos maltrapilhos com as sacolas e as latas de banha a sacolejar, rumoreja mais forte na exigência da comida grátis.

Nessa longa travessia encontrei proprietários de casas, falsos paralíticos, pernas ulceradas à carne fresca, e um cinismo, um revoltante cinismo, que coloca esses homens fora da lei, fora da natureza e fora da sociedade. É um mundo cosmopolita e esterconário de ingleses, argentinos, alemães, italianos, espanhóis, portugueses, chineses, negros — a vasa das outras nações, o bagaço do crime, do lenocínio, da malandrice, da infâmia. Por uma boa razão de álcool, por qualquer níquel, esses monstruosos tipos contam a vida própria e indicam a dos outros, inconscientemente incapazes de compreender o horror do que dizem. Nada lhes resta do pudor, da vergonha e da dignidade. Apenas nestes seres famélicos persiste a assanhada voracidade e o terror da polícia; e matematicamente em todas as suas histórias a causa da quebra de energia resume-se em três grandes males: a Misericórdia, a Praia do Peixe e a Detenção.

A Praia do Peixe, o longo cais de águas sujas com a sua enorme fileira de botes e faluas é o grande agente de putrefação. Não há mendigo que não tenha um trecho da sua vida ligado à vida daquelas pedras onde rola o roubo, o crime, a vagabundagem, a avareza, a sensualidade baixa, a sodomia. Daquela fartura toda, do ventre aberto do rio, da orgia de alimento, quartos de boi sangrando, montanhas de verduras, rumas de peixe: da fonte de onde emana a vida da cidade saem os vermes da miséria com o seu atro cortejo. Caminhar à noite pelas *halles* viçosas e escuras, entre os corpos que roncam e o cheiro da miséria, é sentir como o pulsar de coisas sinistras, o passo deslizante dos malandros, suspiros exasperantes à sombra de pequenas infâmias. A Misericórdia é a inação, o sustento por tempo indeterminado, em camas lavadas, falando mal dos médicos e das irmãs. Meio por cento dos mendigos termina a primeira existência aí...

— Tive uma moléstia, fui para a Misericórdia. Quando saí, não me achei com ânimo de trabalhar!

E a Detenção resume a Praia e o Hospital, o cinismo do crime e a indolência alimentada, a indiferença pelo amanhã e a torpeza, o pão e o ódio. Todos os mendigos malandros são organicamente destinados a desaparecer no abismo. Esses três elementos fazem-nos, entretanto, proliferar, para que esta terra sentimental que só à vista da miséria se comove, os sustente.

O meu amigo à proporção que o quadro escurecia, tinha o cuidado de escolher a dedo os exemplares de estudo, e ainda assim, em oito dias interrogamos mais de trezentos. Há entre os desclassificados antigos gatunos, gente de bordo, emigrantes, pelotaris, serviçais de incumbências desonestas, soldados, sinetas, tísicos, boêmios cheios de falcatruas, velhos depravados, trabalhadores e um número prodigioso de antigos caftens.

Alberto dizia:

— Meu caro, vamos hoje ver os Srs. Jayme Marquez, Henri Hervey, João Schimidt, Joaquin Massé, Peralo, deflorador, Vicente Pezzi, Gonçalves Guimarães, Pedro da Silva, Wilson Vieira de Costa, José Neves, Piemond Rubens, Francisco Pio, Salaro, pelotari, Miotto Zampa, Danor Cubano, Jorge Bremen, Seraphim, Johu Crask, Max e alguns chineses... Da vida humana é a única coisa que lhes resta: o nome!

Como essas criaturas param às portas da Amazonas e do Criterium e no largo da Sé até a meia noite, partimos para a praça Tiradentes, e naquela sociedade que sai dos teatros, naquele movimento febril de grande cidade ninguém vê a tropilha ávida dos esfomeados. O meu amigo interroga Max, que veste frack, sobrecasaca e sobretudo em farrapos, mas com os bolsos em perfeito estado...

Max é alemão.

— Pagas alguma coisa?

— Uma garrafa de cachaça.

Imediatamente o cínico sorri.

— A minha história? Eh! Eh! Deixa ver dois mil réis.

Levamo-lo ao quiosque. Max bebe, senta-se à beira da calçada e conta:

— Vim para aqui com a mulher, que era húngara. Sabes? Não encontrei trabalho. A mulher foi ganhar a vida na rotula. Vida das boas! Meus amigos aconselharam-me ir buscar outra. Fui e levei-a para Buenos Aires. As duas pequenas no serviço e eu só viajando do Prata para aqui, daqui para o Prata. Mas a macaca deu. A de Buenos Aires morreu e roubaram-me as suas joias: a daqui, um canalha levou-a. Eu sou cavador. Arranjei outra que me chamou de ladrão. Eu, ladrão!

E logo uma golfada de palavrões.

— Foste preso?

— Fui. Estive na Detenção. Saí disposto a comer-lhe a tripas, mas não a encontrei. E apaixonado, e sem comer! Um dia encontrei um patrício lá no *zunga* da rua do S. Diogo. Repartiu comigo a petisqueira e indicou-me o hotel. Vim no dia seguinte com duas latas de banha e arranjei tanta comida que não saí dois dias só comendo e dormindo.

— Quanto fizeste hoje?

— Sete mil réis.

Logo Alberto faz-me cumprimentar Francisco Pio, indiano. O sórdido sujeito tem uma vozinha aflautada e vários chumaços pelo corpo que o fazem ventrudo. Eu esperta, inteligente e mendiga por precisão. A sua fortuna pode ser avaliada em cem centos.

— Vim para o Brasil como dispenseiro num navio da Liguria, em 1891. Com o dinheiro que tinha comprei chumbo e cobre para revender. Quando rebentou a revolta, parti para Nitheroy.

Aí, perde-se em descrições dolorosas. O seu trabalho carregando cadáveres ensanguentados, o horror da cidade...Essas descrições encobrem apenas o que fez em Nitheroy, o roubo em grande escala, a pilhagem dos soldados mortos, das casas abandonadas. Bruscamente, porém, vendo o nosso olhar inquisidor, cicia rápido:

— Arranjei algum dinheiro, voltei comprando uma casa no subúrbio. E comecei a viver do aluguel das duas cadeiras de engraxate.

— E as economias?

— Roubaram-me tudo! Sopra medroso.

— E a casa?

— Não me pagam os aluguéis.

— Mas se te sabem ricos?

— Todos, numa cidade tão grande?

Outro caso interessante afasta-nos do ricaço. É o Vieira da Costa. Depois de suficientemente pago, Vieira conta a sua vida de vontade calma, escabrosa. Com esse seu nome de firma comercial, chegando ao Brasil, estava a principio num armazém da Rua Larga. Brigou, saiu, alugou um prédio e sobrealugou-o às mulherinhas.

Com tantas mulherinhas, Vieira havia de arranjar alguma. Arranjou, e ali à prelo, a pequena dava-lhe de um tudo. Mas o raio morreu, ela adoeceu e foi para Misericórdia. Quando de lá saiu, não tinha mais ânimo nem esperanças. Rolou de *caften*, a batoteiro da rua de S. Jorge. A polícia perseguiu-o. Então sem mais força resolveu pedir esmola.

— Raios me partam se não é um maná. E foi-se com a lata cheia de fatias de presuntos e de pedaços de carne mal cheirosos.

Junto de nós, atraído pela conversa, de mão estendida, outro homem, com um hálito pestilento de queijo parmesão, aparecia. Era Vicente Pezzi. Este italiano foi engraxate,

lavador de pratos, carregador no campo de Sant'Anna. Uma vez, estando à porta da casa donde o marechal Deodoro saiu para proclamar a República, viu no corredor uma opa. Enfiou-a, arranjou um saco com santos de papel, uma bandeja e foi pedir para a cera. Aquilo que era vida! Nunca na corte celeste a cera foi tão bem aproveitada. A polícia, que não se mete com os santos, meteu-se com ele. Teve que fugir com opa e tudo para o subúrbio e, quando de lá voltou, mendigava. É bom e fácil.

Deixamos este trecho da cidade, mergulhando na tibia luz do largo da Sé. O primeiro a encontrarmos foi o madrileno Capivara Milo. Tem uma linda cor, bíceps fortes, o olhar quebrado, o bigode suavemente alisado por sobre o lábio polpudo, e fala com um langor de dança do ventre. Os seus períodos cortados de *mira usted* e de *olés* dão impressões de habaneras.

O meu amigo bate-lhe no ombro.

— O nosso Capivara que aqui vês é uma criatura que tem resistido!

O nosso Capivara torcicola os grossos membros e vomita a vida. *Mira usted*: veio como criado para as Laranjeiras. Ofendido por um cavalheiro, deixou as Laranjeiras pela rua Fresca. *Olé!*. Deu desespero e saiu a procurar trabalho. Mas o Rio não tem um só emprego. Um brasileiro caridoso levou-o para casa, mas esposa do brasileiro ficou furiosa. O caso é que, já com o seu buço loiro, Capivara, vendo-se outra vez na rua, resolveu apenas mendigar.

— Nunca trabalhei, assevera sorrindo.

[Ilegível] a variedade da invalidez. Às vezes é maneta, já teve as pernas cheias de úlceras falsas e agora amarra vários lenços na cabeça.

— Como fazia você as úlceras?

— Com carne fresca apertada em panos.

Alberto desamarra-lhe os lenços da cabeça, que ele curva como uma rola magoada, e uma longa cabeleira de ouro flameja-lhe a fronte.

— Para que tanto cabelo?

— [Ilegível] *los poetas*?

A lista era, porém, interminável. Esses homens sujos e fedorentos confessavam descaradamente o que tinham sido na vida e essas vidas eram sempre as mesmas. Todos tinham meses de cadeia e haviam sido criminosos. Com as latas sujas, catando lândeas, eles iam contando a infâmia como se gozassem um regalo. Alberto, porém, metia-me em ruas sombrias.

— Vamos às hospedarias?

— Não. Os mendigos não só dormem nas hospedarias como nos subúrbios, ao ar livre, e agora nos prédios em demolição. Vamos à rua da Ajuda.

Todo um grande trecho da rua que desaparece está quase derruído e desabitado. A luz, como as casas caem, desaparece. Só um foco avermelhado ilumina todo o quarteirão. Alberto tirou o revólver, como nos grandes romances de Ponson, meteu-se pelo entulho.

— Há uns vinte a dormir aqui. Cuidado que ninguém como os mendigos sabe defender-se. Mas, bruscamente, de face para o lampião, nós vimos dois chins, Affal e Mameta. De longe essas fisionomias cor de oca, alanhadas por sorrisos lívidos, tresandavam, emprestavam, davam vertigens.

— Meu patrão, meu patrão! Fazem cruzando as mãos de unhas negras sobre o peito.

Alberto paternalmente atira-lhes uma moeda, e eles, rolando na treva, com os semblantes degolados pelos retângulos de luz, babujam o chão. Affal veio para o Brasil em 1890, como criado de proa de um navio de vela. Encontrou-se com os patrícios na Praia do Peixe: disseram-lhe que a vida era fácil. Pedro Sinkim fê-lo vender camarão e peixe deteriorados. A junta correcional dois anos depois condenara-o a sete meses de cadeia. Terminada a pena, nunca mais trabalhou, ganhando com a mendicidade o seu sustento e o de

Sinkim, Mamela foi cozinheiro. Mas o meu amigo parece ter uma delícia em interrogá-los. Eu ainda não compreendi bem para que eles servem! Affal torce o carão emplastrado.

— Quanto pagas na hospedaria?

— Quinhentos réis, patrão.

— Mais nada...

— Para Sinkim também...só arranjei dinheiro para Sinkim. Dá dinheiro a chim, patrão, ele quer ver Sinkim...

Deus! Seria possível mais?

Mas Alberto já me arrastava pelo escuro entulho. No alto, o céu estendia o brilho infinito dos astros, e ao longe, muito convicto, muito solene o apito do guarda civil apitava...

SEGUNDA CRÔNICA

Entre os mendigos

As mulheres mendigas

(Publicada em 30 de maio de 1904, p. 1-2)

A mendicidade é a exploração mais regular, mais tranquila desta cidade. Pedir, exclusivamente pedir, sem ambição aparente e sem vergonha, assim à beira da estrada da vida, parece o mais rendoso ofício de quantos tenham aparecido; e a própria miséria, no que ela tem de doloroso e de pungente, sofre com essa exploração.

É preciso estudar a sociedade complicada e diversa dos que pedem esmola, adivinhar até onde vai a verdade e até onde chega a malandrice, para compreender como a polícia descua o agasalho da invalidez e a toleima incauta dos que dão esmolas.

Entre os homens mendigos, há irmãos da opa, agentes de depravação, viciados, profissionais de doenças falsas, mascarando um formidável cenário de dores e de aniquilamento. Só depois de um longo convívio é que se pode assistir a iniciação na maçonaria dos miseráveis, os estudos de extorsão pelo rogo, toda a tática lenta do pedido em nome de Deus, que, às vezes, acaba em pancada. Os homens exploradores não têm brio. As mulheres, só quando são realmente desgraçadas é que não mentem e não fantasiam. São, entretanto, as mais incríveis.

Foi Pietro Mazzoli, um mendigo cínico, que para sempre no largo do Capim, quem me apontou o meio diverso da mendicidade das mulheres. Pietro é baixo, reforçado, corado. Puxa sempre a suíça patente com o minúsculo chapeuzinho posto ao lado, sobre a juba enorme e cheia de lêndas. É mendigo por desfastio e comodidade. Soldado, fugiu do serviço militar como criado de bordo. Em Buenos Aires fez-se inculcador de casas suspeitas, porteiro do mesmo gênero, *caften*, barítono de café cantante, preso. No Rio, sendo-lhe habitual a prisão, já foi cego, troto das pernas, aleijado de carrinho, corcunda, maneta, atacado do mal de S. Guido. É Frégoli da miséria. Antes de se estabelecer mendigo, andou pelo Estado do Rio fazendo dançar um urso que era um companheiro de malandragens. Essa pilheria do urso pouco autêntica valeu-lhe uma sova e três anos de prisão. Homem de tal jaez conhece todos os truques, a falsa miséria e a verdadeira, a exploração e a dor sentida. É ele quem nos inicia.

Há mendigas burguesas, mendigas mães de família, alugadas, dirigidas por *caftens*, cegas que veem admiravelmente bem, chaguentas lépidas, cartomantes ambulantes, vagabundas e uma série de mulheres perdidas, cuja estrela escureceu na mais aflitiva desgraça.

Nos pontos dos bondes, pelas ruas, guiadas sempre por crianças de faces inexpressivas, vemos tristes criaturas com as mãos estendidas, mastigando desejos para a nossa salvação, com a ajuda de Deus.

Há a Antonia Maria, a Zulmira, a viúva Justina, a D. Ambrisina, a excelente e anafada tia Josepha, umas magras, amparadas aos bordões, chorando humildades; outras gordas, movendo a mole do corpo com tremidinhos de creme. Às portas das igrejas param, indagam quem entra, a ver se a missa é de gente rica, postam-se nas escadarias, agachadas, psalmonhando funerariamente, olhando com rancor os mendigos, negros roídos de alcoolismo, velhos a tremer de sífilis. A lista dessas senhoras é interminável, e há entre elas, negócios à parte, uma interessante sociabilidade. Cada uma tem o seu bairro a explorar, a sua igreja, o seu ponto livre de incômodos imprevistos. Quando aparece alguma neofita, olham-na furiosas e martirizam-na como nas escolas aos estudantes calouros.

Tem naturalmente uma vida regrada a cronômetro suíço criaturas tão convencidas do seu ofício. Saem de casa às 6 da manhã, ouvem missa devotamente porque acreditam em Deus e usam ao peito medalhinhas de santos.

Depois postam-se à porta até que a ultima missa tenha dado a receita suficiente às varias dependências do templo, vão almoçar e começam a peregrinação pelos bondes, de porta em porta, até a hora de jantar. Uma, a Isabel Ferreira, cabocla esguia e má, pede à noite e confessa que isso dá uma nota mais lúgubre, mais emocionante ao pedido.

Ao passar por essa gente sentem todos o fraco egoísmo da bondade e cinco ou seis dias depois de as conversar, percebe-se que esmolar é apenas uma profissão menos fatigante que coser ou lavar, – e sem responsabilidades, na sombra, na pandega. A maior parte dessas senhoras não sofre moléstia alguma, sustenta a casa arrumadinha, canja aos domingos, faticotas novas para os grandes dias. São ou dizem-se quase sempre viúvas.

Algumas, embrulhadas em xales pretos, acompanhadas de dois ou três petizes, as mais das vezes alugados, como uma certa mulher cor de cera, chamada Rosa, percorrem os estabelecimentos comerciais, os lugares de agitação, sobem à redação dos jornais, forçando a esmola, agarrando, implorando. A D. Rosa para dizer o seu nome e a inaudita felicidade da vida numa rede de mentiras, arrancou-me cinco mil réis, com precipitação, arte e destreza tais que quando dei por mim, já ia longe com os petizes e a nota.

Não há uma só cuja coleta diária seja menor de dez mil réis, e cada qual pede a seu modo invadindo até as sacristias das igrejas. A Francisca Soares, da igreja de S. Francisco, envolta em uma mantilha de velho merino, começa sempre louvando os irmãos benfeitores pintados pelo Sr. Petit.

Que retratos! Estão tal qual, certinhos! Depois pergunta se não temos *coupons* de volta dos bondes, arrisca-se a implorar o tostão em troca do *coupon*, e quando vem a moeda, fala mais do Sr. Petit e acha pouco. Outras, dotadas de grande vocação dramática, sussurram, com a face decomposta, a angústia de um irmão morto em casa, sem dinheiro para o caixão. O resto, sem inventiva macaqueia o multiformismo da invalidez, rezando.

A esmola, apesar da crise econômica que os jornais proclamam, subiu. Não há quem dê moeda de cobre a um mendigo sem o temor de desgostá-lo ou de levar uma descompostura cheia de pragas, que nessas bocas repuxadas causam uma dolorosa impressão de dor e de confrangimento.

Logo de manhã, quando nas torres os sinos tangem, a tropa sobe para a igreja.

— Bom dia, D. Guilhermina.

— Bom dia, D. Antonia. Como vai dos seus incômodos?

— O reumatismo não me deixa. É desta laje fria.

— Que se há de fazer. É a vontade de Deus.

Então, hoje, missas boas?

— Li no jornal: às 9 ½ a do general...Mas, não contemos. Os ricos estão cada vez mais sovinas.

Aconchegam-se, tomam posição e, pouco depois, os níqueis começam a cair e as vozes de dentro dos chalés a sussurrar:

— Deus vos acompanhe! Deus lhe pague! Deus lhe dê um bom fim!

Há até certos lugares rendosos que são vendidos como as cadeiras de engraxate e os *fauteuils* de teatro.

As mendigas alugadas são em geral raparigas com disposições lamurientas, velhas cabulosas aproveitadas pelos agentes da falsa mendicidade, com ordenado fixo e porcentagem sobre a receita. Encontrei duas moças, uma de Minas, outra da Bahia, Albertina e Josepha e um bando de velhas nesse emprego. As raparigas são uma espécie de pupilas da Sra. Genoveva que mora na Gambôa. Josepha, picada de bexigas, só espera o meio de se ver fora do jugo, Albertina, tísica, tossindo e escarrando, apresenta um atestado que a dá mãe de três filhos.

O atestado é de resto um dos meios de embaçamento público.

Certo *caften*, morador nos subúrbios, chamado Alfredo, tem por sua conta um par de raparigas, a Jovita, italiana, e a parda Maria. A Jovita foi a princípio criada, fugiu com um rapaz, abandonou-o e caiu na exploração da mendicidade com o sr. Alfredo. Maria é a historia de Jovita, um pouco mais escurecida. Ambas tem atestado em bela letra, dizendo as desgraças que lhes vão por casa e o cadáver à espera do caixão.

Como Jovita é bonita os subscritores são tão numerosos que ela pode fazer, sem cuidado, alguns enterramentos por semana. Às 7 da noite tomam as duas o trem na Central e quando se sentem seguidas saltam em estações diferentes mentem-se nos bondes – tudo isso muito alegres e defendendo o Sr. Alfredo com grande dedicação.

Esse gênero é relativamente agradável à vista dos outros, o das vagabundas ladras e das pitonisas ambulantes, grupo de que são principais figuras as Sras. Concha e Natividad, espanholas e a Sra. Eulália, cigana exótica. A Sra. Concha, por exemplo, é cleptomana, e dessa tara lhe vem a profissão – da tara e da inépcia policial. Quando *cocotte* Concha teve amantes ricos e roubava-lhes o relógio, os lenços, os alfinetes, por diversão.

Foi presa por um inglês sisudo, e partiu para Lisboa onde repetiu a cena tantas vezes que aos poucos se viu na necessidade de voltar ao Brasil como criada. Roubou de novo, foi outra vez presa e resolveu ser cartomante andarilha, ler a *buena-dicha* pelos bairros pobres pelas estalagens, só para roubar. É gordinha, anda arrimada a um cacete, fingindo ter úlceras nas pernas. Aproxima-se, pede a esmola como quem pergunta si as roupas vão mal.

— Deus a favoreça!

Você tem cara de ser feliz! Vamos ver a *suerte del barajo*.

E tira do seio um maço de cartas. Quem, nestas épocas de dispersivas crenças, deixará de saber da própria sorte? Mandam-na entrar e ela conta historias às famílias em quanto empalma objetos e alguns níqueis agradecidos.

Natividad e Eulália seguem o mesmo processo, mas Eulália, educadamente cigana, lê nas mãos deformadas e calosas dos trabalhadores, enquanto as suas apalpam os bolsos do cliente.

Do fundo desse emaranhamento de vicio, de malandragem, de gatunice, as mulheres realmente miseráveis são em muito maior número do que se pensa, criaturas que rolaram por todas as infâmias e já não sentem, já não pensam, despidas da graça e do pudor. Para estas basta um pão enlameado e um níquel; basta um copo de álcool para as ver tagarelar, recordando a existência passada.

Vivem nas praças, no campo da Aclamação, dormem nos morros, nos subúrbios, passam à beira dos quiosques, na Saúde, em S. Diogo, nos grandes centros de multidões baixas, apanhando as migalhas dos pobres e olhando com avidez o café das companheiras. Eu

encheria tiras de papel sem conta, só com o nome dessas desgraçadas a quem ninguém pergunta o nome, senão nas estações entre cachações de soldados e a pose pantafaçada dos inspetores; e seria um livro horrendo, aquele que contasse com a simples verdade todas as vidas anônimas desses fantásticos seres de agonia e de miséria! Andam por aí ulceradas sujas, desgrenhadas, com as faces intumescidas e as bocas arrebetadas pelos socos, corridas a varadas dos quiosques, vaiadas pela garotada. Nas noites de chuva, sob os açoites da ventania, aconchegam-se pelos portais, metem-se pelos socavões, tiritando... Às vezes para cumulo de desgraça, aparecem grávidas, sem saber como, à mercê da horda de vagabundos que as viola, que as tortura, que as bate, sem lhes conceder ao menos a piedade do nojo, e os filhos morrem, desaparecem levados na tristura do seu soluçante existir, estrangulados, talvez nos inúmeros recantos que a milícia do nosso duplo policiamento ignora.

Acompanhado do cínico Mazzole ouvi-lhes as confissões inauditas. Pela noite alta, íamos os dois para o largo da Sé, para as beiradas da Santa Casa, e diante de nós esses semblantes alanhados de sofrimento, os olhos em pranto, como um bando de espectros, desvendaram-nos os paroxismos da vida antiga.

Eram amorosas exploradas, ardendo ainda em raiva passional, eram vítimas do castigo sentindo no lábio o freio do lenocínio, eram *cocottes* do *chic*, escalavradas de sífilis na dor do luxo passado e velhas, velhas sem pecado, que a miséria, a ingratidão e a misteriosa fatalidade desfaziam nos mais amargurados transes. Nunca os descabelados românticos imaginaram tão torvos quadros.

Já quando se lhes pergunta o nome com bondade, a surpresa estala em choro.

— Chamo-me Zoarda. Sou cubana. Vim para o Rio com um pelotari. Ao chegar aqui, outro conquistou-me. Fui explorada por ambos. Eram bonitos, eram fortes! Adoecei, eles tomaram outra. Quando saí do hospital só pensava em matá-la!

— A quem?

— A ela, a outra. Fui entrando, presa e novamente segui para a Gambôa, onde cheguei a ser enfermeira. Quando de lá saí, roída pela moléstia, estava este trapo, a espera do Zé-Maria?

— O Zé-Maria?

— Sim, da morte!

Zoarda vive a fingir que tem barriga d'água.

— Josephina Veral, sim, senhor. Vim como criada. Um homem raptou-me; vivi com ele seis anos. Entreguei-me á prostituição explorada por dois malandros. Roubavam-me, a moléstia acabou a obra...Não posso trabalhar.

E de dentro de sua negra boca saem descrições satânicas da vida que a inutilizara.

— Emma Rosnick, nascida em Buda Pest em 1874. Fui enjeitada num corredor. Os moradores levaram-me à policia, que cuidou de mim. Aos 18 anos casei com Rosnick um debochado. Uma vez, atirou-me aos braços de um amigo, a quem matou depois por questões de jogo. Vim para o Brasil...Oh! os exploradores! Estou neste estado.

Esta mulher de trinta anos parece ter sessenta.

E outras e outras, floristas ainda moças, velhas que tiveram lar, mulheres passionais ou vítimas do amor, como nas prosas byroneanas de 1830, como nos dramalhões de Recreio, um mundo de soluços, que mesmo visto, ao nosso ceptismo parece falso.

Certa noite, no largo da Sé, encontramos junto ao quiosque, cheia de latas velhas e coberta de andrajos, uma cara de velha boneca aureolada de farrilpas louras. A cara sinistra falava francês.

— Dá-me uma cigarreta, fez com o seu melhor sorriso, Turco? *Il y a longtemps!*...Oh! Oh! Fuma gianacis?

Arredou as latas, puxou a traparia e os sacos com o ar de Mme. Daynès Grassot.

— Afaste o mendigo, disse baixo, e para a soleira suja: *Asseyez vous. Vous êtes journaliste?*

Eu vinha encontrar a espera dos restos de pão umas das estrelas mundanas do Alcazar, eu estava falando com Françoise d'Albigny; a Fran, a levada Fran que tivera carros e agora descorria, com um arzinho postiço, da Suzane Castera, de um deputado do norte que ainda hoje figura na Câmara, de um conhecido jornalista seu amigo!

Desgraças, *mon petit!* Tenho 65 anos. Casei, sabes, uma loucura! Casei com Maconi, que me pôs neste estado!

Representando logo, o pobre trapo da luxuria elegante, bateu-me a caixa de cigarretas e dinheiro, que com um sorriso atroz dizia ser para *bombons*.

Eram dez horas da noite. O dono do quiosque fechava as persianas, apagando os bicos de gás. E vendo-a naquele gozo, na pantomima do prazer berrou de longe:

— Eh! Lá, lambisgoia velha, se não te apressas, não levas o pão!

TERCEIRA CRÔNICA

Entre os mendigos
As maçonarias de exploração
(Publicada em 3 de maio de 1904)

Os mendigos falsos do Rio estão ligados por secretos laços maçônicos, desdobram-se em várias lojas de malandragem, praticam a [Ilegível] maçonaria contra o ataque, contra a polícia, a [Ilegível] maçonaria, que lhes assegura a vida. Todos esses homens asquerosos e sujos que se precipitam os baldes de comida, às portas das casas de pasto, os pobrezinhos românticos a que as [Ilegível] dão esmolas, são positivamente os [Ilegível], os [Ilegível] maçons da indolência, tendo uma vida misteriosa através de iniciações e de complicados sistemas com todo o aparato pedreiro das lojas maçônicas.

Os desgraçados, os verdadeiros infelizes, [Ilegível] pelo trabalho, como os estivadores, homens de grande desenvolvimento físico, rendidos ao peso dos fardos enormes, o bando dos famintos sem força e sem coragem, esses andam na peregrinação da fome envergonhada, apanhando as cabeças de carneiro à porta dos açougues, os peixes deteriorados no mercado. Os mendigos falsos formam um exército [Ilegível] organizado, dando com calma e tranquilidade assalto às algibeiras incautas. A maior parte desses indivíduos que param pela Balsa, durante o dia, percorrem as casas comerciais aos sábados, são homens inteiramente livres, indolentes e vadios, estrangeiros quase todos, quase todos antigos *caftens* com o retrato na polícia e a marca indelével que a polícia deixa sempre na alma dos que uma vez empalma.

Pertencem esses cavalheiros às tais lojas, reunidas pelo gênero de mendicidade explorado pelo chefe da banda. Há a loja dos que pedem só, loja dos que empregam as transformações, a loja dos mendigos estabelecidos, o que param num certo ponto, com atestado de miséria, a loja dos *cara*-[Ilegível], os *sem-umbigo*, os *chantagistas*, uma série enorme, uma [Ilegível] pavorosa que se enrosca nas bases da sociedade e vive apagadamente, sugando-a. Das associações estão riscadas as mulheres e os negros. Entre esses desgraçados a [Ilegível] transforma-se num ódio seguro, calmo, um ódio capaz de esbordoar e torturar lentamente só pelo prazer de ouvir chorar. A separação das raças é radical.

— Negro, dizia Domenico Zampa, é covarde; negro não é gente, diz tudo, conta tudo, apanha pancada!

E os negros, negros soldados incuráveis, antigos escravos, marinheiros imprestáveis, são corridos, não ultrapassam a intimidade dos malandros, limitam-se a ser explorados pelos moços de pobre e a viver [Ilegível] entre amuletos e feitiçaria.

Para se fazer parte de uma dessas lojas é preciso um longo tirocínio de miséria, ser conhecido de todos os pontos, dormir nos canos da praia de Santa Luzia, atirar-se à comida, ser visto pelos outros. A entrada obedece ao regimento da maçonaria. Há, como na maçonaria, sinais convencionais, cargos, uma rede de livres sociais que extorquem dinheiro com cinismo e interesse, como a dos livres pensadores defende os interesses comuns.

A base é a defesa do esfarrapado. Não parece agradável brincar ou agredir mendigos. Ainda há tempos um frequentador de um café da praça Tiradentes resolveu trocar de um piolhento ser chamado Gomez. Gomes tolerou o brinquito três dias e na terceira noite, às 10 horas, a hora mais solene, segundo as lendas cristãs, atirou-lhe ao peito com um litro d'água. O homem virou logo, sob uma chuva de pauladas e quando a polícia acudiu já os paralíticos, os ulcerados corriam como gamos, e os apitos, a perseguição, nada adiantaram. A polícia é de resto sempre ludibriada. A liga de defesa abrange os mendigos presos, guarda-lhes os valores, quando não os guarda a eles, esconde os artefatos roubados, protegem o novo roubo comercial, o [Ilegível] com que empregados pouco honestos dão aos mendigos objetos para revender.

Mas as lojas são em geral para a sábia exploração do público. Há discussões, reuniões, projetos e, como em todas as coisas sórdidas deste mundo, uma profunda filosofia.

A bondade é um nome bonito com que se encobrem a vaidade, o interesse e o medo, a agitação nervosa e dez mil outros sentimentos. Os mendigos tornam-se experimentalistas, estudam as súplicas que mais incomodam os nervos das pessoas, as moléstias apavorantes. A estatística da mendicidade falsa dá uma grande maioria de casos de cegueira e de carnes ulceradas, os que [Ilegível] e o que enoja, os semblantes voltados com os olhos parados, lacrimejando, vermelhos, olhando sem ver, as carnes putrefatas, purulentas, cheirando mal, o constrangimento à alma. Cada pedinte é um ator educado na tragédia eterna, [Ilegível] na dor.

Há figuras de homens que lembram os tipos de Sófocles e não passam de malandrins à espera da polícia correccional, caras convulsionadas de dor, vozes soluçantes, gestos pedindo de uma forma de uma forma sem limites, que espiam o níquel tranquilamente e toda essa cambiante de miséria, desde à arrogante à humílima, estuda a súplica, tem melopeias diversas, observa os efeitos dos “ais”, das palavras, dos grandes nomes...Quando isso não basta recorrem aos *trucs*, aos micos sábios que pedem esmola, ao realejo, às varas das irmandades. Há um ano havia na Muda da Tijuca um dos tais do mico sábio, os passageiros do *tramucay* sentiam de repente um guinchinho. Era o mico no ombro, repulsivo e escalavrado, estendendo o pires. E se o mico e o realejo nada conseguem, a praga soluça baixo, o rogo mistura-se de fel, e entre os mais audaciosos uma horda de italianos e espanhóis, os *caracorés* acompanham as pessoas, indagam do nome e nas ruas, nos bondes, pedem-lhes nominalmente o óbulo.

Imaginem uma senhora nervosa com a aparição apavorante de um sujo homem em farrapos a tratá-la baixo pelo nome, exigindo, mentindo... Domenico Gareindo, um dos *caracorés*, dizia-me:

— *Mire usted. Las mujeres* dão sempre desde que se diga o seu nome! Alguns desses homens tem fortuna: a totalidade é remediada, e anda pelos desagremiados com uma energia de malandrice ideal.

— Os desagremiados?

— Sim, os que não pertencem às lojas.

Esses são no Rio muito mais de mil. A primeira classe, a mais numerosa, é a dos mendigos transiormistas. Muito antes desse gênero de café cantante ter sido descoberto, muito antes dos dezoito papéis da Pepa, eles descobriram a fórmula rendosa, que é ser protheu da miséria. André Rizzoli, por exemplo, imita os hemiplégicos, manetas, fingem perna inchada, úlceras, o crânio avariado e quando quer aterrorizar transmuda o rosto numa tal contração que não há criatura capaz de lhe negar a esmola. Além dessa classe engenhosa há os mendigos gatunos, os mensageiros pouco descentes, os exploradores, os transitórios, os doentes à

procura de emprego, os que há cinco anos sempre acabam de sair da Santa Casa, uma corja infundável, que se multiplica, cresce, aumenta, sem que as autoridades de longe procurem contê-la.

Os mendigos gatunos andam por aí com o saco às costas, batem à porta das casas, dormem no beco dos Ferreiros, na rua da Misericórdia, na Prainha, no Mercado, nos edifícios em demolição. No morro do Castelo, antes de chegar ao convento, encontrei às 2 horas da manhã vinte desses sujeitos com as bolsas cheias de colheres, ferros velhos e canos de gás. Zampa Fogazo guardava também uma *chaise-longue* de criança. Esses objetos são facilmente roubados, e o malandro a fumar contou-me essa facilidade. Eles andam a pedir esmola pelos bairros. As nossas famílias são sentimentais. Recebido o níquel, pedem comida. Os criados dão os pratos, colheres – coitadinhos! Pobres homens! – e quando voltam não encontram nem colheres, nem mendigos, e às vezes, nem os canos de gás. É uma limpeza geral.

Nos grandes grupos há também os cargos especiais dos cavadores de comida. Muitas vezes quatro ou cinco íntimos ficam dias inteiros nas hospedarias a dormir enquanto o destinado pela sorte sai obrigado a arranjar refeições copiosas. Esse leva seis e mais latas, posta-se à porta dos hotéis. Quando chega a hora, apresenta duas, fingindo-se maneta, dá uma volta e surge sofrendo de *labis dorsualis*: recebe e reaparece com a perna inchada, a tremelicar, arrimado à um bastão até ter o suficiente. Assim noites e noites, enquanto os outros passam deitados, jogando e fumando. Esse sistema não só os resguarda de perseguições em que a polícia não pensa como mais os apaga, mais os mergulha no mistério propício.

No meio dessas criaturas, atores da força desgraça, aparecem sempre uns rapazes, homens corados e bem dispostos, que, tendo tentado todas as pequenas profissões empreendem o afazer chamado moço de mendigo, um luxo a que se dão alguns profissionais em melhor condição financeira. É curioso assistir a saída dos pares exóticos das hospedarias. O moço de mendigo recebe dez tostões diários, tem a comida e a cama garantidas. Alguns só veem a luz do dia às três horas da tarde, como os elegantes *noceurs*, outros, desde manhã andam na faina, que se limita a perambular pelas ruas estendendo a mão à caridade para o pobre aleijadinho.

Os mendigos alcoviteiros forçam a entrada do lar com súplicas, querendo falar à patroa, porque tem uma coisa para pedir. Se a patroa aparece, com efeito, entregam a carta choramingando. Pobre de quem deles se servo um dia, de quem uma vez lhes ouve o veneno das propostas. É um explorado. Vão todo o dia à casa, pedem, crescem em exigências e acabam com ameaças. Antenor Sotero e Domingos de Souza, um brasileiro mulato e outro português, contaram-me a respeito cenas edificantes:

— Mas não tens medo da cadeia?

— Qual cadeia. Saio mesmo de lá. Para o Asilo é que eu não vou! Prefiro a Detenção.

E enquanto as lojas funcionam, burlando as leis, a cidade, às horas mortas, está cheia de mendigos transitórios, moços, velhos sem emprego que dormem nas estações de bondes, nos vãos das portas, entes cujo mal passageiro se eterniza e fica à espera de colocação anos a fio, mas que pedem a esmola e praguejam alto quando nada recebem, homens que parece descerem a nos prestar o favor de pedir o nosso dinheiro, os insolentes e os notáveis.

Os notáveis são de resto um dos gêneros formidáveis da ilimitada família. Quase todos idosos, com o calçado e o fato gastos e o colarinho esfarrapado, postam-se às esquinas, nas ruas de grande trânsito, dirigem-se aos cavalheiros, de manso.

— O senhor terá a bondade de me dar alguma coisa?

— Não é possível.

— Estou mal, peço-lhe porque estou mal e reconheço as suas qualidades generosas.

— Mas não é possível.

— Custa-me muito! Fui guarda-livros, tenho lar, esposa, filhos. A fatalidade! Ninguém pode cuspir para o ar.

E no ar vendo a gente a ameaça de um tenebroso futuro, dá.

— Muito obrigado.

Mas muita vez o caridoso não tem moedas na algibeira. É muito triste. Os *sem umbigo*, como o rico Sr. Antônio, que encontrei certa noite, sanam essa amarga dificuldade.

— Qual, filho, não posso. Só tenho dez mil réis.

O Sr. Antônio hesitou entre a coragem e o desejo.

— Não seja dúvida. Eu tenho troco.

E tirando um rolo do dinheiro da algibeira, deu-me o troco, digno e sério.

QUARTA CRÔNICA

A exploração das crianças
(Publicada em 6 de maio de 1904, p.1-2)

Não há decerto exploração mais dolorosa que a das crianças. Os homens, as mulheres ainda pantomimam a miséria para lucro próprio. As crianças são lançadas no ofício torpe pelos pais, por criaturas indignas, e crescem com o vício adaptando a curvilínea e acovardada alma da mendicidade malandra. Nada mais pavoroso do que este meio em que há adolescentes de dezoito anos e pirralhos de três, garotos amarelos de um lustro de idade e moçoilas púberes sujeitas a todas as passividades. Essa criançada parece não pensar e nunca ter tido vergonha, amoldadas para o crime de amanhã, para a prostituição em grande escala. Há no Rio um numero considerável de pobrezinhos sacrificados, petizes que andam a guiar senhoras falsamente cegas, punguistas sem proteção, paralíticos, amputados, escrofulosos, gatunos de sacola, apanhadores de pontas de cigarros, crias de famílias necessitadas, simples vagabundos a espera de complacências escabrosas, um mundo vario, o olhar do crime, o broto das arvores que irão obumbrar as galerias da Detenção, todo um exército de desbriados e de bandidos, de prostitutas futuras, galopando pela cidade a cata do pão para os exploradores. Interrogados, mentem a princípio, negando; depois exageram as falcatruas e acabam a chorar, contando que são o sustento de uma súcia de criminosos que a polícia não persegue.

A metade desse bando conhece as leis do prefeito, os delegados de polícia e acompanha o movimento da política indígena, oposicionista e vendo em cada homem importante uma roubalheira. São em geral o mendigos claramente defeituosos, a que falta uma perna, um braço.

A perda que os tornou inválidos é uma espécie de felicidade, a indolência e o sustento garantidos. À beira das calçadas o dia inteiro tem tempo de se tornarem homens e de ler os jornais. Fazem tudo isso com vagar. Quando um ponto torna-se insustentável vão para outros, e há entre eles relações, morfeias que se ligam às úlceras, olhos em pus que olham com ternura companheiros sem braços, e todos guardando a data do desastre que os mutilou, que os fez entrar para a nova vida com a saudade da vida passada.

Fui encontrar na ponte das barcas Ferry alguns de volta de Nitheroy. Vinham alegres, batendo com as muletas, a sacolejar os fartos sacos, na tarde algida. Só nessa tarde interroguei seis: Francisco, antigo peralta da Saúde; Antonio, jovem de dezoito anos, que graças à falta de uma perna não trabalha desde os doze; Pedro, pardinho crispinhento, que ri como um suíno e é o curador de uma senhora idosa; João Justino, sem um braço e os dois pequenos Felismino e Aurélio. Voltavam de mendigar.

Francisco é atroz. Míope, com a cara cheia de sulcos, a boca enorme e sem dentes, fuma cigarros empapados de saliva e tagarela sem descontinuar.

— Qual! Nitheroy não dá nada. Às vezes tenho que pedir dinheiro emprestado para voltar. O xará não permite porém mendigo sem realejo. Eu sou fino. Vou para outro lugar.

— Quantas vezes estiveste na cadeia?

— Eu? Não senhor! nunca! É verdade que uma vez fui preso por um inspetor viciado...Mas não estava fazendo nada. Também não me incomodo. Vou, torno a sair. E, sem transição: Não imagina as vezes que tenho sido pegado. O Dr. Paula Pessoa, quando era delegado já dizia: para que pegar essas inutilidades? E eu só esperando. Olhe. Morrer de fome é que eu não morro.

— Então já estiveste preso?

— Quantas vezes! É preferível a cadeia ao tal Asilo.

Antonio é outro gênero, o gênero dulçuroso cheio de humildades açucaradas. Repete logo como uma nota policial o esmagamento da perna. Foi a 11 de novembro de 1897 na esquina da rua da Uruguayana. Caiu às 2 e 20 da tarde quando passava o bonde chapa tanto.

E diz essas coisas vagamente magoado como se chorasse sem sentir. Mas mente, inventa nomes, faz-me jurar que não lhe farei mal, entrega-se à minha proteção de que depende a sua vida com uma detestável e beata hipocrisia. Era ajudante de pedreiro. Após o desastre mandaram-no esmolar no Passeio Publico. O pai é trabalhador, ganha quatro mil e quinhentos, tem oito filhos e a mulher doente.

Ele ajuda com o dinheiro das esmolos. É um dos casos de transformação de caráter, de inversão moral. Adolescente, forte, musculoso a permanência na mendicância deu-lhe à voz melopeias suspirosas e um recheio de votos pela sorte alheia. Não fala um segundo sem pedir a Deus que nos ajude, sem agradecer em nome de Deus a nossa bondade.

— Ai! Nossa Senhora, juro por Deus que todo o desejo que tenho é trabalhar...

Simples *blague*. Deem-lhe um emprego e rejeitará inutilizado pela vida de sarjeta, de desbribo, de inconsciente sem-vergonhice a que o forçou o pai.

Esse bando porém, é evidentemente defeituoso; ganha dinheiro, como se estivesse empregado para sustentar a família. Há o outro, o maior, o infundável, que a policia parece ignorar, a exploração capaz de emocionar os delegados nos dramalhões, a indústria da esmola infantil exercida por um grupo de matronas indignas e de homens criminosos, as criancinhas implumes, piolhentas e sujas, que saem para a rua às varadas obrigadas ao sustento de casas inteiras, há a exploração lenta que ensina os pequenos a roubar e as meninas a se prostituírem; o *caftismo* disfarçado que espanca, maltrata e extorque. É um vasto tremedal a que a retórica sentimental nada adianta cujo mal a segurança pública não quer remediar. Basta ter a simples curiosidade para mergulhar nesse caleidoscopio infinito de cenas torturantes de uma mesma ação, basta parar a uma esquina e ouvir a narração dessas tragédias vulgares e de fácil remédio.

A série de meninas é enorme desde as cínicas de face terrosa às ingênuas e lindas.

— Como se chama você.

— Elisinha, sim senhor.

É parda; tem nove anos. Embrulhada nuns farrapos, a tremer com os beicinhos roxos e as mãos no ar, muito aflita, parece que lhe vão bater. Mora na rua Frei Caneca.

Não vai para a casa, não pode ir. A madrinha bate-lhe, tem o corpo cheio de equimoses.

— Quando não arranjo bastante para a madrinha e as filhas, dão-me sovas!

Destes casos há muitos com diversas modalidades. Jovita, por exemplo, pede esmola com uma bandeja dizendo que é missa pedida ou promessa feita. A mulher que a criou e a explora, a terrível megera Maria Trapo Velho mora na rua São Diogo e dá-lhe conselhos de roubo.

— Ela diz que, quando encontrar roupas ou outros objetos, meta no saco. Quando passo uma semana sem levar nada põe-me de castigo, com os joelhos em cima do milho e sem comer.

Rosinha mora na rua Formosa. Sai acompanhando uma senhora que finge de cega. A mãe é negra; ela é alva e todos ficam admirados!

Judith, com oito anos, moradora à rua da Lapa, andava com o pai pelo subúrbio, tocando realejo. O pai fingia-se de cego e como um cidadão descobrisse a patifaria é ela só quem esmola atacando as senhoras, pedindo algum dinheiro para a mãe moribunda. Laura e Amelia, filhas da senhora Josephina, têm um irmão que aprende o ofício de carpinteiro, moram na rua da Providencia e passam o dia a arranjar dinheiro para a mamã mais o padrasto.

— E o padrasto, que faz?

— Dá pancada na gente quando não se anda direito.

Stella, mulatinha, vive com uma dama que se diz sua avó na rua Senador Eusébio. Às vezes fica até às dez horas da noite à porta da Central esmolando. Nicota, moradora no Pedregulho, tem treze anos e uma perigosa viveza de olhar. A puberdade, a languidez dos membros rijos dão-lhe receitas grandes. É mandada pelo padrasto, um português chamado Jeronymo, que a industria. Explora a miséria no jardim de Eros, fazendo tudo quanto a não prejudica definitivamente à porta dos quartéis, pelos bairros comerciais, ao escurecer. Confessa que vai abandonar o Jeronymo pelo sargento Gomes, a quem ama. A lista não tem fim, é o mesmo fato com variantes secundarias.

Se nessas crianças encontramos o abismo da perdição a tragá-las, nos pequenos vemos um grande esboço de todos os crimes. Em quatro dias interrogamos noventa e seis garotos, estrangeiros, negros, mulatos, uma sociedade movediça e dolorosa. Há desde os pequenos que sustentam famílias até os gatunos precoces que se deixam roubar na vermelhinha à beira do cais entre muros e cachações.

O primeiro a encontrarmos é o negrinho Felix, morador à rua do Costa, órfão, que vive na casa de uma família. Como as coisas estão más, sai de sacola a esmolar e a roubar. Já esteve preso por apanhar varias amostras de uma loja, mas um moço da polícia que gosta de uma das meninas da casa, soltou-o.

— Que fazes hoje?

— Hoje tenho que roubar um queijo. Sinhazinha diz que não apareça sem um queijo...

Armando, petiz de dez anos, diz-se italiano por causa das dúvidas. Para no largo da Sé e, ingenuamente, conta que a família não faz comida há três anos. É ele que arranja tudo fora os cobres. José Vizuvi, também italiano, é filho do conhecido mendigo Vizuvi. Sai da rua do Alcântara, onde mora, às 5 da manhã, à procura dos pães que os padeiros costumam deixar nas janelas e á porta de certas casas. Quando a janela é alta serve-se de um pau em forma de ferrão. O pai ensina-o a roubar. Dudú de Oliveira passa o dia no Mercado e nos bairros centrais. A mãe, fingindo-se de cega, esmola no largo do Machado. Ele leva recados suspeitos e propõe-se a misteres ignóbeis.

João Silva, morador à rua Senador Pompeu, com treze anos, também serve para esses serviços pouco asseados. A mãe sem emprego, é espancada pelo amante que lhe arranca todo o dinheiro. Franzino, doloroso, esse pretinho na ânsia da vida sustenta um *caften* reles. Todos esses nomes ignorados escondem dramas pungentes, cenas de horror, vidas perdidas.

A observação de tantos casos não me dava o tipo do explorador, não me mostrava os peralvilhos que vivem à custa das pobres crianças, receosas de me mostrar as casas onde são torturadas. Encontrei-o, porém, o tipo ideal, o drama resumo de um estado social, a tragédia soluçante que cada vez mais se alastra.

Logo no começo da rua do Uruguay há uma mulher de cor branca, fisionomia torva, sempre embiocada em panos pretos. Chamam-na a Camaleão, alcunha que lhe ficou do peralta do filho. Esse ente repelente tem uma estalagem, um prédio, é rica e pede esmola provando ser viúva pobre. Quando encontra crianças, leva-as para a casa, um doloroso centro de lenocínio e velhacaria, a extorqui-las. Presentemente tem cinco petizes, todos menores de doze anos; três meninos, Alfredo, Felipe e Narciso, e duas meninas, Gertrudes e Madalena. As

criancinhas saem pela manhã, voltam para almoçar, tornam a sair e só voltam à noite, para o interrogatório e a palmatória.

Um dos pequenos mostrou-me o ogre horrendo. Arrastava-se com uma voz pastosa e quando me viu, trêmula curvou-se.

— Pelo amor de Deus! Uma esmola para os desgraçadinhos!

Os desgraçadinhos, na tarde chuvosa, pareciam transidos. O vento fustigava-lhes as carnes seminuas e eles agarrados uns aos outros na fraternidade do sofrimento, sem pai, sem mãe, sem amparo erguiam os olhos para o céu numa angustiosa súplica.

QUINTA CRÔNICA

No sono da miséria

(Publicada em 10 de junho de 1904, p.1)

Naquela noite, o delegado concedera-me a ordenança para visitar os albergues e as hospedarias suspeitas. Era a noite de sexta-feira santa para sábado de aleluia. É costume antigo entre larápios, gatunos e mendigos passar essa noite ao abrigo da polícia. Alguns fazem grupos de quatro e cinco, compram bebidas, vão romper a aleluia em deboches trágicos e as hospedarias nessa madrugada, quando não sofrem o conflito dos alcoolizados, veem as portas forçadas pelos agentes da segurança à caça de algum malandro criminoso. Certos proprietários, coniventes nos roubos, previnem os albergados por sinais, há fugas pelos telhados, esconderijos que qualquer secreta conhece, outros sujeitam-se, desbriadamente, à busca, mas é sempre fatal encontrar repletas as hospedarias nessa madrugada de abril. Os bandidos, almas primitivas e sórdidas, cuja religiosidade é nenhuma, fazem da manhã de sábado da ascensão do Senhor a hora do descanso debochado e vão depois do roubo nas igrejas, após a renda das esmolas à porta dos templos, impelidos por um estranho instinto.

É perigoso entrar só nesse dia nos covis horrendos. O delegado, cheio de bondade, fizera-me acompanhar de um soldado vigoroso com a ordem de fazer abrir todos os trágicos asilos da miséria e da infâmia. Era uma hora da noite. Descemos a rua da Misericórdia, eu ainda hesitando diante das lanternas com vidros vermelhos. Às esquinas grupos de vagabundos e desordeiros parolavam, e afundando o olhar pelos becos estreitos em que a rua parece vazar a sua imundice, por aquela rede de becos, víamos outras lanternas em forma de foice alumando portas equívocas. Havia casas de um pavimento só, de dois, de três, negras, fechadas, hermeticamente fechadas, pegadas uma à outra, fronteiras, confundindo a luz das lanternas e a sombra dos balcões. O passo do soldado ressoava forte nos lajedos desiguais e arrebatados. A rua mal alumada tinha candeeiros quebrados, sem a capa Auer, de modo que a brancura de uns focos envermelhecia mais a chama pisca dos outros. Os prédios antigos agarravam-se uns aos outros, amparavam-se com as fachadas esborcinadas. De repente, uma porta abria, tragando na treva dos corredores algum retardatário, trechos da calçada imersos na escuridão encobriam cafajestes de bombacha branca, gingando, e constantemente o monótono apito do guarda noturno trilava, corria como um arrepio na artéria de susto, outro respondia e mais longe ainda o apagado eco de outro rouquejava.

No alto, o céu era misericordiosamente estrelado. Atirei-me pelos becos, hesitante.

— Há muitos desses covis espalhados pela cidade?

— Muitos. Em cinco noites, visitando-os depressa, V. S. não dá cabo deles. E por aqui, pela Gamboa, nas ruas centrais da cidade, nos bairros pobres. Isso não contando com as casas particulares em que moram vinte e mais pessoas não querendo falar das hospedarias só de gatunos, dos *zungas*...

— *Zungas*?

— As hospedarias baratas têm esse nome. Saiba V. S. que a vidinha dava para um romance.

As palavras do soldado, porém calaram. Debaixo de uma das foices de luz, um grupo negrejava. Estacamos. Um soldado batia à porta com a mão espalma, e certo mocinho baixo, nervoso, gritava:

— Abra! É a polícia! Abra!

Imediatamente o inspetor conheceu-me, um agente gordo, italiano, asseverou que eu caía de propósito.

Estavam à caça de um tratante célebre.

De dentro da casa uma voz sonolenta perguntou:

— Quem é?

— Abra em nome da lei! Bramiu o inspetor.

A porta abriu-se. O grupo barafustou na meia luz de um corredor com areia no assoalho. O homem da voz corpulento, de camisa de meia, esfregou os olhos, deu força no bico de gás, encostou-se à mesa forrada de jornais onde se alinhavam castiçais. O inspetor desfechou para cima dele.

— É o proprietário?

— Saiba V. Ex. que não. Sou o encarregado.

— Muita gente?

— Não há mais lugares.

— Deixe ver o livro.

O livro é uma formalidade cômica. A autoridade virou-lhe as páginas rápido enquanto os secretas descansavam as bengalas. O mau cheiro era intenso.

— Mostre-nos isso, bradou o inspetor, nervoso.

O encarregado, com toda a calma seguiu à frente, erguendo o castiçal, abriu uma porta de ferro, fechou-a de novo após a nossa passagem. E começamos a ver o rez-do-chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbas com lençóis encardidos, em que dormiam de beijo aberto, babando, marinheiros, soldados, trabalhadores de faces barbudas. Uns cobriam-se até o pescoço, outros espapaçavam-se completamente nus. Os agentes chegavam a vela bem junto das caras, vistoriavam debaixo das camas, metiam-se pelos quartos, sacudiam os homens do pesado dormir. Não havia surpresa. Esses entes acordavam e respondiam quase a roncar outra vez, porque estavam ali, lamentavelmente.

— Não está aqui. Subamos! Disse o inspetor.

Trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava, o ar rareava e parando um instante ouvíamos a respiração múltipla de toda aquela gente como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das esteiras. A polícia, farejando o crime, batia nos quartos, espécie de jaulas entaipadas com camas largas e lençóis em que os percevejos corriam. A respiração tornava-se difícil. Quando demoravam em abrir, um agente mais forte empurrava a porta, e a luz da vela encontrávamos quatro e cinco criaturas emborcadas, suando, de língua de fora, homens furiosos cobrindo com o lençol a nudez, mulheres tapando o rosto, marinheiros que haviam perdido o bote, um mundo vario e sombrio gargolejando desculpas com a garganta seca. Alguns desses quartos tinham entrada pela sala das esteiras em que se dorme por oitocentos réis, e essas quatro paredes impressionavam como um pesadelo.

Completamente nua, as velhas esteiras atiradas no assoalho, poderia conter trinta pessoas, à vontade, e tinha pelo menos oitenta.

Os fregueses dormiam todos, de barriga para o ar, de costas, com o lábio no chão negro, de lado, recurvados como arcos de pipa, uns vestidos, outros nus, estirados, esmagados pelo peso da atmosfera sufocante. Erguendo a vela, o encarregado explicava-me que ali o pessoal estava muito bem, e no pálido raio de luz da vela eu via pés disformes, mãos de dedos

recurvos, troncos suarentos, cabeças, uma galeria trágica de cabeças embrutecidas e congestionadas, bufando, de boca aberta.

De vez em quando, um braço erguia-se no espaço, tombava; faces em que mais de perto o raio da luz batia, sacudiam-se apavoradas, e todos roncavam, afogados em sono.

Um dos agentes sacudiu um rapazola.

— Hein? Já quatro horas, fez o rapaz, voltando-se.

— Que faz aqui?

— Espero a hora do bote para a ilha. Sou carvoeiro, sim, senhor. Ai! Minha mãe! Vão levar-me preso...

Subitamente, porém, apalpou as algibeiras, olhou-nos ansioso. Tinha sido roubado. Houve um reboiço. Como por encanto, homens, ainda havia minutos a dormir profundamente, acordaram-se, o inspetor alteando a voz deu ordem para que não se deixasse sair ninguém sem ser revistado, o encarregado, com o perdão do inspetor e das outras senhorias, descompunha o pequeno.

— Trouxe dinheiro, maricas? Já não lhe tenho dito que me entregue? É lá possível ter confiança nesta súcia! E a minha casa agora, e eu? Besta de uma figa, que não sei onde estou...

Os agentes faziam levantar a canalha e na luz vaga os perfis patibulares emergiam com gestos cínicos de espreguiçamento.

— Quando eu dizia! Bradava a autoridade, vitoriosa. Vão vocês lá encima, continuem a busca, continuem.

Dois agentes saíram. Seguí-os. Havia mais um andar, mas quase não se podia subir, estando a escada cheia de corpos, gente enfiada em trapos que se estirava nos degraus, gente que se colava no corrimão, recurva, mulheres receosas da promiscuidade das salas enrodilhadas no patamar. Nós fomos por ali.

Os agentes abriam caminho acordando a canalha com a ponta dos cacetes, eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava. Mais um andar e arrebentariamos. Parecia que todas aquelas respirações subiam, envenenando as escadas, e o cheiro, o fedor, um fedor fulminante impregnava-se nas nossas próprias mãos, desprendia-se das paredes, do assoalho carcomido, do teto, dos corpos sem limpeza. Ainda assim, subimos, chegamos ao pavimento fervilhante de gente. Já não havia divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar os corpos. A metade daquele gado humano trabalhava, rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. Dali para minutos acordaria a esperar à beira do cais os batelões que a levassem ao cepo do rude labor em que empedra o cérebro e arrebenta os músculos. Grande parte desses pobres entes fora atirada ali, no esconderijo do covil, pela falta de trabalho e da desfortuna. Para se livrar da polícia, dormiam sem ar, sufocados na promiscuidade repugnante...

— Não se emocione, disse o secreta italiano. Há por aqui gatunos e assassinos e coisas mais repugnantes.

Num dos quartos, por trás do corredor, nos fundos, havia gargalhadas. O agente levou-me até lá. Eram seis pirralhos, *punguistas*, na pândega, com uma garrafa de vinho e *sandwiches* de salame.

— Que estão fazendo?

— Estamos dormindo.

— Está tudo preso.

— Por quê? A gente não fez nada.

Desci. Dois minutos mais nesse ambiente e teria uma vertigem. Doíam-me as têmporas. Era impossível o cheiro de todo aquele entulho humano.

Embaixo a vistoria às algibeiras dos fregueses não dera resultado. O encarregado ainda gritava, o inspetor farejava já na porta teve uma ideia.

— Vamos ver os fundos.

Foi aí então que eu vi o sofrer inconsciente e o último grão da miséria. O hospedeiro torpe dizia que por ali dormiam alguns de favor, mas pelo corredor estreito, em de redor da sentina, no trecho do quintal, cheio de trapos, na lama, nas lages, os mendigos, faces escaveiradas e sujas acordavam um clamor erguendo as mãos para o ar e de tal forma a treva se ligava a esses espectros da vida que ambos pareciam formar um todo homogêneo e irreal.

— Tudo grátis aos desgraçadinhos, sibilou o homem musculoso.

Curvei-me. Era uma velha embiocada num capuz preto.

— Quanto pagou você, minha velha?

— O que tinha, filho, o que tinha...quinhentos réis. E estou por aqui a descansar, à véspera de ir pela manhã cedo à São Vicente, ver a irmã Paula...

Como um raio de luz, o nome da irmã lhe ascendia na fronte a mágoa da verdade.

Dei-lhe qualquer coisa e mais íntima a pobre velha esticou o pescoço curioso.

— Por que será tudo isso? Vão levar os pobres?

Deixei o inspetor, saí só com o soldado pelo corredor úmido e viscoso abri a porta dei no beco. A escuridão afogava os prédios, encapuchava os raros lampiões, alongava as calçadas. Não se sabia onde começara o pesadelo, onde acabava a realidade.

— Conte V.S. isto e dirão que é mentira! Sentenciava o soldado. Vou lhe mostrar os outros agora. Vamos para as *zungas* dos Pereiras, uma herança do avô que prospera nas mãos do neto:

— Não, para outra vez.

— Também é tudo o mesmo. Não é muito boa a dormida. Deus nosso Senhor lá encima que olhe por eles.

A sua mão maquinalmente esticou-se e os meus olhos, acompanhando-lhe o gesto, deram no céu recamado de ouro. Todas as estrelas palpitavam, por cima da casaria, estendia-se uma poeira de ouro, e de certo naquela chaga que eu vira, chaga de cidade, incurável, a luz gotejava do infinito como um bálsamo para as crenças e para as decepções.

SEXTA CRÔNICA

Os trabalhadores da estiva
(Publicada em 19 de maio de 1904, p. 1-2)

Às 5 da manhã, ouviu-se um grito de máquina, rasgando o ar. Já o cais, na claridade pálida da madrugada regorgitava num vai-e-vem de carregadores, catraeiros, homens de bote e vagabundos mal dormidos à beira dos quiosques. Abriam-se devagar os botequins ainda com os bicos de gás acesos, no interior os caixeiros preguiçosos, abrindo os braços com bocejos largos. Das ruas que vazavam na calçada rebentada do cais, afluía gente sem cessar, gente que surdia do nevoeiro com as mãos no bolso, tremendo, gente que se metia pelas bodegas e parava à beira do grande quiosque numa grande azáfama. Para o cais da alfândega, ao lado, um grupo de ociosos olhava através às frinchas de um tapume, rindo a perder; um carregador encostado aos umbrais de uma porta lia de óculos o jornal e todos gritavam, falavam, riam, agitavam-se na frialdade daquele acordar, enquanto dos botes polícromos, homens de camisa de meia ofereciam aos berros um passeiozinho pela baía. Na curva do horizonte o sol de maio punha manchas sangrentas e a luz da manhã abria como desabrocha um lírio no céu pálido.

Eu resolvera passar aquele dia com os trabalhadores da estiva, e naquela confusão via-os vir chegando, a balouçar o corpo, com a comida debaixo do braço, muito modestos. Em

pouco a beira do cais ficou coalhada. Durante a última *greve* um delegado de polícia dissera-me:

— São criaturas ferozes! Nem a tiro...

Eu via porém essas fisionomias resignadas à luz do sol e elas me impressionavam de maneira bem diversa. Homens de excessivo desenvolvimento muscular eram todos pálidos de um pálido embaciado como se lhes tivessem pregado à derme um papel amarelo e assim encolhidos, com as mãos no bolso, pareciam um baixo relevo de desilusão, uma frisa de angústia.

Acerquei-me do primeiro, estendi-lhe a mão:

— Posso ir com vocês para ver?

Ele estendeu também a mão, mão degenerada pelo trabalho, com as falanges recurvas e a palma calosa e partida.

— Por que não? Vai ver apenas o trabalho fez com amarga voz.

E quedou-se outra vez fumando.

— É agora a partida?

— É.

Entre os botes dois saveiros enormes, rebocados por uma lancha, esperavam. Metade dos trabalhadores, aos pulos bruscamente, saltou para os fardos. Saltei também. Acostumados, indiferentes à travessia, eles sentaram-se calados, a fumar. Um vento frio cortava a baía. Todo um mundo de embarcações movia-se coalhava o mar, riscava a superfície das ondas, lanchas oficiais em disparada com a bandeira ao vento, botes, chatas, saveiros, rebocadores. Passamos perto de uma chata parada e inteiramente coberta de oleados. Um homem no alto estirou o braço, saudando.

— Quem é aquele?

— É o José. É chateiro-vigia. Passou todo o dia ali para aguardar a mercadoria dos patrões. Os ladrões são muitos. Então fica um responsável por tudo, toda a noite, sem dormir e ganha seis mil réis. Às vezes os ladrões atacam os vigias acordados e o homem, só, tem que se defender a revólver.

Civilizado, tive este comentário frio.

— Deve estar com sono o José.

— Qual! Esse é dos que dobra dias e dias. Com mulher e oito filhos é preciso trabalhar. Ah! meu senhor, há homens por este mar afora cujos filhos de seis meses ainda os não conhecem. Saem de madrugada e entram de madrugada em casa. O José esta a espera que a alfândega tire o termo da carga que não é estrangeira...

Outras chatas perdiam-se paradas na claridade do sol. Nós passávamos entre as lanchas. Ao longe bandos de gaivotas riscavam o azul do céu e o cais dos Mineiros já se perdia distante na névoa vaga. Mas nós avistávamos um outro cais com um armazém ao fundo. À beira desse cais, saveiros enormes esperavam mercadoria, e, em cima formando um círculo ininterrupto, homens de braços nus saíam a correr de dentro da casa, atiravam o saco no saveiro, davam a volta à disparada, tornavam a sair a galope com outro saco, sem cessar, contínuos como a correia de uma grande máquina. Eram sessenta, oitenta, cem, talvez duzentos. Não se os podia contar. A cara escorrendo suor, os pobres surgiam do armazém como flechas, como flechas voltavam. Um clamor subia aos céus apregoando o serviço:

— Um, dois, três, vinte e sete, cinco, vinte, dez! trinta!

E a ronda continuava diabólica.

— Aquela gente não cansa?

— Qual! Trabalham assim horas a fio. Cada saco daqueles tem sessenta quilos e para transportá-lo ao saveiro pagam 60 réis. Alguns pagam menos, dão só 30 réis, mas, assim mesmo há quem tire dezesseis mil réis por dia.

O trabalho da estiva é complexo, variado; há a estiva de aguardente, do bacalhau, dos cereais, do algodão; cada uma tem os seus servidores e homens há que só servem a certas de determinadas estivas sendo por isso apontados.

— É muito, fiz.

— Passam dias porém sem ter trabalho e imagine quantas corridas são necessárias para ganhar a quantia fabulosa...

A lancha fizera-se ao largo. Caminhávamos para o poço, onde o navio, que devia sair naquela noite, fundeava, todo de branco. Era o começo do dia. A bordo ficou um terno de homens e eu com eles. O terno divide-se assim: um no guincho, quatro na embarcação, oito no porão e quatro no convés. Isso quando a carga é seca. Carregava café o vapor.

Logo que o saveiro atracou eles treparam pelas escadas rápidos, oito homens desapareceram na face aberta do porão despiram-se enquanto os outros rodeavam o guincho e as correntes de ferro começaram a ir e vir, do porão para o saveiro vazias, do saveiro para o porão carregadas de sacas de café. Era regular, matemática, a oscilação de um lento e formidável relógio.

Aqueles seres ligavam-se aos guinchos eram parte da máquina, agiam inconscientemente. Quinze minutos depois de iniciado o trabalho, suavam, arrancando as camisas. Só os negros trabalhavam de tamancos. E não falavam, não tinham palavras inúteis. Quando a ruma estava feita, erguiam a cabeça e esperavam a nova carga. Que fazer? Aquilo tinha que ser até as 5 da tarde!

Desci ao porão. Uma atmosfera de caldeira sufocava. Era as correntes caírem do braço de ferro, um dos oito homens precipitava-se, alargava-as, os outros puxavam os sacos.

— Eh! Lá!

De novo havia um rolar de ferros no convés, as correntes subiam enquanto eles arrastavam os sacos. Do alto a claridade caía fazendo uma bolha de luz que se apagava nas trevas dos cantos. E a gente olhando para cima via encostados cavalheiros de pijama e bonezinho, com o ar de quem descansa do banho a apreciar a faina alheia. Às vezes as correntes ficavam um pouco alta. Eles agarravam-se às paredes de ferro, com os passos vacilantes entre os sacos, e, estendendo o tronco nu e suarento as suas mãos preênses puxavam a carga em esforços titânicos.

— Eh! Lá!

Na embarcação, fora, os mesmo movimentos, o mesmo gasto de forças e de tal forma regular que em pouco eram movimentos correspondentes, regulados pela trepidação do guincho os esforços dos que se esfalfavam no porão e dos que se queimavam ao sol.

Até horas tardes da manhã trabalharam assim, indiferentes, aos botes, às lanchas, á animação especial do navio. Quando chegou a vez da comida, não se reuniram. Os do porão ficaram por lá mesmo, com a respiração intercortada, resfolegando, engolindo o pão sem vontade.

Decerto, pela minha face eles compreenderam que eu os deplorava. Vagamente o primeiro falou; outro disse-me qualquer coisa e eu ouvi as ideias daqueles corpos que o trabalho rebenta. A principal preocupação desses entes são as firmas dos estivadores. Eles as têm de cor, citam de seguida sem errar uma: Carlos Wallace, Mello e François, Bernardino Correia Albino, Empresa Estivadora, Picasso e C., Romão Conde e C., Wilson Sons e C., José Viegas Vaz, Lloyd Brasileiro, Capton Jones. Em cada uma dessas casas o terno varia de número e até de vencimentos como por exemplo o Lloyd que paga sempre menos que qualquer outra empresa.

Os homens com quem falava têm uma força de vontade incrível. Fizeram com o próprio esforço uma classe, impuzeram-na. Há doze anos não havia malandro que pegado na Ganboa não se desse logo como trabalhador de estiva. Nesse tempo não havia a associação, não havia o sentimento de classe e pobres estrangeiros pegados na Marítima trabalhavam por

três mil réis dez horas de sol a sol. Os operários reuniram-se. Depois da revolta começou a se fazer sentir o elemento brasileiro e desde então foi uma longa e pertinaz conquista. Um homem preso que se diga da estiva e horas depois confrontado com um sócio da União tem que apresentar o seu recibo de mês. Hoje estão todos ligados, exercendo uma mútua polícia para a moralização da classe. A *União dos Operários Estivadores* consegue, com uns estatutos que a defendem habilmente, o seu nobre fim. Os defeitos da raça, as disputas, as rusgas são consideradas penas, a extinção dos tais pequenos roubos que antigamente eram comuns merece um cuidado extremado da *União*, e todos os sócios tendo como diretores Bento José Machado, Antonio da Cruz, Santos Valença, Matheos do Nascimento, Jeronymo Duval, Miguel Rosso e Ricardo Silva esforçam-se, estudam, sacrificam-se pelo bem geral.

Que querem eles? Apenas serem considerados homens, dignificados pelo esforço e a diminuição das horas de trabalho, para descansar e para viver. Um deles, magro, de barba inculta, partindo um pão empapado de suor que lhe gotejava da fronte falou-me num grito de franqueza.

— O problema social não tem razão de ser aqui? Os Srs. não sabem que este país é rico mas que se morre de fome? É mais fácil estourar um trabalhador que um larápio! O capital está nas mãos de um grupo restrito, e há gente demais absolutamente sem trabalho. Não acredite que nos baste o discurso de alguns senhores que querem ser deputados. Vemos claro e desde que se começa a ver claro, o problema surge complexo e terrível. A greve, o Sr. acha que não fizemos bem na greve! Eram nove horas de trabalho. De toda a parte do mundo os embarcações diziam que o trabalho da estiva era só de sete!

Fizemos mal? Pois ainda não temos o que desejamos.

A máquina no convés recomeçara a trabalhar.

— Os patrões não querem saber se ficamos inúteis pelo excesso de serviço. Olhe, vá à Marítima, ao Mercado. Encontrará muitos dos nossos arrebatados, esmolando, apanhando os restos de comida. Quando se aproximam das casas às quais deram toda a vida correm-nos!

Que foi fazer lá? Trabalhou? Pagaram-no; rua! Toda a fraternidade universal se cifra neste horror!

Do alto caíram cinco sacas de café mal presas à corrente. Ele sorriu amargurado, precipitou-se, e de novo ouviu-se o pavor do guincho sacudindo as correntes donde pendiam dezoito homens estrompados. Até à tarde encostados aos sacos eu vi encher a vastidão do porão, bafioso e escuro. Eles não paravam. Quando deu cinco horas um de barba negra tocou-me no braço.

— Por que não se vai? Estão tocando a sineta. Nós ficamos para o serão à noite...Trabalhar até à meia noite.

Subi. Os ferros retiniam sempre a música sinistra. Encostados à amurada, damas roçando sedas e cavalheiros estrangeiros de *smoking*, debochavam em inglês as belezas da nossa baía; no *bar*, literalmente cheio ao estourar do *champagne* um moço vermelho de álcool e de calor levantava um copo dizendo.

— Saudemos o nosso caro amigo que Paris receberá...

Em derredor do pacote lanchas, malas, cargas, imprecações, gente querendo empurrar as bagagens, carregadores, assobios, um brouhaha formidável.

Um cavalheiro cheio de brilhantes no portaló perguntou-me se eu não vira a Lola. Desci, meti-me num bote, fiz dar a volta para ver mais uma vez aquela morte lenta entre os pesos. A tarde caíra completamente. Ritmados pelo arrastar das correntes os quatro homens, dirigidos do convés do *Steamer*, carregavam, tiravam sempre de dentro do saveiro mais sacas, sempre sacas, com as mãos disformes, as unhas roxas, suando, arrebatando de fadiga.

Um deles, porém, rapaz, quando o meu bote passava por perto do saveiro, curvou-se com a fisionomia angustiada, golfando sangue.

— Oh!diabo! fez o outro voltando-se, o José que não pode mais!

ANEXO B – Transcrições das quatro crônicas que foram ao livro *A alma encantadora das ruas*.

Fonte primária:

RIO, J. do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1908.

PRIMEIRA CRÔNICA

Os trabalhadores da estiva

Às 5 da manhã, ouvia-se um grito de máquina, rasgando o ar. Já o cais, na claridade pálida da madrugada, regorgitava num vai e vem de carregadores, catraeiros, homens de bote e vagabundos mal dormidos à beira dos quiosques. Abriam-se devagar os botequins, ainda com os bicos de gás acesos; no interior os caixeiros, preguiçosos, erguiam-se os braços com bocejos largos. Das ruas que vazavam na calçada rebentada do cais, afluía gente, sem cessar, gente que surgia do nevoeiro, com as mãos nos bolsos, tremendo, gente que se metia pelas bodegas e parava à beira do grande quiosque numa grande azafama. Para o cais da alfândega, ao lado, um grupo de ociosos olhava através às frinchas de um tapume, rindo a perder; um carregador, encostado aos umbrais de uma porta, lia, de óculos, o jornal, e todos gritavam, falavam, riam, agitavam-se na frialdade daquele acordar, enquanto dos botes policromáticos homens de camisa de meia ofereciam, aos berros, um passeiozinho pela baía. Na curva do horizonte o sol de maio punha manchas sangrentas e a luz da manhã abria, como desabrocha um lírio, no céu pálido.

Eu resolvera passar o dia com os trabalhadores da estiva, e, naquela confusão, via-os vir chegando, a balançar o corpo, com a comida debaixo do braço, muito modestos. Em pouco, a beira do cais ficou coalhada. Durante a última greve, um delegado de polícia dissera-me:

— São criaturas ferozes! Nem a tiro... Eu via, porém, essas fisionomias resignadas à luz do sol e elas me impressionavam de maneira bem diversa. Homens de excessivo desenvolvimento muscular, eram todos pálidos - de um pálido embaciado como se lhes tivessem pregado à epiderme um papel amarelo, e assim, encolhidos, com as mãos nos bolsos, pareciam um baixo relevo de desilusão, uma frisa de angústia.

Acerquei-me do primeiro, estendi-lhe a mão:

— Posso ir com vocês, para ver?

Ele estendeu também a mão, mão degenerada pelo trabalho, com as falanges recurvas e a palma calosa e partida.

— Por que não? Vai ver apenas o trabalho, fez com amarga voz.

E ficou-se, outra vez, fumando.

— É agora a partida?

— É.

Entre os botes, dois saveiros enormes, rebocados por uma lancha, esperavam. Metade dos trabalhadores, aos pulos, bruscamente, saltou para os fardos. Saltei também. Acostumados, indiferentes à travessia, eles sentaram-se calados, a fumar. Um vento frio cortava a baía. Todo um mundo de embarcações movia-se, coalhava o mar, riscava a superfície das ondas; lanchas oficiais em disparada, com a bandeira ao vento; botes, chatas, saveiros, rebocadores. Passamos perto de uma chata parada e inteiramente coberta de oleados. Um homem, no alto, estirou o braço, saudando.

— Quem é aquele?

— É o José. É chateiro-vigia. Passou todo o dia ali para guardar a mercadoria dos patrões. Os ladrões são muitos. Então, fica um responsável por tudo, toda a noite, sem dormir, e ganha seis mil réis. Às vezes, os ladrões atacam os vigias acordados e o homem, só, tem que se defender à revólver.

Civilizado, tive este comentário frio:

— Deve estar com sono, o José.

— Qual! Esse é dos que dobra dias e dias. Com mulher e oito filhos é preciso trabalhar. Ah! Meu senhor, há homens por este mar afora cujos filhos de seis meses ainda não os conhecem. Saem de madrugada e entram de madrugada em casa. O José está à espera que a alfândega tire o termo da carga, que não é estrangeira...

Outras chatas perdiam-se paradas na claridade do sol. Nós passávamos entre as lanchas. Ao longe, bandos de gaivotas riscavam o azul do céu e o cais dos Mineiros já se perdia distante na névoa vaga. Mas nós avistávamos um outro cais com um armazém ao fundo. À beira desse cais, saveiros enormes esperavam mercadoria; e, em cima, formando um círculo ininterrupto, homens de braços nus saíam a correr de dentro da casa, atiravam o saco no saveiro, davam a volta à disparada, tornavam a sair a galope com outro saco, sem cessar, contínuos como a correia de uma grande máquina. Eram sessenta, oitenta, cem, talvez duzentos. Não os podia contar. A cara escorrendo suor, os pobres surgiam do armazém como flechas, como flechas voltavam. Um clamor subia aos céus, apregoando o serviço:

— Um, dois, três, vinte e sete; cinco, vinte, dez, trinta!

E a ronda continuava diabólica.

— Aquela gente não cansa?

— Qual! Trabalham assim horas a fio. Cada saco daquele tem sessenta quilos e para transportá-lo ao saveiro pagam 60 réis. Alguns pagam menos – dão só 30 réis, mas, assim mesmo, há quem tire dezesseis mil réis por dia.

O trabalho da estiva é complexo, variado; há a estiva de aguardente, do bacalhau, dos cereais, do algodão; cada uma tem os seus servidores, e homens há que só servem à certas e determinadas estivas, sendo por isso apontados.

— É muito, fiz.

Passam dias, porém, sem ter trabalho e imagine quantas corridas são necessárias para ganhar a quantia fabulosa...

A lancha fizera-se ao largo. Caminhávamos para o poço onde o navio que devia sair naquela noite fundeava, todo de branco. Era o começo do dia. A bordo ficou um terno de homens, e eu com eles. O terno divide-se assim: um no guincho, quatro na embarcação, oito no porão e quatro no convés. Isso quando a carga é seca. Carregava café o vapor.

Logo que o saveiro atracou, eles treparam pelas escadas, rápidos; oito homens desapareceram na fauce aberta do porão, despiram-se, enquanto os outros rodeavam o guincho e as correntes de ferro começavam a ir e vir do porão para o saveiro, do saveiro para o porão, carregadas de sacos de café. Era regular, matemática, a oscilação de um lento e formidável relógio.

Aqueles seres ligavam-se aos guinchos; eram parte da máquina; agiam inconscientemente. Quinze minutos depois de iniciado o trabalho, suavam arrancando as camisas. Só os negros trabalhavam de tamancos. E não falavam, não tinham palavras inúteis. Quando a ruma estava feita, erguiam a cabeça e esperavam a nova carga. Que fazer? Aquilo tinha que ser até às 5 da tarde!

Desci ao porão. Uma atmosfera de caldeira sufocava. Era as correntes caírem do braço de ferro, um dos oito homens precipitava-se, alargava-as, os outros puxavam os sacos.

— Eh! lá!

De novo havia um rolar de ferros no convés, as correntes subiam enquanto eles arrastavam os sacos. Do alto da claridade caía fazendo uma bolha de luz, que se apagava nas trevas dos cantos. E a gente, olhando para cima, via encostados cavalheiros de pijama e bonésinho, com o ar de quem descansa do banho a apreciar a faina alheia. Às vezes, as correntes ficavam um pouco alto. Eles agarravam-se às paredes de ferro com os passos vacilantes entre os sacos, e, estendendo o tronco nu e suarento, as suas mãos prehensís puxavam a carga em esforços titânicos.

— Eh! lá!

Na embarcação, fora, os mesmos movimentos, o mesmo gasto de forças e de tal forma regular que em pouco eram movimentos correspondentes, regulados pela trepidação do guincho, os esforços dos que se esfalfavam no porão e dos que se queimavam ao sol.

Até horas tardes da manhã trabalharam assim, indiferentes aos botes, às lanchas, à animação especial do navio. Quando chegou a vez da comida, não se reuniram. Os do porão ficaram por lá mesmo, com a respiração intercortada, resfolegando, engulindo o pão, sem vontade.

De certo pela minha face eles compreenderam que eu os deplorava. Vagamente, o primeiro falou; outro disse-me qualquer coisa e eu ouvi as idéias daqueles corpos que o trabalho rebenta. A principal preocupação desses entes são as firmas dos estivadores. Eles as têm de cor, citam de seguida, sem errar uma: Carlos Wallace, Mello e François, Bernardino Correia Albino, Empresa Estivadora, Picasso e C., Romão Conde e C., Wilson, Sons C., José Viegas Vaz, Lloyd Brasileiro, Capton Jones. Em cada uma dessas casas o terno varia de número e até de vencimentos, como por exemplo – o Lloyd, que paga sempre menos que qualquer outra empresa.

Os homens com quem falava têm uma força de vontade incrível. Fizeram com o próprio esforço uma classe, impuzeram-na. Há doze anos não havia malandro que, pegado na Gambôa, não se desse logo como trabalhador da estiva. Nesse tempo não havia a associação, não havia o sentimento de classe e os pobres estrangeiros pegados na Marítima trabalhavam por três mil réis dez horas de sol a sol. Os operários reuniram-se. Depois da revolta, começou a se fazer sentir o elemento brasileiro e, desde então, foi uma longa e pertinaz conquista. Um homem preso, que se diga da estiva, é, horas depois, confrontado com um sócio da União, tem que apresentar o seu recibo de mês. Hoje, estão todos ligados, exercendo uma mútua polícia para a moralização da classe. A União dos Operários Estivadores consegue, com uns estatutos que a defendem habilmente, o seu nobre fim. Os defeitos da raça, as disputas, as rusgas são consideradas penas; a extinção dos tais pequenos roubos, que antigamente eram comuns, merece um cuidado extremado da União, e todos os sócios, tendo como diretores Bento José Machado, Antonio da Cruz, Santos Valença, Matheus do Nascimento, Jeronymo Duval, Miguel Rosso e Ricardo Silva, esforçam-se, estudam, sacrificam-se pelo bem geral.

Que querem eles? Apenas ser considerados homens, dignificados pelo esforço e a diminuição das horas de trabalho, para descansar e para viver. Um deles, magro, de barba inculta, partindo um pão empapado de suor que lhe gotejava da fronte, falou-me, num grito de franqueza:

— O problema social não tem razão de ser aqui? Os senhores não sabem que este país é rico, mas que se morre de fome? É mais fácil estourar um trabalhador que um larápio! O capital está nas mãos de um grupo restrito, e há gente demais absolutamente sem trabalho. Não acredite que nos baste o discurso de alguns senhores que querem ser deputados. Vemos claro e, desde que se começa a ver claro, o problema surge complexo e terrível. A greve, o senhor acha que não fizemos bem na greve? Eram nove horas de trabalho. De toda a parte do mundo os embarcações diziam que o trabalho da estiva era só de sete!

Fizemos mal? Pois ainda não temos o que desejamos.

A máquina, no convés, recomeçara a trabalhar.

— Os patrões não querem saber se ficamos inúteis pelo excesso de serviço. Olhe, vá a Marítima, ao Mercado. Encontrará muitos dos nossos arrebetados, esmolando, apanhando os restos de comida. Quando se aproximam das casas às quais deram toda a vida correm-nos!

Que foi fazer lá? Trabalhou? Pagaram-no; rua! Toda a fraternidade universal se cifra neste horror!

Do alto caíram cinco sacas de café mal presas à corrente. Ele sorriu, amargurado, precipitou-se, e, de novo ouviu-se o pavor do guincho sacudindo as correntes donde pendiam dezoito homens estrompados. Até a tarde, encostado aos sacos, eu vi encher a vastidão do porão bafioso e escuro. Eles não pararam. Quando deu cinco horas um de barba negra tocou-me no braço:

— Por que não se vai? Estão tocando a sineta. Nós ficamos para o serão à noite...Trabalhar até a meia noite.

Subi. Os ferros retiniam sempre a música sinistra. Encostados à amurada, damas roçagando sedas e cavalheiros estrangeiros de *smoking*, debochavam, em inglês, as belezas da nossa baía; no *bar*, literalmente cheio, ao estourar do *champagne*, um moço vermelho de álcool e de calor levantava um copo, dizendo:

— Saudemos o nosso caro amigo que Paris receberá...

Em derredor do pacote, lanchas, malas, cargas, imprecações, gente querendo empurrar as bagagens, carregadores, assobios, um *brouhaha* formidável.

Um cavalheiro cheio de brilhantes, no portaló, perguntou-me se eu não vira a Lola. Desci, meti-me num bote, fiz dar a volta para ver mais uma vez aquela morte lenta entre os pesos. A tarde caía completamente. Ritmados pelo arrastar das correntes, os quatro homens, dirigidos do convés do *steamer*, carregavam, tiravam sempre de dentro do saveiro mais sacas, sempre sacas, com as mãos disformes, as unhas roxas, suando, arrebetando de fadiga.

Um deles, porém, rapaz, quando o meu bote passava por perto do saveiro, curvou-se, com fisionomia angustiada, golfando sangue.

— Oh! diabo! fez o outro, voltando-se. O José que não pode mais!

SEGUNDA CRÔNICA

Sono calmo...

Os delegados de polícia são de vez em quando uns homens amáveis. Esses cavalheiros chegam mesmo, ao cabo de certo tempo, a conhecer um pouco da sua profissão e um pouco do trágico horror que a miséria tece na sombra da noite por essa misteriosa cidade. Um delegado, outro dia, conversando dos aspectos sórdidos do Rio, teve a amabilidade de dizer:

— Quer vir comigo visitar esses circuitos infernais?

Não sei se o delegado quis dar-me apenas a nota mundana de visitar a miséria, ou se realmente, como Virgílio, o seu desejo era guiar-me através de uns tantos círculos de pavor, que fossem outros tantos ensinamentos. Lembrei-me que Oscar Wilde também visitara as hospedarias da má fama e que Jean Lorrain se fazia passar aos olhos dos ingênuos como tendo acompanhado os grão- duques russos nas peregrinações perigosas que Goron guiava.

Era tudo quanto há de mais literário e de mais batido. Nas peças francesas há dez anos já aparece o jornalista que conduz a gente chique aos lugares macabros; em Paris, os repórteres do “Journal” andam acompanhados de um apache autêntico. Eu repetira apenas em gesto que é quase uma lei. Aceitei.

À hora da noite quando cheguei à delegacia, a autoridade ordenara uma caça aos “pivetes”, pobres garotos sem teto, e preparava-se para a excursão com dois amigos, um bacharel e um adido de legação, tagarela e ingênuo.

O bacharel estava comovido. O adido assegurava que há miséria só na Europa – porque a miséria é proporcional à civilização. Ambos de casaca davam ao rele interior do posto um aspecto estranho. O delegado sorria, preparando com o interesse de um “maitre-hotel” o cardápio das nossas sensações.

Afinal ergueu a bengala.

— Em marcha!

Descemos todos, acompanhados de um cabo de polícia e de dois agentes secretos — um dos quais zanaga, com o rosto grosso de calabês. É perigoso entrar só nos covis horrendos, nos trágicos asilos da miséria. Íamos caminhando pela Rua da Misericórdia, hesitantes ainda diante das lanternas com vidros vermelhos. Às esquinas, grupos de vagabundos e desordeiros desapareciam ao nosso apontar, e, afundando o olhar pelos becos estreitos em que a rua parece vazar a sua imundície, por aquela rede de becos, víamos outras lanternas em forma de foice, iluminando portas equívocas. Havia casas de um pavimento só, de dois, de três; negras, fechadas, hermeticamente fechadas, pegadas uma à outra, fronteiras, confundindo a luz das lanternas e a sombra dos balcões. Os nossos passos ressoavam num desencontro nos lajedos quebrados. A rua, mal iluminada, tinha candeeiros quebrados, sem a capa *Auer*, de modo que a brancura de uns focos envermelhecia mais a chama pisca dos outros. Os prédios antigos pareciam ampararem-se mutuamente, com as fachadas esborcinadas, arrebentadas algumas. De repente uma porta abria, tragando, num som cavo, algum retardatário.

Trechos inteiros da calçada, imersos na escuridão, encobriam cafajestes de bombacha branca, gingando, e constantemente o monótono apito do guarda noturno trilava, corria como um arrepio na artéria do susto, para logo outro responder mais longe e mais longe ainda outro ecoar o seu aspecto trilo. No alto, o céu era misericordiosamente estrelado, e uma doce tranquilidade parecia escorrer do infinito.

— Há muitos desses covis espalhados pela cidade? indagou o advogado, abotoando o mac-farlane.

— Em todas as zonas, meu caro.

— Em cinco noites, visitando-os depressa, informou o agente, v. s. não dá cabo deles. É por aqui, pela Gambôa, nas ruas centrais, nos bairros pobres. Só na Cidade Nova, que quantidade! Isso não contando com as casas particulares, em que moram vinte e mais pessoas, e não querendo falar das hospedarias só de gatunos, os “zungas”.

— “Zungas”? fez o adido de legação, curioso.

— As hospedarias baratas têm esse nome...Dorme-se até por cem réis. Saiba Vossa Senhoria que a vidinha dava para uma história

Mas debaixo de uma das foices de luz, o delegado parara. Estacamos também.

O soldado bateu à porta, com a mão espalmada. Houve um longo silêncio. O soldado tornou a bater. De dentro então uma voz sonolenta indagou:

— Quem é?

— Abra! É a polícia! Abra!

O silêncio continuou. Nervoso, o delegado atirou a bengala à porta.

— Abra já! É o doutor delegado! Abra já!

A porta abriu-se. Barafustamos na meia luz de um corredor com areia no assoalho. O homem que viera abrir, corpulento, de camisa de meia, esfregou os olhos, deu força ao bico de gás, encostou-se à mesa forrada de jornais, onde se alinhavam castiçais.

— É o proprietário? indagou o delegado.

— Saiba v.s. que não. Sou o encarregado.

— Muita gente?

— Não há mais lugares.

— Deixe ver o livro.

O livro é uma formalidade cômica. A autoridade virou-lhe as páginas, rápido, enquanto os secretas descansavam as bengalas. O mal cheiro era intenso.

— Mostre-nos isso! fez a autoridade, minutos depois.

— Não há acusação contra a casa, há senhor doutor?

— Não sei, ande.

O encarregado, tremendo, seguiu à frente, erguendo o castiçal. Abriu uma porta de ferro, fechou-a de novo, após a nossa passagem. E começamos a ver o rez-do-chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbas com lençóis encardidos, em que dormiam de beijo aberto, babando, marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbuda. Uns cobriam-se até o pescoço. Outros espapaçavam-se completamente nus.

A mando da autoridade superior, os agentes chegavam a vela bem perto das caras, passavam a luz por baixo das camas, sacudiam os homens do pesado dormir. Não havia surpresa. Os pobres entes acordavam e respondiam, quase a roncar outra vez, a razão por que estavam ali, lamentavelmente. O bacharel estava varado, o adido tinha um ar desprendido. Não tivesse ele visitado a miséria de Londres e principalmente a de Paris! O delegado, entretanto, gozava aquele espetáculo.

— Subamos! murmurou.

Trepamos todos por uma escada íngreme. O mal cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava, e, parando um instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a secção dos quartos reservados e a sala das esteiras. Os quartos estreitos, asfixiantes, com camas largas antigas e lençóis por onde corriam percevejos. A respiração tornava-se difícil.

Quando as camas rangiam muito e custavam a abrir, o agente mais forte empurrava a porta, e, à luz da vela, encontrávamos quatro e cinco criaturas, emborcadas, suando, de língua de fora; homens furiosos, cobrindo com o lençol a nudez, mulheres tapando o rosto, marinheiros “que haviam perdido o bote”, um mundo vário e sombrio, gargolejando desculpas, com a garganta seca. Alguns desses quartos, as dormidas de luxo, tinham entrada pela sala das esteiras, em que se dorme por oitocentos réis, e essas quatro paredes impressionavam como um pesadelo.

Completamente nua, a sala podia conter trinta pessoas, à vontade, e tinha pelo menos oitenta nas velhas esteiras atiradas ao assoalho.

Os fregueses dormiam todos – uns de barriga para o ar, outros de costas, com o lábio no chão negro, outros de lado, recurvados como arcos de pipa. Estavam alguns vestidos. A maioria, inteiramente nua, fizera dos andrajos travesseiros. Erguendo a vela, o encarregado explicava que ali o pessoal estava muito bem, e no palor em halo da luz que ele erguia, eu via pés disformes, mãos de dedos recurvos, troncos suarentos, cabeças numa estranha lassidão – uma galeria trágica de cabeças embrutecidas, congestionadas, bufando de boca aberta... De vez em quando um braço erguia-se no espaço, tombava faces, em que mais de perto o raio de luz batia, tinham tremores súbitos – e todos roncavam, afogados em sono.

Um dos agentes sacudiu um rapazola.

— Hein? Já quatro horas? fez o rapaz acordando?

— Que faz aqui?

— Espero a hora do bote para a ilha. Sou carvoeiro, sim senhor... Ai! minha mãe! Vão levar-me preso!

Subitamente, porém, apalpou as algibeiras, olhou-nos ansioso. Tinha sido roubado! Houve um reboço. Como por encanto, homens, havia ainda minutos, a dormir profundamente, acordavam-se. O senhor delegado, alteando a voz deu ordem para não deixar

sair ninguém ser revistado. O encarregado, com perdão do senhor delegado e das outras senhorias, descompunha o pequeno.

— Trouxe dinheiro, maricas?

Já não lhe tenho dito que me entregue? É lá possível ter confiança nesta súcia. E a minha casa agora, e eu? Besta de uma figa, que não sei onde estou...

Os agentes faziam levantar a canalha, arreliada com o incidente, e na luz vaga os perfis patibulares emergiam com gestos cínicos de espreguiçamento.

Tanto o bacharel como o adido mostravam na face um leve susto. O delegado contemplava-os.

— Que lhes dizia eu? Uma sensação, meus caros, admirável. Subamos ao último andar!

Havia com efeito mais um andar, mas quase não se podia lá chegar, estando a escada cheia de corpos, gente enfiada em trapos, que se estirava nos degraus, gente que se agarrava aos balaustres do corrimão — mulheres receosas da promiscuidade, de saias enrodilhadas. Os agentes abriam caminho, acordando a canalha com a ponta dos cacetes. Eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava. Mais um pavimento e arrebentariamos. Parecia que todas as respirações subiam, envenenando as escadas, e o cheiro, o fedor, um fedor fulminante, impregnava-se nas nossas próprias mãos, desprendia-se das paredes, do assoalho carcomido, do teto, dos corpos sem limpeza. Em cima, então, era a vertigem. A sala estava cheia. Já não havia divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. Mais uma hora e acordaria para esperar no cais os batelões que a levassem ao cepo do labor, em que empedra o cérebro e rebenta os músculos.

Grande parte desses pobres entes fora atirada ali, no esconderijo daquele covil, pela falta de fortuna. Para se livrar da polícia, dormiam sem ar, sufocados, na mais repugnante promiscuidade. E eu, o adido, o bacharel, o delegado amável estávamos a gozar dessa gente o doloroso espetáculo!

— Não se emocione, disse o delegado. Há por aqui, gatunos, assassinos, e coisas ainda mais nojentas.

Desci. Doíam-me as têmporas. Era impossível o cheiro de todo aquele entulho humano. O adido precipitou-se também e os outros o seguiram. Em baixo, a vistoria aos fregueses não dera resultado. O encarregado ainda gritava e o cabo estava nervoso, já tendo dado alguns murros. O doutor delegado teve uma última ideia — a visão de uma cena ainda mais cruel.

— Vamos ver os fundos!

Foi aí então que vimos o sofrer inconsciente e o último grão da miséria. O hospedeiro torpe dizia que por ali dormiam alguns de favor, mas pelo corredor estreito, em redor da sentina, no trecho do quintal, cheio de trapos e de lama, nas lajes, os mendigos, faces escaveiradas e sujas, acordavam num clamor erguendo as mãos para o ar. E de tal forma a treva se ligava a esses espectros da vida que o quadro parecia formar um todo homogêneo e irreal.

— Tudo grátis aos desgraçadinhos, sibilava o homem musculoso.

Curvei-me, perto da latrina. Era uma velha embiocada num capuz preto.

— Quanto pagou v., minha velha?

— O que tinha, filho, o que tinha, dois tostões...

Dei-lhe qualquer coisa, e mais íntima, esticando o pescoço, ela indagou, trêmula:

— Por que será tudo isso? Vão levar-nos presos?

Mas já o delegado saía com os seus convidados. À porta o encarregado esperava. Saí. A escuridão afogava os prédios, encapuchava os combustores, alongava a rua. Não se sabia onde acabara o pesadelo, onde começara a realidade.

— Basta, dizia o adido, basta. Já tenho uma dose suficiente.

— Também é tudo a mesma coisa. É ver uma, é ver todas.

— E quem diria? concluiu o bacharel, até então mudo.

Neste momento ouviu-se o grito de pega! Um garoto corria. O cabo precipitou-se.

Já outros dois soldados vinham em disparada. Era a caçada aos garotos, a “canôa”. A “canôa” vinha perto. Tinham pegado uns vinte vagabundos, e pela calçada, presos, seguidos de soldados, via-se, como uma serpente macabra, desenrolar-se a série de miseráveis trêmulos de pavor.

— Canalhas! bradou o doutor delegado. E ainda se queixam que eu os mande prender para dormir na estação!

— Nós devíamos ter asilos, instruiu o adido.

— É verdade, os asilos, a higiene, a limpeza. Tudo isso é muito bonito. Havemos de ter. Por enquanto Nosso Senhor, lá em cima, que olhe por eles!

As suas mãos, maquinalmente esticaram-se, e os nossos olhos, acompanhando aquele gesto elegante de ceptismo mundano, deram no céu, recamado de ouro. Todas as estrelas palpitavam: por cima da casaria estendia-se uma poeira de ouro. Naquela chaga incurável, chaga lamentável da cidade, a luz gotejava do infinito como um bálsamo.

TERCEIRA CRÔNICA

As mulheres mendigas

A mendicidade é a exploração mais regular, mais tranquila desta cidade. Pedir, exclusivamente pedir, sem ambição aparente e sem vergonha, assim à beira da estrada da vida, parece o mais rendoso ofício de quantos tenham aparecido; e a própria miséria, no que ela tem de doloroso e de pungente, sofre com essa exploração.

É preciso estudar a sociedade complicada e diversa dos que pedem esmola, adivinhar até onde vai a verdade e até onde chega a malandrice, para compreender como a polícia descuro a agasalho da invalidez e a toleima incauta dos que dão esmolos.

Entre os homens mendigos há irmãos da opa, agentes de depravação, viciados, profissionais de doenças falsas, mascarando um formidável cenário de dores e de aniquilamento. Só depois de um longo convívio é que se pode assistir à iniciação na maçonaria dos miseráveis, os estudos de extorsão pelo rogo, toda a tática lenta do pedido em nome de Deus, que, às vezes, acaba em pancada. Os homens exploradores não têm brio. As mulheres, só quando são realmente desgraçadas é que não mentem e não fantasiam. São, entretanto, as mais incríveis.

Foi Pietro Mazzoli, um mendigo cínico, que para sempre no Largo do Capim, quem me apontou o meio diverso da mendicidade das mulheres. Pietro é baixo, reforçado, corado. Puxa sempre a suíça potente; com o minúsculo chapeuzinho posto ao lado, sobre a juba enorme e cheia de lândeas. É mendigo por desfazio e comodidade. Soldado, fugiu do serviço militar como criado de bordo. Em Buenos Aires fez-se inculcador de casas suspeitas, porteiro do mesmo gênero, *caften*, barítono de café cantante, preso. No Rio, sendo-lhe habitual a prisão, já foi cego, torto das pernas, aleijado de carrinho, corcunda, maneta, atacado do mal de São Guido. É o Frégoli da miséria. Antes de se estabelecer mendigo, andou pelo Estado do Rio fazendo dançar um urso que era um companheiro de malandragens. Essa pilhéria do urso nada autêntico valeu-lhe uma sova e três anos de prisão. Homem de tal jaez conhece todos os truques, a falsa miséria e a verdadeira, a exploração e a dor sentida. É ele quem nos inicia.

Há mendigas burguesas, mendigas mães de família, alugadas, dirigidas por *caftens*, cegas que veem admiravelmente bem, chaguentas lépidas, cartomantes ambulantes, vagabundas e uma série de mulheres perdidas cuja estrela escureceu na mais aflitiva desgraça.

Nos pontos dos bondes, pelas ruas, guiadas sempre por crianças de faces inexpressivas, vemos tristes criaturas com as mãos estendidas, mastigando desejos para a nossa salvação, com a ajuda de Deus.

Há a Antonia Maria, a Zulmira, a viúva Justina, a dona Ambrosina, a excelente e anafada tia Josepha; umas magras, amparadas aos bordões, chorando humildades; outras gordas, movendo a mole do corpo com tremidinhos de creme. Às portas das igrejas param, indagam quem entra, a ver se a missa é de gente rica; postam-se nas escadarias, agachadas, psalmodiando funerariamente, olhando com rancor os mendigos, - negros roídos de alcoolismo, velhos a tremer de sífilis. A lista dessas senhoras é interminável, e há entre elas, negócios à parte, uma interessante sociabilidade. Cada uma tem o seu bairro a explorar, a sua igreja, o seu ponto livre de incômodos imprevistos. Quando aparece alguma neófita, olham-na furiosas e martirizam-na como nas escolas aos estudantes calouros.

Têm, naturalmente, uma vida regrada a cronômetro suíço, criaturas tão convencidas do seu ofício. Saem de casa às 6 da manhã, ouvem missa devotamente porque acreditam em Deus e usam ao peito medalhinhas de santos.

Depois, postam-se à porta até que a última missa tenha dado a receita suficiente às várias dependências do templo, vão almoçar e começam a peregrinação pelos bondes, de porta em porta, até a hora de jantar. Uma, a Izabel Ferreira, cabocla esguia e má, pede à noite e confessa que isso dá uma nota mais lúgubre, mais emocionante ao pedido.

Ao passar por essa gente sentem todos o fraco egoísmo da bondade e, cinco ou seis dias depois de as conversar, percebe-se que esmolar é apenas uma profissão menos fatigante que coser ou lavar – e sem responsabilidade, na sombra, na pândega. A maior parte dessas senhoras não sofre moléstia alguma;

sustenta a casa arrumadinha, canja aos domingos, fatiotas novas para os grandes dias. São, ou dizem-se, quase sempre viúvas.

Algumas, embrulhadas em xales pretos, acompanhadas de dois ou três petizes, as mais das vezes alugados – como uma certa mulher cor de cera, chamada Rosa – percorrem os estabelecimentos comerciais, os lugares de agitação; sobem às redações dos jornais, forçando a esmola, agarrando, implorando. A dona Rosa, para dizer o seu nome e a inaudita felicidade de vida numa rede de mentiras, arrancou-me cinco mil réis, com precipitação, arte e destreza tais que, quando dei por mim, já ia longe com os petizes e a nota.

Não há uma só cuja coleta diária seja menor de dez mil réis, e cada qual pede a seu modo, invadindo até as sacristias das igrejas. A Francisca Soares, da igreja de São Francisco, envolta em uma mantilha de velho merinó, começa sempre louvando os irmãos benfeitores pintados pelo Sr. Petit.

Que retratos! Estão tal qual, certinhos! Depois, pergunta-nos se não temos *coupons* de volta dos bondes, arrisca-se a implorar o tostão em troca do *coupon*, e, quando vê a moeda, fala mais do Sr. Petit e acha pouco. Outras, dotadas de grande vocação dramática, sussurram, com a face decomposta, a angústia de um irmão morto em casa, sem dinheiro para o caixão. O resto, sem inventiva, macaqueia o multiformismo da invalidez, rezando.

A esmola, apesar da crise econômica que os jornais proclamam, subiu. Não há quem dê moeda de cobre a um mendigo sem o temor de desgostá-lo ou de levar uma descompostura cheia de pragas, que nessas bocas repuxadas causam uma dolorosa impressão de dor e de confrangimento.

Logo de manhã, quando nas torres os sinos tangerem, a tropa sobe para a igreja.

— Bom dia, dona Guilhermina.

— Bom dia, dona Antonia. Como vai dos seus incômodos?

— O reumatismo não me deixa. É desta laje fria.

— Que se há de fazer? É a vontade de Deus. Então, hoje, missas boas?

— Li no jornal: às nove e meia a do general... Mas, não contemos. Os ricos estão cada vez mais sovinas.

Aconchegam-se, tomam posição e, pouco depois, os níqueis começam a cair e as vozes de dentro dos xales a sussurrar:

— Deus vos acompanhe! Deus lhe pague! Deus lhe dê um bom fim!

Há até certos lugares rendosos que são vendidos como as cadeiras de engraxate e os *fauteuils* de teatro.

As mendigas alugadas são em geral raparigas com disposições lamurientas, velhas cabulosas aproveitadas pelos agentes da falsa mendicidade, com ordenado fixo e porcentagem sobre a receita. Encontrei duas moças – uma de Minas, outra da Bahia – Albertina e Josepha, e um bando de velhas nesse emprego. As raparigas são uma espécie de pupilas da Senhora Genoveva que mora na Gambôa. Josepha, picada de bexigas, só espera o meio de se ver fora do jugo; Albertina, tísica, tossindo e escarrando, apresenta um atestado que a dá por mãe de três filhos.

O atestado e, de resto, um dos meios de embaçamento público.

Certo *caften*, morador nos subúrbios, chamado Alfredo, tem por sua conta um par de raparigas – a Jovita, italiana, e a parda Maria. A Jovita foi, a princípio, criada; fugiu com um rapaz, abandonou-o e caiu na exploração da mendicidade com o Senhor Alfredo. Maria é a história de Jovita, um pouco mais escurecida. Ambas têm atestado em bela letra, dizendo as desgraças que lhes vão por casa e o cadáver à espera do caixão.

Como Jovita é bonita, os subscritores são tão numerosos que ela pode fazer, sem cuidado, alguns enterros por semana. Às 7 da noite, tomam as duas o trem na Central, e, quando se sentem seguidas, saltam em estações diferentes, metem-se nos bondes – tudo isso muito alegres e defendendo o Senhor Alfredo com grande dedicação.

O gênero é relativamente agradável, à vista dos outros – o das vagabundas ladras e das pitonisas ambulantes, grupo de que são figuras principais as senhoras Concha e Natividad, espanholas, e a Senhora Eulália – cigana exótica. A Senhora Concha, por exemplo, é cleptomana, e, dessa tara lhe vem a profissão – da tara e da inépcia policial. Quando *cocotte*, Concha teve amantes ricos e roubava-lhes o relógio, os lenços, os alfinetes, por diversão.

Foi presa por um inglês sisudo, e partiu para Lisboa onde repetiu a cena tantas vezes que aos poucos se viu na necessidade de voltar ao Brasil como criada.

Roubou de novo, foi outra vez presa e resolveu ser cartomante andarilha, ler a *buena-dicha* pelos bairros pobres, pelas estalagens, só para roubar. É gordinha, anda arrimada a um cacete, fingindo ter úlceras nas pernas. Aproxima-se, pede a esmola como quem pergunta se as coisas vão mal.

— Deus a favoreça!

— Você tem cara de ser feliz! Vamos ver a *suerte del barajo*.

E tira do seio um maço de cartas. Quem, nestas épocas de dispersivas crenças, deixará de saber da própria sorte? Mandam-na entrar e ela conta histórias às famílias enquanto empalma objetos e alguns níqueis agradecidos.

Natividad e Eulália seguem o mesmo processo, mas Eulália, aduncamente cigana, lê nas mãos deformadas e calosas dos trabalhadores, enquanto as suas apalpm os bolsos do cliente.

Do fundo desse amaranhamento de vício, de malandragem, de gatunice, as mulheres realmente miseráveis são em muito maior número do que se pensa, criaturas que rolaram por todas as infâmias e já não sentem, já não pensam, despidas da graça e do pudor. Para estas basta um pão enlameado e um níquel; basta um copo de álcool para as ver taramelar, recordando a existência passada.

Vivem nas praças, no Campo da Aclamação; dormem nos morros, nos subúrbios, passam à beira dos quiosques, na Saúde, em São Diogo, nos grandes centros de multidões baixas, apanhando as migalhas dos pobres, e olhando com avidez o café das companheiras. Eu encheria tiras de papel sem conta, só com o nome dessas desgraçadas a quem ninguém pergunta o nome, senão nas estações, entre cachações de soldados e a *pose* pantafaçada dos inspetores; e seria um livro horrendo, aquele que contasse com a simples verdade todas as vidas anônimas desses fantásticos seres de agonia e de miséria! Andam por aí ulceradas, sujas, desgrenhadas, com as faces entumecidas e as bocas arrebetadas pelos socos, corridas a varadas dos quiosques, vaiadas pela garotada. Nas noites de chuva, sob os açoites da ventania, aconchegam-se pelos portões, metem-se pelos socavões, tiritando... Às vezes, para cúmulo de desgraça, aparecem grávidas, sem saber como, à mercê da horda de vagabundos que as viola, que as tortura, que as bate, sem lhes conceder ao menos a piedade do nojo; e os filhos morrem, desaparecem, levados na tristura do seu soluçante existir, estrangulados, talvez, nos inúmeros recantos que a milícia do nosso duplo policiamento ignora.

Acompanhado do cínico Mazzoli, ouvi-lhes as confissões inauditas. Pela noite alta, íamos os dois para o Largo da Sé, para as beiradas da Santa Casa, e, diante de nós, esses semblantes alanhados de sofrimento, os olhos em pranto, como um bando de espectros, desvendaram-nos os paroxismos da vida antiga.

Eram amorosas exploradas, ardendo ainda em raiva passional, eram vítimas do cafetismo sentido no lábio o freio do lenocínio, eram *cocottes do chic*, escalavradas de sífilis, na dor do luxo passado, e velhas, velhas sem pecado, que a miséria, a ingratidão e a misteriosa fatalidade desfaziam nos mais amargurados transes. Nunca os descabelados românticos imaginaram tão torvo quadros.

Já quando se lhes pergunta o nome com bondade, a surpresa estala em choro.

— Chamo-me Zoarda. Sou cubana. Vim para o Rio com um pelotari. Ao chegar aqui, outro conquistou-me. Fui explorada por ambos. Eram bonitos, eram fortes! Adoecei; eles tomaram outra. Quando saí do hospital só pensava em matá-la!

— A quem?

— A ela, — a outra. Fui, entretanto, presa e novamente segui para a Gambôa, onde cheguei a ser enfermeira. Quando de lá saí, roída pela moléstia, estava este trapo, a espera do *Zé-Maria*.

— O *Zé-Maria*?

— Sim, da morte!

Zoarda vive a fingir que tem barriga d'água.

— Josephina Veral, sim, senhor. Vim como criada. Um homem raptou-me; vivi com ele seis anos. Entreguei-me à prostituição explorada por dois malandros. Roubavam-me, a moléstia acabou a obra... Não posso trabalhar.

E de dentro de sua negra boca saem descrições satânicas da vida que a inutilizara.

— Emma Rosnick, nascida em Budapeste em 1874. Fui enjeitada num corredor. Os moradores levaram-me à polícia que cuidou de mim. Aos 18 anos casei com Rosnik, um debochado. Uma vez, atirou-me aos braços de um amigo, a quem matou depois por questões de jogo; vim para o Brasil... Oh! os exploradores! Estou neste estado.

Esta mulher de trinta anos parece ter sessenta.

E outras e outras, floristas ainda moças, velhas que tiveram lar, mulheres passionais ou vítimas do amor, como nas prosas byroneanas de 1830, como nos dramalhões do Recreio, um mundo de soluços, que, mesmo visto, ao nosso sceptismo parece falso.

Certa noite, no Largo da Sé, encontramos junto ao quiosque, cheia de latas velhas e coberta de andrajos, uma cara de velha boneca aureolada de farrilpas louras. A cara sinistra falava francês.

— Dá-me uma cigarreta, fez com o seu melhor sorriso, Turco? *Il y a longtemps!*... Oh! Oh ! fuma gianaclis ?

Arredou as latas, puxou a traparia e os sacos com o ar de madame Daynès Grassot.

— Afaste o mendigo, disse baixo, e para a soleira suja: *Asseyez-vous. Vous êtes journaliste?*

Eu vinha encontrar a espera dos restos de pão uma das estrelas mundanas do Alcazar; eu estava falando com Françoise d'Álbigny; a Fran, levada Fran, que tivera carros e agora descorria, com um arzinho postiço, da Suzane Castera, de um deputado do norte que ainda hoje figura na Câmara, de um conhecido jornalista seu amigo!

— Desgraças, *mon petit!* Tenho 65 anos. Casei sabes, uma loucura! Casei com Maconi, que me pôs neste estado!

Representando logo, o pobre trapo da luxúria elegante, bateu-me a caixa de cigarretas e dinheiro, que com um sorriso atroz dizia ser para *bonbons*.

Eram dez horas da noite. O dono do quiosque fechava as persianas, apagando os bicos de gás. E, vendo-a naquele gozo, na pantomina do prazer, berrou de longe:

— Eh! lá, lambisgóia velha, se não te apressas, não levas o pão!

QUARTA CRÔNICA

Os que começam...

Não há decerto exploração mais dolorosa que a das crianças. Os homens, as mulheres ainda pantominam a miséria para lucro próprio. As crianças são lançadas no ofício torpe pelos pais, por criaturas indignas, e crescem com o vício adaptando a curvilínea e acovardada alma da mendicidade malandra. Nada mais pavoroso do que este meio em que há adolescentes de dezoito anos e pirralhos de três, garotos amarelos de um lustro de idade e moçoilas púberes sujeitas a todas as passividades. Essa criança parece não pensar e nunca ter tido vergonha, amoldadas para o crime de amanhã, para a prostituição em grande escala. Há no Rio um número considerável de pobrezinhos sacrificados, petizes que andam a guiar senhoras falsamente cegas, punguistas sem proteção, paralíticos, amputados, escrupulosos, gatunos de sacola, apanhadores de pontas de cigarros, crias de famílias necessitadas, simples vagabundos a espera de complacências escabrosas, um mundo vario, o olhar de crime, o broto das árvores que irão obumbrar as galerias da Detenção, todo um exercício de desbriados e de bandidos, de prostitutas futuras, galopando pela cidade a cata do pão para os exploradores. Interrogados, mentem a princípio, negando; depois exageram as falcatruas e acabam a chorar, contando que são o sustento de uma súcia de criminosos que a polícia não persegue.

A metade desse bando conhece as leis do prefeito, os delegados de polícia e acompanha o movimento da política indígena, oposicionista e vendo em cada homem importante uma roubalheira. São em geral os mendigos claramente defeituosos, a que falta uma perna, um braço.

A perda que os tornou inválidos é uma espécie de felicidade, a indolência e o sustento garantidos.

À beira das calçadas o dia inteiro têm tempo de se tornarem homens e de ler os jornais. Fazem tudo isso com vagar. Quando um ponto torna-se insustentável vão para outros, e há entre eles relações, morfeia que se ligam às úlceras, olhos em pus que, olham com ternura companheiros sem braços, e todos guardando a data do desastre que os mutilou, que os fez entrar para a nova vida com a saudade da vida passada.

Fui encontrar na ponte das barcas Ferry alguns de volta de Niterói. Vinham alegres, batendo com as muletas, a sacolejar os fartos sacos, na tarde álgida. Só nessa tarde interroguei seis: Francisco, antigo peralta da Saúde; Antonio, jovem de dezoito anos, que, graças à falta de uma perna, não trabalha desde os doze; Pedro, pardinho crispinhento, que ri como um suíno e é o curador de uma senhora idosa; João Justino, sem um braço, e os dois pequenos Felismino e Aurélio. Voltavam de mendigar.

Francisco é atroz. Míope, com a cara cheia de sulcos, a boca enorme e sem dentes, fuma cigarros empapados de saliva e tagarela sem descontinuar.

— Qual! Niterói não dá nada. Às vezes tenho que pedir dinheiro emprestado para voltar. O xará não permite porém mendigo sem realejo. Eu sou fino. Vou para outro lugar.

— Quantas vezes estiveste na cadeia?

— Eu? não senhor! nunca! É verdade que uma vez fui preso por um inspetor viciado... Mas não estava fazendo nada. Também não me incomodo. Vou, torno a sair. E, sem transição: Não imagina as vezes que tenho sido pegado. O Dr. Paula Pessoa, quando era delegado, já dizia: para que pegar essas inutilidade? E eu só esperando. Olhe – morrer de fome é que eu morro.

— Então já estiveste preso?

— Quantas vezes! É preferível a cadeia ao tal Asilo.

Antonio é outro gênero, o gênero dulçoroso, cheio de humildades açucaradas. Repete logo como uma nota policial o esmagamento da perna. Foi a 11 de novembro de 1897, na esquina da rua da Uruguaiana. Caiu às 2 e 20 da tarde, quando passava o bonde chapa tanto.

E diz essas coisas vagamente magoado como se chorasse sem sentir. Mas mente, inventa nomes, faz-me jurar que não lhe farei mal, entrega-se à minha proteção, de que depende a sua vida, com uma detestável e beata hipocrisia. Era ajudante de pedreiro. Após o desastre mandaram-no esmolar no Passeio Público. O pai é trabalhador, ganha quatro mil e quinhentos, tem oito filhos e a mulher doente.

Ele ajuda com o dinheiro das esmolas. É um dos casos de transformação de caráter, de inversão moral. Adolescente, forte, musculoso, a permanência na mendicidade deu-lhe à voz melopeias suspirosas e um recheio de votos pela sorte alheia. Não fala um segundo sem pedir a Deus que nos ajude, sem agradecer em nome de Deus a nossa bondade.

— Ai! Nossa Senhora, juro por Deus que todo o desejo que tenho é trabalhar...

Simples “blague”. Dêem-lhe um emprego e rejeitará, inutilizado pela vida de sarjeta, de desbrío, de inconsciente sem vergonhice a que o forçou o pai.

Esse bando, porém, é evidentemente defeituoso; ganha dinheiro, como se estivesse empregado para sustentar a família. Há o outro, o maior, o intindável, que a polícia parece ignorar, a exploração capaz de emocionar os delegados nos dramalhões, a indústria da esmola infantil exercida por um grupo de matronas indignas e de homens criminosos, as criancinhas implumes, piolhentas e sujas, que saem para a rua às varadas, obrigadas ao sustento de casas inteiras; há a exploração lenta, que ensina os pequenos a roubar e as meninas a se prostituírem; o caftismo disfarçado, que espanca, maltrata e extorque. É um vasto tremedal a que a retórica sentimental nada adianta, cujo mal a segurança pública não quer remediar. Basta ter a simples curiosidade para mergulhar nesse caleidoscópio infinito de cenas torturantes de uma mesma ação, basta parar a uma esquina e ouvir a narração dessas tragédias vulgares e de fácil remédio.

A série de meninas é enorme, desde as cínicas de face terrosa às ingênuas e lindas.

— Como se chama você?

— Elisinha, sim senhor.

— És parda; tem nove anos.

Embrulhada nuns farrapos, a tremer com os beiçinhos roxos e as mãos no ar, muito aflita, parece que lhe vão bater. Mora na rua Frei Caneca.

Não vai para casa, não pode ir. A madrinha bate-lhe, tem o corpo cheio de equimoses.

— Quando não arranjo bastante para a madrinha e as filhas, dão-me sovas!

Destes casos há muitos com diversas modalidades. Jovita, por exemplo, pede esmola com uma bandeja, dizendo que é missa pedida ou promessa feita. A mulher que a criou e a explora, a terrível megera Maria Trapo Velho, mora na rua São Diogo e dá-lhe conselhos de roubo.

— Ela diz que, quando encontrar roupas ou outros objetos, meta no saco. Quando passo uma semana sem levar nada, põe-me de castigo com os joelhos em cima do milho e sem comer.

Rosinha mora na rua Formosa. Sai acompanhando uma senhora que finge de cega. A mãe é negra; ela é alva e todos ficam admirados!

Judith, com oito anos, moradora à rua da Lapa, andava com o pai pelo subúrbio, tocando realejo. O pai fingia-se de cego e, como um cidadão descobrisse a patifaria, é ela só quem esmola. atacando as senhoras, pedindo algum dinheiro para a mãe moribunda. Laura e Amélia, filhas da senhora Josephina, têm um irmão que aprende o ofício de carpinteiro, moram na rua da Providencia e passam o dia a arranjar dinheiro para a mamãe mais o padrasto.

— E o padrasto, que faz?

— Dá pancada na gente quando não se anda direito.

Stella, mulatinha, vive com uma dama que diz sua avó, na rua Senador Euzébio. Às vezes fica até às dez horas da noite à porta da Central, esmolando. Nicota, moradora no Pedregulho, tem treze anos e uma perigosa viveza de olhar. A puberdade, a languidez dos membros rijos dão-lhe receitas grandes. É mandada pelo padrasto, um português chamado Jeronymo, que a industria. Explora a miséria no jardim de Eros, fazendo tudo quanto a não prejudica definitivamente, à porta dos quartéis, pelos bairros comerciais, ao escurecer. Confessa que vai abandonar o Jeronymo pelo sargento Gomes, a quem ama. A lista não tem fim, é o mesmo fato com variantes secundárias.

Se nessas crianças encontramos o abismo da perdição a tragá-las, nos pequenos vemos um grande esboço de todos os crimes.

Em quatro dias interrogamos noventa e seis garotos, estrangeiros, negros, mulatos, uma sociedade movediça e dolorosa. Há desde os pequenos que sustentam famílias até os gatunos precoces que se deixam roubar na vermelhinha à beira do cais, entre muros e cachações.

O primeiro a encontrarmos é o negrinho Felix, morador à rua do Costa, órfão, que vive na casa de uma família. Como as coisas estão más, sai de sacola, a esmolar e a roubar. Já esteve preso por apanhar várias amostras de uma loja, mas um moço da polícia, que gosta de uma das meninas da casa, soltou-o.

— Que fazes hoje?

— Hoje tenho que roubar um queijo. Sinhazinha diz que não apareça sem um queijo...

Armando, petiz de dez anos, diz-se italiano por causa das dúvidas. Para no largo da Sé e, ingenuamente, conta que a família não faz comida há três anos. É ele que arranja tudo, fora os cobres. José Vizuvi, também italiano, é filho do conhecido mendigo Vizuvi. Sai da rua do Alcântara, onde mora, às 3 da manhã, à procura dos pães que os padeiros costumam deixar nas janelas e à porta de certas casas. Quando a janela é alta serve-se de um pau em forma de ferrão. O pai ensina-o a roubar. Dudú de Oliveira passa o dia no Mercado e nos bairros centrais. A mãe, fingindo-se de cega, esmola no largo do Machado. Ele leva recados suspeitos e propõe-se a mistérios ignóbeis.

João Silva, morador à rua Senador Pompeu, com treze anos, também serve para esses serviços pouco asseados. A mãe, sem emprego, é espancada pelo amante, que lhe arranca

todo o dinheiro. Franzino, doloroso, esse pretinho na ânsia da vida sustenta um *caften* réles. Todos esses nomes ignorados escondem dramas pungentes, cenas de horror, vidas perdidas.

A observação de tantos casos não me dava o tipo do explorador, não me mostrava os peralvilhos que vivem à custa das pobres crianças, receosas de me mostrar as casas onde são torturadas. Encontrei-o, porém, o tipo ideal, o drama resumo, de um estado social, a tragédia soluçante que cada vez mais se alastra.

Logo no começo da rua Uruguay há uma mulher de cor branca, fisionomia torva, sempre embiocada em panos pretos. Chamam-na a Cameleão, alcunha que lhe ficou do peralta do filho: Esse ente repelente tem uma estalagem, um prédio; é rica e pede esmola, provando ser viúva pobre. Quando encontra crianças, leva-as para a casa, um doloroso centro de lenocínio e velhacaria, a extorqui-las. Presentemente tem cinco petizes, todos menores de doze anos; três meninos, Alfredo, Felipe, e Narciso, e duas meninas, Gertrudes e Magdalena. As criancinhas saem pela manhã, voltam para almoçar, tornam a sair e só voltam à noite, para o interrogatório e a palmatória.

Um dos pequenos mostrou-me o ogro horrendo. Arrastava-se com uma voz pastosa e, quando me viu, trêmula curvou-se.

— Pelo amor de Deus! uma esmola para os desgraçadinhos!

Os desgraçadinhos, na tarde chuvosa, pareciam transidos.

O vento fustigava-lhes as carnes seminuas e eles, agarrados uns aos outros, na fraternidade do sofrimento, sem pai, sem mãe, sem amparo, erguiam os olhos para o céu numa angustiosa súplica.

Crônica-reportagem "A miséria cínica" (sétima coluna, da esquerda à direita).

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 26 de junho de 2013.

Anno XXXI (A) Rio de Janeiro — Sexta-feira 27 de Maio de 1904 143

STEREOTYPADA E impressa nas máquinas rotativas de Martini, na typographia da sociedade anônima "Gazeta de Notícias"

NUMERO AVULSO 100 RS.

GAZETA DE NOTÍCIAS

70 RUA SÁO DE SANTIAGO 70

NUMERO AVULSO 100 RS.

O escândalo de hontem: assalto à 1ª delegacia, o deputado Varela na policia — Pobre gente: entre os mendigos — A Praça da Bahia — Documento suggestivo — Desabamento.

EXPEDIENTE
A redação da Gazeta de Notícias está situada na rua São de Santiago, 70, no bairro da Lapa, Rio de Janeiro. O telegrapho está na rua da Lapa, 70, no bairro da Lapa, Rio de Janeiro. O telegrapho está na rua da Lapa, 70, no bairro da Lapa, Rio de Janeiro.

MEU ANNO
A Gazeta de Notícias publica todos os dias, sem interrupção, exceto nos dias de festa e de greve. O preço da subscrição é de 100 réis por trimestre e de 300 réis por semestre. O preço da venda é de 10 réis por exemplar.

24 horas
A Gazeta de Notícias publica todos os dias, sem interrupção, exceto nos dias de festa e de greve. O preço da subscrição é de 100 réis por trimestre e de 300 réis por semestre. O preço da venda é de 10 réis por exemplar.

INGENUIDADES NOCTURNAS
— Que quer o senhor além de mim e mais horas do meu dia? —
— Não sei, mas acho que não há mais nada além de mim e mais horas do meu dia.

A VANÇA!
A Gazeta de Notícias publica todos os dias, sem interrupção, exceto nos dias de festa e de greve. O preço da subscrição é de 100 réis por trimestre e de 300 réis por semestre. O preço da venda é de 10 réis por exemplar.

Notas e notícias
O escândalo de hontem: assalto à 1ª delegacia, o deputado Varela na policia — Pobre gente: entre os mendigos — A Praça da Bahia — Documento suggestivo — Desabamento.

EXPEDIENTE
A redação da Gazeta de Notícias está situada na rua São de Santiago, 70, no bairro da Lapa, Rio de Janeiro. O telegrapho está na rua da Lapa, 70, no bairro da Lapa, Rio de Janeiro. O telegrapho está na rua da Lapa, 70, no bairro da Lapa, Rio de Janeiro.

MEU ANNO
A Gazeta de Notícias publica todos os dias, sem interrupção, exceto nos dias de festa e de greve. O preço da subscrição é de 100 réis por trimestre e de 300 réis por semestre. O preço da venda é de 10 réis por exemplar.

24 horas
A Gazeta de Notícias publica todos os dias, sem interrupção, exceto nos dias de festa e de greve. O preço da subscrição é de 100 réis por trimestre e de 300 réis por semestre. O preço da venda é de 10 réis por exemplar.

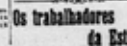
INGENUIDADES NOCTURNAS
— Que quer o senhor além de mim e mais horas do meu dia? —
— Não sei, mas acho que não há mais nada além de mim e mais horas do meu dia.

A VANÇA!
A Gazeta de Notícias publica todos os dias, sem interrupção, exceto nos dias de festa e de greve. O preço da subscrição é de 100 réis por trimestre e de 300 réis por semestre. O preço da venda é de 10 réis por exemplar.

Notas e notícias
O escândalo de hontem: assalto à 1ª delegacia, o deputado Varela na policia — Pobre gente: entre os mendigos — A Praça da Bahia — Documento suggestivo — Desabamento.

Crônica-reportagem “A exploração das crianças” (sétima coluna, da esquerda à direita).
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>.
Acesso em: 20 de junho de 2013.

[illegible]



Autorizo a reprodução xerográfica para fins de pesquisa.

São José do Rio Preto, 27/02/2014

Assinatura